DANIELA FREITAS BRITO MONTUANI

O PROGRAMA NACIONAL BIBLIOTECA DA ESCOLA - PNBE: CONHECIMENTO, CIRCULAÇÃO E USOS EM UM MUNICÍPIO DE MINAS GERAIS.

BELO HORIZONTE
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – UFMG
2013

DANIELA FREITAS BRITO MONTUANI

O PROGRAMA NACIONAL BIBLIOTECA DA ESCOLA - PNBE: CONHECIMENTO, CIRCULAÇÃO E USOS EM UM MUNICÍPIO DE MINAS GERAIS.

Tese apresentada ao curso de Doutorado da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Educação.

Área de Concentração: Educação e Linguagem
Orientadora: Profª Drª Aparecida Paiva – FaE/UFMG

BELO HORIZONTE
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – UFMG
2013

Banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Profª Drª Aparecida Paiva – FaE/UFMG – Orientadora

Profª Drª Flavia Brochetto Ramos – UCS

Profª Drª Jane Paiva – UERJ

Profª Drª Magda Soares – FaE/UFMG

Profª Drª Zélia Versiani – FaE/UFMG

Prof. Dr. Hércules Corrêa Tolêdo – UFOP (suplente)

Prof. Dr. Carlos Augusto Novais- FaE/UFMG (suplente)

Belo Horizonte, 18 de dezembro de 2013

Ao meu Deus, que tem feito em minha vida acadêmica e profissional infinitamente mais do que aquilo que pedi ou pensei. A Ele, toda honra e toda glória!

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Cidinha, minha orientadora, que, em mais esta etapa acadêmica, acreditou no meu potencial para a realização desta importante pesquisa. Sua destreza em cobrar o que precisava ser cobrado; sua sensibilidade e discernimento em respeitar e apoiar nos momentos de angústia e preocupações durante a jornada; sua firmeza e apoio incondicional me permitiram chegar à conclusão deste trabalho.

Ao meu querido esposo André, que, nesses 11 anos juntos, sempre esteve ao meu lado em minha jornada acadêmica, acreditando em mim e demonstrando sua admiração pelo que faço. Sua compreensão em minhas ausências e ajuda em todo tempo foram fundamentais! Te amo!

À querida filha Alice, que, desde os 4 anos de idade, já é uma exímia leitora, bem como fonte de meu orgulho, meu amor e minha inspiração. E ao pequeno Artur, que, ainda em meu ventre, me deu forças para vencer mais esta etapa de formação.

À minha querida mãe Hélvia, pedagoga exemplar, que se orgulha de sua profissão e, após tantos anos de trabalho, ainda cultiva sonhos para uma educação de qualidade. Obrigada por vibrar com todas as minhas conquistas, me amar incondicionalmente e orar por mim. Este doutorado é para você!

Ao meu pai Heron, que além de ser exemplo de dedicação à profissão de professor, é uma grande referência do que é ser pai. Seu amor, benevolência, prestatividade e carinho me deram segurança. Sempre soube que podia contar com você em qualquer situação.

Ao meu irmão Diego, jovem precioso e batalhador, que sempre demonstrou seu orgulho e admiração pelas minhas conquistas.

À professora Magda Soares, que, alçando um patamar de grande notoriedade acadêmica, nos surpreende cada dia mais com sua humildade e capacidade de estar sempre próxima de nós, os educadores-aprendizes e pesquisadores-aprendizes. Seu respeito, carinho e disponibilidade são qualidades raras no meio acadêmico e profissional, e são um exemplo a ser seguido.

À professora Zélia Versiani, pelo carinho e atenção de sempre, assim como pela leitura atenta do texto de qualificação, a qual resultou em grandes contribuições.

A todos os componentes da banca, que se dispuseram a contribuir com este trabalho.

Às amigas Elaine, Bruna, Cristiane, Mariana, Paula, Marta e Chrisley, companheiras de jornada, que admiro cada dia mais.

A todos professores da equipe do CEALE que me proporcionaram diferentes experiências no momento da minha formação.

Aos companheiros do GPELL, com os quais pude aprender e compartilhar conhecimentos sobre a formação de leitores literários.

Às amigas Lucilene, Luciana Câmara, Alexandra e Raquel, com as quais compartilhei muitas das minhas necessidades durante este tempo e pude contar com o apoio e com as orações.

À Tia Raquel que me auxiliou na etapa final da pesquisa.

A todos os profissionais da Rede Municipal de Ensino de Lagoa Santa que concederam o seu tempo para a realização desta pesquisa. É admirável o esforço dispensado por vocês para a realização de uma educação de qualidade que contemple todas as crianças. A vocês, minha sincera admiração!

A todos os meus amigos e familiares que não tive como citar aqui, mas que sempre torceram por mim.

À FAPEMIG e Capes, pelo auxílio financeiro concedido durante a pesquisa.

RESUMO

Esta pesquisa situa-se no campo de estudos sobre as políticas públicas de distribuição de livros no Brasil e elege o Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE como *corpus* principal. O estudo descreve e investiga a implementação desse Programa nas escolas da Rede Municipal de Ensino de Lagoa Santa/MG. O objetivo principal da investigação, portanto, foi verificar como uma Rede de Ensino que visa à integração de suas atividades, à formação permanente de seus profissionais e à valorização do livro e da leitura, lida com o PNBE, a fim de elucidar caminhos para uma melhor efetivação dessa política pública numa perspectiva nacional. Duas categorias básicas foram identificadas, permitindo a análise dos dados: o conhecimento dos profissionais da escola sobre a política pública e as estratégias de circulação e uso das obras literárias nas escolas. Foram utilizados como referenciais teóricos os estudos do campo das políticas públicas educacionais, e aqueles acerca do circuito do livro, da leitura, literatura, escolarização da literatura e formação de leitores. A pesquisa, de natureza qualitativa, contemplou movimentos de cunho exploratório, de abrangência nacional e, inserção na rede de ensino pesquisada, por meio de observações e entrevistas realizadas com diferentes profissionais das escolas. Foi possível constatar que, apesar de algumas dificuldades no que diz respeito à veiculação das informações sobre o programa advindas do MEC e à busca do município por sanar algumas dificuldades no que se refere à falta de infraestrutura das bibliotecas escolares, a política do PNBE tem se configurado de maneira satisfatória no município como parte integrante das ações escolares que visam à formação de leitores literários. Esta eficácia pode ser percebida a partir do interesse dos profissionais que atuam na rede, em especial os integrantes de seu Núcleo de Alfabetização e Letramento, por atuar nas diferentes áreas que perpassam essa política. Portanto, alguns pilares para a efetivação desta política na rede investigada são destacados: a revitalização dos espaços das bibliotecas escolares; as estratégias de divulgação das obras recebidas; a formação dos professores que atuam nas bibliotecas; o planejamento e acompanhamento das atividades realizadas tanto pela escola quanto pelas equipes de gestão do Núcleo de Alfabetização e Letramento e da Secretaria Municipal; o uso das obras literárias e da biblioteca como integrantes de um projeto geral que rege as ações educacionais do município com vistas a uma educação de qualidade que garanta o direito de leitura e escrita para os alunos das escolas públicas.

Palavras-chave: Políticas Públicas de distribuição de livros, PNBE, Formação de Leitores, Rede Municipal de Ensino de Lagoa Santa.

RESUMEN

Esta investigación se basa en los estudios de políticas públicas para la distribución de libros en Brasil y elige al Programa Nacional de Bibliotecas Escolares (PNBE) como su principal foco de observación. El estudio describe y analiza la aplicación de este programa en las escuelas locales en el Sistema Escolar Municipal en la ciudad de Lagoa Santa / MG . El objetivo principal de esta investigación fue determinar cómo el sistema escolar público interactúa con el PNBE, teniendo en cuenta que el objetivo del sistema de educación pública es la integración de sus actividades, la formación de sus profesionales y la apreciación de los libros y de la lectura con el fin de aclarar vías para ejecutar mejor las políticas públicas desde una perspectiva nacional. Se identificaron dos categorías básicas lo que permite el análisis de los datos: el conocimiento de los profesionales de la escuela con respecto a las políticas públicas y las estrategias de circulación y utilización de las obras literarias en las escuelas. Los estudios sobre las políticas públicas educativas fueron utilizados como referencias teóricas, así como estudios sobre la circulación de libros, estudios sobre la lectura , la literatura , la escolarización de la literatura y la formación de lectores literarios. Esta investigación de naturaleza cualitativa tuvo en cuenta las iniciativas exploratorias hechas a nivel nacional y las iniciativas realizadas en el sistema escolar local donde la investigación se llevó a cabo lo cual se realizaran a través de observaciones y entrevistas con los diferentes profesionales dentro del sistema escolar . A pesar de algunas de las dificultades encontradas, como la interpretación de la información recibida sobre la forma de aplicar el programa enviado por el MEC (Ministerio de Educación) , o cómo los distritos locales tratan de resolver la falta de infraestructura de las bibliotecas escolares , se concluyó que las políticas del PNBE se encontraron satisfactorias como parte integral de las actividades escolares que tienen como objetivo formar lectores literarios. Esta eficacia puede verse basada en los intereses de los profesionales que trabajan en el sistema escolar especialmente de los miembros de su Centro de Alfabetización , que actúan en las diferentes áreas que pasan a través de esta política. Por lo tanto , destacamos aqui algunos de los pilares necesarios para la efectividad de esta política en el sistema escolar, donde se llevó a cabo esta investigación: la reestructuración de las áreas de la biblioteca escolar , las estrategias para dar a conocer las obras recibidas , la formación de los docentes que trabajan en las bibliotecas , la planificación y el seguimiento de las actividades realizadas por las escuelas y por los equipos directivos del Centro de Alfabetización y del Distrito Escolar Municipal. Tambien queremos destacar el uso de la obra literaria y de la biblioteca como parte integrante de un proyecto general que regula la acción educativa de la municipalidad como una visión de educación de calidad que garantiza el derecho a la lectura y escritura para los estudiantes de escuelas públicas.

Palabras clave: Políticas Públicas de distribución de libros, PNBE , formación de lectores literarios , Sistema Escolar Municipal de Lagoa Santa .

ABSTRACT

This research is based on the studies of public policies for the distribution of books in Brazil, and elects the National School Library Program (PNBE) as its main focus of observation. The study describes and investigates the implementation of this program in the local schools within the Municipal School System in the city of Lagoa Santa / MG. The main objective of this research was to determine how the public school system interacts with PNBE, taking into consideration that the goal of the public school system is to integrate its activities, training of its professionals and the appreciation of books and reading in order to elucidate pathways to best execute these public policies from a national perspective. Two basic categories were identified, allowing the analysis of the data, naming: the knowledge of school professionals regarding the public policies; and the strategies of circulation and use of the literary works in schools. Studies on educational public policies were used as theoretical references, as well as studies on circulation of books, studies on reading, literature, education and training on literature, and training of literary readers. This research of qualitative nature took into consideration national exploratory initiatives and initiatives of the local school system were the research took place; which was done through observations and interviews with different professionals within the school system. It was concluded that PNBE policies were found satisfactory as an integral part of school activities that aimed to train literary readers, in spite of some of the difficulties encountered, such as the interpretation of the information received on how to implement the program sent by MEC (Ministry of Education), or how local districts look into address the lack of infrastructure of school libraries. This effectiveness can be seen based in the interests of professionals working in the school system, especially of members of its Group for Literacy, who act in different areas that pass through this policy. Therefore, the following highlights some of the pillars to effectively implement the policy in the school system were the research took place: re-structuring of the school library areas; strategies for publicizing works received; training of teachers who work in libraries; planning and monitoring of activities performed by the schools and by the management teams of the Group for Literacy and of the Municipal School District; and the use of literary work and of the library as an integral part of an entire project that governs the educational activities of the municipality viewing quality education that guarantees the right to reading and writing for public school students.

Keywords: Public Policy book distribution, PNBE, Training of Literary Readers, Municipal School System of Lagoa Santa.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Programas do livro e da leitura do Governo Federal – 1980 a 1997 37
Tabela 2 – Ações do PNBE /2003 48
Tabela 3 – Evolução do PNBE 2005 a 2013 54
Tabela 4 – Eixos de ação do PNBE (2010 a 2013) 58
Tabela 5 – Síntese dos problemas sobre os programas do livro elencados por gestores participantes dos seminários do "Programa Nacional do Livro Didático - PNLD 2011" 62
Tabela 6 – Estados e quantidade de municípios que responderam ao questionário. 65
Tabela 7 – Existência de bibliotecas nas escolas 65
Tabela 8 – Espaço da biblioteca 66
Tabela 9 – Conhecimento sobre o PNBE 68
Tabela 10 – Conhecimento sobre a chegada dos acervos 68
Tabela 11 – Monitoramento do PNBE pela Secretaria da Educação 68
Tabela 12 – Profissional da biblioteca 69
Tabela 13 – Os profissionais da biblioteca recebem algum tipo de treinamento?..... 69
Tabela 14 – A formação de mediadores tem sido eficaz? 70
Tabela 15 – Escolas e quantitativos de alunos da Rede Municipal de Ensino de Lagoa Santa – 2011 74
Tabela 16 – Formação inicial dos entrevistados 77
Tabela 17 – Cargos dos entrevistados 78
Tabela 18 – Turmas atendidas pelos professores entrevistados 79
Tabela 19 – Entrevistados integrantes do Núcleo de Alfabetização 80

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Mapa da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) 25

FIGURA 2 – Evento Paralfaletrar 2010 31

FIGURA 3 – Materiais do Evento Alfalendo 2011 31

FIGURA 4 – Publicação *Política de Formação de Leitores* (MEC/SEB) 50

FIGURA 5 – Obras distribuídas pelo PNBE/2002 e 2011 51

FIGURA 6 – Catálogo de literatura infantil - PNBE/2008 56

FIGURA 7 – Exemplo de resenha do catálogo *Literatura na infância*: imagens e palavras - PNBE/2008 56

FIGURA 8 – "O Circuito de Comunicação" 81

FIGURA 9 – A conjuntura socioeconômica como um todo 84

FIGURA 10 – Contextos do processo de formulação de uma política 86

FIGURA 11 – Ciclo ou circuito das obras distribuídas pelo PNBE 99

FIGURA 12 – Esquema da proposta de análise da pesquisa 100

FIGURA 13 - Chegada de "Livrolina" no aeroporto de Confins com a mala de obras do acervo do PNBE/2010 132

FIGURA 14 – "Livrolina" em outras ações de fomento a leitura no espaço escolar..... 133

FIGURA 15 – Recebimento das obras do PNBE numa escola da RMELS..... 135

FIGURA 16 – Biblioteca da E.M. Antônio de Castro..... 141

FIGURA 17 – Biblioteca da E.M. Coronel Pedro de Freitas..... 142

FIGURA 18 – Biblioteca da E.M. de Lapinha..... 143

FIGURA 19 – Biblioteca da E.M. Dona Aramita..... 144

FIGURA 20 – Biblioteca da E.M. Dona Marucas..... 145

FIGURA 21 - "Biblioteca Magda Soares" da E.M. Dona Naná..... 146

FIGURA 22 – Biblioteca da E.M. Dona Santinha 147

FIGURA 23 – Biblioteca da E.M. Dr. Lund 148

FIGURA 24 – Biblioteca da E.M Herculano Liberato de Almeida 149

FIGURA 25 – Biblioteca da E.M. Maria Augusta..... 150

FIGURA 26 – Biblioteca da E.M. Mércia Margarida Lacerda..... 151

FIGURA 27 – Biblioteca da E.M. Messias Pinto Alves..... 152

FIGURA 28 – Biblioteca da E.M. Nilza Vieira 153

FIGURA 29 – Biblioteca da Creche Nossa Senhora de Belém..... 154

FIGURA 30 – Biblioteca da E.M. Odete Valadares..... 155

FIGURA 31 – Biblioteca da E.M. Profa Claudomira..... 156
FIGURA 32 – Biblioteca da E.M. Prof. Melo Teixeira..... 157
FIGURA 33 – Biblioteca da E.M. Santos Dumont..... 158
FIGURA 34 – Biblioteca da Creche Menino Jesus..... 159
FIGURA 35 – Livro de registro de empréstimo na biblioteca de alunos da Educação Infantil. Muitos ainda não sabem escrever o nome, mas assinam o recebimento das obras..... 160
FIGURA 36 – Sacola de empréstimo de livros produzida pelas profissionais da biblioteca..... 161
FIGURA 37 - Classificação dos livros por gênero associada a cores adotadas em muitas das escolas..... 161
FIGURA 38- Exposição Alfalendo 2011 - Bolo Literário 178
FIGURA 39 - Exposição Alfalendo 2013 - Clássicos viram poesia 178
FIGURA 40 - Exposição Alfalendo 2013- Histórias que li e ouvi 179
FIGURA 41 - Exposição Alfalendo 2013 - Narrativas Literárias: Contos de fadas 179
FIGURA 42 - Exposição Alfalendo 2013 - Maluquinhos por leitura 180
FIGURA 43 - Exposição Alfalendo 2013 - O casamento de Felpo Filva (Baseado no livro Felpo Filva – Obra distribuída pelo PNBE/2008)..... 180
FIGURA 44 - Exposição Alfalendo 2013 - Reconto A verdadeira história de Chapeuzinho Vermelho, de Agnesi Baruzzi e Sandro Natalini - (Obra distribuída pelo PNBE/2012)..... 181
FIGURA 45 - Exposição Alfalendo 2013 - Recriação do livro O almoço, de Mario Vale (obra distribuída pelo PNBE/2005)..... 182
FIGURA 46 - Exposição Alfalendo 2013 - Dicas Literárias 182
FIGURA 47 - Exposição Alfalendo 2013- Criação do livro Lendas da Lapinha 183
FIGURA 48 - Exposição Alfalendo 2013 – Poemas 183
FIGURA 49 - Exposição Alfalendo 2011 – Projeto “A princesa e o sapo” 184
FIGURA 50 - Exposição Alfalendo 2011 – Projeto “O carteiro chegou” 184
FIGURA 51 - Exposição Alfalendo 2013 – Criação do livro “Bichinhos Coloridos” 185
FIGURA 52 - Exposição Alfalendo 2013 – As aventuras da turma 202 com a Emília 185
FIGURA 53 - Exposição Alfalendo 2013 – Projeto “Galimérica Rimada” 186
FIGURA 54 -Exposição Alfalendo 2013 – “O lobo e os sete cabritinhos” 186
FIGURA 55 -Exposição Alfalendo 2013 – Projeto Elaboração de um jornal a partir da obra O lobo voltou, de Geoffroy de Pennart 187
FIGURA 56 - Exposição Alfalendo 2013 – Projeto As borboletas 187
FIGURA 57 - Exposição Alfalendo 2013 – Alguns trabalhos expostos que focalizam a dimensão da aquisição da língua escrita..... 188
FIGURA 58 - Elementos para a concretização do PNBE no município de Lagoa Santa ....

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Tempo médio de serviço dos entrevistados na RMELS 76

Gráfico 2 – Forma de ingresso no cargo 76

LISTA DE SIGLAS E ABREVIAÇÕES

ALPAC - Associação Latino-americana de Pesquisa e Ação Cultural

CEALE - Centro de Alfabetização Leitura e Escrita

EAD – Educação a Distância

FMI - Fundo Monetário Internacional

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

Inep - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas

MEC - Ministério da Educação

MINC - Ministério da Cultura

OCDE - Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico

OEI - Organização dos Estados Ibero-Americanos

PISA - Programme for International Student Assessment (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes)

PNAIC – Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa

PNBE - Programa Nacional Biblioteca da Escola

PNLA - Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos

PNLD - Programa Nacional do Livro Didático

PNLEM- Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio

PNLL - Plano Nacional do Livro e da Leitura

PNSL - Programa Nacional Salas de Leitura

PROLER - Programa Nacional de Incentivo à Leitura

RMEBH - Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte

RMELS - Rede Municipal de Ensino de Lagoa Santa

SEB - Secretaria de Educação Básica

SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

SIMAD - Sistema do Material Didático

TCU - Tribunal de Contas da União

UMEI - Unidade Municipal de Educação Infantil

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 18

1. A construção do objeto: o recorte necessário 19

2. A rede escolhida 24

2.1 O município de Lagoa Santa 24

2.2 A Rede Municipal de Ensino de Lagoa Santa (RMELS) 27

CAPÍTULO 1 - POLÍTICAS PÚBLICAS DO LIVRO E DA LEITURA VOLTADAS PARA A ESCOLA..... 36

1.1 As ações do Ministério da Educação (MEC) em relação ao livro e a leitura: uma breve contextualização 36

1.1.1 O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) 42

1.1.1.1 O PNLD - acervos complementares para os anos iniciais do Ensino Fundamental 44

1.1.2 O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) 46

1.2 Seminários nacionais do PNLD e PNBE: enfrentamento de questões nacionais em relação aos programas do livro do Ministério da Educação 60

1.2.1 Os seminários do PNLD 60

1.2.2 O seminário do PNBE 63

CAPÍTULO 2 - OS CAMINHOS DA PESQUISA 72

2.1 O procedimento da pesquisa 72

2.1.1 O perfil dos entrevistados 75

2.2 Pressupostos teórico-metodológicos para análise dos dados 80

2.2.1 O circuito dos livros 81

2.2.2 A abordagem do ciclo de políticas 85

2.3 Categorias de análise 93

2.3.1 Primeira categoria: O *conhecimento* sobre as políticas públicas de distribuição de livros pelos profissionais da escola 93

2.3.2 Segunda categoria: A *circulação* e os *usos* dos livros na escola... 95

2.3.3 Enfim: um esquema da proposta de análise 98

CAPÍTULO 3 - O CONHECIMENTO SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE LIVROS 101

3.1 Conhecimentos gerais: ruídos de comunicação com o MEC e estratégias da Rede 105

3.1.1 A voz das gestoras da SEMED..... 105

3.1.2 A voz das diretoras das escolas..... 106

3.1.3 A voz das profissionais da biblioteca escolar..... 109

3.1.4 A voz dos docentes..... 112

3.2 O PNBE e o conhecimento via Núcleo de Alfabetização 118

3.2.1 A voz das gestoras da SEMED..... 118

3.2.2 A voz das diretoras das escolas..... 119

3.2.3 A voz das profissionais da biblioteca escolar..... 120

3.2.4 A voz dos docentes..... 121

CAPÍTULO 4 - A CIRCULAÇÃO E OS USOS DOS LIVROS NAS ESCOLAS 128

4.1 O recebimento das obras do PNBE: festa na escola 131

4.2 A biblioteca escolar: o espaço, o profissional e a formação 138

4.2.1 Espaço e organização 139

4.2.2 O profissional da biblioteca: seleção e formação 163

4.3 Literatura e alfabetização: os acervos do PNBE em uso 172

4.4 O acompanhamento e a intervenção 196

CONSIDERAÇÕES FINAIS: **O CIRCUITO DAS OBRAS DO PNBE NA REDE: ALGUNS APONTAMENTOS** 204

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 217

ANEXOS 226

Anexo 1 - Programação dos Seminários PNLD/201 227

Anexo 2 - Programação do I Seminário Nacional do PNBE 228

Anexo 3 - Roteiro para os GTS – I Seminário Nacional do PNBE 229

Anexo 4 - Formulário de pesquisa – I Seminário Nacional do PNBE 231

Anexo 5 - Roteiros de entrevistas dos profissionais da Rede Municipal de Ensino de Lagoa Santa 235

Anexo 6 - Tabelas esquemáticas dos dados das entrevistas - Categoria 1 239

Anexo 7 - Tabelas esquemáticas dos dados das entrevistas - Categoria 2 272

Não se forma um leitor com uma ou duas cirandas e nem com uma ou duas sacolas de livros, se as condições sociais e escolares, subjacentes à leitura, não forem consideradas e transformadas. (SILVA, 1998, p. 21)

INTRODUÇÃO

O discurso acerca da importância da leitura no Brasil tem sido contundente nas últimas décadas. O acesso de todos os cidadãos a livros, de literatura em especial, e sua formação como leitores são pautas prioritárias de políticas públicas educacionais. No bojo das ações para viabilizar essas metas, a biblioteca escolar é concebida como núcleo fundamental desse processo, razão pela qual foi aprovada em 2010 a Lei n. 12.244/2010 que determina o prazo de dez anos para que sejam implantadas bibliotecas em todas as escolas do país

Os dados sobre a leitura - constatados através de avaliações como as do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA)[1]; pesquisas como Retratos da leitura no Brasil[2]; pesquisas acadêmicas, dentre outras iniciativas de órgãos que se preocupam com esta questão - mostram a dura realidade em que se encontra nosso

[1] O *Programme for International Student Assessment* (PISA) - Programa Internacional de Avaliação de Estudantes - é uma iniciativa internacional de avaliação comparada, aplicada a estudantes na faixa dos 15 anos, idade em que se pressupõe o término da escolaridade básica obrigatória na maioria dos países. O objetivo do PISA é produzir indicadores que contribuam para a discussão da qualidade da educação nos países participantes, de modo a subsidiar políticas de melhoria do Ensino Básico. A avaliação procura verificar até que ponto as escolas de cada país participante estão preparando seus jovens para exercer o papel de cidadãos na sociedade contemporânea. As avaliações do PISA acontecem a cada três anos e abrangem três áreas do conhecimento – Leitura, Matemática e Ciências –, ocorrendo, a cada edição do programa, maior ênfase em cada uma dessas áreas. Em 2000, o foco foi em Leitura; em 2003, Matemática; e em 2006, Ciências. O PISA 2009 iniciou um novo ciclo do Programa, com o foco novamente recaindo sobre o domínio de Leitura.
Os dados do PISA/2009 divulgados pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) revelam que, apesar de ter avançado um pouco nos percentuais, o Brasil continua abaixo da média mundial nos pilares educacionais da leitura. Dentre os 65 países analisados, o Brasil ocupa a 53ª posição, atrás de nações como Chile, Trinidad e Tobago, Colômbia, México e Uruguai. A avaliação revela que a maior parte dos brasileiros se encontra no primeiro nível de leitura, demonstrando apenas a capacidade de localizar informações importantes em um texto e conectá-las à experiência cotidiana. Informações disponíveis em: <http://portal.inep.gov.br/pisa-programa-internacional-de-avaliacao-de-alunos>.

[2] A pesquisa "Retratos da Leitura no Brasil" é realizada pelo Instituto Pró-Livro, com o apoio da ABRELIVROS, CBL e SNEL, e tem como objetivo: medir intensidade; forma; motivação e condições de leitura da população brasileira, segundo opinião dos entrevistados. Dentre os dados da terceira edição da pesquisa, publicados em 2012, revelou-se que o número de brasileiros considerados leitores – aqueles que haviam lido ao menos uma obra nos três meses que antecederam a pesquisa – caiu de 95,6 milhões (55% da população estimada), em 2007, para 88,2 milhões (50%), em 2011. A redução da leitura também foi constatada entre crianças e adolescentes, que leem por dever escolar. Em 2011, crianças com idades entre 5 e 10 anos leram 5,4 livros, ante 6,9 registrados no levantamento de 2007. O mesmo ocorreu entre os pré-adolescentes de 11 a 13 anos (6,9 ante 8,5) e entre adolescentes de 14 a 17 anos (5,9 ante 6,6 livros). Informações disponíveis em: <http://www.prolivro.org.br/ipl/publier4.0/texto.asp?id=2834>.

país quando nos deparamos com índices alarmantes de estudantes que não leem ou não compreendem o que leem; da pequena porcentagem de aquisição e posse de livros em diferentes camadas da sociedade; da incoerente e assustadora realidade de, em pleno século XXI, não ser ainda garantida a existência de bibliotecas nas escolas brasileiras, instituição que deveria ser, por primazia, o local onde a biblioteca, a leitura e os livros fossem valorizados e utilizados; e ainda a falta ou quase inexistência de profissionais capacitados para lidarem com o tratamento da informação e a mediação de leitura nesses espaços.

Portanto, este trabalho dá continuidade à busca por reflexões e respostas a essas questões, tendo em vista que há vários anos, em nosso país, é grande o investimento em políticas públicas de distribuição de livros voltadas para a escola. Sendo assim, perguntamos: por que ainda nos encontramos com índices e dados tão alarmantes?

No entrecruzamento da realidade de uma política pública de distribuição de livros literários, o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) - que há dezesseis anos distribui obras literárias, periódicos, materiais de referência para professores e alunos das escolas públicas brasileiras - com a realidade de uma rede municipal de ensino que há sete anos investe em formação de professores, com o foco na alfabetização e letramento, e na valorização das bibliotecas, dos livros e da leitura, buscamos elementos que apontem para caminhos diferenciados de formação de leitores com relação àqueles já percorridos e atestados insatisfatoriamente até o momento.

Nesta introdução será possível identificar o objeto da pesquisa, conhecer a realidade do município selecionado e ainda compreender as características que justificam a seleção da Rede de Ensino investigada.

1. A CONSTRUÇÃO DO OBJETO: O RECORTE NECESSÁRIO

Esta pesquisa tem como objeto o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (MEC/SEB) e a sua inserção na Rede Municipal de Ensino de Lagoa Santa (RMELS).

O objetivo inicial do trabalho era analisar a circulação e os usos dos livros distribuídos através de alguns programas de repasse de livros executados pelo MEC/SEB, tais como o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), PNLD- acervos complementares e o PNBE, na intenção de apreender como os profissionais da educação se apropriam da diversidade de materiais fornecidos às escolas, bem como investigar os entraves e os "facilitadores" para que esses livros circulem e sejam utilizados efetivamente pelos destinatários dessas políticas.

Entretanto, no decorrer da análise do grande volume de dados coletados na pesquisa e a partir das considerações dos membros da banca de qualificação - apesar de termos coletado informações, através das entrevistas, sobre ambos os programas de distribuição de livros voltados para a escola (PNLD e PNBE) - optamos por direcionar o foco deste trabalho para apenas o PNBE, uma vez que os dois programas mencionados possuem lógicas de distribuição e recepção bastante diferenciadas, e, no caso das indagações desta pesquisa, o programa escolhido fornece mais subsídios para compreendermos a questão da democratização da leitura e formação de leitores, especialmente os leitores literários.

Os dados coletados em relação ao PNLD, apesar de não terem sido objeto de extensa análise, serviram de base para reflexões da pesquisa no que tange, por exemplo, aos conhecimentos veiculados sobre essas políticas. Além disso, as informações adquiridas poderão ser utilizadas em trabalhos e discussões posteriores que, com certeza, continuarão a fazer parte da minha jornada de pesquisa em relação às políticas do livro e da leitura existentes em nosso país.

Para realizar a presente pesquisa, investigamos inicialmente, em uma macroperspectiva as problemáticas que envolvem a política do PNBE, passando por questões de ordem estrutural, organizacional, entre outras que podem interferir direta ou indiretamente na circulação e usos desses materiais nas escolas. Essa parte exploratória da pesquisa foi realizada a partir da minha participação, no primeiro semestre de 2010, em quatro seminários regionais sobre o PNLD promovidos pelo MEC/SEB e um seminário nacional sobre o PNBE. Estes seminários foram sediados no Rio de Janeiro, Brasília, Salvador e Curitiba, e, em cada um deles, havia cerca de 250 representantes das secretarias municipais de educação de diversos municípios

brasileiros. As diversas percepções sobre as problemáticas das políticas do livro foram possibilitadas através da minha participação em grupos de trabalho (GT) e plenárias com os gestores representantes de todas as regiões brasileiras, bem como a partir da aplicação de um questionário sobre o PNBE e outras questões relativas à leitura e às bibliotecas escolares, respondido por 98 participantes do I Encontro Nacional sobre o PNBE, ocorrido em Brasília.

Num segundo momento, mais especificamente em 2011, investigamos a distribuição, chegada e circulação das obras literárias distribuídas pelo PNBE em todas as 19 escolas da Rede Municipal de Ensino de Lagoa Santa, município do estado de Minas Gerais, através de 72 entrevistas realizadas com os gestores da Secretaria Municipal de Educação, os diretores das escolas, os profissionais da biblioteca e professores representantes dos segmentos da Educação Infantil e anos iniciais e finais do Ensino Fundamental.

Como apontado anteriormente, o PNBE foi selecionado como objeto desta pesquisa uma vez que envia materiais que se relacionam diretamente à formação de leitores e formação de leitores literários. Investigar a relação entre a distribuição de obras e a formação de leitores literários é um interesse que subjaz a minha trajetória de pesquisadora.

Acredito na necessidade de investigar os programas que invistam na formação de leitores, tendo em vista, que a escola é ainda, para a maior parte da população brasileira, o único local de acesso aos livros. Assim, as análises e discussões propostas se tornam de suma importância para que cada vez se minimizem os problemas que perpassam essas políticas, permitindo, assim, uma distribuição equitativa das condições de possibilidade de leitura e do direito à leitura às crianças e jovens de todas as camadas sociais brasileiras (SOARES, 2004).

Minha trajetória como estudante do curso de Pedagogia[3], com ênfase em alfabetização, leitura e escrita, e como professora dos anos iniciais do Ensino Fundamental despertou em mim diversas questões sobre a leitura, a literatura e a formação de leitores. Após minha inserção no Programa de Pós-Graduação da

[3] Concluí minha graduação em Pedagogia no primeiro semestre do ano de 2006 na Universidade Federal de Minas Gerais.

Faculdade de Educação da UFMG, passei a fazer parte do Grupo de Pesquisa do Letramento Literário (GPELL) do Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita – CEALE. Também pelo oitavo ano consecutivo (2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013) o CEALE realizou a avaliação e seleção dos livros de literatura que serão distribuídos pelo MEC através do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), do qual participei como parecerista de obras destinadas aos alunos do Ensino Fundamental e da Educação Infantil em 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012. O fato de estar envolvida nessa avaliação gerou em mim inquietações quanto às repercussões dessa política de distribuição de livros no espaço escolar, inquietações que foram inicialmente respondidas na minha investigação de mestrado, mas que se ampliam com as intenções desta pesquisa de doutorado, na qual não serão apontadas apenas questões em relação a uma das políticas de distribuição de livros, mas em relação a outras políticas que se entrecruzam no espaço escolar.

O estudo desenvolvido por mim no mestrado[4] teve como objetivo discutir os impactos da política de distribuição do PNBE na formação de leitores. Nesta pesquisa algumas facetas foram analisadas, como o conhecimento dos profissionais da biblioteca sobre o Programa; as experiências de escolha do acervo; a eficácia na distribuição dos livros para as bibliotecas escolares; a disponibilização das obras; as atividades de leituras literárias desenvolvidas no espaço escolar decorrentes da chegada dos acervos PNBE/2005. Foram visitadas 181 escolas de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte - RMBH, o que possibilitou a realização de uma pesquisa abrangente que demonstrou um panorama geral sobre essa política pública[5]. Foi constatado um conhecimento superficial sobre o PNBE, uma vez que há

[4] A dissertação de mestrado intitulada *O PNBE/2005 na Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte: uma discussão sobre os possíveis impactos da política de distribuição de livros de literatura na formação de leitores*, foi defendida em agosto de 2009 nesse mesmo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

[5] A fim de viabilizar a ida a esse grande número de escolas no tempo disponibilizado no mestrado, foi realizada uma pesquisa integrada com mais três mestrandas desse Programa de Pós-Graduação que tinham como foco de pesquisa a leitura literária e a formação de leitores na RMBH. As pesquisas são: *Literatura premiada entra na escola?* A presença dos livros premiados pela FNLIJ na categoria criança, em bibliotecas escolares da rede municipal de Belo Horizonte, de Cristiane Dias Martins da Costa (2009); *Impasses e possibilidades da atuação dos profissionais das bibliotecas da rede municipal de Belo Horizonte*, de Elaine Maria da Cunha Morais (2009) e *Programa Nacional Biblioteca da Escola - Edição 2006*: a chegada dos acervos na Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte e a leitura de obras por jovens leitores, de Bruna Lidiane Marques da Silva (2009). Os resultados dessas pesquisas foram

um “saber sobre a chegada desses livros na escola”, mas não se conhecem os objetivos do Programa e da política de formação de leitores que o conduz. Observou-se a eficácia na distribuição dos livros, o que tem permitido que as obras literárias estejam mais próximas dos alunos das camadas populares. No entanto, as atividades de leitura literária promovidas na biblioteca escolar ainda se limitam, em sua grande maioria, à tentativa de “chegada” dos livros às mãos de alunos e professores através de diversas estratégias de disponibilização do acervo, uma vez que não encontramos iniciativas mais substanciais de uso do acervo para atividades que fomentassem a formação de leitores literários. A análise também revelou alguns entraves para que se realizem esses projetos e práticas que visam à formação de leitores literários no espaço da biblioteca escolar. São eles: a dificuldade de tempo dos profissionais que ali atuam, devido ao acúmulo de serviços técnicos como catalogação, empréstimos e organização do acervo; o desestímulo gerado pela falta de valorização do cargo, a falta de um projeto integrado entre profissionais da biblioteca e docentes e o desconhecimento do acervo a ser trabalhado.

Todas essas experiências levaram à constatação de um grande desconhecimento dos profissionais (gestores, educadores, bibliotecários) não apenas em relação ao PNBE, mas em relação à diversidade de políticas de distribuição de livros do Ministério da Educação, o que instigou ainda mais a minha escolha pelo tema. Além disso, os problemas citados pelos gestores das secretarias municipais de educação nos seminários citados reforçam a necessidade de se investigar mais profundamente as diversas questões que envolvem a circulação e os usos desses materiais nas escolas, a fim de que todo o investimento realizado a partir dessas políticas de distribuição de livro alcance os seus objetivos, ou seja, que os livros cheguem efetivamente às mãos de alunos e professores, propiciem uma formação geral de qualidade e fortaleçam as práticas e projetos de formação de leitores e leitores literários.

---

publicados no livro *Literatura fora da caixa: o PNBE na escola*: distribuição, circulação e leitura (PAIVA, 2012).

2. A REDE ESCOLHIDA

Optamos por investigar a circulação e usos das obras distribuídas através do PNBE em todas as escolas da Rede Municipal de Ensino de Lagoa Santa (MG). A escolha deste município não foi aleatória. Face a isso, esclarecemos sobre algumas características desse município e de sua rede de ensino, contextualizando-os e fornecendo elementos que justificam esta seleção.

2.2.1 O município de Lagoa Santa

Contextualizar geográfica, histórica e socialmente uma cidade é importante numa pesquisa, pois, conhecendo melhor a identidade de uma cidade, teremos uma compreensão mais próxima da relevância, dos resultados e impacto das políticas de educação e de suas vertentes nesta população. Nesta parte do trabalho temos como objetivo contextualizar a localidade onde foi efetuada a pesquisa.

Lagoa Santa é um município do estado de Minas Gerais, situado na região metropolitana de Belo Horizonte, distante apenas 35km da capital. Seu território possui 231,9km² de área e uma população de 54.526 habitantes (IBGE/2010). A cidade foi fundada em 1733 por Felipe Rodrigues, um tropeiro viajante que se estabeleceu no local. Era chamada, então, de Lagoa Grande e Lagoa das Congonhas do Sabarabuçu. O nome atual, Lagoa Santa, deveu-se ao valor curativo das águas da lagoa, relatado por pioneiros históricos.



FIGURA 1 – Mapa da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH)
Fonte:<http://gestaocompartilhada.pbh.gov.br/sites/gestaocompartilhada.pbh.gov.br/files/_thumbs/Images/1_mapa_regiao_metropolitana_colar_bh_a3_thumb.jpg>.

O município é considerado uma Unidade de Conservação de uso sustentável com o objetivo de garantir a conservação do conjunto paisagístico e da cultura regional, proteger as cavernas e demais formações cáusticas, sítios arqueológicos e paleontológicos, a vegetação e a fauna.

Possui um grande acervo arqueológico e paleontológico, cujas descobertas foram iniciadas pelo naturalista e botânico Peter Wilhelm Lund, por volta de 1835. A gruta da Lapinha, com salões de grande beleza, e as lagoas da região são as principais atrações turísticas do município e fazem parte de projetos de estudos científicos nesta área.

Não é uma cidade interiorana no sentido como comumente é conhecido o interior de Minas Gerais - ela efetivamente faz parte da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Caracteriza-se também por ser uma cidade de veraneio, com luxuosos condomínios, moradores fixos e ocasionais oriundos de Belo Horizonte. Lagoa Santa hoje possui uma população fixa, mesmo tendo integrantes que trabalham em Belo Horizonte, cujas famílias residem e usam os serviços da cidade, como na área de saúde e educação.

O município é sede do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, o que traz um contato diário com a capital, pois é o maior aeroporto usado pelos viajantes que precisam ir à capital e pelos habitantes de Belo Horizonte que saem em viagem.

A cidade é sede do Parque de Material Aeronáutico (PMA), responsável pela manutenção da frota da Força Aérea Brasileira.

Segundo pesquisa de Macedo e Diniz (2007), o setor de serviços evidencia caráter eminentemente terciário na economia de Lagoa Santa. Os grandes absorvedores de mão de obra no município são: as atividades de defesa e segurança, em grande parte ligadas à base aérea; a indústria de transformação; as atividades de aluguéis e serviços, de armazenamento e de alojamento

O Vetor Norte assim chamado pela administração da RMBH, que vai em direção ao Aeroporto Internacional de Confins e Lagoa Santa, é a grande área de investimento neste momento, onde acontece uma grande expansão e valorização imobiliária, bem como incentivos fiscais para a implantação de indústrias no município.

Na avaliação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das cidades mineiras, Lagoa Santa, em 2010, ficou em 9° lugar (0,777), valor considerado alto. O seu IDH educacional é de 0,693, o que a coloca em posição mediana, levando em conta que o IDH de Minas Gerais é 0,800. O IDH de uma cidade é também uma maneira de conhecê-la melhor, pois são considerados três aspectos: Renda Nacional Bruta (RNB) per capita; o grau de escolaridade da população (média de anos de estudo da população adulta e expectativa de vida escolar, ou tempo que uma criança ficará matriculada); nível de saúde (expectativa de vida da população).

Através dessa breve contextualização, podemos verificar que Lagoa Santa é uma cidade em expansão em diversos setores do desenvolvimento. Entretanto,

precisamos considerar que há no município uma população residente que merece atenção por se enquadrar em aspectos de vulnerabilidade social: os frequentadores das escolas públicas. Essas constatações puderam ser observadas através das visitas às escolas e reforçadas através de documentações do município que desvelam a necessidade de investimento na população lagoassantense.

O documento "Programa Ação Integrada" (2011), da Prefeitura Municipal de Lagoa Santa[6], define parâmetros e diretrizes para o enfrentamento da desigualdade e da vulnerabilidade social do município com proposições de ações que envolvam o município nas áreas de saúde, desenvolvimento social, esportes, cultura, meio ambiente e educação numa rede colaborativa e descentralizada, com planos regionais de atendimento, sendo o amparo à família o maior objetivo do Programa.

Observamos que a Educação é um dos eixos deste Programa de Ação Integrada. Entre vários componentes deste eixo elencados na proposta (Escola em Tempo Integral, Escola Aberta, Projeto de Inclusão escolar, etc.), encontramos o Núcleo de Alfabetização e Letramento – ALFALETRAR, que se insere num dos "Objetivos de Desenvolvimento do Milênio" (OSM) propostos pela ONU em 2000: a garantia de uma "Educação de qualidade para todos." Portanto, prosseguiremos com a contextualização deste cenário educacional da Rede Municipal de Ensino de Lagoa Santa, no qual o Núcleo de Alfabetização e Letramento se insere.

2.2.2 A Rede Municipal de Ensino de Lagoa Santa (RMELS)

A Rede Municipal de Ensino de Lagoa Santa tem atualmente como objetivo um trabalho de Rede, cujos princípios de sistematicidade, conscientização, integração, continuidade e acompanhamento orientam a gestão do trabalho pedagógico de todas as escolas[7]. Além disso, a Rede possui um Núcleo de Alfabetização e Letramento,

---

[6] A versão completa do documento pode ser encontrada em: <http://www.lagoasanta.mg.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=4654&Itemid=86>. Acesso em: 25.set 2013

[7] Os princípios de trabalho da RMELS foram apresentados por gestores, professores e pela profa Magda Soares no evento Ceale Debate do dia 15/04/2010. O tema foi "Projeto Alfaletrar: uma experiência de alfabetização na perspectiva do letramento".

criado e coordenado pela pesquisadora e professora emérita da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Magda Soares.

Há sete anos a professora Magda Soares exerce esse trabalho voluntário na Rede e, semanalmente, se reúne com as professoras (uma representante de cada escola do município e duas representantes de escolas estaduais) e três representantes da Secretaria Municipal de Educação com a finalidade de estudarem estratégias para o desenvolvimento do trabalho com a alfabetização e o letramento.

Lagoa Santa tem se destacado recentemente no cenário estadual mineiro e nacional, em relação à educação, principalmente no que tange ao trabalho de alfabetização e letramento realizado na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Encontramos reportagens fazendo menção ao trabalho desenvolvido nas escolas públicas municipais tendo o programa de alfabetização e letramento proposto como parâmetro e objeto de reflexão. Estes projetos foram divulgados na TV Escola - Salto para o Futuro do Ministério da Educação em 2010, numa série sobre os primeiros anos do Ensino Fundamental, e em outras instâncias educacionais, como por exemplo, os eventos do Ceale Debate, promovido pela Faculdade de Educação da UFMG.

Mas esta situação nem sempre foi tão favorável. Em 2006 as avaliações externas do Ministério da Educação evidenciaram um baixo desempenho de grande parte dos alunos das escolas da RMELS, o que revelou a necessidade de elaboração de alternativas que atendessem as dificuldades apresentadas. O Núcleo de Alfabetização e Letramento surge então, neste contexto, quando, em 2007[8], Maria Lisboa, então

[8] Devido à recente constituição do Núcleo e registro de sua história, as informações aqui elencadas são resultado do entrecruzamento de dados levantados a partir do documento Programa de Ação Integrada (2011) da Prefeitura Municipal de Lagoa Santa; da dissertação de Virgínia Ávila[8] (2011) cuja pesquisa sobre o uso da literatura infantil nas escolas foi realizada no município de Lagoa Santa a partir de entrevistas com todas as profissionais integrantes deste núcleo; de discussões realizadas pelas professoras do núcleo no evento *Ceale Debate*, promovido pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, em 2010; bem como de elementos sobre o Núcleo apontados pelos entrevistados na presente pesquisa.
Pesquisas mais aprofundadas sobre o histórico de formação de professores do Núcleo e sobre os resultados obtidos com os alunos a partir do trabalho desenvolvido com a alfabetização e letramento nas escolas da RMELS, foram realizadas por duas mestrandas do Programa de Pós-Graduação da FaE/UFMG, e defendidas recentemente: Duarte (2013), com o trabalho intitulado *Efeitos da formação continuada de rede na prática profissional de professores em um município da região metropolitana de Belo Horizonte*, e Pereira (2013) com a pesquisa *Alfabetização de crianças da rede municipal de ensino do município de Lagoa Santa – MG: um estudo longitudinal.*

secretária de Educação do Município de Lagoa Santa[9], solicita a ajuda da professora Magda Soares para auxiliar (diagnosticar e intervir) na resolução destes problemas que o município apresentava na área educacional.

A princípio, a intervenção da professora Magda Soares dar-se-ia em apenas duas escolas do município, com encontros quinzenais com representantes da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental para discussão sobre possíveis melhorias no ensino. Entretanto, essa decisão gerou insatisfação dos profissionais das demais escolas, que também necessitavam de intervenções nesse sentido.

Assim, a proposta inicial toma proporções maiores e passa a contemplar professores representantes de cada uma das escolas do município que, juntos com a professora Magda Soares, passaram a se reunir com o objetivo de discutir e implementar ações que pudessem favorecer o desenvolvimento das capacidades de aquisição do sistema de escrita e desenvolvimento do letramento nas crianças de Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental.

As atuações desse Núcleo foram se consolidando no decorrer dos seus sete anos de existência. Atualmente, cada escola municipal possui um representante no Núcleo, e esta pessoa se torna a responsável por multiplicar na sua escola as ideias, propostas e ações estudadas e discutidas nas reuniões semanais do grupo. Além das orientações fornecidas de acordo com as demandas diárias da escola, há um encontro formalizado uma vez por mês, previsto há algum tempo no calendário escolar oficial do município, no qual esse representante repassa para todos os profissionais da escola as orientações do Núcleo. Neste espaço de formação e informação, além de discussões teóricas sobre alfabetização e letramento, são apontadas, por exemplo, orientações em relação à utilização da biblioteca e dos livros literários, bem como dos livros didáticos.

O Núcleo tem como base o projeto Alfaletrar, cujo objetivo se ancora no princípio de que “Ler e escrever é um direito de toda a criança”, sendo que “Alfabetizar e Letrar” norteia todas as ações pedagógicas do Núcleo e estão, portanto,

[9] Desde 2007, até o período de execução da presente pesquisa a Secretaria Municipal de Educação encontrava-se sob a direção de Nila Alves Rezende.

diretamente ligadas aos objetivos do Ministério da Educação, ao enviar obras literárias e de cunho pedagógico para as escolas.

Este projeto tem ações pedagógicas bem-definidas, que partem dos diagnósticos realizados no decorrer do ano a fim de orientar a realização do trabalho do professor, da escola e da rede, com metas estabelecidas para atingir o desenvolvimento dos seguintes componentes: conceitualização da escrita (diagnóstico), consciência fonológica ou fonêmica, tecnologia da escrita, leitura, escrita e o uso social da escrita. A fim de realizar um trabalho sistemático e em rede, há orientações bem-delineadas para que os professores realizem um planejamento semanal em que estejam inseridas atividades que incluam essas capacidades, bem como ações específicas que são exigidas na ação do docente, como a leitura ou contação de histórias diariamente, exploração diária do calendário e visita semanal à biblioteca escolar.

Alicerçado nesse projeto mais amplo, há no município, desde 2008, o desenvolvimento de dois subprojetos e eventos: o Paralfaletrar e o Alfalendo, que dão visibilidade às ações dos docentes no decorrer do ano letivo. O primeiro tem o intuito de demonstrar e socializar os recursos metodológicos criados pelas próprias docentes para o ensino da alfabetização e do letramento. As professoras são instigadas a criar recursos diferenciados, lúdicos e instigantes para que seus alunos desenvolvam as capacidades de alfabetização e letramento necessárias ao grupo. O segundo divulga os trabalhos realizados com os alunos em relação à leitura literária. Ambos subprojetos culminam em exposições (Alfaletrar e Alfalendo), no qual é possível perceber o envolvimento dos alunos e de toda a comunidade escolar na realização das atividades.



FIGURA 2 – Evento Paralfaletrar/2010

Fonte:Fotos da autora

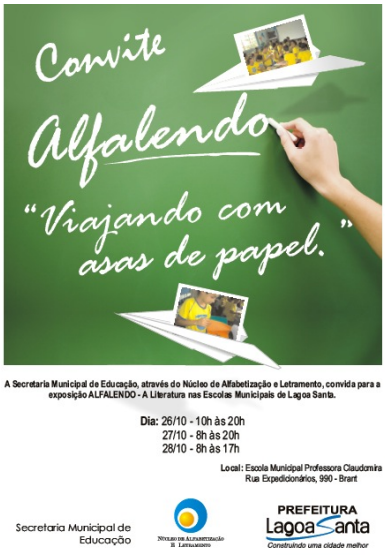




FIGURA 3 – Materiais do Evento Alfalendo/2011

Fonte:Fotos da autora

Na presente pesquisa em todas as entrevistas realizadas há uma menção explícita à forte posição do Núcleo de Alfabetização em relação às questões que envolvem a mudança de concepção e ação em torno do livro e a leitura na Rede. Segundo a atual secretária de educação, o Núcleo de Alfabetização "é o coração da Secretaria em relação ao ciclo de alfabetização". Portanto, todas as ações da Secretaria da Educação referentes ao ciclo inicial de alfabetização estão sob as orientações do Núcleo.

> Porque agora a nossa política é o seguinte: tudo que se refere ao processo, a este ciclo de alfabetização das crianças, ele passa pelo Núcleo. Então não tem nenhuma escola de fora, nenhuma. No início, quando o Núcleo foi criado, nós ainda deixamos um ano e meio, dois anos, alguém esperneou, alguém falou que não iria de jeito nenhum, e hoje não! Hoje o Núcleo está criado, então todas as ações da Secretaria de Educação... Magda Soares fala sobre isso, entendeu?! Então assim, nós não podemos de maneira nenhuma... a Secretaria... a partir do momento que o Núcleo foi criado, institucionalizado, não é isso? A gente não pode definitivamente perder esta superioridade do Núcleo, sobre quaisquer outros programas que venham... (Gestora da SEMED)

O Núcleo de Alfabetização e Letramento passou por uma troca de gestão no ano de 2012, o que se revelou mais uma vitória frente ao desafio de permanência mediante a conquista das eleições pela oposição. A cada ano que passa, as suas ações têm se consolidado e a sua instituição oficial se dá a partir do Decreto n. 2.104, de 26 de abril de 2011, que estipula em seu artigo 1º que:

> Fica criado o Núcleo de Alfabetização e Letramento da Rede Municipal de Ensino de Lagoa Santa para garantir a todas as crianças da rede pública de ensino o direito de aprender a Ler e Escrever, dando-lhes condições não só de prosseguirem, com sucesso, sua escolarização, mas sobretudo de se apropriarem de competências indispensáveis para a plena inserção na vida social e profissional: competências de Leitura e de Produção Textual.

Ademais, neste decreto, é descrita a composição dos integrantes do Núcleo e definidas as obrigações da Secretaria Municipal de Educação, de forma que seja garantida a permanência dos encontros semanais com os professores, dos encontros mensais para repasse de informações nas escolas e das exposições Paralfaletrar e Alfalendo , que constituem algumas das ações de frente da proposta.

Percebe-se, a partir dos dados levantados na pesquisa, que as atuações da Rede Municipal de Ensino de Lagoa Santa, frente à política do PNBE, não são isoladas, mas advêm das concepções de alfabetização, leitura, letramento, leitura literária e

letramento literário concebidas nos processos de formação continuada deste Núcleo de Alfabetização e Letramento.

Assim, tendo em vista a política pública selecionada (PNBE) e as iniciativas e experiências da RMELS, buscaremos responder as seguintes questões que se tornam centrais para esta pesquisa:

Como uma Rede de Ensino que busca integração em suas atividades, formação permanente de seus profissionais e uma valorização do livro e da leitura, lida com a política de distribuição de obras literárias do MEC/SEB?

Que conhecimentos os profissionais da RMELS tem sobre as políticas de distribuição de livros do governo federal, mais especificamente em relação ao PNBE?

Em que medida as experiências de circulação e usos dos livros literários na Rede de ensino investigada apontam caminhos para uma melhor efetivação dessa política pública numa perspectiva nacional?

Esta problematização acerca da circulação e usos dos livros distribuídos por políticas públicas do Ministério da Educação conduziu-me a um referencial teórico que faz interface com estudos do campo das políticas públicas educacionais e os estudos no campo do circuito do livro, da leitura, literatura, escolarização da literatura e formação de leitores.

Tais abordagens teóricas se tornaram possíveis a partir da aproximação de autores como Darnton (1990), para apropriação dos estudos sobre o circuito do livro; das obras de Yunes (1992, 1995, 2004), Beremblum e Paiva (2006), Batista (2001), Paiva e Soares (2008) e Marques Neto (2009), que apresentam discussões em relação às políticas públicas de leitura; dos trabalhos de Soares (1988, 2000, 2003 e 2004) e de publicações do GPELL/CEALE, tais como as de Martins *et al*. (2003), Paiva *et al*. (2004, 2007) e Machado *et al*. (2009) que apontam para aspectos sobre a formação de leitores literários. Além disso, os trabalhos de Mainardes (2006b, 2009) e Ball,

Mainardes e Cribb (2011) conduzem nossas reflexões numa perspectiva de análise de política pública.

Para melhor exposição deste trabalho, a tese foi dividida em quatro capítulos, apresentados a seguir:

No primeiro capítulo preparamos um breve histórico das políticas de livro e leitura instauradas pelo Ministério da Educação no cenário escolar. Focalizamos algumas características do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) no intuito de compreendermos as especificidades do Programa, desde a sua lógica de funcionamento, avaliação, aquisição, distribuição, bem como as modificações que vêm sofrendo ao longo de sua existência. Ao final do capítulo, alguns dados referentes às apropriações de gestores e profissionais da educação que participaram dos seminários promovidos pelo MEC sobre os programas do livro voltados para escola (PNLD e PNBE) foram elencados, centrando nossas discussões nos conhecimentos sobre o PNBE, a fim de demonstrar como esta política tem sido compreendida numa macroperspectiva, ou seja, em âmbito nacional.

No segundo capítulo discorremos sobre os caminhos metodológicos trilhados na segunda parte da pesquisa, que se deu no âmbito das escolas da Rede Municipal de Ensino de Lagoa Santa, e ainda apresentamos o perfil dos 72 entrevistados (gestores da Secretaria Municipal de Educação, diretores das escolas, profissionais da biblioteca e professores) que integram este trabalho. Posteriormente, elencamos os pressupostos teórico-metodológicos, que se alicerçam em estudos sobre o circuito dos livros de Darnton (1990) e as teorias sobre o ciclo de políticas (Ball, 1994; Bowe *et al*., 1992; Mainardes, 2006b) e descrevemos as duas categorias de análise que foram instituídas (O *conhecimento* sobre as políticas públicas de distribuição de livros pelos profissionais da escola e A *circulação* e os *usos* dos livros na escola) para que os dados fossem tratados de forma a responder as indagações propostas. Em tópico final delineamos um esquema de proposta de análise que se configura como a espinha dorsal de todo percurso da pesquisa.

No capítulo 3 apresentamos as discussões referentes à primeira categoria de análise que buscou compreender quais são os conhecimentos dos profissionais daquela Rede de Ensino sobre as políticas públicas de distribuição do livro do MEC,

mais especificamente sobre o PNBE. Nesse sentido, ainda elucidamos a forma como este conhecimento é disseminado e apreendido pelos profissionais que atuam em diferentes setores da Rede de Ensino, tais como Secretaria de Educação, direção da escola, biblioteca e sala de aula, e ainda refletimos sobre as dificuldades e estratégias de superação de ruídos de comunicação que perpassam políticas advindas das instâncias federais e municipais.

No quarto capítulo apresentamos uma discussão sobre os dados revelados a partir da segunda categoria estabelecida, desvelando as estratégias de circulação e uso das obras literárias recebidas nas escolas por meio do PNBE. Este capítulo está dividido em alguns pontos principais: o recebimento das obras do PNBE, o espaço e a organização da biblioteca escolar, a seleção e formação do profissional da biblioteca, o uso das obras na perspectiva da alfabetização, letramento e letramento literário o acompanhamento e intervenção nas atividades realizadas na escola Estes aspectos acabam por desvelar alguns dos pilares para que as políticas de distribuição de livros literários alcancem mais efetivamente os seus objetivos de formação de leitores.

Finalizamos o texto apresentando reflexões e questionamentos suscitados pela pesquisa, a partir do confronto estabelecido entre as políticas públicas e sua operacionalização em uma rede de ensino, refletindo sobre as implicações do PNBE para as políticas públicas e para as redes de ensino. Dessa forma, também apontamos outras possibilidades de aprofundamento da pesquisa sobre políticas públicas de leitura que se abrem a partir deste trabalho.

CAPÍTULO 1

POLÍTICAS PÚBLICAS DO LIVRO E DA LEITURA VOLTADAS PARA A ESCOLA

> As políticas públicas são a materialização do Estado, pois a sua formulação tem uma relação direta com o modelo de sociedade vigente, ou a ser implantado. Em particular, são as políticas culturais, e, sobretudo educacionais que dão concretude e visibilidade ao modelo de sociedade a ser implantado pelo Estado, por meio de seus governos, sendo elas parte de um plano mais geral que visa ao desenvolvimento econômico do país. (CUSTÓDIO, 2000, p. 59)

1.1. As ações do Ministério da Educação (MEC) em relação ao livro e à leitura: uma breve contextualização

Podemos afirmar que na atualidade o Governo Federal tem enviado para as escolas uma variedade de recursos (periódicos, jornais, livros, jogos didático-pedagógicos, dicionários, obras de cunho teórico-metodológico) com a intenção de disponibilizar e favorecer o acesso de toda a população brasileira a uma infinidade de materiais que circundam nosso universo letrado, e ainda propiciar aos educadores meios pelos quais eles possam diversificar e aprofundar o trabalho com a leitura, partindo da concepção de que a apropriação do código escrito contribui para o desenvolvimento de diferentes habilidades de que o estudante necessita para integrar, com plenitude, todas as esferas da sociedade.

No entanto, esta preocupação não é recente. Desde a sua criação em 1930, o MEC promove ações cujo foco é a formação do leitor. Entretanto, apenas a partir da década de 80 essas ações entraram, ainda que de forma não prioritária, na pauta das políticas públicas. Custódio (2000) sistematiza e analisa algumas dessas ações no país no período de 1930-1994[10], dentre as quais podemos citar alguns programas já extintos - como o Programa Nacional Salas de Leitura – PNSL (1984-1987), o Pró-Leitura na formação do Professor (1992-1996) e o Programa Nacional Biblioteca do

[10] Análises e descrições pormenorizadas de cada uma destas iniciativas podem se encontradas na dissertação *O PNBE/2005 na Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte*: uma discussão sobre os possíveis impactos da política de distribuição de livros de literatura na formação de leitores (MONTUANI, 2009).

Professor (1994) - e alguns como o PROLER (1992), que se encontra em vigência até os dias atuais.

O Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER) foi criado pela Fundação Biblioteca Nacional, do Ministério da Cultura, e tinha como objetivo possibilitar à comunidade em geral, em diversos segmentos da sociedade civil, o acesso a livros e a outros materiais de leitura. O MEC participava desse Programa, de forma indireta, com o repasse de recursos por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Hoje o programa atua em parceria com secretarias municipais e estaduais de cultura e educação, bibliotecas, universidades, ONG e outras instituições, estabelecendo convênios e criando comitês com o intuito de promover ações de práticas leitoras nos municípios brasileiros.

No quadro a seguir é possível vislumbrar algumas características de iniciativas do Governo Federal, citadas anteriormente, que já foram extintas:

TABELA 1
Programas do livro e da leitura do Governo Federal – 1980 a 1997

Programa	Ano	Objetivo	Público-alvo	Órgão promotor	Distribuição/organização
Projeto Ciranda de Livros	1980 - 1989	Distribuir livros de literatura infantil e juvenil	Escolas da periferia urbana e da zona rural	FNLIJ/MEC	Distribuição para escolas da periferia urbana e da zona rural
Programa Nacional Salas de Leitura (PNSL)	1984 - 1996	Oferecer oportunidade alternativa ao trânsito do livro no circuito escolar através da criação das Salas de Leitura. Promoção de espaços alternativos de leitura para as escolas que não possuíam biblioteca.	Alunos do 1º (Ensino Fundamental) e 2º grau (Ensino Médio) e professores.	FAE/MEC/ Secretarias Estaduais/ Secretarias Municipais	Compor, enviar acervos e repassar recursos para as Salas de Leitura das escolas públicas

Pró-leitura na formação do professor	1992 - 1996	Formação de professores leitores e estímulo à prática leitora na escola através da criação, organização e movimentação das salas de leitura e bibliotecas escolares.	Professores	MEC e governo francês	Projetos de formação de professores numa rede de intercâmbio entre os centros de formação, as escolas do Ensino Fundamental e as universidades para facilitar a circulação das informações, observar e avaliar competências e melhorar as estruturas de oferta de leitura na escola.
Programa Nacional Biblioteca do Professor	1994 - 1997	Dar suporte para a formação de professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental	Professores	MEC	Aquisição e distribuição de acervos bibliográficos e a produção e difusão de materiais destinados à capacitação do trabalho docente.

Fonte: Quadro elaborado por Daniela Montuani para fins da pesquisa.

O que pode ser observado é que houve um caráter assistemático e restrito em todas essas iniciativas na medida em que eram atendidas apenas algumas escolas com determinada faixa de número de matrículas ou aquelas em que havia peculiaridades socioeconômicas, e ainda a alternância de prioridades e concepções das administrações vigentes que desvelavam uma descontinuidade desses programas.

Hoje, entre os programas e ações de distribuição de livros desenvolvidos no âmbito federal, por meio da Secretaria de Educação Básica – SEB[11] do MEC, podem ser

[11] Neste capítulo foram considerados apenas os materiais distribuídos pelo MEC por meio da Secretaria de Educação Básica (SEB), que é o órgão responsável pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. No entanto, há outras secretarias, como a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), que atua em articulação com os sistemas de ensino e implementa políticas educacionais nas áreas de alfabetização e educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação em direitos humanos, educação especial, do campo, escolar indígena, quilombola e educação para as relações étnico-raciais, assim como distribui materiais de leitura sobre essas temáticas para as escolas. Podemos citar também os livros que promovem a acessibilidade, no âmbito do Programa Nacional Livro Didático (PNLD) e Programa Nacional da Biblioteca Escolar (PNBE), assegurando aos estudantes com deficiência visual matriculados em escolas públicas da Educação Básica os mesmos livros distribuídos por esses programas, mas em formato Mecdaisy (que possibilita acessar o texto por meio de áudio, caractere ampliado e diversas funcionalidades de navegação pela estrutura do livro). Para mais informações sobre os materiais da SECADI, acessar: <http://portal.mec.gov.br>.

citados o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), que fornece às bibliotecas escolares obras literárias para alunos de todos os segmentos, periódicos e materiais de apoio para professores; o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que distribui livros didáticos para todos os alunos das escolas públicas brasileiras; a Coleção Explorando o Ensino[12], integrada por obras de apoio científico-pedagógico que contemplam a fundamentação teórico-metodológica e propõem reflexões nas áreas de conhecimento (matemática, química, biologia, física, geografia, meio ambiente, astronomia, astronáutica, mudanças climáticas) das etapas de ensino da Educação Básica; e demais publicações da SEB que abarcam desde periódicos como a revista Leituras e a Revista Criança, até relatórios de gestão democrática, material de Capacitação de Conselheiros Municipais, dentre outros relacionados às diversas ações da SEB/MEC.

Dentre as várias ações e programas citados, o PNLD e o PNBE são os dois programas do livro que, apesar de sofrerem modificações ao longo dos anos, perpetuam suas ações por um maior período de tempo e rompem com a problemática da assistematicidade, restrição e descontinuidade que cercava os programas anteriores. Por meio do Decreto n. 7.084, de 27 de janeiro de 2010, chamado de "Decreto dos Programas do Livro", foi assegurada a continuidade no fornecimento desses materiais a alunos e professores.[13] Além desse decreto, a aprovação pelo Congresso Nacional da Lei n. 12 244, de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país, prevendo a instalação e a manutenção de uma biblioteca em cada escola publica ou privada, tende a fortalecer a circulação e promoção das obras, principalmente as literárias e as de referência inseridas no espaço escolar, tendo em vista que a biblioteca deve ser na escola um espaço de promoção à leitura.

É importante considerar que todas essas ações do Governo Federal circulam num contexto brasileiro em que o livro e a leitura têm sido cada vez mais incluídos

---

[12] O acesso às publicações da coleção pode ser feito em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=12583:ensino-medio&Itemid=859>.

[13] Art. 1º Os programas de material didático executados no âmbito do Ministério da Educação são destinados a prover as escolas de educação básica pública das redes federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal de obras didáticas, pedagógicas e literárias, bem como de outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita.

como pauta da agenda política. Podemos citar, por exemplo, o Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL), que, apesar de não estar diretamente relacionado à escola, foi instituído em 2006 pela Portaria Interministerial n. 142, de 12 de agosto, do Ministério da Educação (MEC) e do Ministério da Cultura (MinC), e tem por finalidade, assegurar a democratização do acesso ao livro, o fomento e a valorização da leitura e o fortalecimento da cadeia produtiva do livro. O Plano, de duração trienal, é executado em regime de colaboração entre os governos federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal.

Segundo o artigo 10 do Decreto n. 7.559, de 1º de setembro de 2011, o PNLL está estruturado em quatro eixos estratégicos e dezenove linhas de ação[14]:

Eixo estratégico I - democratização do acesso:

a) linha de ação 1 - implantação de novas bibliotecas contemplando os requisitos de acessibilidade;

b) linha de ação 2 - fortalecimento da rede atual de bibliotecas de acesso público integradas à comunidade, contemplando os requisitos de acessibilidade;

c) linha de ação 3 - criação de novos espaços de leitura;

d) linha de ação 4 - distribuição de livros gratuitos que contemplem as especificidades dos neoleitores jovens e adultos, em diversos formatos acessíveis;

e) linha de ação 5 - melhoria do acesso ao livro e a outras formas de expressão da leitura; e

f) linha de ação 6 - disponibilização e uso de tecnologias de informação e comunicação, contemplando os requisitos de acessibilidade;

Eixo estratégico II - fomento à leitura e à formação de mediadores:

a) linha de ação 7 - promoção de atividades de reconhecimento de ações de incentivo e fomento à leitura;

b) linha de ação 8 - formação de mediadores de leitura e de educadores leitores;

c) linha de ação 9 - projetos sociais de leitura;

d) linha de ação 10 - estudos e fomento à pesquisa nas áreas do livro e da leitura;

e) linha de ação 11 - sistemas de informação nas áreas de biblioteca, bibliografia e mercado editorial; e

f) linha de ação 12 - prêmios e reconhecimento às ações de incentivo e fomento às práticas sociais de leitura;

Eixo estratégico III - valorização institucional da leitura e de seu valor simbólico:

[14] A íntegra do decreto está disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7559.htm>. Acesso em: 21 set. 2013.

a) linha de ação 13 - ações para converter o fomento às práticas sociais da leitura em política de Estado; e

b) linha de ação 14 - ações para criar consciência sobre o valor social do livro e da leitura; e

Eixo estratégico IV - fomento à cadeia criativa e à cadeia produtiva do livro:

a) linha de ação 15 - desenvolvimento da cadeia produtiva do livro;

b) linha de ação 16 - fomento à distribuição, circulação e consumo de bens de leitura;

c) linha de ação 17 - apoio à cadeia criativa do livro e incentivo à leitura literária;

d) linha de ação 18 - fomento às ações de produção, distribuição e circulação de livros e outros materiais de leitura, contemplando as especificidades dos neoleitores jovens e adultos e os diversos formatos acessíveis; e

e) linha de ação 19 - maior presença da produção nacional literária, científica e cultural no exterior.

Segundo Marques Neto (2009), a decisão de criar o PNLL unindo Cultura e Educação é uma conquista frente à história de luta pela leitura no Brasil e pode ser considerada uma estratégia fundamental para a constituição de uma Política de Estado para a leitura. No terceiro aniversário do PNLL, cujo texto fundador foi estabelecido em dezembro de 2006, Marques Neto (2009) destaca algumas ações às quais o Estado precisa estar atento para que o plano avance e se consolidem as tarefas já acordadas e prognosticadas, dentre as quais: a regulamentação da Lei do Livro e a criação de via legal de recolhimento de 1% do faturamento do setor produtivo do livro, que se constituirá no “Fundo Pró-Leitura”; a criação de um novo organismo nacional para cuidar da política nacional para a leitura, a literatura, o livro e as bibliotecas; elevar o PNLL para uma situação institucionalmente estável; e, por parte do Estado, cada vez mais publicizar a importância dessa política nacional de leitura no imaginário dos brasileiros.

Não é nossa intenção, neste momento, analisarmos criticamente as ações do PNLL, ou de outras políticas que foram instituídas e extintas ao longo dos anos. O que pretendemos indicar com toda essa contextualização é que num momento em que cada vez mais se ampliam as mobilizações e se reivindicam mudanças em torno da leitura, torna-se cada vez mais importante analisarmos programas que tem se voltado para uma das instituições que grande parte da população brasileira frequenta ao longo

da vida e que tem potencial para ser um local fomentador do acesso e das práticas de leitura, a escola.

Optamos, portanto, por traçar um breve histórico dos dois principais programas do livro veiculados atualmente pelo MEC, por estes estarem estritamente vinculados às escolas públicas brasileiras, instituição esta que constitui nosso objeto de estudo.

1.1.1 O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)

A política do livro didático no Brasil teve seu início com a criação de um órgão específico para lidar com as políticas do livro - o Instituto Nacional do Livro (INL), o qual contribuiu para dar maior legitimação ao livro didático nacional e auxiliou no aumento de sua produção. Mas apenas a partir de 1938 é que o Estado instituiu a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD) e estabeleceu, assim, sua primeira política de legislação e controle de produção e circulação do livro didático no País. Desde então, diferentes propostas e ações do Estado se configuram em torno dessa política.

A permanência dessa política pelo Ministério da Educação há várias décadas se justifica por o livro didático ainda ser considerado uma ferramenta importante para o desenvolvimento do trabalho pedagógico das escolas. Além disso, é um legítimo produto da tecnologia da escrita que pode propiciar um acesso à cultura letrada num país onde essa convivência com a escrita e seus produtos ainda é limitada a uma parcela da população. (RANGEL, 2006)

Em 1985 foi criado o Programa Nacional do Livro Didático, com alterações como a indicação do livro didático pelos professores; a reutilização do livro, conjuntamente com o aperfeiçoamento das suas especificações técnicas, visando à maior durabilidade e aquisição dos livros com recursos federais. O marco no processo de avaliação das obras se deu em 1996, quando o MEC passou a adotar um conjunto de medidas para avaliar continuamente o livro didático, o que lhe permitiu atuar de forma decisiva nos debates relativos às características dos livros, definindo um padrão mínimo de qualidade para as obras. Os livros que apresentam erros conceituais, indução a erros, desatualização, preconceito ou discriminação de qualquer tipo são

excluídos do Guia do Livro Didático (que pretende ser um material de apoio para a escolha das obras pelos docentes).

Atualmente, os objetivos básicos do PNLD são a avaliação, a aquisição e a distribuição, universal e gratuita, de livros didáticos para os alunos das escolas públicas do Ensino Fundamental brasileiro, em seus dois segmentos: anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) e anos finais do Ensino fundamental (6º ao 9º ano).[15]

Os alunos do 1º e 2º anos do Ensino Fundamental recebem livros consumíveis de alfabetização matemática e alfabetização linguística. Os demais alunos do Ensino Fundamental recebem obras reutilizáveis de ciências, história, geografia, matemática e língua portuguesa. A partir de 2011, cada estudante do 6º ao 9º ano receberá também livros consumíveis de língua estrangeira (inglês ou espanhol).

Devido a algumas denúncias sobre estados e municípios que optaram por adotar materiais didáticos diferenciados e ainda recebiam os livros didáticos do Governo Federal, que não tinham destinação nem utilização nas escolas, alterou-se, em novembro de 2009[16], a forma de participação das escolas federais, redes de ensino estaduais, municipais e do distrito federal no PNLD. As redes de ensino deveriam, a partir daquela data, firmar um termo de adesão[17] específico, fornecido pelo FNDE, no qual se afirma o desejo ou não de receber os livros didáticos. Aqueles que optam pelo não recebimento são excluídos do Programa.

A quantidade de exemplares a ser distribuída nas escolas é feita com base no censo escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC). É nesse ponto que se concentravam muitos dos questionamentos dos gestores nos seminários do MEC, já que o censo referido é sempre o de dois anos anteriores, e, assim, na maioria das vezes o número de

---

[15] Além do PNLD, o Ministério da Educação atua com o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM) e o Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA). Já para o Ensino Médio, a distribuição envolve livros reutilizáveis de língua portuguesa, matemática, história, geografia, biologia, química e física. A novidade a partir de 2012 será o envio de livros consumíveis de língua estrangeira (inglês ou espanhol), filosofia e sociologia. Fonte: <http://www.fnde.gov.br/index.php/pnld-apresentacao>. Acesso em: jun. 2010.

[16] Através da resolução CD/FNDE n. 60, de 20 de novembro de 2009.

[17] Os termos de adesão, encaminhados por correio pelo FNDE, devem ser assinados pelo prefeito do município, pelo secretário de educação do estado ou pelo diretor da escola federal e devolvidos à autarquia, com a cópia do documento de identidade em anexo. Fonte: <http://www.fnde.gov.br/index.php/termo-de-adesao>. Acesso em: jul. 2010.

exemplares que chegam às escolas é inferior à quantidade de alunos matriculados no ano de recebimento, e, em alguns casos, menos frequentes, superior a essa demanda.

Essa situação gera alguns problemas, como a desvalorização pelos docentes do processo de escolha do livro didático, uma vez que, devido a essa problemática, os alunos podem não receber o material para trabalhar em sala de aula, e a tendência de os municípios unificarem a escolha a fim de facilitar o remanejamento das obras distribuídas nas escolas da rede de ensino.

1.1.1.1 O PNLD - acervos complementares para os anos iniciais do Ensino Fundamental[18]

Com a implantação da Lei n. 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, que estabelece para os sistemas de ensino o prazo de implantação do Ensino Fundamental de nove anos até 2010[19], inúmeros ajustes e mudanças se tornaram necessários no sistema educacional. Nesse sentido, o PNLD/2010 também sofreu algumas alterações para se adequar às etapas de desenvolvimento das crianças de seis anos que ingressariam nas escolas. Assim, além dos livros didáticos que essas crianças recebem, foram distribuídos às salas de aula de 1º e 2º anos do E.F., acervos de obras pedagógicas complementares aos livros didáticos.

Foram selecionados cinco acervos agrupados em diferentes grandes áreas do conhecimento: Ciências da Natureza e Matemática (área I), Ciências Humanas (área II), Linguagens e Códigos (área III). Cada sala de aula recebeu um acervo diferente composto por trinta títulos que contemplam todas as áreas do conhecimento citadas.

[18] As obras do PNLD/complementar foram distribuídas inicialmente (2010) apenas para os dois primeiros anos do Ensino Fundamental. Em edição posterior do programa (2013) foram contempladas com o material todas as turmas de 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental – E.F.

[19] É importante considerar que alguns estados brasileiros já haviam instaurado anteriormente a 2010 a implantação do E.F. de nove anos, como é o caso de Minas Gerais em 2004. Isso ocorreu mediante a diretriz da LDB/96 que, através da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, admite a matrícula no Ensino Fundamental de nove anos, a iniciar-se aos seis anos de idade. A partir de então outras leis foram sendo aprovadas e implantadas. Assim, possuímos o seguinte histórico do ordenamento político-legal:
Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – admitiu a matrícula no Ensino Fundamental de nove anos, a iniciar-se aos seis anos de idade./ Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001, aprovou o Plano Nacional de Educação/PNE./ O Ensino Fundamental de nove anos tornou-se meta progressiva da educação nacional./ Lei n. 11.114, de 16 de maio de 2005, tornou obrigatória a matrícula das crianças de seis anos de idade no Ensino Fundamental./ Lei n. 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, ampliou o Ensino Fundamental para nove anos de duração, com a matrícula de crianças de seis anos de idade, e estabelece prazo de implantação, pelos sistemas, até 2010.

Juntamente com essas obras foi entregue uma publicação na qual há informações teórico-metodológicas sobre as subáreas de Ciências, Matemática, História, Geografia, Língua Portuguesa, Artes, além de uma pequena resenha e sugestões de uso para cada um dos livros.

O objetivo principal desse material é oferecer aos professores e alunos alternativas de trabalho e formas de acesso a conteúdos, nas diferentes áreas de conhecimento, de forma lúdica e instigante. Os acervos foram constituídos tendo em vista auxiliar os professores na tarefa de alfabetizar os seus alunos, numa perspectiva do letramento e da ampliação cultural, a partir de materiais com temáticas de interesse dos estudantes.

É interessante observar que na publicação que acompanha esse acervo complementar há uma preocupação em diferenciar a utilização desses materiais das demais obras distribuídas pelo MEC e, ao mesmo tempo, reforçar a utilização dos livros didáticos e dos livros do PNBE, o que pode ser exemplificado pelos seguintes trechos do material:

> Ao contrário das coleções didáticas, os livros dos acervos complementares não foram escritos para o professor com o objetivo de concretizar um plano de curso e estabelecer os roteiros de suas respectivas aulas. Nenhum deles pretende, portanto, nem cobrir, por si só, todo um programa, nem propor ao professor e alunos um apoio didático permanente para o cotidiano em sala de aula. Na verdade, foram escritos diretamente para os jovens leitores, inclusive os iniciantes, e, é a essas crianças que eles pretendem seduzir, informar, divertir, convencer, etc., abordando *apenas certos temas ou conteúdos, e* pressupondo que o seu uso se fará *num determinado momento.* (BRASIL, 2009, p. 9)

> Como se pode ver, o principal objetivo desses acervos é dar acesso aos estudantes a materiais de boa qualidade, a serem usados em sala de aula, juntamente com os livros didáticos e com os livros distribuídos pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE, além de outros recursos importantes para a garantia de uma prática pedagógica dinâmica e verdadeiramente motivadora. (BRASIL, 2009, p. 58)

Considerando as finalidades do material distribuído, o MEC/SEB estimula, através da mencionada publicação, a necessidade de que os livros sejam conhecidos pelos professores e estejam disponíveis em local de fácil acesso nas salas de aula, na aposta de que haja uma maior circulação entre os estudantes e uma intensa utilização. Segundo os organizadores dos acervos, para que os professores possam planejar boas

e frequentes atividades, precisam ter os recursos didáticos facilmente disponíveis, e é isso que esperam que aconteça com os acervos complementares. (BRASIL, 2009)

1.1.2 O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE)

Em 1997 foi criado pelo Ministério da Educação, em substituição a programas anteriores, o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), foco desta pesquisa. O Programa mantém a mesma lógica de distribuição de livros que vem ancorando as demais ações do MEC. O seu objetivo principal é democratizar o acesso a obras de literatura brasileiras e estrangeiras infantojuvenis e materiais de pesquisa e de referência a professores e alunos das escolas públicas brasileiras. O programa é executado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em parceria com a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB).

O programa envia anualmente acervos literários para uso coletivo na biblioteca escolar de acordo com o público-alvo de cada edição. Os acervos são compostos por diversos gêneros literários como: antologias poéticas brasileiras, antologias de contos brasileiros, antologias de crônicas, novelas ou romances brasileiros e estrangeiros (adaptados ou não), obras clássicas da literatura universal (traduzidas ou adaptadas), peças teatrais brasileiras ou estrangeiras, obras ou antologias de textos de tradição popular brasileira, ensaios ou reportagens sobre um aspecto da realidade brasileira, biografias ou relatos de viagens.

O Programa tem uma lógica de funcionamento, com as seguintes ações executadas de forma centralizada:

Edital - O FNDE elabora o edital que estipula as regras para a inscrição e avaliação das obras. A fundação também determina as regras de aquisição e o prazo para a apresentação das obras pelas empresas detentoras de direitos autorais. Este edital é publicado no *Diário Oficial da União* e disponibilizado na Internet.

Qualidade física – O Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) é responsável por coletar amostras e realizar o controle de qualidade dos livros, de acordo com as

normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), as normas ISO e os manuais de procedimentos de ensaio pré-elaborados.

Avaliação e seleção das obras – As obras são avaliadas e selecionadas por uma equipe de mestres e doutores das universidades federais que possuem uma experiência diversificada, dentre as quais a docência na Educação Básica e a formação de professores.

Negociação e aquisição – Após a avaliação e seleção dos acervos, o FNDE negocia a aquisição das obras com as editoras.

Produção – O FNDE firma o contrato com as editoras e os seus técnicos supervisionam a produção dos livros.

Distribuição - Dependendo do tipo de acervo, a distribuição dos livros é feita diretamente das editoras às escolas. Mas no caso dos acervos de obras literárias, nos quais cada acervo possui obras de diferentes editoras, os livros vão das editoras a um centro de mixagem, para formação das coleções e posterior envio às escolas. A distribuição do PNBE é feita pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). Essa etapa do PNBE conta com o acompanhamento de técnicos do FNDE e das secretarias estaduais de educação. No caso de escolas das zonas rurais, os acervos são entregues na sede das prefeituras ou das secretarias municipais de educação, que devem distribuí-los às escolas. É possível acompanhar a distribuição das obras pelo Sistema do Material Didático (SIMAD).

Ao longo da história do Programa, a distribuição dos livros de literatura foi realizada por meio de diferentes ações: em 1998, 1999 e 2000, os acervos foram enviados para as bibliotecas escolares; em 2001, 2002 e 2003, o objetivo era que os alunos tivessem acesso direto a coleções para uso pessoal e também levassem obras representativas da literatura para seus familiares. Por isso, essas edições do Programa ficaram conhecidas como *Literatura em Minha Casa*.

Em 2001, o PNBE atendeu alunos de 4º e 5º anos; em 2002, apenas alunos do 4º ano, e em 2003, os livros foram distribuídos mediante seis ações específicas[20]:

1) *Literatura em minha casa – 4º ano*: distribuição de uma coleção, composta de cinco volumes de obras de literatura de gêneros diversos, para cada aluno.

[20] Informações disponíveis no *site* <http://portal.mec.gov.br/seb/>. Acesso em: 8 maio 2007.

2) *Literatura em minha casa – 8º ano*: distribuição de uma coleção, composta de quatro volumes de obras de literatura de diferentes gêneros, para cada aluno.

3) *Palavra da gente – EJA*: distribuição de uma coleção, composta de seis volumes de obras de literatura, para cada aluno da última série da EJA.

4) *Biblioteca Escolar:* distribuição de 144 títulos de ficção e não ficção com ênfase na formação histórica, econômica e política do Brasil, para as bibliotecas das 20 mil escolas com maior número de alunos de 5º a 8º anos.

5) *Biblioteca do professor:* distribuição de dois livros para cada professor da rede pública das classes de alfabetização e de 1º a 4º anos do Ensino Fundamental, escolhidos de uma lista de 144 títulos de ficção e não ficção.

6) *Casa da leitura:* distribuição de bibliotecas itinerantes para o acesso comunitário nos municípios. Essas bibliotecas, contendo 154 livros de 114 títulos diferentes das 24 coleções do acervo das ações *Literatura em minha casa* e *Palavra da gente*, foram entregues às prefeituras para que dinamizassem o acervo.

Na edição de 2003 foi beneficiada uma grande quantidade de alunos, professores, escolas e municípios, conforme indicam os dados apresentados na tabela a seguir:

TABELA 2 - Ações do PNBE/2003

Ações do PNBE/2003	Beneficiados
Literatura em Minha casa – 4ª série	3,4 milhões de alunos
Literatura em Minha Casa – 8ª série	2,9 milhões de alunos
Palavra da Gente – EJA	463 mil alunos
Biblioteca do Professor	724 mil professores
Biblioteca Escolar	20 mil escolas de 1ª a 4ª séries
Casa da Leitura	3,6 mil municípios

Fonte: <http://www.fnde.gov.br/home/index.jsp?arquivo=/biblioteca_escola/biblioteca.html>. Acesso em: 8 maio 2007.

Ao longo de suas edições o Programa vem sofrendo modificações. Em 2002 o Tribunal de Contas da União (TCU) realizou auditoria para avaliar a "Distribuição de Acervos Bibliográficos para Escolas do Ensino Fundamental". Segundo o relatório[21]

[21] A publicação referente a esta auditoria está disponível em: <http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2054388.PDF>. Acesso em: 20 set. 2013.

emitido, a avaliação foi realizada devido à ausência de informações e de uma avaliação sistemática de utilização dos acervos. Dentre as conclusões a que chegou a auditoria, destacou-se que, apesar da eficácia de distribuição dos acervos para as escolas, o MEC não possuía atividades de avaliação e monitoramento bem-estruturadas; a divulgação do Programa precisaria ser aprimorada; as ações do Governo Federal (na época, são citados TV Escola e Parâmetros em ação) poderiam estar mais articuladas com o Programa para aumentar sua efetividade; a ausência de um auxílio para escolas mais carentes que tão pouco possuíam espaço para guarda e utilização dos acervos. Mediante estas constatações em 2002, refletimos: onze anos depois desta avaliação, encontramos muitas modificações na execução e recepção do PNBE?

A partir desta auditoria, em 2003 uma "Avaliação Diagnóstica do Programa Nacional Biblioteca da Escola" foi realizada pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação em parceria com uma equipe de pesquisadores ligados à Associação Latino-americana de Pesquisa e Ação Cultural (ALPAC), do Laboratório de Políticas Públicas (LPP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). A pesquisa abrangeu uma amostra estatística de 196 escolas, em oito estados brasileiros e 19 municípios, com a finalidade de investigar a realidade das práticas pedagógicas em torno das obras distribuídas pelo Programa. Ressalta-se o estranhamento de que a publicação dos resultados desta pesquisa, intitulados "Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE): leitura e biblioteca nas escolas públicas brasileiras"[22], foi realizada apenas no ano de 2008. As constatações também não são muito favoráveis, remetendo-se à inexistência ou inadequação do espaço da biblioteca, desconhecimento do Programa, descontinuidade de ações das gestões municipais, ausência de profissional com formação adequada para atuação nas bibliotecas.

Com a publicação do relatório do TCU e a realização da avaliação diagnóstica do MEC, em 2004 não houve a edição do PNBE para que pudessem ser pensadas reestruturações no Programa. No início de 2005 foram realizados dez seminários regionais para discussão com dirigentes e gestores das secretarias de educação sobre uma proposta conjunta de ação pública de formação de leitores e de incentivo à

[22] A publicação referente a esta pesquisa está disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Avalmat/livro_mec_final_baixa.pdf>. Acesso em 20 set. 2013.

leitura. O resultado das discussões desses seminários gerou a publicação de um conjunto de documentos sobre a política de formação de leitores. O kit tem os volumes *Por uma Política de Formação de Leitores*, *Biblioteca na Escola* e *Dicionários em Sala de Aula*, e foi enviado posteriormente às escolas.



FIGURA 4 - Publicação *Política de formação de leitores*

Fonte:<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=7262&Itemid=.> Acesso em 05 nov.2013

A partir de 2005 o MEC retoma a distribuição dos acervos para uso coletivo na escola, extinguindo-se ações como o "Literatura em Minha Casa", cujo objetivo era munir os alunos de uma biblioteca pessoal. Deste ano em diante as escolas passam a receber as obras literárias em seu formato gráfico-editorial original, assim como encontrado por toda a população nas livrarias e bibliotecas do país, o que garante esta democratização de acesso aos livros de maneira mais íntegra e autêntica. As obras do PNBE, na edição "Literatura em minha casa", apesar de possuírem uma seleção de textos canônicos de qualidade, eram retiradas de seu formato gráfico-editorial original, possuindo um formato padronizado (tamanho da obra, capa colorida e miolo preto e branco, ou apenas poucas cores).

A materialidade do livro, desde a configuração de sua capa, a produção das imagens, o papel utilizado, o tamanho, o formato, e outros elementos paratextuais, é carregada de significações que enriquecem, complementam e constituem o processo da leitura.



Obra distribuída pelo PNBE/2002 "Literatura em minha casa"

Obra distribuída pelo PNBE/2011

FIGURA 5 - Obras distribuídas pelo PNBE/2002 e 2011
Fonte: http://lerimaginarcriar.blogspot.com.br/2012/08/resenha-terra-dos-meninos-pelados.html/ http://walthermoreirasantos.blogspot.com.br/2010/08/o-colecionador-de-manhas-no-pnbe.html. Acesso em 05 nov.2013

Em 2005 uma equipe da UFRJ coordenou a avaliação e seleção das obras. Um grande diferencial dessa edição foi que as escolas dos anos iniciais do Ensino Fundamental cadastradas no Censo Escolar do Inep/Mec obtiveram a oportunidade de participar da escolha dos acervos que lhes seriam enviados, convite realizado através de ofício enviado a essas escolas, até setembro de 2005[23], através do *site* do FNDE, entre os 15 acervos compostos com 20 títulos cada. A fim de propiciar um melhor conhecimento das obras e favorecer uma escolha mais consciente, foi disponibilizada no *site* uma resenha de cada título do acervo. A quantidade de acervos possíveis de serem escolhidos estava vinculada ao número de alunos matriculados: as escolas com até 150 alunos poderiam escolher um acervo; escolas de 151 até 700 alunos, três acervos, e escolas com mais de 700 alunos poderiam escolher cinco acervos.

Essa possibilidade de escolha do acervo demonstrou uma tentativa de aproximar o profissional da escola com o Programa, além de possibilitar o atendimento das expectativas e necessidades das bibliotecas escolares, uma vez que os profissionais poderiam ter como critério a escolha daqueles acervos que mais se

[23] Não há informações mais precisas sobre o período de escolha dos acervos pelas escolas. Menciona-se apenas que as escolas puderam escolher os acervos até setembro de 2005. Fonte: Disponível em <http://www.fnde.gov.br/home/index.jsp?arquivo=/biblioteca_escola/biblioteca.html>. Acesso em: 8 maio 2007.

adequassem à realidade da prática pedagógica, ou daqueles acervos com autores e/ou títulos que a escola não possuía ou desejasse possuir.

Entretanto, como consta nas verificações de minha pesquisa de mestrado, 35% dos auxiliares de biblioteca entrevistados[24] não souberam informar se a escola participou do processo de escolha e 18% afirmaram que não escolheram o acervo devido a diversos motivos, dentre os quais os mais recorrentes foram: as dificuldades de acesso à internet e ao entendimento do processo de escolha, e o desconhecimento dessa possibilidade de escolha. Mesmo diante de dificuldades de informação mencionadas pelos entrevistados, verificou-se que nas escolas municipais da capital mineira 47% participaram desta escolha, mas 41% não souberam informar se os acervos que chegaram às escolas foram os escolhidos, demonstrando o desconhecimento do acompanhamento desse processo de escolha e a falta de controle dos materiais que chegam para a biblioteca escolar. Destaca-se que esta experiência de possibilidade de escolha dos acervos foi única, e não ocorreu mais em nenhuma edição do Programa.

Desde 2006 uma equipe coordenada pela professora e pesquisadora Aparecida Paiva, do Centro de Alfabetização Leitura e Escrita (Ceale) da Faculdade de Educação da UFMG, avalia e seleciona as obras literárias que compõem os acervos do PNBE. Apesar de a avaliação ser coordenada por esta universidade, há uma equipe de pareceristas de todas as regiões brasileiras que é selecionada para avaliar estas obras, a fim de buscar cada vez mais a descentralização do processo avaliativo, com vistas a multiplicidade de olhares e perspectivas sobre as obras literárias.

Os critérios de avaliação são previstos nos editais e podem ser sintetizados em três tópicos: qualidade do texto, adequação temática e qualidade do projeto gráfico. Em relação à **qualidade do texto** busca-se que as obras contribuam para ampliar o repertório linguístico dos estudantes e propiciem a fruição estética. Há uma seleção equilibrada entre textos de leitura autônoma e mediada. São observadas as qualidades textuais básicas e o trabalho estético com a linguagem. Textos em prosa precisam demonstrar coerência, consistência da narrativa, a ambientação, a caracterização das

[24] A pesquisa foi realizada nas 181 escolas da Rede Municipal de ensino de Belo Horizonte, sendo os entrevistados, os auxiliares de biblioteca.

personagens e o cuidado com a correção e a adequação do discurso das personagens às variáveis de natureza situacional e dialetal. Nos textos em verso, é importante a adequação da linguagem ao público a quem se destina. Nas adaptações e traduções a qualidade literária da obra original deve ser mantida. E ainda nos livros de imagens e de quadrinhos, a boa e adequada relação verbo-visual é uma característica que redunda em atenção especial.

No que se refere à **adequação temática**, é observado o público a quem se destinam as obras, o potencial das mesmas para suscitar a leitura, as possibilidades de ampliação das referências do universo do leitor e a exploração artística dos temas. Em todas as obras, os textos não devem ser didatizantes e precisam ser eticamente adequados. Obras que apresentam preconceitos, moralismos e estereótipos não são selecionadas. Buscam-se na organização dos acervos, equilíbrio e diversidade temática que reflitam as diferentes realidades socioeconômicas, culturais, ambientais e históricas que constituem a sociedade brasileira.

O **projeto gráfico** da obra é avaliado em diferentes aspectos. A obra deve possuir capa criativa, atraente e apropriada ao seu projeto estético-literário. O uso de tipos gráficos, o espaçamento e a distribuição espacial devem ser adequados aos diferentes públicos de leitores. As imagens devem recorrer a diferentes linguagens, além de serem atrativas e enriquecedoras. É esperada ainda uma boa relação texto-imagem, de forma que as ilustrações ampliem as possibilidades significativas do texto verbal e haja uma distribuição equilibrada e harmônica nas páginas. O papel deve ser resistente e adequado à leitura e ao manuseio pelos diversos públicos. As informações complementares (biografias, textos da quarta-capa e orelhas) devem ser pertinentes e enriquecedoras para a leitura da obra, contextualizando satisfatoriamente o autor, ilustrador e a própria obra para o leitor.

Atualmente, a cada edição do programa contempla-se um segmento de ensino diferente; a partir de 2006 foram incluídos segmentos que anteriormente não haviam sido atendidos, como a Educação Infantil (a partir do PNBE/2008) e o Ensino Médio (a partir do PNBE/2009). O Programa tem seguido uma lógica de distribuição em que, nos anos pares, são distribuídas obras para a Educação Infantil, anos iniciais do Ensino Fundamental e EJA (que começou a ser contemplada pelo programa em 2010) e nos

anos ímpares são contemplados os alunos dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

A tabela a seguir demonstra o investimento realizado anualmente para cada uma das edições do Programa.

TABELA 3
Evolução do PNBE 2005 a 2013

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE
PROGRAMA NACIONAL BIBLIOTECA DA ESCOLA - PNBE

EVOLUÇÃO DO PROGRAMA - 2005 A 2013

ANO DE AQUISIÇÃO	ANO DE ATENDIMENTO	ALUNOS BENEFICIADOS	ESCOLAS BENEFICIADAS *	LIVROS	INVESTIMENTO **	ATENDIMENTO
2005	PNBE 2005	16.990.819	136.389	5.918.966	47.268.337,00	Fundamental de 1ª a 4ª série
2006	PNBE 2006	13.504.906	46.700	7.233.075	46.509.183,56	Fundamental de 5ª a 8ª série
2007***	PNBE 2008	5.065.686	85.179	1.948.140	9.044.930,30	Educação Infantil
		16.430.000	127.661	3.216.600	17.336.024,72	Fundamental de 1ª a 4ª série
		7.788.593	17.049	3.437.192	38.902.804,48	Ensino Médio
		29.284.279	**161.274**	**8.601.932**	**65.283.759,50**	**Total**
2008	PNBE 2009	12.949.350	49.516	7.360.973	47.347.807,62	Fundamental de 5ª a 8ª série
		7.240.200	17.419	3.028.298	27.099.776,68	Ensino Médio
		20.189.550	**52.645**	**10.389.271**	**74.447.584,30**	**Total**
2009	PNBE 2010	4.993.259	86.379	3.390.050	12.161.043,13	Educação Infantil
		15.577.108	122.742	5.798.801	29.563.069,56	Fundamental de 1ª a 4ª série
		4.153.097	39.696	1.471.850	7.042.583,76	EJA
		24.723.464	**161.274**	**10.660.701**	**48.766.696,45**	**Total**
2009	VOLP	35.563.761	137.968	204.220	3.051.046,80	Educação Básica
				10.864.921	**51.817.743,25**	**Total**
2010	PNBE 2011	12.780.396	50.502	3.861.782	44.906.480,00	Fundamental de 6º ao 9º ano
		7.312.562	18.501	1.723.632	25.905.608,00	Ensino Médio
		20.092.958	54.359	**5.585.414**	**70.812.088,00**	**Total**
2011	PNBE 2012	3.581.787	**86.088**	3.485.200	24.625.902,91	Educação Infantil
		14.565.893	115.344	5.574.400	45.955.469,82	Fundamental do 1º ao 5º ano
		4.157.721	38.769	**1.425.753**	**11.216.573.38**	**EJA**
		22.305.401	**148.018**	**10.485.353**	**81.797.946,11**	**Total**
2012	PNBE 2013	12.339.656	50.556	5.207.647	56.677.338,63	Fundamental de 6º ao 9º ano
		8.780.436	19.144	2.218.884	29.704.045,58	Ensino Médio
		21.120.092		**7.426.531**	**86.381.384,21**	**Total**

** O número total de escolas beneficiadas não será igual à soma das escolas beneficiadas em cada nível de ensino. Há escolas que executam mais de um nível de ensino.*

*** Valor gasto com aquisição, distribuição, controle de qualidade etc.*

**** A partir de 2007, foi mudada a nomenclatura do PNBE. Até 2006, o nome do programa se referia ao ano de aquisição. Em 2007, passou a referir-se ao ano de atendimento.*

Fonte:<http://www.fnde.gov.br/programas/biblioteca-da-escola/biblioteca-da-escola-dados-estatisticos>.Acesso em: 20 set. 2013.

Em relação à Educação Infantil, percebemos um grande avanço do Programa ao incluir este segmento, pois entendemos que a formação de leitores é algo que precisa ser garantido desde a mais tenra idade, na crença de que esta mediação, mesmo para aqueles que não se apropriaram do código alfabético da escrita e/ou não leem com autonomia, suscitará nas crianças das camadas economicamente menos favorecidas o desejo pela leitura e a inserção sistemática nas práticas de letramento literário já que estas, em sua maior parte, não terão em seus lares a figura de um adulto que as introduzirá no universo da leitura. Já houve, portanto, três edições do PNBE para a Educação Infantil (PNBE/2008, 2010 e 2012).

Na primeira edição em 2008, foram enviados materiais que atendessem apenas aos alunos de quatro e cinco anos (pré-escola). Ainda nesta primeira edição para a Educação Infantil a equipe que selecionou as obras produziu um catálogo intitulado *Literatura na infância: imagens e palavras*[25], com resenhas sobre os sessenta títulos selecionados para compor os acervos. As resenhas pretenderam ser um convite à leitura das obras, instigando os mediadores ao seu conhecimento e potencializando esta mediação. Infelizmente, por razões burocráticas e orçamentárias, o catálogo não foi enviado conjuntamente com os acervos, chegando à escola meses depois. Também esta foi uma experiência singular, pois em edições posteriores não houve possibilidades orçamentárias para que esta valiosa publicação, que serviria como material de referência para os mediadores, pudesse ser produzida para os demais acervos.

[25] O catálogo está disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Avalmat/literatura_na_infancia.pdf>. Acesso em: 22 set. 2013.



FIGURA 6 - Catálogo de literatura infantil
Fonte: Catálogo PNBE/2008



FIGURA 7: Exemplo de resenha do catálogo *Literatura na Infância*: imagens e palavras.
Fonte: Catálogo PNBE/2008

Na edição do PNBE/2010 foram incluídos acervos para a creche (crianças de 0 a 3 anos). Assim, nesse edital, encontramos algumas diferenciações quanto a materialidade dos livros, discriminando a possibilidade de envio de obras com diversos materiais (papel, cartonado, tecido, EVA, plástico, entre outros materiais) e formatos, tendo em vista que estes devem servir tanto para uma leitura autônoma, podendo ser manuseados pelos pequenos, quanto em uma leitura mediada. O contato, o manusear

de um livro é algo que deve ser ensinado e permitido aos pequenos leitores a fim de familiarizá-los com essa prática e permitir-lhes experienciar as sensações que o contato com a obra literária (suas imagens, cores, disposições) oferece.

Entretanto, ao se analisar as obras enviadas para o segmento da Educação Infantil verifica-se que, além das editoras inscreverem poucas obras, foi praticamente inexistente o envio de livros com materiais diferenciados, ou também os chamados livros-brinquedo. Uma das hipóteses elencadas para essa ocorrência é que esse tipo de obra é de custo muito alto, e em sua maioria impressa fora do país, portanto o valor pago pelo FNDE para a aquisição delas não custearia o gasto para sua produção - por isso, o não investimento dos editores na inscrição deste tipo de livro. Mediante essa limitação quanto ao material das obras para Educação Infantil, a seleção foi feita levando em conta a qualidade do papel, a qualidade do projeto gráfico editorial e principalmente a qualidade literária da obra tendo em vista os seus destinatários.

Pereira (2011) realizou uma pesquisa nas Unidades Municipais de Educação Infantil (UMEIs) de Belo Horizonte a fim de verificar se haviam sido recebidas as obras enviadas pelo PNBE/2008 e PNBE/2010. A pesquisadora constatou que 95% das Unidades não receberam as obras e que 80% das UMEIs da capital mineira não possuíam biblioteca. Das que possuíam, apenas 7% contam com bibliotecas planejadas. As 13% restantes adaptaram espaços, que originalmente serviam para outros fins, para armazenar livros. Dentre os motivos investigados para o não recebimento, verificou-se que a maior parte das UMEIs está vinculada a uma escola-polo que, a seu turno, não redirecionou as obras recebidas para as unidades de Educação Infantil, muitas vezes por desconhecimento do processo.

No período de realização da pesquisa na Rede Municipal de Ensino de Lagoa Santa (2011) estavam previstos para que chegassem à escola os acervos dos PNBE/2010 e 2011. No PNBE/2010 o Programa direcionou a entrega de materiais de leitura em quatro ações diferenciadas:

- o *PNBE/2010* distribuiu obras literárias para as bibliotecas das escolas de Educação Infantil, para os alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental e para os alunos de EJA;

- o *PNBE do professor*, no qual foram distribuídas obras de orientação teórico-metodológica para cada disciplina da Educação Básica. As obras foram divididas em cinco categorias: anos iniciais do Ensino Fundamental; anos finais do Ensino Fundamental; Ensino Médio regular; Ensino Fundamental da Educação de Jovens e Adultos; e Ensino Médio da Educação de Jovens e Adultos;

- o *PNBE/Periódicos* enviou periódicos de cunho eminentemente pedagógico para as bibliotecas escolares. Para concorrerem a essa seleção as editoras precisavam comprovar, no mínimo, um ano de circulação de suas publicações, sendo que estas deveriam apresentar periodicidade de 4 a 12 edições anuais, entre outras determinações;

- o *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP),* desenvolvido pela Academia Brasileira de Letras, foi enviado a 137.968 escolas, com o objetivo de apoiar a implantação do Novo Acordo Ortográfico e servir como material de consulta permanente para professores e alunos.

No PNBE/2011 foram distribuídas obras literárias para as bibliotecas escolares que atendem os alunos dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

Face a todo esse histórico do Programa, hoje, no período em que se insere esta pesquisa, podemos sintetizar, portanto, as ações do PNBE em quatro iniciativas principais:

TABELA 4
Eixos de ação do PNBE (2010 a 2013)

PNBE	Envia obras literárias para os diferentes segmentos da Educação Básica, conforme ano de sua edição.
PNBE/periódicos	Distribui revistas pedagógicas para auxiliar o trabalho do professor da rede pública e do gestor escolar. Entre esses periódicos podemos citar os enviados de 2010 a 2012, que são: *Carta Fundamental*, *Nova Escola*, *Pátio Educação Infantil*, *Revista Ciência Hoje das Crianças*, *Presença Pedagógica*, *Carta na Escola*, *Revista Língua Portuguesa*, *Conhecimento Prático Geografia*, *Revista de História da Biblioteca Nacional*, *Cálculo Matemática para todos*, *Pátio Ensino Médio, Profissional e Tecnológico e Filosofia*, *Ciência e Vida*.
PNBE do	Com início em 2010, e nova edição em 2013, tem por objetivo adquirir obras de referência para ajudar os professores da Educação Básica regular e da Educação de

professor	Jovens e Adultos na preparação dos planos de ensino e na aplicação de atividades em sala de aula com os alunos.
PNBE/Temático	Em sua edição de inauguração em 2013 enviará obras de referência, com foco no reconhecimento e na valorização da diversidade humana, para os estudantes e professores dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Foram estipulados nove temas que abarcam as especificidades das populações que compõem a sociedade brasileira: indígena; quilombola; campo; Educação de Jovens e Adultos; direitos humanos; sustentabilidade socioambiental; educação especial; relações étnico-raciais e juventude. Para 2013 os acervos serão formados com até 45 títulos, englobando todos os temas. A estimativa de distribuição é de 85 mil acervos para 60 mil escolas, correspondendo a aproximadamente 3,8 milhões de livros.

Fonte: <http://www.fnde.gov.br/programas/biblioteca-da-escola/biblioteca-da-escola-apresentacao>. Quadro elaborado pela autora.

Constata-se então que em todas as ações deste Programa, mesmo com as modificações e variações elencadas, o investimento é na distribuição de obras literárias e materiais de referência para o acervo coletivo da escola, tendo como público os alunos e os professores. Outras ações de promoção à leitura, organização das bibliotecas, contratação de profissionais, formação de mediadores, monitoramento da chegada dos materiais ficam a cargo do estado, município e das próprias instituições escolares.

Portanto, para iniciarmos o enfrentamento de questões que envolvem os programas do livro do MEC, no tópico a seguir indicaremos algumas percepções gerais sobre os questionamentos de gestores municipais em relação a esses programas, apontados nos seminários regionais do PNLD, e à análise dos questionários respondidos por 98 profissionais das redes públicas de ensino que participaram do I Seminário Nacional sobre o PNBE.

1.2 Seminários nacionais do PNLD e PNBE: enfrentamento de questões nacionais em relação aos programas do livro do Ministério da Educação

1.2.1 Os seminários do PNLD

Assim como apontado na introdução deste trabalho, como parte exploratória da pesquisa, participei de quatro Seminários Regionais do PNLD/2011 (Região Sul - Curitiba; Região Nordeste – Salvador; Região Sudeste – Rio de Janeiro; Região Norte e Centro-Oeste) e um seminário nacional sobre o PNBE (Brasília), todos ocorridos no primeiro semestre de 2010, com representantes das secretarias municipais de educação de municípios de todas as regiões brasileiras a fim de compreender algumas questões nacionais que envolvem as políticas públicas de distribuição do livro. Procedendo assim, pude balizar meu olhar em relação aos aprofundamentos e reflexões que porventura realizaria na minha pesquisa sobre o PNBE na Rede Municipal de Ensino de Lagoa Santa.

Tive a oportunidade de representar o Ceale/FaE/UFMG como palestrante sobre o processo de avaliação do PNBE nos seminários regionais do PNLD, pois os profissionais da SEB/MEC sentiram a necessidade de expor algumas questões sobre o PNBE aos representantes dos municípios, uma vez que foi constatado um grande desconhecimento dos municípios sobre o Programa. Além das palestras, atuei na coordenação de dois grupos de trabalho (GT) nos quais cerca de 30 gestores das secretarias de educação compartilharam, a partir de um roteiro de discussão, as experiências em relação ao livro didático e às obras do PNBE em seus municípios.

Esses quatro seminários regionais sobre o PNLD/2011 foram promovidos pelo MEC, por meio da Secretaria de Educação Básica, mais especificamente sob a responsabilidade da Diretoria de Políticas de Formação, Materiais Didáticos e Tecnologias Educacionais para Educação Básica, Coordenação Geral de Materiais Didáticos, com o objetivo de apresentar e discutir os princípios didático-pedagógicos que circundam os Programas do Livro do MEC, e sistematizar o processo de escolha dos livros pelos professores das escolas públicas brasileiras. Os seminários aconteceram em quatro capitais brasileiras atendendo os municípios de todas as regiões brasileiras (Sudeste; Norte e Centro-Oeste; Nordeste; Sul).

O público-alvo desses encontros eram os gestores das secretarias de educação ou responsáveis pelos Programas do Livro nos estados e municípios que atendem os anos finais do Ensino Fundamental, uma vez que esta edição do Programa era destinada a alunos deste segmento[26]. Os municípios foram convidados a participar do evento e a adesão dava o direito de o participante se hospedar durante três dias nos hotéis em que os eventos aconteceram, sendo a locomoção de responsabilidade dos municípios ou estados. Em cada um dos eventos reuniram-se cerca de 250 pessoas; a participação foi efetiva no sentido de que as pessoas integraram a maior parte das atividades propostas.

Os seminários ocorreram num período de três dias, iniciando-se na parte da noite, com atividades na manhã e tarde do dia seguinte e encerramento no outro dia pela manhã, conforme programação ao final deste trabalho (Anexo 1). Ocorreram atividades diferenciadas, com palestras proferidas pela equipe da secretaria, como "PNLD/2011 – Princípios didáticos pedagógicos" ou temas como o processo de escolha do livro didático (LD), além de uma fala proferida por representantes da comissão científica de cada uma das áreas avaliadas (geografia, língua portuguesa, língua estrangeira, matemática e história) com exposição sobre os critérios de avaliação para cada uma das disciplinas que se encontram no Guia de escolha do LD, e ainda a palestra sobre o Programa Nacional Biblioteca da Escola, proferida por mim, na condição de representante da equipe de avaliação do Ceale/UFMG. Apesar de não constar na programação oficial, houve uma exposição da equipe técnica do FNDE sobre questões burocráticas relativas à escolha e à distribuição do LD. Ao final de cada exposição foi garantido um período de debate, que era bem aproveitado pelos participantes no intuito de tirar dúvidas, questionar algumas posições do Ministério da Educação e expor práticas realizadas em suas regiões relativas às escolhas ou usos dos materiais enviados pelo MEC.

Através das discussões nos GT e da apresentação na plenária geral no último dia de cada evento, os participantes sintetizaram os principais problemas enfrentados com essas políticas e apontaram sugestões de aprimoramento.

[26] É importante destacar que em ano anterior também foram realizados seminários nacionais sobre o PNLD destinado a aspectos referentes às obras dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

TABELA 5

Síntese dos problemas sobre os programas do livro elencados por gestores participantes dos seminários do "Programa Nacional do Livro Didático - PNLD 2011"

Programa	Críticas	Sugestões
PNLD	Falta de recursos tecnológicos em muitos municípios (acesso à internet e ausência de computadores nas escolas, escolas que nem possuem energia elétrica) Ausência e/ou atraso no envio do Guia de Escolha, que em muitos casos, chega apenas após o período de escolha. Muitas escolas não têm recursos para imprimir o guia disponibilizado no site Atraso no envio da carta/senha para acesso ao sistema. Congestionamento no sistema dificultando a escolha. Prazo curto para a escolha do LD que dificulta a análise das obras. Telefone para contato com o FNDE não funciona com eficiência. Projeção do FNDE para envio das obras, referentes ao censo de dois anos atrás, não é suficiente. Na grande maioria das escolas o número de obras que chega é inferior ao número de alunos. Número de livros na reserva técnica é insuficiente. Muitos professores sentem falta de terem o LD em mãos para manusear no momento da escolha. Problemas com a entrega dos Correios: entrega em períodos noturnos, finais de semana, férias, locais errados, sem a devida conferência da escola e correios. Pressão de editoras mediante ofertas (brinde, capacitações) em algumas regiões acaba por determinar a escolha do livro. Falta de tempo nas escolas destinado a escolha do LD, devido ao cumprimento da carga horária. Falta de interesse de muitos docentes por esse momento e escola	Ampliação do prazo de escolha. Calendário prévio dos períodos de escolha para constar nos calendários estaduais e municipais. Aperfeiçoamento do sistema. Obrigatoriedade de indicação de um responsável na escola para alimentar os dados do Siscort. Utilização de número de matrícula mais recente para que não haja discrepância tão grande no quantitativo de obras distribuídas: criação de um sistema de dados mais atualizado para este fim. Entrega do Guia em tempo hábil. Ampliação da cota de reserva técnica. Criação do "Dia de análise do LD na escola" para exercitar o estudo do Guia. Previsão no calendário para os dias de escolha do LD dentro da carga horária de trabalho do professor. Propaganda do MEC para sensibilização dos professores para estudo do Guia. Estabelecer processos para descentralização do LD. Cada estado seria responsável por sãs especificidades (senha, reserva técnica). Continuidade dos Seminários do Livro indicando o que foi feito com as sugestões apresentadas em anos anteriores. Controle da distribuição da sobras pelo correio (maior monitoramento, garantia de não entrega no período de férias).
PNBE	**Desconhecimento das escolas do envio dos acervos.** **Acervos em muitas escolas ainda estão armazenados nas salas da direção e secretarias.** **Desconhecimento e falta de controle das secretarias de educação dos acervos que chegam às escolas.** **Atuação de professores em readaptação nas bibliotecas.**	**Estabelecer um programa de formação de leitores com as obras do PNBE.** **Algumas secretarias de estado (Aracaju/Sergipe) nomearam uma coordenação exclusiva para orientar o uso dos livros fornecidos pelo programa e monitorar a implantação das bibliotecas.** **Outras estratégias de circulação e utilização das obras para as escolas que não possuem espaço para bibliotecas ou salas de leitura: Mala-baú, carrinho de supermercado que circula nas salas.** **Envio de um kit do acervo para as secretarias de Educação para uso nos planejamentos e formação de professores.**

Fonte: Quadro elaborado por Daniela Montuani a partir das sínteses apresentadas nas plenárias dos quatro seminários.

Face aos dados elencados na tabela acima, percebe-se que a maior parte dos problemas referentes ao PNLD dizem respeito a questões técnico-operacionais: prazo de entrega do guia do LD; dificuldades de acesso ao sistema de escolha; dificuldades de distribuição das obras pelo correio; livros distribuídos muitas vezes insuficientemente para o quantitativo de alunos. Ainda destacam-se, no interior da escola, problemas de cunho administrativo e pedagógico que dizem respeito ao tempo não disponibilizado na carga horária do docente para a escolha do LD e o desinteresse e desconhecimento de alguns professores frente à importância desta atividade.

Quanto às informações sobre o PNBE, é importante ressaltar que a pouca quantidade de problemas e sugestões apresentadas é coerente com o de desconhecimento do programa apresentado por muitos desses profissionais nos eventos. As percepções sobre esse desconhecimento puderam ser percebidas tanto nas discussões dos GT quanto na palestra geral proferida sobre o PNBE, na qual, ao final, foram apontadas muitas dúvidas pelos participantes.

1.2.2 *O seminário do PNBE*

Após a realização dos seminários sobre o PNLD/2011, foi realizado um seminário sobre o Programa Nacional Biblioteca da Escola para atender a cerca de 150 representantes de todas as regiões brasileiras. Destaca-se que foi o I Seminário Nacional sobre o PNBE, desde a sua constituição, cujos objetivos eram anunciar os princípios didático-pedagógicos e os critérios que orientam a avaliação e a seleção das obras que compõem os acervos de leitura enviados às escolas, bem como apresentar iniciativas que contribuam para o desenvolvimento de uma política de formação de leitores nas escolas públicas brasileiras.

Este seminário possuiu um formato parecido com o do PNLD (cf. programação no Anexo 2), com palestras gerais sobre o programa e temáticas que o circundam (“Leitura e biblioteca como política pública”; “O livro, o leitor, a leitura: a circulação da literatura na escola”, “Leitura literária”, “Avaliação pedagógica do PNBE”, “Avaliação pedagógica PNBE do Professor”, “Biblioteca escolar como espaço de intervenção

pedagógica", "Políticas públicas para o livro e leitura" e "Apresentação da Pesquisa Bibliotecas na Escola").

Os grupos de trabalho foram coordenados por representantes do MEC e integrantes da equipe de avaliação do CEALE, que discutiram, a partir do roteiro de trabalho estabelecido (Anexo 3), questões como apropriações do acervo, relatos de práticas de leitura literária realizadas com o material recebido, inclusão de práticas de leitura literária no projeto político pedagógico da escola, ações do estado ou município para formação de mediadores de leitura e revitalização/construção de bibliotecas escolares, bem como o apontamento das principais dificuldades encontradas em relação ao PNBE.

Além da realização dos GT e das plenárias, algumas secretarias de educação, a convite do Ministério da Educação, relataram experiências de desenvolvimento de um trabalho com a leitura no município

No primeiro seminário realizado sobre o programa (vale lembrar a existência do programa desde 1997) o convite feito aos municípios foi que enviassem como representantes aqueles profissionais diretamente envolvidos com as questões dos livros e da leitura, pois havia uma grande expectativa dos participantes para as discussões e apontamentos naqueles dias de encontro.

Na oportunidade do evento aplicamos[27] um questionário (Anexo 4) com questões relativas a essa política ("Sobre o PNBE", "Sobre a composição e o uso dos acervos das bibliotecas escolares", "Sobre catálogos de editoras" e "Sobre mediações de leitura do espaço escolar"). Parte desses dados, que dizem respeito mais especificamente aos objetivos desta pesquisa, foi tabulada e categorizada (conhecimento e usos das obras literárias) a fim de se obter uma visão mais geral das repercussões desse Programa em diferentes municípios brasileiros.

Foram lidos e categorizados os 98 questionários preenchidos e entregues pelos participantes do seminário. Como pode ser observado na Tabela 6, foram contemplados por esta parte da pesquisa 21 estados brasileiros, permitindo uma visão

[27] Nesse evento outras pesquisadoras do Ceale envolvidas com o PNBE participaram como coordenadoras dos GT.

abrangente da temática, mas sem desconsiderar que cerca de 50% das respostas advêm de municípios da Região Sudeste.

Tabela 6 – Estados e quantidade de municípios que responderam ao questionário

SP	MG	RJ	SC	DF	GO	RS	BA	PR	AL	ES	PA	MT	CE	N.I	MA	PE	RN	RO	TO	PI	AM	Total geral
20	12	10	9	5	5	5	4	4	3	3	3	3	2	2	2	1	1	1	1	1	1	98

Fonte:Quadro elaborado pela autora com dados da pesquisa

É importante destacar também que o público atendido por ambos os seminários foi, em sua maioria, formado por gestores das secretarias municipais de educação; sendo assim, os apontamentos destes indivíduos dizem respeito às vivências em relação a estes programas a partir de suas experiências nas secretarias de educação, com maior ou menor envolvimento com as instâncias escolares, de acordo com as realidades de cada município. A maior parte dos integrantes respondentes ocupa cargos de gestão, tais como coordenadores, assessores da secretarias de educação, chefes de departamento, técnicos administrativos educacionais, técnicos pedagógicos, dentre outros cargos. Apenas 18% ocupavam a função de professores e 7% a função de bibliotecários.

O primeiro aspecto analisado foi concernente à existência de bibliotecas nas escolas destes estados/municípios. Conforme pode ser visto na Tabela 7, apenas 21% dos entrevistados afirmaram que as escolas de seus municípios possuem bibliotecas. Em 73% dos municípios a existência da biblioteca ainda não é uma garantia para a totalidade das escolas. Em 2% dos municípios, ambos pertencentes ao estado de Alagoas, os entrevistados afirmaram que suas escolas não possuem bibliotecas, mas em pergunta posterior indicaram a existência de espaços adaptados para este fim.

TABELA 7
Existência de bibliotecas nas escolas

Algumas	39	40%
Na maioria	32	33%
Sim	21	21%
Não informaram (N.I.)	4	4%
Não	2	2%
Total geral	**98**	**100%**

Fonte:Quadro elaborado pela autora com dados da pesquisa

Na presente década, observamos ainda que a maior parte das bibliotecas escolares funciona em espaços adaptados, conforme revela a Tabela 8. Isto justifica o estabelecimento da lei[28] que dispõe sobre a priorização de criação de bibliotecas escolares até 2020. Em apenas 16% dos municípios já se encontram nos projetos arquitetônicos das escolas espaços previstos para este fim.

TABELA 8
Espaço da biblioteca

Adaptado	47	48%
Adaptado/Previsto no projeto	31	32%
Previsto no projeto	16	16%
N.I.	4	4%
Total geral	**98**	**100%**

Fonte:Quadro elaborado pela autora com dados da pesquisa

O problema que acreditamos ser o maior nesta conjuntura não é apenas o fato da grande existência de bibliotecas escolares em espaços adaptados. A questão que se coloca é a maneira como estes espaços são adaptados, pois a biblioteca escolar deve estar organizada para proporcionar aos alunos e à comunidade em geral a busca pela leitura de um modo adequado e agradável. Segundo Silva (2009b),

> em geral as bibliotecas escolares brasileiras estão dispostas em espaços que não oferecem segurança e conforto para receber pelo menos uma turma de alunos, pois o ambiente é pequeno, o mobiliário está incompleto, sendo composto pelas sobras de outras salas da escola. Além disso, a iluminação não é boa e a ventilação revela-se precária, uma vez que tudo foi improvisado desde o começo, sem planejamento para a criação de um espaço adequado. Por isso é necessário que se estabeleçam parâmetros mínimos para se estruturar a biblioteca escolar. (p. 119)

Além da adequada constituição dos espaços físicos, a composição, manutenção e renovação dos acervos disponibilizados são de incontestável relevância em se tratando da formação dos leitores. Verificamos no histórico de ações voltadas para a leitura no Ministério da Educação que o PNBE, desde 1997, centraliza as ações do Governo Federal no que diz respeito ao envio de acervos para as bibliotecas escolares. Em pesquisa intitulada *A realidade das bibliotecas escolares brasileiras*[29] (2011),

[28] Lei n. 12.244, de 24 de maio de 2010, que "Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País".

[29] Para a pesquisa em referência, escolheu-se a Amostragem Multiestágios (AM), que dividiu a população em subpopulações, por sua vez divididas em subsubpopulacões, em vários estágios. Uma

realizada pelo MEC, em parceria com a Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) e com a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID), é demonstrado que, apesar de o envio de obras para as escolas não garantir e/ou não ser suficiente para promover ações de formação de leitores, o fato de enviá-las acaba por mobilizar os municípios e escolas a enxergarem a realidade em que se encontram seus "espaços de leitura".

> Os investimentos feitos pelo governo federal na seleção, composição e envio de acervos para as escolas têm constituído um fator de mobilização das redes na criação de uma cultura de atenção a biblioteca escolar. As redes passam a despertar para essa questão, e se vêem obrigadas a também fazer movimentos – traduzidos aqui como investimentos próprios e definição político-pedagógica – para a estruturação de bibliotecas escolares. Isso significa que, se os livros chegam à escola, é preciso pensar onde colocá-los, como armazená-los e catalogá-los, saber quem vai cuidar do acervo e como mobilizar usuários no contexto da escola. A seleção de livros pelas escolas, em catálogos previamente selecionados, e sua chegada diretamente à unidade escolar geram expectativa de autonomia e de"utilidade" para a biblioteca escolar. (BRASIL/MEC/OEI, 2011, p. 101)

Em se tratando, portanto, do conhecimento dos entrevistados em relação à política do PNBE verificou-se uma parcela grande (88%) de gestores que indicam conhecer tal programa, dado que, de certa forma, poderia ser esperado já que tais respondentes estavam presentes em um seminário nacional para tratar desta política. Contudo, isso difere das percepções dos participantes dos outros seminários do MEC que tratavam da política do PNLD, no qual havia um grande desconhecimento sobre o PNBE e grandes dúvidas dos participantes em relação ao seu funcionamento.

---

amostra aleatória foi selecionada em cada estágio para compor a amostra total. A escolha dos estados foi definida, *a priori,* pelo MEC, levando em conta alguns critérios: representar cada uma das cinco regiões geográficas (N, NE, CO, S, SE), portanto, cinco estados; e incluir, entre os cinco, dois estados participantes da pesquisa anterior de *Avaliação diagnóstica do Programa Nacional Biblioteca da Escola* (foram, então, selecionados Goiás e Bahia). A amostra compôs-se de duzentas escolas selecionadas aleatoriamente da população total do Brasil, entre 43.717 escolas públicas das redes federal, estaduais e municipais que oferecem Ensino Fundamental e/ou Ensino Médio, com bibliotecas ou salas de leitura, garantindo a confiabilidade segundo os parâmetros estabelecidos. Além das escolas, e considerando os instrumentais utilizados, os dados técnicos da pesquisa são os seguintes: duzentos diretores e/ou coordenadores pedagógicos; duzentos responsáveis por bibliotecas; seiscentos professores e 1,2 mil alunos, procedentes de distintos segmentos de ensino e escolas de regiões, estados e municípios selecionados. Fonte: <http://www.oei.es/bibliobrasil.pdf>. Acesso em: 29 set. 2013.

Tabela 9 - Conhecimento sobre o PNBE		
Sim	86	88%
Não	10	10%
N.I	2	2%
Total geral	**98**	**100%**

Fonte: Quadro elaborado pela autora com dados da pesquisa

Nas tabelas a seguir (10 e 11) esses gestores afirmam, em sua maioria, que têm conhecimento sobre a chegada dos acervos nas escolas. Mas se percebe que uma parcela considerável (39%) indica que não há um monitoramento referente à chegada deste material. Uma das grandes queixas de participantes de outros seminários do MEC era o fato de as secretarias de educação desconhecerem muitos dos materiais que chegam à escola, o que dificulta ações nesse sentido. Uma política de distribuição de livros como o PNBE pressupõe uma rede de ações interinstitucionais para que seu objetivo principal de fomento à leitura seja alcançado.

TABELA 10 **Conhecimento sobre a chegada dos acervos**		
Sim	74	76%
Não	22	22%
Às vezes	1	1%
N.I.	1	1%
Total geral	**98**	**100%**

Fonte: Quadro elaborado pela autora com dados da pesquisa

TABELA 11 **Monitoramento do PNBE pela Secretaria de Educação**		
Sim	53	54%
Não	38	39%
N.I.	7	7%
Total geral	**98**	**100%**

Fonte: Quadro elaborado pela autora com dados da pesquisa

Um dos grandes desafios que se coloca para a questão do funcionamento da biblioteca e da efetiva utilização dos acervos que são enviados se refere ao profissional que ali atua. Percebe-se, pelos dados abaixo (Tabela 12), que ainda não há clareza nas redes de ensino, ou critérios bem-definidos para o tipo de profissional que será responsável por este espaço, principalmente porque este profissional, nas demandas atuais, deve tanto atender à necessidade de catalogação e manutenção do acervo, quanto, principalmente, promover atividades de incentivo à leitura.

A presença de professores em desvio de função ou readaptados ainda é uma realidade bastante recorrente nesses espaços, o que, *a priori*, não inviabilizaria o tipo de trabalho requerido, mas se sabendo, em geral, os motivos de afastamento (saúde física e emocional) desses profissionais da sala de aula, limita em grande parte o trabalho ali desenvolvido. Estagiários, muitas vezes sem um mínimo de formação e ou interesse para atuação nesta instância, mas que se encontram ali devido à facilidade de inserção na seleção e à carga horária reduzida de trabalho, também constituem uma das realidades encontradas. A carência de profissionais da área (bibliotecários) e também de professores tem dificultado a ação das redes de ensino em se tratando desta questão.

TABELA 12
Profissional da biblioteca

Professores	47	48%
Professores/Auxiliares	12	13%
Professores em readaptação	11	11%
Auxiliares	9	9%
Professores/Bibliotecários	8	8%
Bibliotecários	4	4%
Bibliotecária/Professores em readaptação	2	2%
N.I.	2	2%
Professores em readaptação/estagiários	2	2%
Estagiários	1	1%
Total geral	**98**	**100%**

Fonte: Quadro elaborado pela autora com dados da pesquisa

No que tange ao treinamento dos profissionais que atuam nas bibliotecas, os gestores afirmam que este tipo de ação ocorre em 55% das redes de ensino, o que não garante que sejam formações continuadas, ou que mantenha uma continuidade e consistência ao longo da carreira destes profissionais. Além disso, ainda é grande (38%) a inexistência de treinamento para os que atuam nestes espaços.

TABELA 13
Os profissionais da biblioteca recebem algum tipo de treinamento?

Sim	54	55%
Não	37	38%
N.I.	7	7%
Total geral	**98**	**100%**

Fonte: Quadro elaborado pela autora com dados da pesquisa

O dado tratado anteriormente ainda se mostra mais relevante quando questionamos sobre a eficácia destes treinamentos para os profissionais. Neste caso, 49% dos respondentes não consideram eficazes os treinamentos realizados, o que mostra a fragilidade deste processo.

Tabela 14 - A formação de mediadores tem sido eficaz?

Não	48	49%
Sim	37	38%
N.I	13	13%
Total geral	**98**	**100%**

Fonte: Quadro elaborado pela autora com dados da pesquisa

No questionário preenchido havia um espaço para sugestões e críticas que pudessem contribuir para a política do PNBE. A análise destas informações permite identificar algumas demandas que podem repercutir em melhorias para a política. Sem a intenção de tratar nesta parte da pesquisa de todas as variações elencadas nos questionários, sintetizamos alguns aspectos que se mostraram mais recorrentes.

- Envio de acervos do PNBE para a equipe da secretaria de educação com o objetivo de conhecerem as obras e utilizarem nas formações ministradas e, em alguns casos, abastecerem as bibliotecas do professor existentes nos centros de formação ou nas próprias secretarias.
- Criação de uma rede para formação dos profissionais que atuam nas bibliotecas escolares, com sugestões como vínculo com cursos de Educação a Distância – EAD: formação técnica em biblioteconomia à distância a fim de remediar de forma mais rápida a carência de profissionais na área; formações para uso do acervo no formato do Pró-Letramento ou através da Plataforma Freire. Todas as formações para mediadores de leitura deveriam levar em conta as obras do PNBE a fim de potencializar o seu uso.
- Melhoria nos canais de comunicação entre MEC e Secretarias de Educação para facilitar o monitoramento dos programas do livro.
- Divulgação do PNBE na mídia, assim como ocorre com outros programas, a fim de que toda a sociedade tome conhecimento.

- Estabelecimento pelo MEC, em conjunto com as Secretarias de Educação, de um sistema de monitoramento das atividades realizadas com os acervos recebidos, com registros padronizados, ou seja, uma prestação de contas de cada escola para garantir o uso dos mesmos.
- Nomeação, em cada secretaria de educação, de um representante que seja responsável por monitorar o recebimento e utilização dos acervos.
- Dar continuidade à realização de Seminários Nacionais sobre o PNBE para que todos os municípios tenham acesso a essa formação e seja um espaço constante de troca de experiências.

Com esses dados podemos perceber que ainda há muito que se fazer em relação às políticas de livros e leitura nas escolas, porque há a necessidade de mobilização de uma rede de ações contínuas que envolvem a adequação de um espaço físico, a contratação e formação dos profissionais que vão atuar como mediadores de leitura - ações que vão muito além da distribuição dos livros. Em consonância com as constatações desta pesquisa em âmbito nacional, a pesquisa realizada pelo BRASIL/MEC/OEI (2011), também demonstra que

> se por um lado a chegada dos livros causa um movimento em torno da biblioteca, por outro ainda se está longe de ter nesses espaços uma organização, concepção e dinamização que favoreçam o uso competente e freqüente da biblioteca escolar e de seus acervos e materiais pelos usuários da escola. (p. 102)

Portanto, é nesse contexto, e partindo das inquietações constatadas em âmbito nacional, que verticalizaremos as discussões deste trabalho para as ações de uma rede pública de ensino em torno da política de distribuição de livros, o PNBE.

CAPÍTULO 2

OS CAMINHOS DA PESQUISA

> Todo o meu empreendimento científico se inspira na convicção de que não podemos capturar a lógica mais profunda do mundo social a não ser submergindo na particularidade de uma realidade empírica, historicamente situada e datada, para construí-la, porém, como "caso particular do possível", conforme a expressão de Gaston Bachelard, isto é, como uma figura em um universo de configurações possíveis. (BOURDIEU, 1996, p. 15)

2.1 O PROCEDIMENTO DA PESQUISA

A pesquisa sobre a circulação das obras do PNBE recebidas na Rede Municipal de Ensino de Lagoa Santa ocorreu no primeiro semestre do ano de 2011. A princípio, tendo em vista o período da pesquisa, foram investigados a circulação e os usos das obras da edição do PNBE/2010, que enviou acervos para a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental. Entretanto, as perguntas não se limitaram a essa edição do Programa na medida em que a intenção da pesquisa foi compreender, de uma maneira mais abrangente, como os profissionais da escola lidam com as obras que chegam e quais os conhecimentos, significados e os usos que se fazem com os livros literários que se integram às escolas do município.

Foi realizado um primeiro contato com a Secretária Municipal de Educação de Lagoa Santa e com a equipe de coordenação pedagógica da Secretaria Municipal de Educação para expor os objetivos da pesquisa e solicitar a autorização para sua realização. Houve uma boa recepção por esses profissionais, que demonstraram imenso interesse em ter uma pesquisa dessa natureza sendo realizada em suas escolas, enfatizando que para eles essa pesquisa demonstrará de alguma forma as repercussões das iniciativas de formação e valorização da literatura em que eles há algum tempo têm investido.

A partir dessa autorização algumas providências de cunho teórico-metodológico foram tomadas. A entrevista foi escolhida para ser o procedimento de

coleta de dados principal da pesquisa. Optamos por entrevistar profissionais de diferentes cargos e atuações no interior da Rede a fim de obter uma percepção mais geral dos programas de distribuição de livros no município, no intuito de dar voz a diferentes atores/sujeitos da política.

Uma vez que se tratava de uma pesquisa abrangente, com um grande número de entrevistas a serem realizadas, houve a preocupação de se formular questões que permitissem obter e posteriormente classificar informações referentes aos interesses da pesquisa. Portanto, coerentemente com o meu envolvimento teórico e de coleta de dados inicial, as questões foram agrupadas em duas categorias principais: *O conhecimento atribuído às políticas públicas de distribuição de livros pelos profissionais da escola* e *a circulação e o uso dos livros na escola*.

No entanto, apesar da preocupação com o rigor da coleta e com a instauração de categorias *a priori* selecionadas, tendo em vista os objetivos delineados, optamos por um roteiro de entrevistas semiestruturado (Anexo 5) que permitiu conduzir a pesquisa por um caminho que desvelasse o circuito das políticas na Rede, sem perder o foco dos objetivos traçados, possibilitando assim que os sujeitos discorressem e verbalizassem seus pensamentos, tendências e reflexões sobre os temas apresentados. As questões de certa forma seguiram uma formulação flexível, e as sequências e as minúcias ficaram por conta do discurso dos sujeitos. (ROSA; ARNOLDI, 2008)

Todas as escolas da Rede foram visitadas. No período da pesquisa a Rede era composta por 19 escolas que atendiam desde a Educação Infantil até os anos finais do Ensino Fundamental. São atendidos 1.851 alunos da Educação Infantil, 3.337 alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental, 1.518 alunos dos anos finais do E.F., 661 alunos da EJA e 74 alunos do Telecurso.

Segue tabela com o nome das escolas visitadas e o quantitativo de alunos atendidos em 2011:

TABELA 15
Escolas e quantitativos de alunos da Rede Municipal de Ensino de Lagoa Santa – 2011

	Escola	Número de alunos por modalidade de ensino				Total
		Educação Infantil	Anos iniciais E.F	Anos finais E.F	EJA	
1	Escola Municipal Antônio de Castro Figueiredo	276	*	*	*	276
2	Escola Municipal Alberto Santos Dumont	178	128	*	*	306
3	Escola Municipal Coronel Pedro Vieira de Freitas	83	163	191	73	510
4	Escola Municipal Dona Aramita	63	162	*	*	225
5	Escola Municipal Dona Maria Augusta	49	106	*	*	155
6	Escola Municipal Dona Marucas	118	261	22	*	401
7	Escola Municipal Dona Naná	319	*	*	*	319
8	Escola Municipal Dona Santinha	*	243	*	42	285
9	Escola Municipal Professora Mércia Margarida	*	545	*	48	593
10	Escola Municipal Doutor Lund	*	258	571	213	1042
11	Escola Municipal Herculano Liberato de Almeida	*	316	318	139	773
12	Escola Municipal Messias Pinto Alves	60	157	*	*	217
13	Escola Municipal Nilza Vieira de Azeredo Melo	48	84	*	*	132
14	Escola Municipal de Lapinha	37	81	102	*	220
15	Escola Municipal Odete Valadares:	36	62	*	12	110
16	Escola Municipal Professor Mello Teixeira	51	248	336	112	821*
17	Escola Municipal Professora Claudomira	298	523	*	*	821
18	Creche Nossa Senhora de Belém	101	*	*	*	101
19	Centro de Educação Infantil Menino Jesus	134	*	*	*	134
		1851	**3337**	**1518**	**661**	**7441**

Fonte: Tabela disponibilizada pela Secretaria Municipal de Educação de Lagoa Santa em 22 de agosto de 2011.

Inicialmente, foram entrevistadas a Secretária de Educação e as coordenadoras pedagógicas da Secretaria Municipal de Educação de Lagoa Santa, a fim de vislumbrarmos a realidade da Rede como um todo. Posteriormente, foram realizadas entrevistas semiestruturadas em todas as escolas da Rede, com todos os diretores, profissionais da biblioteca e um professor representante de cada modalidade de ensino atendida pela escola.

Apesar de o município não ser extenso (231,9km² de área), os percursos para as visitas não foram tão fáceis. Há escolas localizadas no início da cidade, outras em locais de difícil acesso, na beira de estrada, às vezes a 30 minutos de distância do centro.

Os diretores de cada escola foram contatados por telefone e gentilmente acolheram a pesquisa. Eles foram responsáveis por indicar os professores de cada segmento que seriam entrevistados. As entrevistas foram gravadas em áudio e

transcritas para uma melhor apropriação dos discursos dos sujeitos da pesquisa. Na análise dos dados o nome das escolas e a identidade dos profissionais entrevistados foram preservados tendo em vista a ética da pesquisa.

Além das entrevistas, registraram-se através de fotos os espaços de todas as bibliotecas da Rede, os quais têm se configurado como primordiais no desenvolvimento das atividades da escola, principalmente no que diz respeito às atividades de leitura literária.

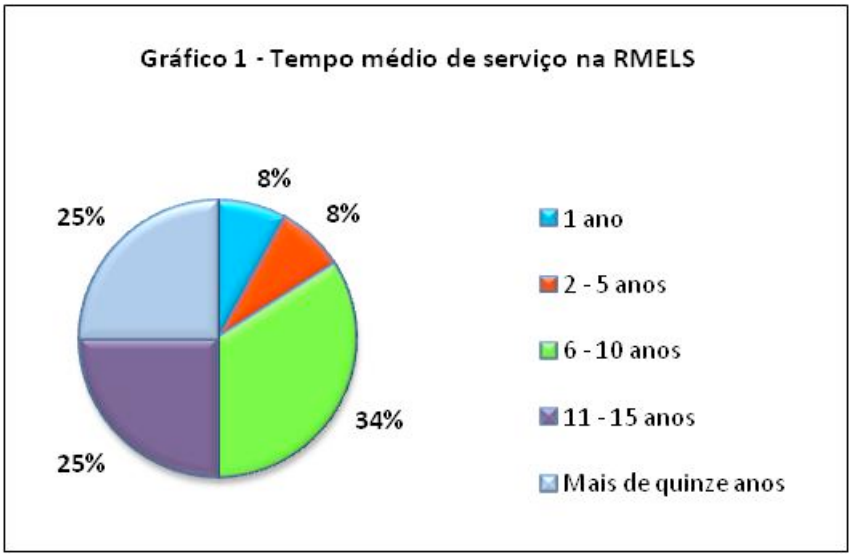
Ressalto que houve envolvimento em outras atividades da Rede para a apreensão da movimentação em torno do livro e da leitura, como a participação nas exposições do Alfalendo e Alfaletrar de 2010, 2011, 2012 e 2013 e a presença no ano de 2011 em um encontro com as professoras do Núcleo de Alfabetização, no qual relataram as experiências de cada escola relativas ao recebimento dos livros do PNBE.

2.1.1 O perfil dos entrevistados

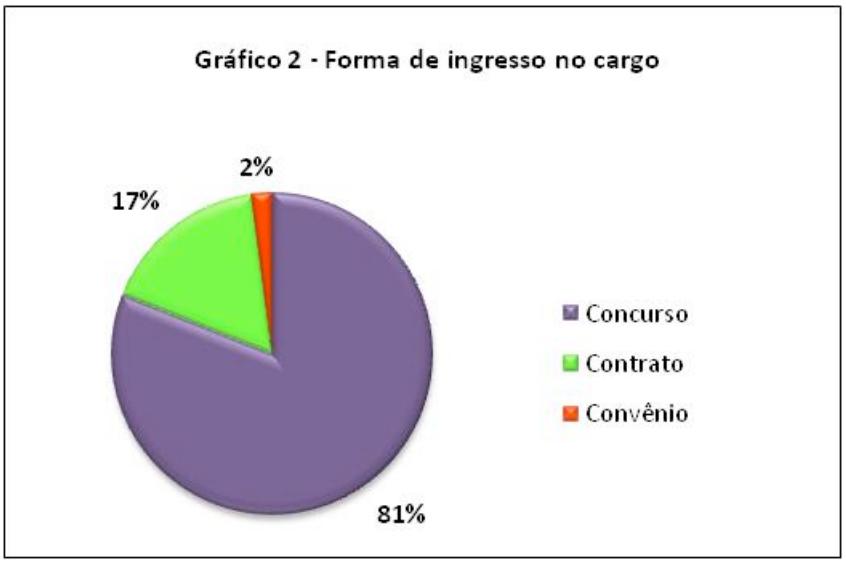
O primeiro passo antes da análise das entrevistas foi traçar um perfil geral dos sujeitos da pesquisa, no intuito de compreender, ainda que de forma limitada, os lugares que ocupam na Rede. Os diferentes lugares e as diferentes "vozes" desses sujeitos se tornam fundamentais para compreendermos a sua atuação frente às políticas públicas e as estratégias de ação propostas pela Rede.

Como apontado anteriormente, foram visitadas dezenove escolas, nas quais foram realizadas setenta e duas entrevistas. Dentre essas entrevistas, sessenta e quatro foram gravadas e transcritas. Das oito entrevistas que não foram gravadas, mas registradas por escrito no momento da pesquisa, seis decorreram de problemas técnicos com o gravador e duas gravações não foram autorizadas pelas entrevistadas.

Um primeiro aspecto a ser levado em conta é que grande parte dos entrevistados já tem uma história de trabalho consolidada na Rede de Lagoa Santa, ou seja, a maior parte dos entrevistados é efetiva na Rede e tem longo tempo de atuação, como pode ser observado nos Gráficos 1 e 2.



Fonte: Gráfico elaborado pela autora com dados da pesquisa



Fonte: Gráfico elaborado pela autora com dados da pesquisa

A pesquisa foi feita com sujeitos que atuam no espaço escolar e lidam, há um tempo considerável, com as políticas de distribuição de livro do Ministério da Educação. São entrevistados que têm um olhar diferenciado sobre essas políticas, um olhar longitudinal. Esta afirmação pode ser confirmada a partir dos dados expostos nos Gráficos 1 e 2. O Gráfico 1 demonstra que 84% dos entrevistados pertencem a RMELS há mais de 5 anos, sendo que desses, 50% têm tempo de atuação na Rede superior a 10 anos.

Já no Gráfico 2 verifica-se que 81% dos entrevistados são concursados, e dos 17% que são contratados, grande parte que atua na Rede há mais de 5 anos. Não

houve a intenção de selecionar profissionais com esse perfil, mas as indicações dos profissionais a serem entrevistados, feitas pela direção da escola, como apontado anteriormente, consciente ou inconscientemente refletiram nesse perfil de entrevistados

Além disso, o que foi percebido é que os profissionais entrevistados, pelo tempo de atuação, puderam levantar aspectos interessantes sobre as mobilizações da própria Rede em relação à valorização e utilização dos livros, ao espaço da biblioteca, como também relataram as modificações advindas da presença do Núcleo de Alfabetização e Letramento no município.

Entretanto, mesmo que em uma minoria, o fato de haver entre os entrevistados professores que recentemente chegaram à Rede via um processo seletivo simplificado, que contratou esses profissionais em 2011, trouxe contribuições interessantes para a pesquisa. Suas percepções em relação às mobilizações do município, em contrapartida com outros municípios no qual trabalham, favoreceram um olhar distanciado e crítico que enriqueceu a pesquisa.

Outro aspecto a ser considerado é a formação dos profissionais entrevistados, que pode ser verificada através da tabela abaixo.

TABELA 16
Formação inicial dos entrevistados

Formação inicial	
Normal superior	35
Pedagogia	16
Letras	5
Matemática	3
Geografia	3
Pedagogia (em curso)	2
História	2
Normal superior (incompl.)	1
Magistério	1
Ciências Contábeis	1
Ciências Biológicas	1
Biblioteconomia	1
Artes visuais (em curso)	1
Total	**72**

Fonte: Quadro elaborado pela autora com dados da pesquisa.

A maior parte dos profissionais entrevistados possui curso superior completo; três profissionais ainda não concluíram seus cursos, e cerca de 30% possui formação complementar (algum título de pós-graduação). Portanto, são profissionais com uma formação especializada para a área em que atuam. Dos 72 entrevistados, 35 possuem o curso Normal Superior e 16 possuem Pedagogia. Uma das entrevistadas citou o fato de haver se instalado recentemente na cidade uma faculdade (em funcionamento no prédio de uma das escolas municipais) que oferece o curso Normal Superior, o que ajuda a explicar a grande concentração de profissionais formados nesse curso.

Assim, tendo em vista o perfil mais geral dos entrevistados, focalizamos algumas peculiaridades desses profissionais: os cargos que ocupam, as turmas que atendem e a sua inserção direta ou não no Núcleo de Alfabetização e Letramento do município. A tabela 17 retrata a quantidade de profissionais de cada cargo entrevistados.

TABELA 17
Cargo dos entrevistados

Cargos	Entrevistados
Profissional da biblioteca	19
Direção	18
Profa E.F I	15
Profa E.I	12
Prof E.F II	5
Secretária Municipal de Educação	1
Coord. Ações Pedagógicas E.F I	1
Coord. Ações Pedagógicas E.FII	1
Total geral	**72**

Fonte:Quadro elaborado pela autora com dados da pesquisa.

É necessário contrastar essas informações com os segmentos atendidos pelas escolas da Rede para compreender, por exemplo, a presença de apenas cinco professores dos anos finais do Ensino Fundamental, já que foi selecionado apenas um representante de cada modalidade de ensino em cada escola. A presença de apenas 18 profissionais da direção se deve ao fato de uma das diretoras optar por não ser entrevistada uma vez que havia chegado na escola apenas há dois meses e anteriormente residia em outro estado. Nessa escola específica foram entrevistadas

apenas uma professora e a profissional da biblioteca que já atuavam ali há algum tempo. Outra especificidade é que em três escolas a profissional responsável pela biblioteca foi entrevistada representando também professoras da Educação Infantil, uma vez que assumem as duas funções em turnos de trabalho distintos.

Na tabela 18 podemos verificar em relação aos professores entrevistados que houve uma grande diversidade de turmas atendidas, ou seja, houve representantes dos professores de todas as turmas oferecidas pela Rede (desde o maternal II até o 5º ano). No caso dos professores dos anos finais do Ensino Fundamental, puderam ser contemplados professores de diferentes disciplinas. Esse fator se mostrou bastante positivo para as análises propostas: há uma riqueza de informações que favorecem uma análise das políticas públicas de distribuição dos livros por várias frentes de trabalho. A análise poderá ser realizada de forma mais completa, com percepção de campos de atuação diferentes.

TABELA 18
Turmas atendidas pelos professores entrevistados

Cargo	Turma	Entrevistados
Profa E.I	Infantil I	4
	Infantil II	3
	Maternal II	5
Profa E.F I	1o ano	7
	2o ano	4
	3o ano	2
	4o ano	1
	5o ano	1
Prof E.F II	6o ao 9o ano (português)	2
	6o ao 9o ano (geografia)	1
	6o ao 9o ano (história)	1
	6o ao 9o ano (inglês)	1
Total geral		**32**

Fonte: Quadro elaborado pela autora com dados da pesquisa

Ainda tratando da diversidade dos sujeitos da pesquisa, verificamos na tabela 19 que todas as professoras pertencentes ao Núcleo de Alfabetização e Letramento foram entrevistadas, o que me permitiu uma visão mais profunda dos discursos, aprendizagens e atuações dessas profissionais que estão inseridas numa formação semanal e são as responsáveis na escola por multiplicarem os conhecimentos

adquiridos nesse espaço privilegiado de formação e informação. Além disso, entrevistar essas professoras me possibilitou um olhar comparativo das atuações e discursos das mesmas em relação aos demais profissionais da escola.

TABELA 19
Entrevistados integrantes do Núcleo de Alfabetização

Cargo	Pertence ao núcleo.
Profa biblioteca	14
Profa E.F I	2
Direção	1
Coord. Ações Pedagógicas E.F I	1
Profa E.I	1
Total	**19**

Fonte:Quadro elaborado pela autora com dados da pesquisa

Destaca-se nesse dado o fato de a maior parte das professoras do Núcleo atuar diretamente nos espaços da biblioteca escolar. Ao se identificar nesses cargos, grande parte das professoras afirmou que esta foi uma orientação do Núcleo, nos dois últimos anos, ou seja, que as professoras pertencentes ao Núcleo deveriam ser responsáveis pela biblioteca para fomentar a leitura dos alunos nesse espaço, desenvolverem projetos em torno da leitura, literatura, letramento literário e também possuírem um tempo mais livre para atuação junto às demais professoras da escola no que concerne às orientações em relação ao trabalho de alfabetização e letramento, aspectos instigantes que serão analisados no decorrer deste trabalho.

2.2 PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS PARA ANÁLISE DOS DADOS

A ampliação de ações governamentais com foco na distribuição de acervos literários e acervos complementares, o investimento na ampliação do envio de obras didáticas para todos os segmentos da educação e a crescente preocupação com a qualidade desse material justificam-se pela carência de materiais de leitura disponíveis para a maior parte das crianças brasileiras.

No entanto, é imprescindível considerar que a simples distribuição desses materiais não propiciará a concretização de um dos objetivos desses programas - a democratização cultural e formação de leitores - se outras ações não vierem ao encontro dos profissionais que atuam diretamente com essas obras a fim de que

reconheçam o potencial dos livros distribuídos e se apropriem deles em suas práticas pedagógicas.

Sendo assim, segundo Paiva (2010), é necessária a realização de pesquisas que investiguem a visibilidade, o grau de conhecimento, a capilaridade dessas políticas no chão da escola. Além disso, considerar a maneira como esses materiais são recebidos, a fim de que as ações que poderiam repercutir positivamente na formação de leitores não sejam esvaziadas, devido a uma circulação inadequada e/ou a não utilização das obras recebidas.

2.2.1. O circuito dos livros

Como ponto de partida para a análise sobre a circulação dos livros distribuídos por essas políticas públicas, utilizou-se o modelo de circuito de comunicação dos livros proposto por Darnton (1990). O autor propõe o circuito de comunicação percorrido pelos livros nas diferentes fases que marcam sua existência (produção, difusão e consumo), na tentativa de representar todos os segmentos que compõem esse circuito e compreender “como os livros surgem e se difundem entre a sociedade" (1990, p. 112). Observe-se o diagrama a seguir:

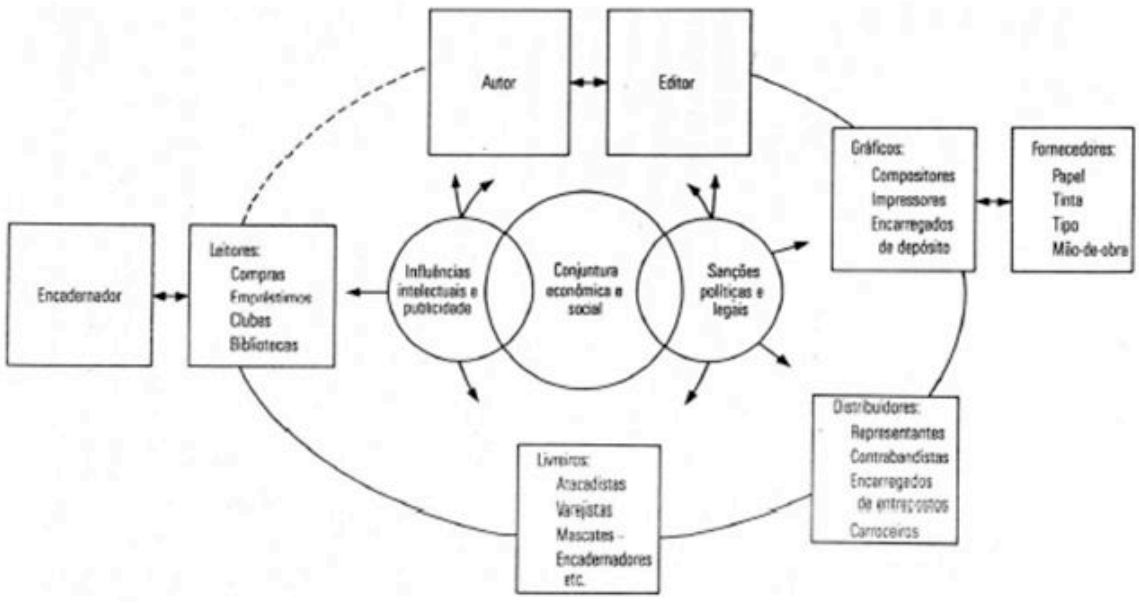


FIGURA 8 – O circuito de comunicação.
Fonte: DARNTON, 1990, p. 113.

Este modelo foi proposto por Darnton a fim de enxergar os contornos gerais para o estudo da história do livro. Para isso o autor intenta tomar certa distância das análises interdisciplinares realizadas e focalizar o objeto livro através de um modelo mais geral que demonstre o seu surgimento e difusão na sociedade.

Ressaltamos que esse modelo não foi utilizado numa perspectiva histórica como a proposta pelo autor, mas como um eixo norteador para que, no período focalizado na pesquisa, fossem identificados os *estágios* do circuito dessas políticas, bem como os sujeitos, as práticas e os dispositivos que estiveram envolvidos na dinâmica de funcionamento, na busca por analisar as implicações desses "elementos" na efetivação da política. A utilização dessa proposta de análise se tornou importante para que não se percam de vista as dimensões mais amplas que perpassam a distribuição dos livros desde o período anterior a sua chegada no espaço escolar até as dimensões mais específicas no interior dessa instituição.

Para Darnton (1990), em geral os livros passam por um mesmo ciclo de vida, que pode ser descrito como um ciclo de comunicação. Para nós, entender o ciclo das políticas como um ciclo ou circuito de comunicação indica que os sujeitos, seus discursos e suas ações devem ser levados em conta na análise, pois as políticas não são neutras, nem independentes do fazer de seus atores, sejam os gestores, sejam os profissionais que atuam nas bibliotecas ou nas salas de aula. Além disso, se estamos tratando de um circuito de comunicação, temos que considerar que uma comunicação tem ressonâncias, dissonâncias e ruídos. Portanto, para compreender essas políticas será preciso levar em conta essas "interferências" e também os "efeitos" dessa comunicação.

Nesse modelo, o leitor é considerado aquele que encerra o circuito porque ele influencia o autor tanto antes quanto depois do ato de composição. Assim, da mesma forma entendemos que os leitores das obras distribuídas pelas políticas públicas pesquisadas (docentes e alunos) influenciam ou pelo menos deveriam influenciar a agenda das políticas públicas de leitura, ou seja, influenciam o fazer público. De acordo com o autor,

> O circuito percorre um ciclo completo. Ele transmite mensagens, transformando-as durante o percurso, conforme passam do pensamento para o texto, para a letra impressa e de novo para o pensamento. A história

> do livro se interessa por cada fase desse processo e pelo processo como um todo, em todas as suas variações no tempo e no espaço, e em todas as suas relações com outros sistemas, econômico, social, político e cultural, no meio circundante. (DARNTON, 1990, p. 122)

Além dessa perspectiva de macroanálise, verifica-se que cada segmento representa uma porta de entrada para o exame isolado ou articulado de diferentes facetas do circuito e também nas suas relações com os sistemas econômico, social, político e cultural no meio circundante. (DARNTON, 1990) Dessa forma, além da análise das instâncias de circulação do livro externas ao espaço escolar, proponho uma análise do circuito do livro no interior da escola.

Para a análise no interior da escola, os sujeitos que lidam com essas políticas devem ser levados em conta, e é nesse aspecto que Darnton também apresenta sua contribuição. No seu modelo de análise ele não apenas considera as instâncias, mas dá altíssimo valor as ações dos sujeitos e suas relações com os demais elementos do circuito. A sua intenção era demonstrar como cada fase do circuito está ligada

> (1) a outras atividades que uma determinada pessoa desenvolve num determinado ponto do circuito (2) outras pessoas no momento temporal em outros circuitos (3) outras pessoas em outros pontos mo mesmo circuito (4) outros elementos do circuito. (DARNTON, 1990, p. 114)

Após a proposição de Darnton, vários outros modelos surgiram no campo da história do livro. Em artigo recente, Darnton (2008) revisita seus estudos sobre a história do livro e analisa, dentre outras questões, a existência de outros modelos como os de Adams e Barker (1993), no qual são distinguidos cinco eventos para a história do livro: publicação, manufatura, distribuição, recepção e sobrevivência, como pode ser observado a seguir:

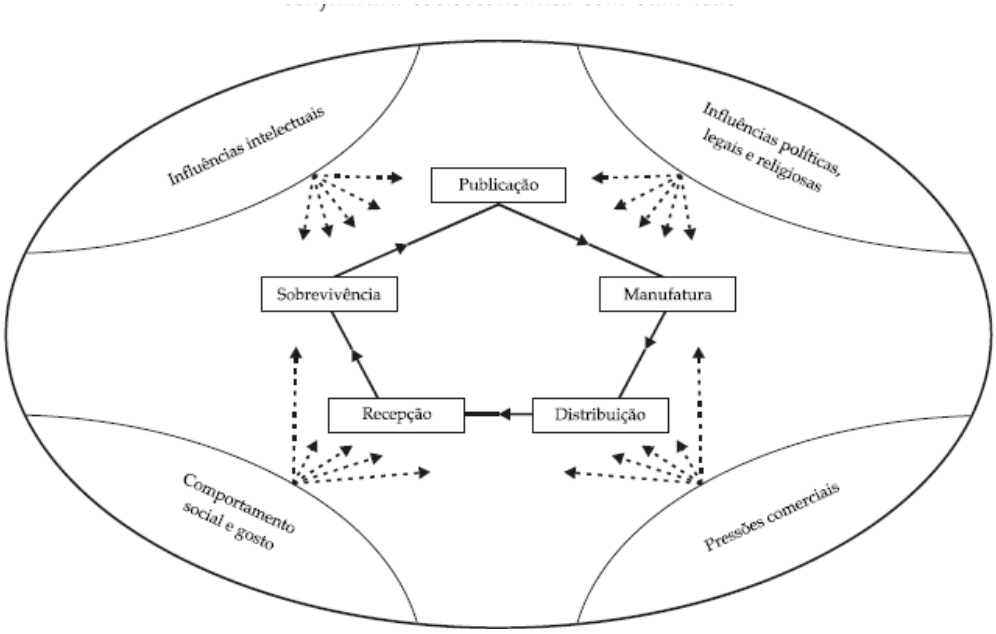


FIGURA 9 - A conjuntura socioeconômica como um todo.
Fonte: ADAMS; BARKER, 1993.

O grande diferencial do modelo de Adams e Barker, apesar de perpassar estágios com grande interface com o modelo anterior e a nossa proposta de análise de pesquisa, é que seu diagrama não contempla as pessoas, que são o ponto-chave desses eventos. Há um desvio de atenção com relação às pessoas que faziam, distribuíam e liam os livros, fixando-se no livro em si e nos processos pelos quais passava em seu ciclo de vida. Para aqueles autores, o modelo de Darnton (2008) é um sintoma de sua "abordagem geral, que parte da história social em vez da bibliografia e se volta para a história da comunicação em vez da história das bibliotecas, onde os livros com freqüência encontram seu ponto final de descanso" (p. 165).

Entretanto, as análises de Darnton (2008, p. 165) em relação aos argumentos mais fortes de Adams e Barker demonstram que os sujeitos, de certa forma, estariam incluídos implicitamente nesses modelos, uma vez que, por exemplo, no primeiro diagrama, em que se representa a decisão de publicar, as decisões são tomadas por pessoas, embora determine a criação do livro como objeto físico. O contraste de abordagens se dá, por exemplo, quando Darnton (1990), em seu primeiro quadro, demonstra a preocupação de incluir a autoria como início da história dos livros.

Portanto, a partir dessas observações, reiteramos que o modelo criado por Darnton (1990) nos ofereceu alguns elementos importantes para compreendermos o

circuito de comunicação de uma política pública de distribuição de livros. Contudo, aliada às contribuições de Darnton (1990), aproximamo-nos de alguns conceitos utilizados por autores do campo das políticas públicas e políticas públicas educacionais, a fim de construirmos um referencial analítico que abarcasse de forma coerente o nosso objeto de estudo, como demonstraremos a seguir.

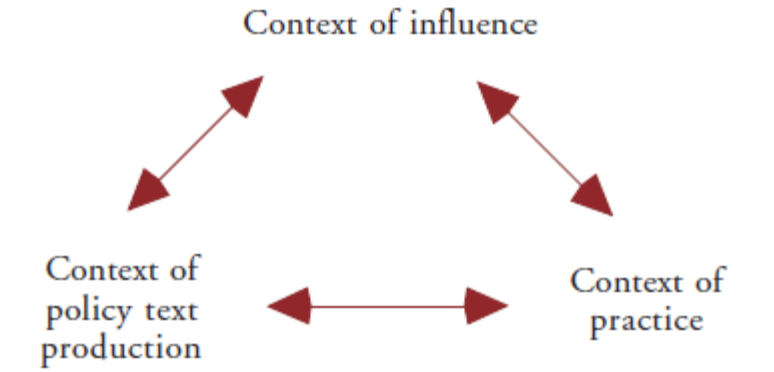
2.2.2 A abordagem do ciclo de políticas

O modelo de análise do circuito do livro foi escolhido ciente da necessidade de ajustes para torná-lo adequado ao exame das políticas públicas de distribuição de livros, sendo que as alterações a princípio mais importantes dizem respeito à inclusão de sujeitos, instituições e instâncias diretamente ligados ao contexto dessas políticas, ou seja, os órgãos governamentais, a escola, dentre outros.

Assim, para a configuração desses ajustes, os estudos sobre o "ciclo das políticas" (BALL, 1994; BOWE *et al*., 1992) fornecem alguns conceitos que se tornaram significativos instrumentos téorico-analíticos na compreensão das políticas educacionais desde a sua formulação até a implementação e efeitos gerados.

Mainardes (2006b) se apropria das discussões de Ball e Bowe para apreender os ciclos das políticas no contexto educacional, o que nos foi bastante útil para compreendermos alguns aspectos dos programas analisados.

Nessa abordagem analítica as políticas são entendidas como um ciclo contínuo constituído por contextos principais - o contexto de influência, o contexto da produção de textos políticos e o contexto da prática (BOWE *et al*., 1992), que foram estabelecidos prioritariamente - e o contexto dos resultados (efeitos) e da estratégia política, propostos por Ball (1994) em trabalho posterior.



Fonte: Bowe et al., 1992, p. 20.

FIGURA 10 – Contextos do processo de formulação de uma política

Esses contextos são inter-relacionados, e não possuem necessariamente uma dimensão temporal, sequencial ou linear; deve-se levar em conta que cada um deles se situa numa arena, lugar e grupos de interesses, envolvendo disputas e debates. Os autores indicam que

> O foco da análise de políticas deveria incidir sobre a formação do discurso da política e sobre a interpretação ativa que os profissionais que atuam no contexto da prática fazem para relacionar os textos da política à prática. Isso envolve identificar processos de resistência, acomodações, subterfúgios e conformismos dentro e entre as arenas da prática, e o delineamento de conflitos e disparidades entre os discursos nessas arenas. (MAINARDES, 2006b, p. 50)

Nos discursos dos entrevistados da pesquisa, bem como dos participantes dos seminários nacionais, é possível identificar de maneira bem interessante as resistências, acomodações, subterfúgios e conformismos dentro do contexto da prática das políticas públicas de distribuição de livro, constituindo-se um rico material para reflexão sobre esses programas.

O primeiro contexto é o contexto da influência. Este se dá onde as políticas são iniciadas e seus discursos são construídos: “os conceitos adquirem legitimidade e formam um discurso de base para a política” (MAINARDES, 2006b, p. 51). É no período de constituição da política que grupos de interesse se articulam a fim de influenciar nas definições das finalidades das políticas educacionais. Nesse contexto pode-se considerar a atuação das redes sociais de partidos políticos, do governo e do processo

legislativo, com uma variedade de arenas públicas onde há a articulação dessas influências.

Mais recentemente Ball (1998) também incluiu nesse primeiro contexto as influências globais e internacionais na definição e formulação das políticas nacionais através de dois mecanismos: o primeiro, entendido como "fluxo de idéias", por meio de redes políticas e sociais; o segundo, através de patrocínio e imposição de soluções recomendadas por agências multilaterais como World Bank, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Entretanto, essas influências e ideias passam por uma recontextualização e reinterpretação pelo Estado-nação, configurando-se assim numa influência de interação dialética entre global e local.

O contexto do texto político, apesar de estar relacionado diretamente com o primeiro, representa o resultado das disputas e acordos estabelecidos nesse contexto de influência, através da produção dos textos propriamente ditos. Destaque-se que não se trata apenas de textos legais e oficiais, mas também de pronunciamentos oficiais, comentários formais ou informais e vídeos que fazem interlocução com esses "produtos" oficiais e são considerados a representação das políticas, priorizando uma linguagem de interesse do público mais geral.

> Os textos políticos são o resultado de disputas e acordos, pois os grupos que atuam dentro dos diferentes lugares da produção de textos competem para controlar as representações das políticas (Bowe et al., 1992). Assim, as políticas são intervenções textuais, mas elas também carregam limitações materiais e possibilidades. (MAINARDES, 2006b, p. 52)

O contexto da prática, contexto a partir do qual priorizaremos as discussões desta pesquisa, é o local onde "a política está sujeita a interpretação e recriação e onde a política produz efeitos e conseqüências que podem representar mudanças e transformações significativas na política original" (Mainardes, 2006b, p.53). O ponto fundamental para as discussões sobre esse contexto é que a política não é apenas implementada como concebida originalmente no texto político, mas ela está suscetível a transformações.

> Os profissionais que atuam no contexto da prática (escolas, por exemplo) não enfrentam os textos políticos como leitores ingênuos, eles vêm com

> suas histórias, experiências, valores e propósitos (...) Políticas serão interpretadas diferentemente uma vez que histórias, experiências, valores, propósitos e interesses são diversos. A questão é que os autores dos textos políticos não podem controlar os significados de seus textos. Partes podem ser rejeitadas, selecionadas, ignoradas, deliberadamente mal entendidas, réplicas podem ser superficiais etc. Além disso, interpretação é uma questão de disputa. Interpretações diferentes serão contestadas, uma vez que se relacionam com interesses diversos, uma ou outra interpretação predominará, embora desvios ou interpretações minoritárias possam ser importantes. (BOWE *et al*., 1992, p. 22 *apud* MAINARDES, 2006, p. 22)

Nessa abordagem entende-se que "os professores e demais profissionais exercem um papel ativo no processo de interpretação e reinterpretação das políticas educacionais e, dessa forma, o que eles pensam e no que acreditam têm implicações para o processo de implementação das políticas" (MAINARDES, 2006b, p. 53). É nessa perspectiva que busco compreender as práticas dos profissionais das escolas em relação às políticas analisadas.

Para Ball (1993), há uma distinção entre a "política como texto" e a "política como discurso". Na política como texto considera-se que os documentos são registrados, ou seja, codificados de maneira complexa, permitindo uma pluralidade de leituras dos textos políticos uma vez que há uma pluralidade de leitores. O texto político é produto de uma diversidade de influências, intenções, negociações, e apenas algumas dessas influências são reconhecidas e consideradas como legítimas, apenas algumas "vozes são ouvidas" para elaboração do produto final. (MAINARDES, 2006b, p. 23).

Na política como discurso, há inserção de palavras, proposições que permitem a construção de certas possibilidades de pensamento. Essa categoria estabelece os limites do que se pode pensar e distribui "vozes", algumas mais legítimas e investidas de autoridade. Há uma variedade de discursos, mas uns são mais dominantes do que outros.

> Política como texto e política como discurso são conceituações complementares. Ao passo que a política como discurso enfatiza os limites impostos pelo próprio discurso, a política como texto enfatiza o controle que está nas mãos dos leitores. Ambos são processos complexos porque os textos não são somente o que eles parecem ser em sua superfície e, de acordo com Foucault, discursos nunca são independentes de história, poder e interesses. (MAINARDES, 2006b, p. 54)

No contexto dos resultados e efeitos há uma preocupação em analisar o impacto das políticas e a interação com as desigualdades existentes. Para os autores os efeitos gerais das políticas só se tornam evidentes quando os aspectos de mudança e conjunto de respostas observados na prática são agrupados e analisados. Os efeitos de uma política não devem ser tomados apenas a partir de um caso particular, de modo isolado, mas uma boa análise pode ser feita quando se tomam como objeto os efeitos gerais de um conjunto de políticas de diferentes tipos. Portanto, para Ball (1994), a análise de uma política deve fazer o exame

> (a) das várias facetas e dimensões de uma política e suas implicações (por exemplo, a análise das mudanças e do impacto em/sobre currículo, pedagogia, avaliação e organização) e (b) das interfaces da política com outras políticas setoriais e com o conjunto das políticas. Isso sugere ainda a necessidade de que as políticas locais ou as amostras de pesquisas sejam tomadas apenas como ponto de partida para a análise de questões mais amplas da política. (MAINARDES, 2006b, p. 45)

Além disso, para Ball (1994), há que se considerar que existem efeitos de primeira ordem - as mudanças na prática e na estrutura, que são evidentes em locais específicos ou no sistema - e os efeitos de segunda ordem, referentes aos impactos desses efeitos nas questões do acesso, da igualdade e da justiça social.

O último contexto, o de estratégias políticas, envolve "a identificação de um conjunto de atividades sociais e políticas que seriam necessárias para lidar com as desigualdades criadas ou reproduzidas pela política investigada" (MAINARDES, 2006b, p. 55), sendo considerado como um componente essencial da pesquisa social crítica.

Reiteramos que nossas discussões contemplam alguns aspectos do contexto da influência e o da produção do texto, mas o foco de análise recai sobre o contexto da prática, sendo que foram selecionados como segmentos ou instâncias para serem analisadas as secretarias de educação, as escolas, as bibliotecas e as salas de aula, por meio do discurso, ou seja, através das "vozes" dos profissionais, agentes ou sujeitos (gestores, diretores, profissionais da biblioteca e docentes) que ali atuam.

Mainardes (2006b) oferece como sugestão algumas questões norteadoras para a aplicação da abordagem do ciclo de políticas, as quais serão entendidas como pontos de análise dentro do contexto focalizado neste trabalho (contexto da prática) e das categorias de análise definidas. Seguem algumas das questões:

Contexto de influência

1 - Quais são as influências e tendências presentes na política investigada? Por que a política emergiu agora?
2 - Há influências globais/internacionais? Há influências nacionais e locais? Como elas se relacionam?
3 - Como o discurso da política foi constituído no decorrer do tempo? É possível traçar a genealogia completa do discurso da política?
4 - No desenvolvimento do discurso da política é possível observar a configuração de diferentes versões da política (versões conservadoras, progressistas etc.)?
5 - Qual a origem das influências globais e internacionais? (World Bank, organismos multilaterais, movimentos internacionais de restauração conservadora, de renovação ou resistência)
6 - Quem são as elites políticas e que interesses elas representam?
7 - Que outros grupos têm exercido ou tentado exercer influência?
8 - Quais são os interesses e grupos de interesse mais poderosos?
9 - Existiam influências globais/internacionais, nacionais ou locais operando antes mesmo da emergência da formulação da política?

Contexto da produção de texto

1 - Quando se iniciou a construção do texto da política?
2 - Quais os grupos de interesse representados no processo de produção do texto da política? Quais os grupos excluídos? Houve espaço para a participação ativa dos profissionais envolvidos na construção dos textos?
3 - Como o texto(ou textos) da política foi(foram) construído(s)? Quais as vozes "presentes" e "ausentes"?
4 - Houve a intenção de buscar consensos na construção do texto (escrito ou não)? Como eles foram atingidos?
5 - Quais são os discursos predominantes e as idéias-chave do texto? Que intenções, valores e propósitos eles representam?
6 - É possível identificar interesses e opções não explicitados (ocultos) no texto?
7 - Há no texto da política influências de agendas globais, internacionais ou nacionais; de autores estrangeiros ou de compromissos partidários?
8 - Como é a linguagem do texto? É possível identificar o estilo do texto (*writerly*, *readerly*, a combinação de ambos os estilos)?
9 - Há inconsistências, contradições e ambigüidades no texto?
10 - Quem são os destinatários (leitores) do texto elaborado?
11 - Além do texto ou textos principais, houve a produção de textos secundários (subsídios, orientações, manuais, diretrizes)?
12 - Os textos são acessíveis e compreensíveis?

Contexto da prática

1 - Como a política foi recebida? Como está sendo implementada?
2 - Como os professores, diretores, pedagogos e demais envolvidos interpretam os textos? Há mudanças, alterações e adaptações do texto da política para a concretização da política? Há variações no modo pelo qual o texto é interpretado, nos diferentes espaços observados na pesquisa?
3 - Há evidências de resistência individual ou coletiva?
4 - Os profissionais envolvidos na implementação têm autonomia e oportunidades de discutir e expressar dificuldades, opiniões, insatisfações, dúvidas? Recebem algum tipo de pressão? E suporte?

5 - Há contradições, conflitos e tensões entre as interpretações expressas pelos profissionais que atuam na prática e as expressas pelos formuladores da política e autores dos textos da política?
6 - Quais são as principais dificuldades identificadas no contexto da prática? Como os professores e demais profissionais lidam com elas? Há a reprodução ou criação de desigualdades?
7 - Como são as relações de poder dentro do contexto da prática (escola, por exemplo) e no relacionamento dos profissionais que atuam na escola com os órgãos educacionais oficiais e dirigentes educacionais? Há formas de opressão, mecanismos de pressão, silenciamentos? Há espaços de vivências democráticas e emancipatórias?
8 - O contexto da prática tem influenciado o contexto da produção do texto?

Contexto dos efeitos/resultados

1 - Qual o impacto da política para os alunos (ou receptores da política) em geral?
2 - Qual o impacto da política para grupos específicos tais como: classe social, gênero, raça/etnia, localidade (urbana/rural; áreas carentes/mais desenvolvidas), características pessoais dos alunos, ritmos de aprendizagem, pessoas portadoras de necessidades especiais?
3 - Há conseqüências inesperadas? Quais?
4 - Há dados oficiais sobre o impacto da política? O que eles mostram?
5 - Quais as diferenças e semelhanças entre os dados oficiais e o que foi observado no contexto da prática pelo pesquisador? É possível identificar disparidades entre dados estatísticos oficiais e dados qualitativos obtidos por meio de observações, depoimentos?
6 - Há efeitos de primeira ordem (mudanças na estrutura e na prática)? Quais são?
7 - O que pode ser considerado como efeitos de segunda ordem? Como eles podem ser analisados?
8 - Até que ponto a política contribuiu para a elevação dos padrões de acesso, oportunidades e justiça social?

Contexto da estratégia política

1 - Há desigualdades criadas ou reproduzidas pela política? Quais são as evidências disso?
Há conclusões similares em outros estudos da literatura?
2 - Que estratégias (gerais e específicas) poderiam ser delineadas para lidar com as desigualdades identificadas?
3 - As estratégias delineadas contribuem para o debate sobre a política investigada e para aspectos da política que deveriam ser repensados e redimensionados? Que outras estratégias são apontadas na literatura?
4 - As estratégias delineadas são exeqüíveis e fundamentadas em referenciais teóricos consistentes?
5 - Em que medida as estratégias delineadas pelo pesquisador contribuem para o fortalecimento das pedagogias críticas, de projetos alternativos para a educação das classes trabalhadoras e de uma democratização real e efetiva?
6 - Como tais estratégias poderiam ser disseminadas?
7- As estratégias delineadas consideram os aspectos macroestruturais? (MAINARDES, 2006b, p. 67-68)

Além da explicitação teórico-metodológica, Mainardes (2006b) aponta algumas reflexões e contribuições dessa abordagem, dentre as quais selecionamos alguns elementos específicos que nos pareceram relevantes para esta pesquisa:

- O ciclo de políticas apresenta uma perspectiva de "desconstrução de conceitos e certezas do presente, engajamento crítico, busca de novas perspectivas e novos princípios explicativos, focalização de práticas cotidianas (micropolíticas), heterogeneidade e pluralismo e articulação entre macro e microcontextos" (p. 58);
- A abordagem do ciclo de políticas permite uma análise da trajetória de políticas, no entanto, uma teoria mais específica pode complementar o estudo do programa a ser analisado;
- Um contexto específico, como o contexto da prática, pode ser considerado um "microprocesso político", no qual podem ser identificados os demais contextos (de influência, de produção de texto e de prática);
- O pesquisador do ciclo de políticas deve examinar as interações entre os níveis micro e macro, a reinterpretação das políticas pelos profissionais e analisar as relações de poder e resistência: "as relações de poder são particularmente significativas para se entender a política ou o programa" (p. 60);
- No contexto de análise da estratégia política o pesquisador deve assumir a responsabilidade ética com o tema investigado, propondo estratégias para lidar com mais eficácia com os problemas e desigualdades que foram identificados, sem a ingenuidade e limitação a um pragmatismo ou ideias de "redenção da política". Suas análises devem contribuir efetivamente para o debate e a compreensão crítica em torno da política.

Entendemos, assim, que a abordagem do ciclo de políticas é muito produtiva, pois nela o processo político é visto como multifacetado e dialético, havendo a necessidade de uma articulação entre uma perspectiva macro e uma perspectiva micro, assim como propomos nesta pesquisa.

2.3 CATEGORIAS DE ANÁLISE

As diferentes "vozes" dos sujeitos da pesquisa foram analisadas conforme as categorias *a priori* estabelecidas (O *conhecimento* sobre as políticas públicas de distribuição de livros pelos profissionais da escola e A *circulação* e os *usos* dos livros na escola) para que pudessem, então, serem contrastadas e agrupadas fornecendo dados relevantes e consistentes, de acordo com os objetivos delineados pelo trabalho. Ressaltamos que outras questões relevantes que porventura surgiram nas entrevistas não deixaram de ser consideradas, mas não serão apontadas com a mesma evidência.

2.3.1 Primeira categoria: O conhecimento sobre as políticas públicas de distribuição de livros pelos profissionais da escola

A primeira questão que se coloca na nossa pesquisa é em relação ao conhecimento dos profissionais da educação sobre o PNBE. Para se desenvolver um trabalho coerente com uma política nacional de formação de leitores, é fundamental que os agentes desse trabalho, ou seja, aqueles que estarão em contato direto com os alunos e com os acervos de literatura distribuídos para as bibliotecas escolares, por meio do PNBE, conheçam sobre de que trata o Programa, seus principais objetivos e quais ações são esperadas desse profissional, para que ações nesse sentido sejam desenvolvidas.

Através da minha pesquisa de mestrado verificou-se na Rede Municipal de Belo Horizonte um conhecimento superficial sobre o PNBE. Apesar de grande parte dos profissionais afirmarem conhecê-lo, na verdade as informações eram limitadas à chegada do material, e os entrevistados não obtinham maiores dados sobre o acervo. Nas participações nos seminários do PNLD também foi percebido um grande desconhecimento sobre o Programa, nas palestras ministradas e nos GT os gestores das secretarias solicitavam informações sobre o Programa e emitiam conhecimentos equivocados sobre os mesmos. Especificamente sobre o PNBE esse desconhecimento já foi relatado por pesquisas anteriores, desde auditoria realizada pelo TCU em 2002, pela qual se constatou que a divulgação do PNBE precisava ser aprimorada, já que se

revelou um baixo nível de conhecimento por parte dos professores e diretores sobre o Programa, até em pesquisa realizada pela Associação Latino-americana de Pesquisa e Ação Cultural (ALPAC)[30], que também revelou

> a ausência de uma política de formação de leitores e de esclarecimentos suficientes aos professores sobre a utilização de acervos literários do PNBE em sua prática pedagógica gerou uma não-diferenciação das especificidades do livro didático, paradidático, obra de referência e livro de literatura. (BEREMBLUM, 2006, p. 21)

No entanto, mesmo anos após essas constatações, encontramos profissionais de todo o Brasil na busca por informações mais precisas sobre o PNBE. Em contrapartida, no município de Lagoa Santa, verificam-se algumas iniciativas interessantes para a formação e a informação dos seus profissionais, as quais serão analisadas na pesquisa.

Face aos dados levantados, acreditamos que tratar do conhecimento sobre os programas de distribuição de livros é uma questão que merece estar em pauta nas discussões dessas políticas públicas. Portanto, para nossa pesquisa, tornou-se importante considerar: quais são os mecanismos de comunicação e disseminação de conhecimento sobre esses programas? Como as secretarias municipais de educação, as escolas e especificamente as escolas da Rede Municipal de Ensino de Lagoa Santa são informadas sobre esses programas? Quais são as estratégias utilizadas para a divulgação dessas informações? Em que medida o conhecimento sobre esses programas interfere na atuação dos profissionais com o material recebido?

---

[30] Em 2008, o MEC divulgou o resultado da pesquisa avaliativa do PNBE intitulada *Avaliação Diagnóstica do Programa Nacional Biblioteca da Escola*, realizada por intermédio da Secretaria de Educação Básica em parceria com uma equipe de pesquisadores do Laboratório de Políticas Públicas (LPP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), por sua vez ligada à ALPAC. Essa pesquisa foi realizada em 2005 com o objetivo de "investigar a realidade das práticas pedagógicas em torno das obras distribuídas pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola, realizando um diagnóstico sobre: o que professoras e professores, diretores, coordenadores pedagógicos, responsáveis por bibliotecas, estudantes e pais pensam sobre os livros de literatura que chegam às escolas; que uso vem sendo feito desses livros; quais são as práticas de leitura e de escrita realizadas na sala de aula e pelas escolas e que papel a biblioteca tem representado nas escolas públicas" (BRASIL, MEC, 2008, p. 11). Buscou-se traçar um retrato do que vem acontecendo nas escolas brasileiras desde 1998, quando se iniciou a distribuição efetiva dos acervos coletivos e individuais para as escolas públicas. Foram selecionadas por amostra estatística 196 escolas de todo território brasileiro, contemplando assim 8 estados e 19 municípios. Desse conjunto, a partir de uma amostra escolhida por diversos fatores, contemplaram-se 100 escolas estaduais e 96 escolas municipais. Nesse montante, 102 escolas eram nas capitais e 94 nos demais municípios.

Programas de leitura ou políticas de distribuição de livros não são autônomos - a maior relevância está no destinatário. Só haverá uma "adequada" circulação e usos efetivos desses materiais se houver uma modalidade de comunicação entre esses programas e o público a quem se destina (profissionais da educação e alunos) a fim de que compreendam a importância e destinação desses livros. Acreditamos que há uma *estrutura de apelo* dessas políticas, com seus objetivos, finalidades, destinações, que precisam ser conhecidas para assim poderem ser "respondidas" adequadamente pelo público-alvo para sua melhor efetivação.

2.3.2 Segunda categoria: A circulação e os usos dos livros na escola

Para a análise da circulação e usos dos livros no interior da escola, refletiremos a princípio a respeito dos percursos de circulação dessas obras anteriormente ao espaço escolar. Desde a publicação do edital, a triagem das obras no IPT, a seleção das obras pelas universidades, a distribuição dos materiais pelos Correios e a utilização da reserva técnica pelos municípios, existem elementos que podem ser facilitadores ou que podem comprometer o bom funcionamento da política. Compreender quais são esses percalços e como os profissionais da educação lidam com essas questões são pontos fundamentais da pesquisa.

No espaço escolar entendemos como circulação as estratégias de mobilização do acervo literário que chega às escolas. Quem são os profissionais que lidam com esse material? Como esses materiais chegam às mãos de seus destinatários (alunos e professores)? Onde estão localizados? Os alunos são informados sobre a chegada do material? Através de quais estratégias?

Para além dessa perspectiva de circulação, analisamos os discursos dos profissionais em relação aos usos desses materiais indagando: que atividades os profissionais da escola (professores e profissionais da biblioteca) afirmam que realizam com as obras literárias do PNBE? Há alguma estratégia adotada pela Rede para a utilização das obras literárias?

Ao se pensar na circulação e nos usos desses materiais não podemos perder de vista o tipo de leitor que se almeja formar. Segundo Soares (2000), para se tornar um

leitor não basta saber decodificar, adquirir a tecnologia, ser alfabetizado; é necessário desenvolver habilidades de usos sociais da escrita e da leitura, ser letrado. No entanto, para a autora "há diferentes tipos e níveis de letramento, dependendo das necessidades, da demanda do indivíduo e de seu meio, do contexto social e cultural" (SOARES, 2000, p. 48-49). Por isso a diversidade de obras disponibilizadas aos alunos (livros didáticos, obras literárias, acervos complementares) deve ser a mais variada possível, bem como as práticas em torno desse material também devem ser diferenciadas a fim que de que seja fomentada a formação de leitores

Mas será que os profissionais da escola lidam de forma diferenciada com a diversidade de obras que chegam as suas mãos? Quais as destinações dessas obras? Nessa categoria de análise buscamos respostas para essas indagações.

Segundo Choppin (2004), o livro didático tem sido central para compreender os modos escolares de inserir as crianças no mundo da cultura que se difunde através da escrita. Para o autor, o livro escolar constitui o suporte material "privilegiado dos conteúdos educativos, o depositário dos conhecimentos, técnicas ou habilidades que um grupo social acredita que seja necessário transmitir às novas gerações." (p. 553). Além dessa função, destaca que os manuais escolares são ferramentas pedagógicas com finalidade de facilitar a aprendizagem. (CHOPPIN, 2004)

Já as obras enviadas nos acervos complementares, de acordo com as disposições do Programa, devem ser concebidas de modo a complementar o trabalho com os conteúdos curriculares abordados nos livros didáticos, de maneira lúdica e diferenciada. A sua função é

> oferecer a professores e alunos alternativas de trabalho e formas de acesso a conteúdos curriculares que as coleções didáticas não trazem. Tomando o letramento e as alfabetizações como foco da escolarização inicial, as escolas terão, no PNLD 2010, materiais didáticos tanto disciplinares - ou seja, concebidos para uso específico de uma determinada disciplina – quanto não disciplinares, para abordar o trabalho didático pedagógico com os primeiros conhecimentos organizados em áreas e/ou disciplinas. Assim, será o seu planejamento docente, articulado ao dos demais professores de sua escola, que dará os parâmetros necessários tanto para o trabalho de sala de aula quanto para a escolha das coleções e para o seu uso combinado com os materiais complementares. (BRASIL, 2009, p. 9)

Também a presença das obras literárias na escola através do PNBE pretende alcançar destinação diferente dos outros programas, uma leitura para prazer estético e

fruição. O acesso e valorização da leitura literária, assim como outros bens culturalmente produzidos, devem integrar a formação das crianças na escola. A aquisição da leitura e das práticas de leitura literária deve ser garantida a todas as crianças das escolas públicas brasileiras, que, em sua maioria, não tem esse contato na sua primeira instância de socialização, que é a família.

No entanto, muitas vezes, a presença de textos literários nos livros didáticos, o deslocamento desses textos do seu suporte e a escolarização inadequada dos das obras literárias distancia os alunos da formação do prazer e da apreciação estética pela leitura.

Nesse sentido, Soares (2003) apresenta alguns problemas relacionados à literatura nos livros didáticos: a predominância, principalmente nos anos iniciais, de textos narrativos e poemas, o que limita a visão do aluno sobre a diversidade de textos literários existentes; uma grande recorrência dos mesmos autores e das mesmas obras nas coleções didáticas, o que não amplia a visão dos alunos sobre o campo literário; a seleção de fragmentos de textos que, muitas vezes, são transportados para o livro didático sem uma preocupação com sua coerência; a transcrição de passagens de um livro de literatura infantil para o livro didático, inevitavelmente sofrendo transformações que, em geral, alteram a literariedade[31] do texto.

Assim, apesar de reconhecer que o livro didático é um instrumento pedagógico de qualidade e serve como referência para o trabalho de muitos professores, ressalto que o uso do livro de literatura em sua total materialidade deve ser valorizado, senão priorizado, nas práticas de leitura literária na escola. Afinal, como afirma Soares (2003),

> Ler diretamente no livro de literatura infantil é relacionar-se com um objeto-livro-de-literatura completamente diferente do objeto-livro-didático: são livros com finalidades diferentes, aspecto material diferente, diagramação e ilustrações diferentes, protocolos de leitura diferentes. (p. 37)

Portanto, através de programas como o PNBE, essas obras literárias diversificadas e de qualidade já estão "potencialmente" acessíveis nas bibliotecas

[31] São realizadas, muitas vezes, alterações de paragrafação, de estruturas linguísticas, de vocabulário e até mesmo de título. Em outras situações, o livro didático apresenta apenas o texto sem a imagem que lhe era conferida, com a qual tinha uma intensa relação, alterando seu contexto textual, perdendo seu sentido e impacto. (SOARES, 2003)

escolares, em sua total materialidade. Mas quais são as apropriações que os profissionais da escola têm feito desse material? As obras literárias que são enviadas anualmente circulam e/ou são utilizadas? De que forma? Segundo Rangel (2006),

> Por suas características físicas, assim como por sua inserção social particular, cada material didático implica um determinado circuito de circulação e assume um valor cultural específico. Os livros não circulam da mesma forma que os CDs ou globos terrestres, nem têm o mesmo significado que os jornais ou revistas, por exemplo. Assim, um material pode ser acessível para determinada escola mas não para outras (um CD-ROM, por exemplo, pressupõe escolas equipadas com computadores); pode atingir e motivar determinados sujeitos, mas não outros (um livro pede uma escola aberta para as práticas de leitura); pode ser mais ou menos valorizado pela escola e pela comunidade; e assim por diante. Moral da história: cada material didático tem uma inserção cultural e uma "personalidade" próprias, "dialogando" com os sujeitos que a ele recorrem de uma forma peculiar. (p. 11)

Tendo em vista as considerações anteriores, entendemos a necessidade de os profissionais das escolas levarem em conta a diferenciação nas atribuições e usos dos diversos livros distribuídos por esses programas para uma adequação das práticas de leitura desenvolvidas.

2.3.3 Enfim: um esquema da proposta de análise

Mediante as referências analíticas apresentadas, foi possível traçar um circuito dos livros do PNBE. Portanto, demonstraremos de forma esquemática o contexto, as instâncias e os sujeitos envolvidos que foram selecionados para as análises deste trabalho. Como pode ser observado nos organogramas abaixo, partimos do ciclo ou circuito de comunicação dos programas do livro, baseados no modelo de Darnton (1990), e caminhamos para uma análise do contexto da prática, sustentados pelos pressupostos da "Abordagem do ciclo de políticas", de Bowe *et al*. (1992).

No ciclo ou circuito das obras distribuídas pelo PNBE (FIGURA 11) foram identificadas as principais ações que envolvem a instauração do programa, conforme já foi apresentado em capítulo inicial da tese, partindo da sua concepção, que advém ao público a partir da publicação do edital, até as ações que se espera que o Programa suscite, ou seja, o uso das obras, o fomento às práticas de leitura literária, bem como as principais instâncias envolvidas em cada uma das etapas desse circuito.

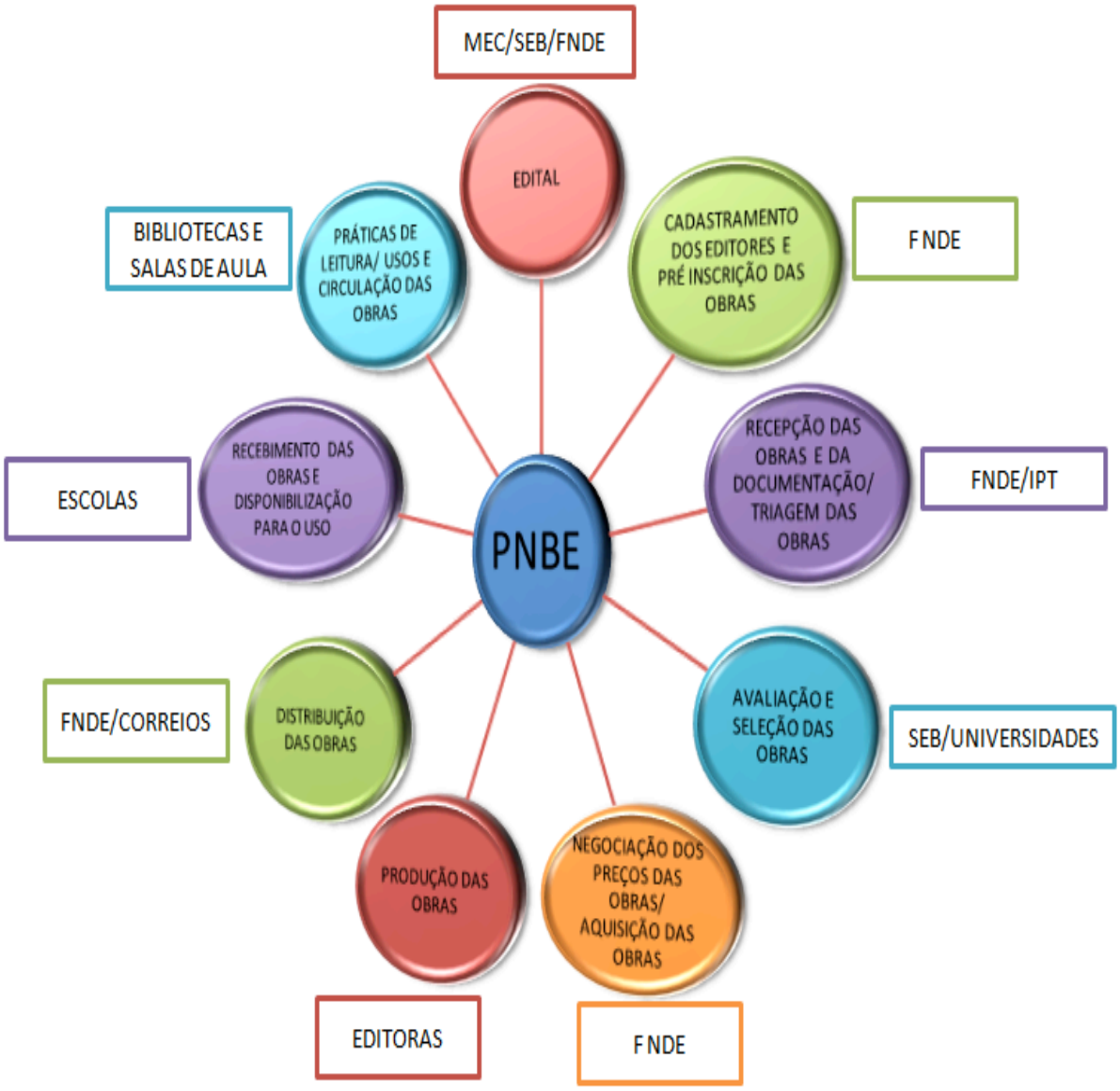


FIGURA 11 – Ciclo ou circuito das obras distribuídas pelo PNBE

Fonte: Organograma elaborado pela autora para fins da pesquisa.

Já no organograma a seguir (FIGURA 12), apresentamos a proposta de análise da tese - focalizar o contexto da prática da política do PNBE, priorizando as discussões sobre as instâncias e ações que dizem respeito ao circuito das obras distribuídas: as escolas, suas bibliotecas e salas de aula. Para isso, foram indicados todos os locais e agentes com os quais foi possível coletar as informações para a pesquisa.

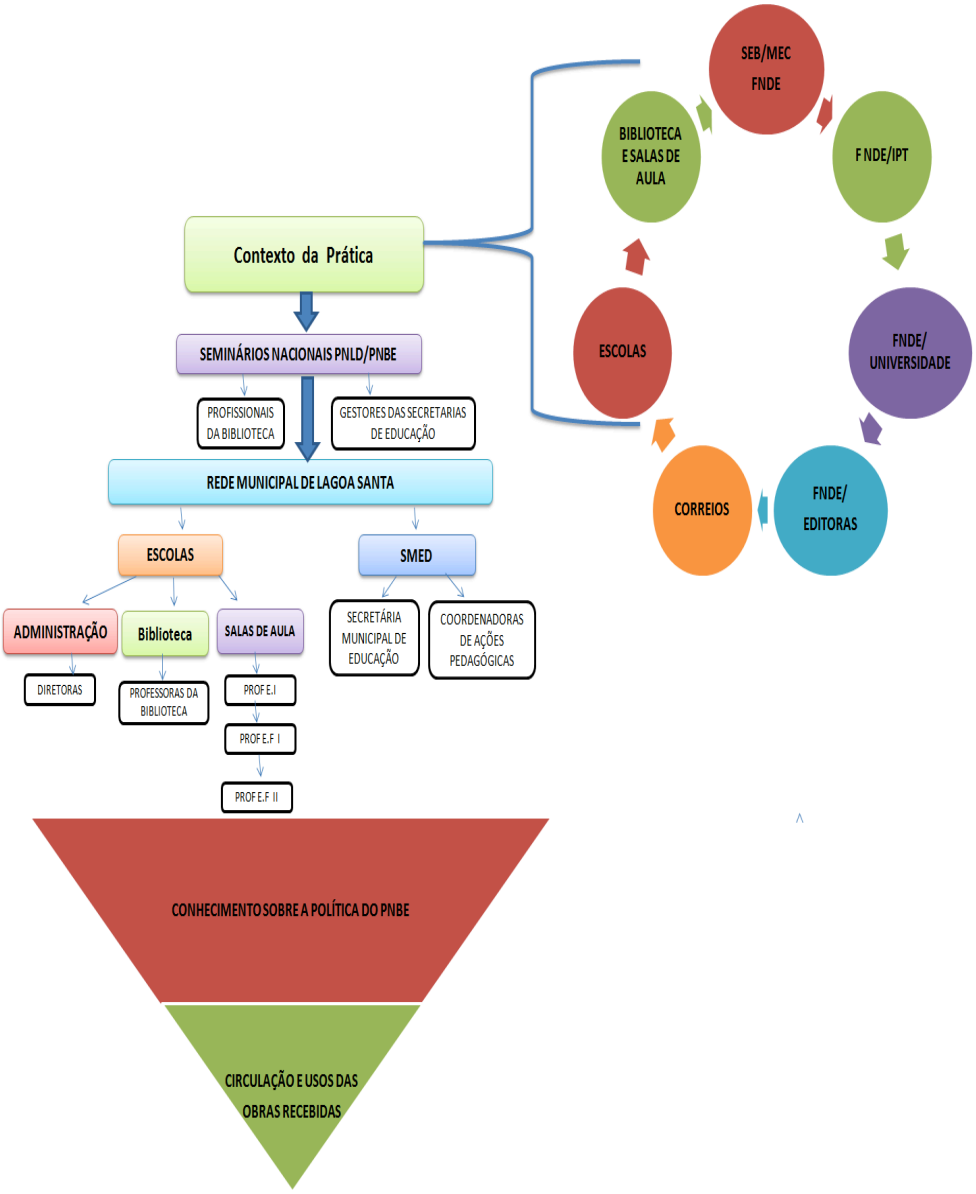


FIGURA 12 - Esquema da proposta de análise da pesquisa
Fonte: Organograma elaborado pela autora para fins da pesquisa.

Assim, tendo em vista as considerações expostas nos capítulos iniciais deste trabalho sobre as características do programa (PNBE) e da rede de ensino investigada (RMELS), além das proposições teórico-metodológicas que culminam nos esquemas de análise apresentados, nos capítulos 3 e 4 faremos a exposição e uma reflexão sobre os dados coletados nas escolas da RMELS. Poderemos compreender, portanto, a partir das questões centrais da pesquisa, quais são os conhecimentos dos profissionais da educação sobre a política de distribuição de livros – PNBE - e quais são as estratégias para a circulação e o uso das obras recebidas na escola.

CAPÍTULO 3

O CONHECIMENTO SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE LIVROS

> Em Lagoa Santa está dando certo porque tem um grupo envolvido querendo que dê certo. Mas nós estamos traçando nosso próprio caminho.
> (Gestora da SEMED)

"Construção do próprio caminho": esta é a afirmação que revela algumas das reflexões de nossa pesquisa, na medida em que, seja por iniciativas e objetivos pedagógicos, seja devido à ausência de informações mais claras advindas do Ministério da Educação, a Secretaria Municipal de Educação, o Núcleo de Alfabetização e Letramento e as escolas de Lagoa Santa têm estabelecido estratégias para que haja uma apropriação efetiva dos materiais de leitura disponibilizados e, unidas a outras ações, um melhor desenvolvimento acadêmico dos estudantes.

Para que essas estratégias de "construção" sejam expostas, deste ponto em diante, vamos nos ater a uma análise pormenorizada das entrevistas realizadas sob a ótica das categorias de análise instituídas nesta pesquisa, como descrito no capítulo anterior, a fim de vislumbrarmos os discursos dos profissionais entrevistados na Rede. Neste capítulo, focalizaremos a análise da primeira categoria: O *conhecimento* sobre as políticas públicas de distribuição de livros pelos profissionais da escola.

Para a realização dessas análises, as entrevistas foram transcritas e, posteriormente, relidas e organizadas em tabelas a partir da seleção de trechos das falas que visassem às referidas categorias. No entanto, devido à grande quantidade de trechos selecionados, ainda não era possível uma visualização do contingente de informações que possibilitassem uma análise. Portanto, posteriormente a essa seleção e organização das entrevistas, as informações contidas nesses "trechos" foram sistematizadas e organizadas em tabelas esquemáticas (Anexo 6) que contemplam subtemáticas que circunscreveram esta categoria, a fim de que pudéssemos obter um panorama mais geral dos aspectos levantados pelos profissionais e uma melhor visualização para realizarmos considerações consistentes sobre os apontamentos dos entrevistados.

Entretanto, além da organização por conteúdos, que possibilitou a construção de nossas análises, as reflexões sobre o material da pesquisa também foram alicerçados nos conceitos bakhtinianos sobre dialogismo, enunciado e enunciação (BAKHTIN, 2003, 2004; FIORIN, 2006), na medida em que nosso olhar sobre esses relatos ponderam que o discurso do enunciador é atravessado pelo discurso de outrem, e, portanto, influências contextuais (históricas, políticas e pedagógicas) precisam ser levadas em conta para a realização dessas análises.

O primeiro aspecto a ser considerado se refere ao fato de que os discursos apresentados pelos profissionais não estão voltados apenas para a realidade em si, mas para todos os discursos que circundam essas ações. Portanto, o conceito de dialogismo proposto por Bakhtin nos auxilia a compreender esse processo:

> A orientação dialógica é naturalmente um fenômeno próprio a todo discurso. Trata-se da orientação natural de qualquer discurso vivo. Em todos os seus caminhos até o objeto, em todas as direções, o discurso se encontra com o discurso de outrem e não pode deixar de participa com ele de uma interação viva e tensa. Apenas o Adão mítico que chegou com a primeira palavra num mundo virgem, ainda não desacreditado, somente este Adão podia realmente evitar por completo esta mútua orientação dialógica do discurso alheio para o objeto. Para o discurso humano, concreto e histórico, isso não é possível: só em certa medida e convencionalmente é que pode dela se afastar. (BAKHTIN, 1988, p. 88)

O enunciador, para construir um discurso, leva em conta o discurso de outrem que está presente no seu. Todo discurso é inevitavelmente ocupado, atravessado pelo discurso alheio; nesse sentido, as relações de sentido estabelecidas entre esses dois enunciados é considerado o dialogismo. Os enunciados são heterogêneos na medida em que revelam ao menos duas posições: a sua e aquela concepção à qual ele se opõe. (FIORIN, 2006)

Sendo assim, podemos afirmar que o discurso dos profissionais entrevistados não apenas desvelam as vivências em relação às políticas de distribuição de livro nas escolas de Lagoa Santa, mas apontam para um discurso de outrem ou outros sobre a realidade almejada quanto à infraestrutura das bibliotecas, ao uso dos livros, ao trabalho de alfabetização e letramento realizado pelo município.

Uma outra distinção importante é que as unidades da língua não são dialógicas, e sim os enunciados. Cada enunciado é único e irrepetível, uma vez que possui

entonações e contextos próprios. O que é constitutivo do enunciado é que ele só se dá em relações dialógicas. “Nele estão presentes ecos e lembranças de enunciados, com que ele conta, que ele refuta, confirma, completa, pressupõe e assim por diante.” (FIORIN, 2006, p. 21)

Enunciados têm autoria, diferentemente das unidades da língua. Enunciados têm um destinatário. As unidades da língua têm significação independente da relação estabelecida com outras unidades da mesma língua. No entanto, para apreender o significado de um enunciado é necessário perceber as relações dialógicas que ele mantém com outros discursos contextuais do período em que se situa.

Portanto, compreender o contexto educacional do município de Lagoa Santa influencia diretamente o entendimento dos discursos dos entrevistados. Há uma escola em Lagoa Santa antes e posteriormente à instauração do Núcleo de Alfabetização que atua frente às decisões educacionais - esse contexto é reafirmado pelos entrevistados.

É preciso também levar em conta que todos os enunciados não se dirigem apenas a um destinatário imediato (percebido consciente ou inconscientemente), mas também a um superdestinatário “cuja compreensão responsiva, vista sempre como correta, é determinante da produção discursiva.” (FIORIN, 2006, p. 27) Os enunciados, portanto, são sociais, mas o indivíduo não é submetido apenas ao discurso social: o seu enunciado se dá na interação entre o social e o individual.

Nesse sentido, indagamos: a que superdestinatário os discursos dos profissionais da Rede de Lagoa Santa se dirigem? O que as concepções relatadas sobre o uso das obras literárias, organização das bibliotecas, desvelam sobre a identidade deste superdestinatário?

Se pensarmos no fato de que o enunciado do indivíduo se dá na interação das vozes sociais e individuais, podemos encontrar nos discursos dos profissionais da educação de Lagoa Santa uma apropriação das propostas e concepções pedagógicas do Núcleo de Alfabetização e Letramento, mas essas apropriações possuem uma interface com sua individualidade, por isso muitas vezes encontramos apropriações diferenciadas por indivíduos que, de certa forma, estão recebendo as “mesmas” orientações e metas.

Entendemos que sem esse aporte teórico nosso olhar estaria limitado, uma vez que precisávamos ouvir as diferentes vozes presentes nos discursos desses profissionais a fim de que pudéssemos traçar um perfil mais coerente com as realidades presentes na Rede. Assim, para as análises realizadas deu-se lugar às "vozes" dos diferentes profissionais entrevistados (os gestores - equipe da SEMED e diretoras das escolas, os profissionais da biblioteca - e os docentes - da Educação Infantil, do 1º ao 5º ano e do 6º ao 9º ano), acreditando que o lugar que esses profissionais ocupam fornecem dimensões e olhares diferenciados sobre o conhecimento das políticas de distribuição de livros no município.

Portanto, trataremos de compreender neste capítulo quais são os mecanismos de comunicação e disseminação de conhecimento gerais sobre as políticas de distribuição de livros para as escolas. Mais especificamente, buscaremos identificar a maneira como as secretarias municipais de educação, e os profissionais das escolas e especificamente as escolas da Rede Municipal de Lagoa Santa são informados sobre esses programas e as estratégias utilizadas para a divulgação dessas informações aos profissionais da Rede. As questões focalizadas no roteiro de entrevista dizem respeito aos conhecimentos gerais sobre os programas de distribuição de livro do MEC e aos conhecimentos específicos sobre o PNLD, PNLD/complementar e PNBE. As respostas a essas questões nos conduziram a definições de subtópicos de análise dessa primeira categoria. No entanto, como apontado na introdução deste trabalho, o recorte de análise da pesquisa recaiu sobre o PNBE.

Ao analisarmos o corpo de informações fornecidas pelos diferentes profissionais, deparamo-nos tanto com dados diferenciados e complementares, quanto com elementos reiterativos. Entretanto, consideramos que destacar as vozes dos diferentes grupos de entrevistados em cada um desses subtópicos fornece uma noção mais completa das apreensões sobre essa política numa perspectiva de Rede de ensino.

3.1 Conhecimentos gerais: ruídos de comunicação com o MEC e estratégias da Rede

3.1.1 A voz das gestoras da SEMED

Um dos grandes problemas referendado pelas entrevistadas da Secretaria Municipal de Educação é o fato de a maior parte dos materiais chegarem diretamente às escolas sem que a equipe pedagógica da Secretaria tenha esse conhecimento. Como o trabalho da Rede ocorre por meio de uma integração entre coordenadoria pedagógica da Secretaria de Educação, Núcleo de Alfabetização e Letramento e professores, a ausência dessas informações quanto à chegada dos materiais dificulta ações que mobilizem o uso desses materiais.

> Mas, por exemplo, existem campanhas que a gente fica sabendo quando a gente chega na escola e encontra o material, entendeu?! Por exemplo, eu vou te dar um exemplo muito prático: eu trabalho com a Educação Especial diretamente, chegou um acervo interessantíssimo nas escolas de literatura na área de Educação Especial. Tanto para professores quanto para alunos. Para professores na área de formação... é uma caixa, um *kit*, na área de formação para o professor de Educação Especial. E alguns livros de literatura em braile. Só que a Secretaria não sabe, ninguém informa à Secretaria que está chegando nas escolas. Eu cheguei na escola e vi! Eu entrei na biblioteca e a bibliotecária me chamou e falou: "...Você viu que maravilha de material que chegou." Eu falei: Não! Aí ela foi me mostrar. A gente agora acabou de receber o *kit* aqui na secretaria de livros para a formação do professor, aqueles que vêm falando dos... não só pensadores, do pessoal da área da Educação, Vygotsky, Piaget, que vem falando de todos. A gente recebeu uma caixa aqui, mas as escolas todas já tinham recebido. E aí chegaram ao ponto de entregar caixas de escolas aqui! (Gestora SEMED)

> Então, às vezes cai de paraquedas. Agora, algumas coisas chegam, mas são poucas, a maioria eu chego e encontro nas escolas. Ou, às vezes, por exemplo, quando eu chego na Secretaria e eu vou comentar com alguma professora, comentar com as diretoras, aí elas falam: Mas isso tem é há muito tempo. Nós somos os últimos a receber, sendo que eu acho que o movimento tinha que ter sido ao contrário. Tinha que ter sido a Secretaria primeiro para depois chegar nas escolas. (Gestora da SEMED)

As gestoras da SEMED apontam a ausência de instruções mais claras quanto aos objetivos e possibilidades de utilização do material na escola: "Como você vai fazer esse livro chegar na mão do menino, como ele vai chegar na escola, quais metodologias você vai utilizar, que atividades você pode fazer com essa chegada." (Gestora da SEMED). Nessa perspectiva, uma das entrevistadas aponta que se o MEC

fornecesse maiores informações sobre como usufruir das obras enviadas, favoreceria uma maior equidade nos usos dos materiais enviados.

Portanto, tratando-se das entrevistadas, percebeu-se que são os profissionais da Secretaria Municipal que, em sua maior parte, precisam buscar informações nos meios disponibilizados pelo Ministério da Educação. Entretanto, apenas essa via de comunicação não tem sido suficiente para munir as secretarias de informações sobre esses programas.

3.1.2 A voz das diretoras das escolas

Ao analisarmos de um modo geral as entrevistas com a direção das escolas, percebemos que há envolvimento das diretoras com os materiais que chegam à escola e à Rede: são poucas as que hesitam ao serem indagadas sobre os conhecimentos que possuem em relação às políticas de distribuição de livro do MEC, mesmo que verifiquemos respostas com maior ou menor detalhamento ou diversidade na quantidade e qualidade de informações. Apesar de algumas escolas atenderem apenas à Educação Infantil, a direção dessas escolas forneceu informações também sobre a escolha do LD, advindas tanto de suas experiências como docentes em outras instituições quanto do envolvimento nas ações da Secretaria via encontro de diretoras, que ocorre frequentemente na Secretaria de Educação ou informações recebidas através do Núcleo. Portanto, nota-se um envolvimento da gestão em relação a obras que circulam no seu espaço de trabalho e na Rede como um todo.

A maior parte das diretoras menciona o recebimento dos ofícios do MEC para informar sobre a distribuição do material, destacando sua característica prioritária de notificar a quantidade de obras e os objetivos gerais para sua distribuição. Uma comunicação com orientações mais diretivas é percebida com maior veemência nos materiais sobre a escolha do LD, mas as informações vindas diretamente do MEC sobre os demais materiais enviados contribuem de forma limitada para esclarecer e ou favorecer o uso efetivo do material na escola. Há também um uso limitado do *site* do MEC, com acessos apenas para verificar situações relativas à falta de livros didáticos ou acessos a demais programas. Os relatos das entrevistadas sobre as cartas recebidas

revelam menor densidade de informações recebidas em relação aos programas. Em grande parte dessas falas, há menção à Secretaria ou Núcleo como informantes prioritários sobre os Programas:

> As informações são passadas normalmente para a Secretaria de Educação ou pelo Núcleo mesmo através de Magda, igual ela falou. (...) Olha, a gente já tinha um conhecimento também através de Magda que iria chegar esse acervo das obras complementares. (...)
> Pesquisadora: Você, como diretora, recebe informações do MEC diretamente?
> Entrevistada: Com certeza, quando eles mandam... junto com o acervo uma cartinha para o diretor. (Direção 5)

> **P**: Via Ministério da Educação, você tem algum tipo de informação?
> **E**: O que é de praxe, assim, eles passam para a Secretaria de Educação e o que eu fico sabendo vem de lá, ou, de vez em quando, vem uma cartinha. Veio também da Educação de Jovens e Adultos, veio uma carta para cá. (Direção 6)

> **P**: E informações sobre os programas do governo, esses vocês têm? O MEC tem alguma comunicação com vocês?
> **E**: A gente tem via Internet, acesso ao portal do MEC. A Secretaria nos informa de tudo que é relevante. (...)
> **P**: Você se sente informada pelo Ministério da Educação sobre essas políticas?
> **E**: Não, a gente tem que correr atrás.
> **P**: Há um canal de comunicação em que vocês acessam essa informação?
> **E**: Só internet. Às vezes eles mandam algum informativo, via correio... (...) E assim, também é falha da gente, também porque a gente chega aqui de manhã e até à tarde, você não consegue, às vezes, sentar e o canal esta aí, aberto, é só você acessar... Então, eu... ainda falha muito com a gente. É... eu creio mesmo que é até falha de gestão mesmo, tem hora que eu vejo isso como falha de gestão, porque tem hora que você prioriza as coisas e não prioriza bem, você acha que você está fazendo, então eu acho assim. (Direção 7)

> **P**: Como a direção é informada sobre a realização desses programas?
> **E**: Recebemos cartas aqui, em reuniões do colegiado de diretores também. A X (referindo-se a uma pessoa da Secretaria de Educação) informa tudo para a gente também, (...) tudo o que ela sabe dos programas ela passa para a gente, manda a gente entrar no site, ela informa para a gente. (Direção 8)

> **E:** Na verdade a gente recebe os impressos avisando que esses livros todos estão à disposição, e a escola vai receber. Geralmente, algumas correspondências são enviadas para as escolas, outras vão para a Secretaria de Educação do município. E quando chegam determinadas épocas do ano, a gente tem esse contato direto com uma assessora técnica da Secretaria, que passa direto para a gente. Então, na verdade, a gente nem sempre tem o contato direto com o MEC. Geralmente é através de terceiros que fazem essa assessoria. E o que a gente sabe mesmo é através desses impressos (...) pelo *site* (...) do que está no mercado, que serão distribuídos. (Direção 10)

Portanto, verificou-se que a Secretaria Municipal de Educação do município, mediante também a presença do Núcleo de Alfabetização e Letramento, foi apontada pelas diretoras como a responsável por fornecer às escolas informações sobre esses programas. No entanto, a tarefa é dificultada, uma vez que, nas entrevistas com gestoras da Secretaria, estas revelam que se sentem pouco informadas sobre a destinação dos materiais enviados pelos programas do governo e buscam assim construir um caminho próprio para uso desses materiais, com auxílio da professora Magda Soares, que, em muitos momentos, antecipa para o grupo a existência e chegada de alguns materiais, devido ao seu envolvimento no campo educacional. O caminho trilhado por esta Secretaria, a fim de instigar em suas escolas os conhecimentos em relação ao material que recebem do governo, poderia ser favorecido se o canal de comunicação entre MEC e Secretarias Municipais de Educação fosse bem estabelecido.

Ao serem indagados sobre o recebimento de instruções para uso dos materiais encontramos uma grande recorrência, na fala dos diretores, de duas ações diferentes: uma formação e informação para a escolha e o uso do livro didático, e uma ação constante, e até mesmo percebida com maior intensidade, para o uso das obras literárias na escola. Foram apontadas algumas instâncias privilegiadas de informação sobre esses materiais:

- reuniões do colegiado de diretores;

- encontro de Magda Soares com professores de 3º ao 5º ano para instruções sobre uso do livro didático de português;

- encontro com editoras de livros didáticos selecionados pelo município promovido pela SEMED;

- encontro com professoras da biblioteca para instruções sobre a utilização do espaço e do material promovido pela SEMED/Núcleo;

- Núcleo de Alfabetização, que fornece informações em relação ao trabalho a ser desenvolvido com as obras literárias e obras complementares (PNLD/complementar) em sala de aula e nas bibliotecas literárias.

Em complemento às questões elencadas anteriormente, uma das entrevistadas destacou, de forma instigante e diferenciada, a importância da divulgação e circulação

de informações sobre os programas de distribuição de livros para além dos muros da escola, sob uma perspectiva de grande alcance, não apenas para o corpo docente, mas para as famílias das crianças beneficiadas, a fim de haver uma melhor conscientização e valorização dos materiais pedagógicos recebidos no espaço escolar.

> Se fossem mais divulgados, esses programas, todos que têm assim, eu acho que a divulgação ainda fica um pouco falha porque é só através da Secretaria Municipal de Educação de Lagoa Santa, então fica um... Eu creio que eles deveriam procurar informar um pouco mais o leitor... é... por meio de uma via de comunicação que atenda mais o leitor... Mais abrangente... rádio, televisão... porque a Internet eu acesso, eu acesso o site, ela acessa o site, mas, o meu pai de aluno muitas vezes não... Não é a maioria... o computador... Não é a maioria dos pais que tem... que tem o computador em casa e faz o uso dele. Então rádio e televisão ainda são os meios de comunicação que atingem a maioria... E eu vejo assim, o Governo Federal... tem que buscar um jeito de entrar mais em contato com as secretarias municipais e estaduais, para fazer essas divulgações. Muitas vezes a escola e a Secretaria Municipal de Educação não sabem...
> (...) Se tivesse mais políticas de divulgação, a gente como professor correria mais atrás. Porque o pai que é leigo, Daniela, ele vê lá, PDE, vê a propaganda na televisão, PDE, ele não sabe se não é do interesse dele. Eles têm muito interesse no Fome Zero, as políticas de Bolsa Escola, Bolsa Família, ele vai, mas quando se trata de material pedagógico, tem que ter uma coisa mais voltada para o pai, para a mãe saber... chamar mais atenção que está chegando aquele material na escola, até para ele estar perguntando na escola... se na escola do filho dele tem aquele material. (Direção 2)

Portanto, as percepções da direção das escolas da Rede desvelam caminhos tortuosos em relação à divulgação dos programas, mas apontam estratégias interessantes, como uma boa interlocução entre programas do Governo Federal e as ações da secretaria de educação e direção das escolas municipais, a fim de que seja favorecido o conhecimento sobre os materiais distribuídos.

3.1.3 A voz das profissionais da biblioteca escolar

Nas entrevistas realizadas com as profissionais da biblioteca observou-se uma grande diferenciação nas respostas, algumas demonstrando maior segurança e informações mais detalhadas sobre as políticas de distribuição de livros e outros com um maior desconhecimento sobre esses programas. A maior parte dos profissionais da biblioteca forneceu informações mais gerais e superficiais sobre o processo de escolha

do livro didático na Rede, apontaram alguma dificuldade de recebimento destes livros e citaram sobre a chegada das obras literárias distribuídas para a biblioteca.

Apenas algumas entrevistadas, como as profissionais da Escola 1 e 12, demonstraram de forma diferenciada alguns desses conhecimentos, citando o nome dos programas (PNBE e PNLD) antes mesmo que fossem mencionados pela pesquisadora.

> **E:** Eu sei que tem o PNLD, que é o Plano do Livro Didático, o PNBE, que é o plano de distribuição de livros, mais literatura, e que, por exemplo, o livro didático, ele é entregue todo ano só para reposição, e de quatro em quatro anos são renovados todos os livros, e o livro literário também tem a política do governo de estar sempre... não sei se é todo ano... pelo que eu tenho percebido, nos últimos anos, parece que todo ano, sempre esta chegando uma caixa nova de literatura... E esse ano estamos aguardando chegar os livros do maternal. O governo está investindo bem nesta questão de livros literários, livros didáticos também... (Profissional da biblioteca - 1)

> **E:** Eu conheço o PNLD, o Programa Nacional do Livro Didático, e conheço esse programa nacional... PNBE, Programa Nacional Biblioteca na Escola... (Profissional da biblioteca - 12)

Outras profissionais, mesmo estando nas bibliotecas, limitaram-se a dizer que pouco conheciam sobre essas políticas de distribuição de livro e reforçavam seu conhecimento sobre a chegada do material. Uma das entrevistadas confunde-se ao afirmar que as obras do PNBE são apenas aquelas recebidas através de doação do CEALE para o município, e que são divididas por escola.

> **E**: Bom, eu sei que os livros chegam na Secretaria. Aqui é assim, aqui em Lagoa Santa funciona dessa forma. Chegam os livros e é dividido entre as escolas.
>
> *
>
> **E**: É. Os livros chegam e eles são colocados em determinadas escolas. No caso é aonde que funciona o Núcleo. A gente vai e seleciona, tantos livros de acordo com o número de turmas nas escolas. (Profissional da biblioteca - 15)

Apesar de os conhecimentos demonstrados pela grande parte dos profissionais não serem aprofundados sobre as políticas de distribuição de livros, podemos destacar *a priori* que mesmo em maior ou menor grau todos os entrevistados souberam noticiar sobre as obras didáticas, paradidáticas e literárias que chegam ao espaço escolar e havia certo constrangimento e demonstração de um desejo por conhecer mais detalhes sobre essas políticas. Por mais que essas profissionais lidem diariamente com

o material recebido, ao serem indagadas sobre essas políticas as professoras demonstraram uma expectativa de responderem a questão com maior profundidade.

> **P**: O que você conhece sobre as políticas públicas de distribuição de livros do Ministério da Educação?
> **E**: Não... não... não sei muito não... O conhecimento que eu tenho é que a gente, sempre, todo ano eles mandam, caixas de livros e tudo, a gente vai separando por tema, igual estava te explicando, mas assim, conhecer mesmo, a política, assim, quanto de verba é direcionado para isso tudo, não. Não tenho não... Só sei mesmo, se no caso eu estou assistindo a um jornal e eles falam: "ó, foi destinado para a educação tanto, para livro, para a área infantil, área coisa e tudo", e só, mas, assim, conhecimento, assim, profundo, não. Só mesmo o conhecimento mais geral mesmo.
> **P**: Você conhece o Programa Nacional Biblioteca da Escola, o PNBE?
> **E**: Hum... Não... Já ouvi falar quando estava fazendo o curso, os professores passavam uma coisa assim, no geral, falando, mas, assim, nada, assim, que aprofundasse, não. (Profissional da biblioteca - 3)

Em se tratando dos meios de divulgação mencionados pelas profissionais da biblioteca, a grande recorrência de citações se concentrou nas informações fornecidas pelo Núcleo e, em alguns casos isolados (Profissionais 7, 8, 13, 18), há menção do recebimento de cartas (ofícios) do MEC, que indicam a destinação do material, mas sempre com a indicação de necessidade de maiores detalhamentos de informações advindas do governo, conforme descrito abaixo:

> Porque eu trabalho com Magda Soares há três anos no Núcleo, então ela sempre chega e passa isso para a gente. (...) Antes, não tinha noção nenhuma. Nenhuma de quando chegava... Didático tinha porque em sala de aula nós estamos sempre acompanhando, mas de literatura, nenhuma... Não tinha noção nenhuma de quanto chegava, de como que era. Agora eu sei que as editoras têm um prazo, têm que cadastrar os livros que vão para a editora. As editoras têm uma equipe que vai avaliar, vai analisar os livros. Hoje eu sei tudo isso, mas antes eu não tinha noção disso... (Profissional da biblioteca - 1)

> Eu sei que tem essa distribuição de livros que eles fazem... a gente sabe muito também por causa da Magda. Eu sabia que tinha, que eles mandam, mas não sei a época que eles mandam. Porque tem a época que mudam, então não tem época certa. Então eu sei que eles mandaram um kit, que eram para os alunos, e que sempre tem essa política. (Profissional da biblioteca - 10)

> Porque quando a gente está recebendo livro, vem uma folha assim: "Senhor diretor, sua escola esta recebendo..." Então... a diretora lia e mandava a caixa... e eu arquivava essa carta, onde vinha o nome do livro, da editora, e quando é livro didático vem também, quantos livros... e em alguns livros vem escrito embaixo, informando o programa. (...) Eu acho que essa carta direcionada ao diretor, não acho legal, eu acho que ela tem que ser direcionada a quem está na biblioteca, porque igual eu estou aqui, daqui a

> quatro anos eu aposento (...) e o professor que chega ele não tem muito interesse, se ele está dentro de sala ele está preocupado com outras coisas, ele não vai querer saber quando ele vai para a biblioteca, daí que ele vai querer saber de onde vem esse livro, como é, o que pode e o que não pode (...) Eu acho que devia vir uma carta (...) destinada para quem vai distribuir o livro, para quem está na biblioteca, com a explicação do que é PNBE, ou para que serve, os livros são comprados por qual verba... o cuidado que a escola tem que ter, quanto tempo que vai usar tal livro. (Profissional da biblioteca - 8)

Afirmações como "antes não tinha noção disso", "passei a ter noção depois do Núcleo" são referidas pelas entrevistadas quando questionadas em relação às políticas de distribuição de livros que se direcionam às escolas. Quando se trata mais especificamente do conhecimento ou instruções em relação à utilização dos materiais recebidos, principalmente no que tange à utilização do acervo literário, a atuação do Núcleo se torna mais evidente.

3.1.4 A voz dos docentes

O conhecimento dos docentes em relação às políticas públicas de distribuição de livros é algo que, em nossa perspectiva, merece atenção especial, uma vez que são eles os agentes que se encontram diariamente em contato com os discentes, alvos prioritários dessas políticas. Além disso, sabemos que muitas vezes, devido às diferentes demandas exigidas desses profissionais, seja nos enfrentamentos diários em relação ao "cuidar" e promover práticas pedagógicas, no caso das professoras da educação infantil, seja pela infinidade de disciplinas que lecionam, como no caso dos professores dos primeiros anos do Ensino Fundamental, ou seja devido à exacerbada carga horária de trabalho de professores dos anos finais do Ensino Fundamental, há certa dificuldade pelos docentes de conhecer as políticas, projetos e ações do governo direcionadas a eles e à escola.

Para a realização da análise das entrevistas dos professores, precisamos considerar os diferentes segmentos, tendo em vista as especificidades de cada um na escola pública brasileira, e algumas particularidades desses segmentos na Rede de Lagoa Santa. Nas escolas de Educação Infantil da Rede não se utilizam livros didáticos, apenas no Ensino Fundamental. O Núcleo de Alfabetização orienta, a princípio, as

práticas pedagógicas das professoras de Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, com algumas ações recentes que envolvem professores do 3º ao 5º ano, sendo que ainda não há um núcleo que atue de forma tão consolidada com um trabalho sistemático de orientação para os professores do 6º ao 9º ano.[32]

Grande parte das professoras de Educação Infantil, *a priori*, afirma que não tem um conhecimento mais profundo sobre essas políticas e que apenas sabem que o governo envia livros para a escola.

> **P**: O quê que você sabe sobre as políticas públicas de distribuição de livro do Ministério da Educação?
> **E**: Conhecimento sobre as políticas públicas?
> **P**: É, o quê que você conhece de distribuição de livros do governo?
> **E**: Eu não aprofundo muito nisso, não. Eu entro muito... não tenho muito contato com essa... sobre as políticas, mesmo não. Eu sei que as escolas públicas recebem esse material para melhoria, para ajudar também no nosso trabalho no dia a dia com as crianças na escola, mas, assim, políticas, os detalhes mesmo, assim não! (Professora da Educação Infantil – Escola 9)

Em se tratando dessa questão, percebe-se uma preocupação pelas professoras da Educação Infantil em fornecerem informações mais detalhadas sobre as políticas. Também, por se tratar de uma política mais recente de distribuição de obras literárias para as escolas de Educação Infantil (apenas desde 2008), esse desconhecimento foi maior. Entretanto, ainda que não seja hegemônico e, por vezes, questionado, como apontaremos posteriormente, há um saber da prática em relação ao uso de obras literárias com os alunos de Educação Infantil e um conhecimento, de certa forma, consolidado em relação à escolha e distribuição do LD, mesmo que não atenda os alunos com os quais essas professoras trabalham diretamente, o que, de certa forma, demonstra um envolvimento dessas docentes com os livros que são distribuídos às escolas e as orientações da Secretaria e Núcleo de Alfabetização e Letramento.

> **P**: É. Você se sente informada sobre essas políticas aqui na escola?
> **E**: Mais ou menos.

[32] Entrevistamos na SEMED a coordenadora pedagógica do 6º ao 9º ano, que afirmou que este cargo surgiu em 2010, e sua atuação mais efetiva se deu a partir de 2011. Esse cargo foi criado na secretaria devido a uma demanda de maior integração no trabalho desenvolvido nas escolas do 6º ao 9º ano. Segundo a entrevistada, a Secretaria e as escolas percebiam que todo esse trabalho desenvolvido do 1º ao 5º ano, a partir de uma coordenação pedagógica já existente na Secretaria para esse segmento, e a forte atuação no Núcleo de Alfabetização e Letramento, de certa forma, se perdiam nos últimos anos do Ensino Fundamental.

> **P**: Esse tipo de informação circula na escola?
> **E**: Não, não, sobre a parte política assim, não!
> **P**: Periodicidade, quando que distribui?
> **E**: Não, não. O que entra mesmo é a parte do quê trabalhar, como trabalhar. Essa parte já nossa mesmo de pôr a mão na massa mesmo. (risos)
> **P**: Quando chegam livros novos na escola, você é informada?
> **E**: Somos, somos informados sim! (Professora Educação Infantil – Escola 9)

Em consonância com o que foi apresentado pelos demais profissionais entrevistados, as professores de Educação Infantil têm como fonte de informação sobre essas políticas a direção da escola, as reuniões da SEMED e algumas reuniões do Núcleo. Apenas uma profissional citou os ofícios do MEC e o guia de escolha do LD (chamado pela entrevistada de catálogo) como fontes de informação, demonstrando o distanciamento desse meio de informação dos profissionais que atuam na sala de aula.

As professoras do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, a respeito de um conhecimento geral sobre as políticas públicas, na mesma perspectiva apresentada pelos demais profissionais, fornecem *a priori* informações sobre a distribuição do LD e o processo de escolha de que participaram. Entretanto, nessas entrevistas encontramos algumas diferenciações na medida em que, já num primeiro momento da entrevista, diferentes profissionais citaram as obras paradidáticas recebidas por meio do PNLD/Complementar, obras literárias que recebem e que, apesar de não participarem do processo de escolha, são convidadas à biblioteca para conhecerem o acervo literário e as obras recebidas para formação docente.

> **P**: E qual é o seu conhecimento sobre as políticas de distribuição de livros do MEC?
> **E**: Olha, quando a gente está dentro da biblioteca, até que a gente sabe mais sobre essas coisas. Como em sala de aula o tempo é pouquinho, o que eu sei é que o governo está mandando para as escolas várias obras, de vários autores, muito bons por sinal, eu mesma fico apaixonada, toda vez que chega uma caixa eu fico doida para abrir e olhar o que é que tem lá, e mandando para as bibliotecas e equipando as bibliotecas para esse tempo de leitura para os alunos. (Professora do Ensino Fundamental – Escola 16)

> **P**: O que você sabe sobre as políticas públicas de distribuição de livros do MEC?
> **E**: Olha, de uns anos para cá, a gente tem tido acesso a livros para o professor de formação docente. E para os discentes alunos, a gente sabe que todo ano os alunos recebem livros e são usados por três anos, (…) troca. Geralmente o corpo pedagógico da escola reúne para definir, a rede costuma adotar... mais ou menos... a gente faz uma escolha, as escolas enviam para a SEMED e ali tem uma votação e tudo, e ali escolhe de acordo com o livro mais votado da Rede. E aí, feita a escolha, a gente encaminha e há a troca do livro a cada três anos. Assim, são materiais bons, claro que

> alguns vêm com alguns erros. Mas isso é normal, toda impressão tem, né?! Mas são livros muito bons, ultimamente a gente tem recebido... igual eu, que estou na biblioteca... a gente tem tido acesso a livros em todas as área de formação. Artes, história, geografia, então, assim, livros muito bons. Chegou esse ano para a gente sobre a vida dos mestres, então, assim, psicólogos, filósofos, grandes mestres na educação e em outras áreas também. Então assim tem investida, a gente vê que parece que o governo tem investido na formação. Mas tem que ler né?! Porque do contrário não adianta vim... (Professora do Ensino Fundamental – Escola 14)

Algumas docentes dos anos iniciais citam a dificuldade de quem está inserido na sala de aula de se inteirar dessas políticas, com apontamentos como:

> **P**: Você se sente informada sobre essas políticas?
> **E**: Olha, a meu ver, falta uma coisa mais detalhada, mais concreta para a gente estar se informando melhor. Porque para mim... eu já estive na biblioteca dois anos, então esse é meu segundo... então eu já tenho uma certa orientação do acervo, catalogação, que chega da literatura. Mas muitos professores que estão em sala não têm informação nenhuma. Ele vai... se ele for esperto ele vai correlacionando um fato com o outro, né?! (Professora do Ensino Fundamental – Escola 14)

Sendo assim, na fala das professoras dos anos inicias do Ensino Fundamental, os mecanismos de divulgação sobre os materiais recebidos, conforme foi apontado também em outras entrevistas, centraliza-se em sua maior parte na atuação do Núcleo (professora representante, reuniões de repasse do Núcleo, informações da bibliotecária, direção e coordenação) e não são citados ofícios do MEC ou outras situações em que tivessem informações diretas do governo sobre esses programas. A atuação do Núcleo, por vezes, assim como colocado em outras entrevistas, é confundida com as ações do próprio governo (PNBE e PNLD/complementar), conforme pode ser percebido através de um dos relatos.

> **P**: Como você tomou conhecimento sobre os livros?
> **E**: Olha, eu sempre via os livros e sempre desfrutei, mas a fonte de onde eles vinham eu nunca tinha tido a curiosidade. Aí, voltando novamente à questão da Magda, então assim, os livros que ela começou a indicar para a gente trabalhar, aí começou a fazer com que eu tivesse um olhar mais... Aí que eu comecei a ter. E as meninas também... As meninas agora estão trabalhando na biblioteca de uns anos para cá, elas têm tido esse carinho de mostrar "Olha esse material, esse material veio...", sabe?! Então elas têm esse cuidado. E querendo ou não, isso facilita nosso... (Professora do Ensino Fundamental – Escola 5)

> **P**: Em relação a livro de literatura. Algum conhecimento foi passado para vocês, professoras - seja via Direção, seja via Coordenação - em relação aos livros de literatura que chegam...
> **E**: Agora com o Núcleo de Alfabetização, essa parte da literatura está sendo bem focada na escola. Então, o Núcleo, os últimos livros que chegaram na

> escola, foi mesmo o Núcleo que fez essa escolha, essa seleção, para a gente estar trabalhando. Inclusive, chegaram livros muito bons, que nesses livros a gente trabalha história, geografia, tudo, de forma interdisciplinar, que é o objetivo agora. (Professora do Ensino Fundamental – Escola 1)

É importante destacar que nas entrevistas realizadas com os *professores do 6º ano 9º ano do Ensino Fundamental* não houve quem citasse os ofícios do MEC como forma de divulgação das políticas públicas. Os mecanismos de divulgação citados foram diversificados e de forma mais generalizada, enquadrando-se nos seguintes: informações da direção da escola, profissional da biblioteca que avisa quando chegam livros novos, informações que recebem nas reuniões por área e reuniões pedagógicas da escola, quadro de informações na sala de professores e reunião realizada no início do ano letivo para apresentação do livro escolhido pelo corpo docente do ano anterior com presença de editores da obra e um caso específico em que um dos docentes de língua portuguesa afirma ter analisado obras didáticas na graduação, sendo que, contrapondo-se a essa afirmação, o docente de Geografia, graduado e mestrando em universidade federal, afirma não ter vivenciado nenhuma experiência e/ou conhecimento em relação às obras didáticas em disciplinas específicas do curso ou nas disciplinas pedagógicas que cursou.

> **P**: O que você sabe sobre as políticas públicas de distribuição de livros do MEC?
> **E**: É... as informações básicas passadas pela Rede no início do ano, né?! Foi realizada uma reunião de apresentação do livro, o grupo foi escolhido ano passado. Como eu não era professor da Rede, é... não tive poder de decisão sobre isso! Então, foi feita uma reunião por área e que teve uma consultora da editora Moderna que explicou sobre a constituição do livro, sobre os recursos que ele oferecia. E falou questões gerais sobre a política nacional do livro didático. E... então estas são as informações!
> **P**: Seu primeiro contato foi aqui na escola? Ou na sua formação você teve informações sobre a política do livro didático?
> **E**: Não! Só muitas passagens raramente feitas nas disciplinas pedagógicas, mas, de que eu me recorde, não teve nenhuma abordagem específica sobre o livro didático em nenhuma das disciplinas. Nem pedagógicas nem da área específica de Geografia.
> **E**: E essa reunião foi da Rede toda ou foi promovida pela escola?
> **E**: Foi da Rede toda. É... foi quando houve nossa contratação, mas também com os professores que já são efetivos na Rede. E aí a reunião foi feita inicialmente... é... foi uma reunião... inicialmente houve uma apresentação do sentido da reunião e depois uma reunião por área. Então foi passado para toda área sobre como é a estruturação do livro didático. (Professor de Geografia – Escola 15)

> **P**: E você tem esse tipo de informação sobre a política do livro didático a partir do momento que você entrou na Rede? Você já teve alguma outra experiência? Ou na sua formação tinham informações...
> **E**: Sim! Nós chegamos a fazer análise no meu período de graduação, chegamos a analisar sim. É até um ponto que a gente vai avaliando... o curso não foi tão ruim como a gente às vezes espera. Então tem amigos que disseram que concluíram o curso em graduação baseados em cima de livros do Ensino Médio. Estudaram todo o período literário em cima do livro do Ensino Médio na faculdade que estudava. Então, às vezes, quando eu menciono algum autor que eu estudei, eles não têm o conhecimento. Então, não! O curso favoreceu sim, fizemos um bom trabalho em cima... até na questão, assim, analisar essas questões do livro... igual hoje, é lógico que você tem um visão diferente da época que eu estudava. Então até para você não está uma questão... nós trabalhamos com o texto , mas quanto a isto.
> **P**: Você fez a sua graduação aonde?
> **E**: Eu fiz PUC!
> **P**: Na PUC! E aqui na rede você tem essas informações sobre o livro didático, sobre as políticas do governo, esse tipo de informação chega até você professor?
> **E**: Nesses momentos específicos, esses momentos específicos! Fora isso... é a não ser quando se eu quero um livro de literatura. Aí eu vou verificar se esse plano deles de desenvolvimento atende essa obra. Igual eu estava observando a colega comentar sobre a questão da visita à biblioteca... é... tem dois lados. Eu abordo, agora, adotei um livro com meus alunos e na biblioteca da escola não tem um exemplar dele. (Professor de Português – Escola 14)

Em síntese, os conhecimentos dos professores do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental se concentram na sua relação diária com o LD e a área de conhecimento de sua atuação. Apesar de citado, foi menos veemente a menção ao papel de gestores (coordenadores, diretores e profissionais da biblioteca) como divulgadores de informações relacionadas às políticas de leitura. As informações para este segmento advêm de espaços de interlocução mais comumente presentes em demais redes de ensino, como as reuniões pedagógicas e de planejamento. O desafio de envolver esses profissionais em uma proposta de atuação em rede é maior, pois se lidam com professores de diferentes áreas de conhecimento, com cargas horárias de atuação diferenciadas na escola.

3.2 O PNBE e o conhecimento via Núcleo de Alfabetização

3.2.1 A voz das gestoras da SEMED

Os gestores da SEMED desvelam que o engajamento e conhecimento mais aprofundado sobre o PNBE se deu a partir da constituição do Núcleo de Alfabetização e Letramento no município, e da sua atuação nesse sentido, especificamente com a instauração das bibliotecas literárias em todas as escolas. A partir do momento em que a professora Magda Soares criou e passa a coordenar o Núcleo, e, concomitantemente, possibilitou doações de títulos avaliados pelo PNBE, através do CEALE, a fim de compor o acervo das bibliotecas literárias das escolas, é que se difundiu nas escolas de Lagoa Santa o conhecimento e valorização deste programa, o que antes permanecia em situação de grande desconhecimento pelos gestores do município.

Entretanto, ainda foi mencionado um grande desconhecimento da distribuição de outros livros, como a coleção "Os pensadores da Educação"[33] ou obras destinadas ao trabalho com educação especial, que não são feitas regularmente e, portanto, chegam às escolas sem o conhecimento dos profissionais da Secretaria Municipal de Educação.

[33] Os professores das redes públicas da Educação Básica de estados e municípios, que lecionam nas áreas urbanas e rurais, vão encontrar nas suas escolas, no início do ano letivo, livros especialmente editados para eles. É a Coleção Educadores, que reúne 31 autores brasileiros e 30 pensadores estrangeiros que exercem influência sobre a educação nacional. A coleção inclui ainda o *Manifesto dos Educadores* e um índice. No total, 63 livros. A coleção, lançada em novembro de 2010, durante as comemorações dos 80 anos de criação do Ministério da Educação, vai também para as bibliotecas públicas do país e de universidades, para as faculdades de educação e para todas as secretarias estaduais e municipais de educação. A distribuição das coleções é feita pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Informações disponíveis em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16277:textos-de-pensadores-compoem-acervos-distribuidos-a-escolas&catid=211&Itemid=86>. Acesso em: fev. 2012.

3.2.2 A voz das diretoras das escolas

O conhecimento dos diretores das escolas sobre o PNBE foi superficial no que diz respeito à presença de um saber, *a priori*, apenas concernente à chegada dos materiais na escola. Essa constatação é percebida a partir de trechos como:

> Conheço, que são os livros que chegam pra gente. (Direção 2)
>
> Já ouvi falar, mas não sei a fundo. (Direção 4)
>
> Não... Eu não poderia... Eu acho que a (professora da biblioteca) vai poder te falar mais sobre ele. (Direção 7)

Entretanto, mesmo em se tratando desse conhecimento mais generalizado da maioria das entrevistadas, foi notável a segurança de algumas diretoras ao relatar que conhecem o Programa, uma vez que estão integradas e atualizadas sobre os livros que chegam à escola, em contraponto aos relatos de desconhecimento dos programas revelado pelos participantes nos GT dos seminários do PNLD e PNBE oferecidos pelo MEC:

> **E**: Conhecemos, e inclusive recebemos vários livros!
> **P**: E que tipo de conhecimento que vocês tem?
> **E**: Olha, eu não tenho muita informação a respeito não. Eu sei que chegam esses livros para nós, para a biblioteca, inclusive agora, chegaram uns livros para os professores, sabe... E junto com os livros, vem trazendo informações sobre os livros, se é destinado ao aluno, se é destinado ao professor... se é destinado à biblioteca... (Direção 11)

Em algumas entrevistas em que informações mais detalhadas sobre o processo de avaliação e distribuição do Programa foram fornecidas, há a peculiaridade de terem sido realizadas em conjunto com as profissionais da biblioteca e/ou ser uma entrevistada que integra o Núcleo de Alfabetização (Direção 3 e 5), o que nos remete a algumas características que serão analisadas em tópico posterior sobre a atuação do Núcleo de Alfabetização como propagador das informações em relação às políticas de distribuição de livros.

> Programa nacional do livro, né?! Biblioteca, todos os anos a gente vê que está chegando nas escolas. Muitas vezes como a gente está lá, sempre perto da Magda, a gente sabe que lá no CEALE o pessoal faz essa escolha e que as editoras mandam, né?! Para eles fazerem esse acervo, essa escolha. Tanto é que aqui na biblioteca nós devemos ter mais de quinhentos livros que foram recebidos. (Direção e Profissional da biblioteca - 5)

É interessante apontar duas entrevistadas que remetem as ações de distribuição de obras para a biblioteca da escola diretamente ao Núcleo no município, sem reconhecimento de que os programas citados na entrevista fazem parte de uma política do Governo Federal.

> **P**: O Programa Nacional Biblioteca na Escola? Você conhece o programa?
> **E**: Não... a biblioteca que a gente trabalha é a biblioteca literária da Magda Soares. (Direção 8)

> **E:** Nós temos aquela biblioteca, e tem uma literária infantil, mas que não tem nada a ver com esses programas. Aí já foi a SEMED que implantou através de Magda Soares. (Direção 15)

Assim como elencado pelas gestoras da Secretaria Municipal de Educação, o conhecimento e reconhecimento das obras literárias que chegam à escola (mesmo que tenhamos observado que é um conhecimento superficial sobre o Programa em si) chegam às escolas com as ações do Núcleo em prol do letramento e alfabetização nas escolas. Relatos apontam que, anteriormente à presença do Núcleo, as obras literárias do PNBE chegavam às escolas do município e ficavam à mercê da mobilização ou não dos gestores da escola (direção e coordenação) sem que houvesse um direcionamento como Rede de Ensino para essas ações.

> ... depois dessa criação do Núcleo na Rede... antes eu lembro que na época de supervisor que o acervo vinha do PNBE e ficava lá no armário com a supervisora. E de vez em quando, quando você tinha ideias, apareciam os livros. Então eu acho que tinha esse medo do aluno estar manuseando, estar pegando, estar lendo. Então hoje na Rede, uma das coisas é isso, é a leitura, formar leitores, e então... a criação também da biblioteca que foi um ganho, assim... disponibilizando profissionais. Então está sendo um ganho muito grande. (Direção 5)

3.2.3 A voz das profissionais da biblioteca escolar

Em se tratando das obras literárias, como referido anteriormente, as profissionais da biblioteca também mencionam a forte atuação do Núcleo de Alfabetização e Letramento em torno do trabalho da biblioteca e dos livros que são destinados para esse local.

> **E**: Eu acho, assim... A primeira coisa é a importância da biblioteca hoje na escola, antes, a biblioteca era mais um ponto da escola, que na maioria das vezes servia para um monte de coisas, menos como um momento de prazer e da leitura. O prazer de leitura, e hoje não, hoje a biblioteca é colocada como o coração da escola. Nunca, nada vem de lá para cá, sai daqui para lá.

> Sabe? Igual eu falei com as meninas... Eu, semana passada, eu até falei com elas que tudo o que a gente trabalha é a partir da história. Se eu quero um objetivo lá na frente, eu pego um texto, pego uma história, pego um livro, e vou trabalhando isso para chegar no objetivo que eu quero.
>
> *
>
> **E**: Eu acho assim... do ponto assim... antes a biblioteca era quase nada. Hoje, ela é o ponto de partida. Entendeu? Se ela é o ponto de partida nós temos que estar cientes... do que chega... se... é... se aqui, simplesmente, se a gente voltasse no tempo, lá em dois mil e seis, eu podia te falar assim, na hora que você perguntasse: "Você conhece o PNBE? – um número grande de professores provavelmente falaria que não – Sabe? Só que ele vai instigando a gente. E quando você recebe um livro, você olha lá – PNBE? O quê que é isso? – Eu quando eu pego um livro e tem um negócio que eu não conheço... eu pego um livro que eu acho interessante, que me chame a atenção, eu pego o nome da editora e vou pesquisar na internet na minha casa, para saber o que essa editora pode me oferecer, o que ela tem de interessante. Então, eu acho que quando você tem mais acesso, você tem mais curiosidade. E eu acho que isso está acontecendo. Eu acho que a Magda, quando ela veio, ela trouxe, esse... essa... essa... essa vontade... essa coisa... esse amor pela leitura e pelo ato do ouvir, do contar. Então, isso, se você for analisar a alfabetização, começa assim... (Profissional da biblioteca - 12)

Como estratégias para essa divulgação ou mobilização do livro literário, leitura e biblioteca nas escolas da Rede, citam-se: reuniões do Núcleo; atuação da representante do Núcleo na escola, amparando as dúvidas do corpo docente; reuniões de repasse na escola; reuniões promovidas pela SEMED e Núcleo com profissionais da biblioteca para instruções de organização e atividades requeridas da biblioteca escolar.

3.2.4 A voz dos docentes

Em relação ao PNBE, as professoras da Educação Infantil afirmam que já ouviram falar sobre o Programa, citam que os livros chegam na escola, mas com informações que focalizam o conhecimento sobre recebimento do material. Uma entrevistada afirma que "pelo nome não conhecia (...) mas conheço os materiais que são enviados, que a escola recebe, os livros. Não sabia a origem." (Professora da Educação Infantil – Escola 19)

A recente inserção das escolas de Educação Infantil no PNBE é mencionada como um fator positivo por duas entrevistadas: "Há algum tempo atrás a Educação

Infantil quase não recebia, agora é que está começando a receber esses livros. E são muito bons...” (Entrevistada - Escola 5)

Entretanto, há uma diferenciação nesses conhecimentos, pois, duas entrevistadas afirmam que não conhecem o PNBE e uma delas ainda enfatiza que “nada é enviado para a Educação Infantil”.

> **P**: E quais os seus conhecimentos sobre as políticas de distribuição de livros do MEC?
> **E**: O que eu sei é o que vem para a escola, que eles mandam para a escola, a gente escolhe os livros, no Ensino Fundamental, no Ensino Infantil eles não mandam nada. Pelo que eu sei. Posso estar enganada. Pelo que eu sei...
> **P**: Livro didático?
> **E**: Não, não! Tem material que tanto é a escola que compra, ou a gente mesmo. Tem material que a gente vê, a gente tem que buscar. E a escola compra também. Tem... tanto que a escola é superequipada, tem joguinhos, tem muita coisa. E assim, de Educação Infantil, nada.
> **P**: E para literatura?
> **E**: De literatura também! Tem não, de educação infantil não tem não. (Professora da Educação Infantil – Escola 11)

Já a respeito do conhecimento sobre os usos de obras literárias recebidas na Educação Infantil, reincide-se como apontado em análises posteriores, a menção às instruções advindas do Núcleo de Alfabetização e Letramento. Recorrentemente, é citada a orientação da leitura diária de uma história para as crianças, intercalando formas de leitura para a utilização dessas histórias. Além disso, cita-se a importância e orientação dada para exploração dos elementos paratextuais do livro (capa, contracapa, folha de rosto).

> **E**: É, temos. Como estar explorando capa, contracapa, a folha de rosto e todo um contexto ali da capa com eles e depois da história, e estar usando o livro para estar fazendo um reconto.
> **P**: Então vocês têm essas instruções?
> **E**: Temos, temos essas instruções, sim!
> **P**: E essas instruções vêm de onde?
> **E**: Do Núcleo.
> **P**: Do Núcleo.
> **E**: É, tudo aqui é do Núcleo. (risos)
> **P**: (risos) Vem nesse momento que você falou que é o mesmo do repasse?
> **E**: É. Bem no início mesmo. Estar explorando capa, cor, o desenho da capa. Estar explorando todo o livro. E como esses livros que vieram são grandes, são bonitos, então tudo isso facilita para estar explorando. Principalmente com os pequenininhos, a capa, a contracapa, as gravuras, a escrita mesmo de maneira adequada para o Maternal, mas estar explorando: “Olha isso daqui, é o quê?! Desenho. E isso aqui é o quê?! São letras. A então são diferentes, letras de desenhos!” Tudo isso é esse trabalho que eles pedem para estar fazendo. (Professora da Educação Infantil – Escola 5)

> **P**: Você tem instrução específica de como trabalhar com a literatura? Aqui na Rede de Lagoa Santa? Recebeu esse tipo de instrução?
> **E**: Não!
> **P**: Como que é aaula de biblioteca?
> **E**: Quando a gente começa, é passado para a gente, né, aqui tem o Núcleo de Alfabetização, então no Núcleo, eles passam para a gente, o que a gente tem que estar desenvolvendo dentro da sala de aula, então tudo isso é passado para a gente.
> **P**: Em relação à literatura, a livros, que tipo de informações que você recebeu do Núcleo?
> **E**: Recebi que... o essencial, para a aprendizagem das crianças, a base são os livros. Então a gente tem que trabalhar muito com os livros, no caso da Educação Infantil, leitura, contação de história, reconto da história, ilustração. (Professora da Educação Infantil - Escola 13)

Dentre todos os aspectos citados, indica-se que as profissionais da Educação Infantil não possuem um saber aprofundado sobre as políticas de distribuição de livros, mas em sua maior parte, há um conhecimento geral da distribuição de obras didáticas e literárias para as escolas da prefeitura. E, apesar dos questionamentos quanto à necessidade de uma formação mais aprofundada sobre os usos da literatura na escola, percebe-se um discurso recorrente do grupo de entrevistadas ao afirmarem que as obras literárias destinadas à Educação Infantil devem ser utilizadas diariamente com os alunos. A apropriação desse material foi focalizada pelas professoras em dois aspectos distintos, porém indissociáveis: uma apropriação dos livros recebidos para um trabalho de formação do leitor literário e uma apropriação da obra como recurso para um trabalho específico de alfabetização. Esses aspectos serão discutidos no próximo capítulo, em que analisaremos os usos e circulação das obras.

As professoras do 1º ao 5º ano, ao serem indagadas sobre os conhecimentos específicos sobre o PNBE, assim como verificado nas entrevistas dos demais profissionais, demonstraram um desconhecimento do Programa em si, mas, um saber da prática, ou seja, um conhecimento de que obras literárias chegam à escola, apesar de algumas das entrevistadas relatarem que, devido à demanda da escola, a quantidade de materiais recebida ainda é insuficiente. Percebe-se que muitas professoras, num primeiro momento da entrevista, afirmam que não conhecem o Programa, porém, em momentos posteriores da entrevista, indicam a chegada dos livros e o incentivo da escola ao desenvolvimento de um trabalho com esse material. Ou seja, conhecimentos sobre a política e o Programa são superficiais e até inexistentes para muitos das docentes, mas as obras literárias recebidas e o

envolvimento da escola com a questão da leitura, literatura e uso da biblioteca, são perceptíveis. O que pode ser destacado por um dos relatos, cuja profissional que atua em outro município desvela as diferenciações percebidas do trabalho de Lagoa Santa em torno da leitura e biblioteca, e demais relatos que enfatizam o incentivo nessa área.

> **P**: Você conhece o PNBE, que é o Programa Nacional Biblioteca na Escola? Já ouviu falar?
> **E**: Eu estou começando a conhecer aqui, porque em (nome de outro município) não se trabalha muito com essa política, lá não se tem. Lá a gente não tem bibliotecária, livro de literatura, chega os livros para a escola, mas ficam amontoados, e se o professor que tem interesse é o professor que vai atrás, sabe? Mostra, fala que tem, mas não existe um trabalho ali, mais sistematizado em cima desses livros de literatura. Diferente daqui da política de Lagoa Santa. Aqui eu percebo que já tem uma bibliotecária, cada professor tem seu horário de biblioteca, os livros ficam expostos, é biblioteca mesmo, então há uma diferença, nessa questão no município. (Professora do Ensino Fundamental – Escola 18)

> **P**: Você conhece o Programa Nacional Biblioteca na Escola, o PNBE?
> **E**: Não! Esse não!
> **P**: São os livros de literatura que chegam para a escola...
> **E**: Sempre chega, mas eu não sabia que tinha esse nome. Mas sempre chega, e o pessoal passa falando que chegaram livros novos. Incentiva a gente ir trabalhar com os alunos, os livros de literatura... (Professora do Ensino Fundamental – Escola 4)

As professoras que mencionam as obras para docentes enfatizam que há uma divulgação por parte dos profissionais da escola, sejam diretores ou responsáveis pela biblioteca, que por vezes são "instigados" a levar essas obras de "formação" para sua apreciação. É importante ressaltar que em conversas com integrantes do Núcleo de Alfabetização foi mencionado também o fato de que as obras teóricas que são estudadas nos encontros do grupo são adquiridas pela prefeitura e doadas aos professores integrantes do Núcleo e também são fornecidos exemplares para às bibliotecas de todas as escolas.

> **E**: Tem um espaçozinho na sala do professor e geralmente a diretora ou a pedagoga, ou então a pessoa, professora de biblioteca, que ela informa: "Professores, tem um livro disponível aqui, para auxílio do profissional, e tem livros novos que chegaram de contação de história." Então, sempre a gente é informado.
> **P**: Então, você se sente informada?
> **E**: E às vezes até pressionada, "vão levar esse aqui, vão lendo e depois..." (risos). (Professora do Ensino Fundamental – Escola 11)

Apesar de ser reconhecida como um avanço recente a distribuição de obras destinadas à formação docente, foram mencionadas pelas professoras dos anos iniciais do Ensino Fundamental dificuldades que circundam o acesso e a leitura dessas obras, tais como a questão da falta de tempo dos docentes para leituras pessoais e o número reduzido de obras tendo em vista a quantidade de professores. Destaca-se a menção de uma entrevistada ao não recebimento de obras literárias para docentes, o que se torna bastante instigante uma vez que mencionamos um programa como o PNBE, que há mais de dez anos envia esse tipo de material para alunos, e ainda não veicula obras literárias para formação do mediador dessa leitura.

> **E**: Temos, até porque quando chegam materiais ela fala para o que é, por exemplo, chegou um livro de português, para a gente trabalhar consciência fonológica, daí "chegou tal livro para trabalhar consciência fonológica"... (...) É passado para a gente para quê é aquele material.
> **P**: Vocês têm recebido materiais para uso de vocês também?
> **E**: É um material mais restrito, igual eu te falei, pelo número de professores, mas a gente tem acesso... (Professora do Ensino Fundamental – Escola 12)

> **E**: A escola tem, e já tive o acesso de ver, mas nem sempre temos o tempo para... porque o tempo do professor é uma loucura... (...) O livro da escola que eu levei é um que fala sobre o letramento, mas ainda não comecei a ler... (Professora do Ensino Fundamental – Escola 16)

O conhecimento sobre o PNBE também foi praticamente inexistente entre os docentes do 6º ao 9º ano, com exceção de um dos professores de língua portuguesa que afirmou conhecer o Programa pelo selo presente na capa de algumas obras da biblioteca.

> **P**: Você conhece o Programa Nacional Biblioteca da Escola, PNBE?
> **E**: Sim! Tem até registrado em algumas obras o PNBE. Tem algumas obras... é... até acho que é até o Programa que faz essa distribuição dessas obras. Então a gente... mesmo sem conhecer isso, está lá registrado no livro e você acaba tomando conhecimento de que ele está fazendo parte do Programa. Agora, se aprofundar... é... quais dados são relevantes para esse Programa, isso aí não!
> **E**: Estou até verificando aqui se neste aqui veio, mas aqui não tem não! Mas a maioria, principalmente os literários todos eu acredito que a maioria dos livros de literatura na escola são fornecidos através desse Programa. Então tem lá assim... então eu sei que se trata desse Programa de distribuição de obras.
> **P**: Esse tipo de informação não chega até o professor facilmente?
> E: Não! Às vezes tem sim! Um quadro ou um cartaz na sala dos professores. A gente não pode dizer que é completamente (…) às vezes aparece sim. Mas às vezes também por falta de tempo, por você também não ter total... É tanta coisa no quadro de aviso do professor às vezes, você passa o olho, o olhar e fica por aquilo mesmo e não focaliza naquilo. (Professor de Português – Escola 14)

> **P**: E você conhece o PNBE, que é o Programa Nacional Biblioteca na Escola?
> **E**: Não. Confesso que não!
> **P**: Esse PNBE é o Programa Nacional Biblioteca na Escola, que envia livros de literatura...
> **E**: Ah, sei!
> **P**: ...para a escola
> **E**: Esse também eu não conheço. Trabalho em escola em que essa escola, participava de...ela tinha como parceira o UNIBANCO, não sei se você já ouviu falar daquele programa "Jovens de Futuro". E aí, o Unibanco, financiava, a gente solicitava alguns livros para a escola e a escola comprava com esse dinheiro que recebia do Unibanco, ela comprava alguns livros. Agora esse outro Programa...
> **P**: Do Governo Federal?
> **E**: Do Governo Federal, eu não conheço. Talvez nessa mesma aquisição dos livros de lá, talvez tenham entrado livros desse programa, eu não sei... (Professor de Português – Escola 18)

Em relação a instruções sobre o uso do livro de literatura, a professora de inglês enfatiza a ausência de distribuição de obras literárias de língua inglesa e também ressalta a dificuldade de se desenvolver um trabalho com esse tipo de literatura devido ao pouco contato que os alunos têm com a língua. Um dos professores de português não menciona instruções nesse sentido e afirma que no ano letivo vigente (em abril) ainda não realizou um trabalho com a literatura e que levou os alunos à biblioteca em duas ocasiões apenas, mas que percebe que nessa escola os alunos já têm certa frequência na biblioteca e que a bibliotecária é ativa nesse sentido. A falta de exemplares para cada um dos alunos é citada como um entrave para esse tipo de trabalho e será focalizada em tópico posterior. O outro professor de Português não menciona instruções, mas fornece detalhes do seu uso frequente.

O conhecimento em relação aos materiais destinados aos professores foi elencado apenas pela professora de inglês, que afirmou haver na biblioteca uma estante com obras para o docente. Os demais docentes dos anos finais do Ensino Fundamental não citaram essas publicações.

Assim, ao final deste capítulo refletimos sobre a primeira dimensão que se espera para uma devida abrangência e reflexão sobre as políticas públicas, a dimensão do conhecimento. Entendemos que apesar das políticas precisarem levar em conta o contexto e as realidades existentes em cada escola e município para ajustes em sua concretização, se houver uma maior transparência das ações e propostas, como reflexo de quem conhece os temas, é possível reunir um maior número de pessoas em

torno das políticas públicas, tornando-as um projeto de muitos e não de uma minoria. (SERRA, 2003) Ainda nesse sentido concordamos com os apontamentos de Serra (2003) ao afirmar sobre a importância da explicitação das políticas, segundo a autora:

> Esse processo de explicitação de políticas vai conformando uma noção de que, para administrar uma cidade, um estado ou país, é preciso que se explicite para todos, o que se quer promover, para quem se dirigem e quais são os caminhos para se chegar aos objetivos propostos por determinada proposta política. Conhecer o quê, para quem e o como é fator determinante para avançar no sucesso das políticas públicas. (p. 68)

É necessário fazer uso dos meios de comunicação de massa a fim de difundir um projeto nacional de leitura e propiciar uma conscientização que tenha como consequência a consolidação da leitura como um bem coletivo. (YUNES, 1992) E no caso específico da escola, pensar em canais de comunicação mais efetivos que consigam difundir informações das secretarias municipais de educação para a direção das escolas, alcançando assim os docentes.

> Toda promoção da leitura depende do acesso que as pessoas tenham aos livros, e para isso necessita de uma política que se ocupe da formação e organização de redes de bibliotecas, centros de documentação, publicações especializadas e bem distribuídas, além de programas de informação massivos sobre onde e como estão acessíveis à população. (YUNES, 1992, p. 21)

Portanto, ao verificarmos os discursos de diferentes profissionais em relação ao seu conhecimento sobre as políticas públicas e sobre com as obras recebidas, percebe-se que, apesar dos inúmeros desafios e ajustes de comunicação que se fazem necessários, há uma ação dos gestores que lidam com a dimensão do "fazer-acontecer" dessas políticas (Secretaria de Educação, Núcleo de Alfabetização e Letramento, direção, coordenação e profissionais da biblioteca) para criarem estratégias de divulgação e instrução em relação aos materiais recebidos. Em suma, podemos afirmar que o estabelecimento de um elo de comunicação constante entre os profissionais das escolas de Lagoa Santa é algo almejado e que está em constante construção.

CAPÍTULO 4

A CIRCULAÇÃO E OS USOS DOS LIVROS NAS ESCOLAS

> Você pode estar com as prateleiras cheias de livros, mas se não tiver uma forma de trabalhar com eles, você nem consegue. Porque se não, você vai colocar os livros nas mãos dos meninos, e eles vão virar de um lado para o outro e te entregar. Então tem que querer fazer do livro de literatura uma coisa prazerosa. Não adianta só ter não. (Professora do Ensino Fundamental – Escola 1)

Neste capítulo apresentamos uma reflexão sobre as estratégias utilizadas pela equipe da Rede investigada para que haja uma possibilidade concreta de circulação e uso das obras literárias recebidas por meio do PNBE. As discussões centraram-se nos elementos que se configuraram como os princípios ou pilares da circulação e usos, sendo eles: as estratégias de recebimento e divulgação das obras literárias recebidas; o espaço da biblioteca; o profissional da biblioteca; o desenvolvimento profissional (formação) do mediador de leitura; o acompanhamento e intervenção das atividades desenvolvidas nas escolas; a proposta pedagógica da Rede de um trabalho que, a favor da alfabetização na perspectiva do letramento, vincula o processo de aprender a ler e a escrever ao acesso à literatura e à leitura de livros infantis.

Para a organização dos dados, assim como descrito no capítulo anterior, as entrevistas transcritas foram relidas e categorizadas em tabelas esquemáticas com subtópicos mais recorrentes referentes a esta categoria de análise a fim de visualizarmos de forma mais clara os discursos dos profissionais (Anexo 7).

É importante ressaltar que nos tópicos de análise deste capítulo a ênfase recai sobre as ações desenvolvidas na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, na medida em que as estratégias que serão apresentadas estão diretamente ligadas a estes segmentos, o que não foi observado e descrito pelos gestores, diretores e professores em relação às ações do 6º ao 9º ano. Ainda que haja um reconhecimento da necessidade de envolvimento deste segmento de ensino em ações mais integradas, a fim de dar continuidade ao trabalho desenvolvido com a

literatura, esta é, segundo gestores da Secretaria de Educação, uma ação que está em processo de elaboração.[34]

Entretanto, mesmo não se verificando estratégias tão alinhadas quanto nos segmentos de Educação Infantil e anos iniciais, foi possível identificar mudanças nas percepções dos professores do 6º ao 9º ano em relação à mobilização da leitura e ao uso da biblioteca na escola.

> **P**: Você leva os alunos à biblioteca?
> **E**: Não cheguei a levá-los ainda... Levei em duas ocasiões já, mas ainda, digamos que não tive um momento para levá-los à biblioteca para procurar. Parece que os alunos já têm uma certa, aqui nessa escola, já tem uma certa frequência na biblioteca mesmo sem eu precisar levá-los para buscar livros e tal. Ela mesma faz esse controle, inclusive eu acho ela muito ativa nesse aspecto. (Professor de Português do 6º ao 9º ano, recentemente contratado no município – Escola 18)

> **P**: Você percebe alguma movimentação em torno da leitura? Os alunos pegam livros na biblioteca?
> **E**: Pegam. Tenho sim! É lógico que, como qualquer lugar... até entre um grupo de professores mesmo, nem todos os professores são leitores. Igual eu falo para eles: "Gente, nós vivemos aí cobrando que os alunos leiam, mas e nós, nós somos leitores?!" Às vezes por questão de tempo, e não por gosto. Mas assim também é o meu aluno. Mas eu tenho aquele aluno que além dele estar lendo a obra que eu solicitei, ele já está com outro livro em mãos. "Professor sugere um livro para mim" (...) Ano retrasado eu desenvolvi com os meus alunos um diário de leitura, aonde esta leitura foi livre mesmo! Eu os levei à biblioteca e deixei eles escolherem os livros que eles quisessem ler, porque o meu foco... o que me importava era que eles lessem. Não importasse o tamanho do livro, eu queria que eles lessem o livro e fizessem para mim... montassem um diário que, através desse diário, eu ia controlar se ele estava lendo, quantas horas por dia ele lia, se ele lia todos os dias ou se ele dava uma pausa longa para retomar o livro. Então é um estudo, uma forma que eu encontrei para avaliar qual é o tamanho do prazer de leitura do meu aluno. E também foi um resultado muito bacana! Então tem coisinhas que a gente vai pegando.
> (...)
> **P**: Eles vão muito à biblioteca?
> **E**: O quê que acontece... durante nosso horário de aula, eles estão em sala de aula, eles não saem para a biblioteca. Poderiam sair dessa forma, eu sair com a minha turma e ir à biblioteca. Diante dessa dificuldade que há... da biblioteca ser pequena, então acaba eu não saindo. As vezes que eu precisei sair para consultar algum material eu procurei a biblioteca pública, até pelo recurso, por ter mais material, ser maior, então eu consegui sair com a turma (…). Mas é usado sim, têm outros professores da área que vão muito à biblioteca, primeiro ao quinto estão sempre lá dentro. (Professor de Português do 6º ao 9º ano, atuando há três anos no município – Escola 14)

[34] Segundo a professora Magda Soares, em palestra ministrada em 18 de setembro de 2013 no Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC), neste ano foi realizado o processo de criação de um Núcleo de trabalho com os professores de 6º ao 9º ano, com uma formatação diferente do Núcleo de Alfabetização e Letramento dos anos iniciais do EF, tendo em vista as especificidades deste segmento.

> **P**: Você percebe alguma movimentação dos seus alunos em torno da leitura e empréstimo de livros?
> **E**: Sim, positivamente me surpreendeu porque eu vejo bastante alunos lendo diversos livros. Semana passada eu peguei ônibus com uma aluna que estava lendo Machado de Assis, é... os livros do Harry Potter também eu vejo com alguns alunos e tem um movimento muito grande dos alunos pedirem para sair de sala para pegarem livros. Mas eu vejo que eles têm realmente feito uso destes livros para desenvolver atividades com professores e também por conta própria. Então eu tenho visto bastante.
> **P**: E são livros da biblioteca?
> **E**: Da biblioteca! Vejo algumas reclamações: "Ah, essa escola só tem livros antigos." Referem-se aos clássicos da literatura brasileira e estes novos *best-seller*... livros relacionados a vampiro, eu não sei bem os nomes, eles reclamam da não existência deles. Mas eu vejo bastante, um grande número de alunos com estes livros em sala de aula. (Professor de Geografia do 6º ao 9º ano, recentemente contratado no município – Escola 14)

Além disso, percebeu-se que, mesmo não sendo o foco de trabalho, as profissionais da biblioteca procuram incluir os alunos do 6º ao 9º ano nas atividades que realizam. Algumas ações que elas empreendem nas escolas deste segmento já têm feito diferença na mobilização dos alunos em torno da leitura de obras literárias.

> Eles falam assim "Quantos livros que eu já li hein? Quantos?", porque eu fiz um mural instintivamente no primeiro bimestre. **No mural eu coloquei assim destacado a literatura do quinto ao nono**. Aí coloquei assim sem mais nem menos porque não tinha um mural. Na hora que eles foram no banheiro e que eles foram lendo o nome deles pendurados e cada um ia chamando o outro para ver. Aí eu fiz um cartão dando parabéns por ele ter lido vários livros... agora eles vêm assim: "Quantos livros que eu já li?!" (...) Eles ficaram apaixonados de ver os nomes deles em destaque na literatura, aluno tal, tal e tal. Quantos livros que eles leram, aí quantos livros foram emprestados, foram setecentos e tantos livros emprestados no primeiro bimestre. Que os alunos pegaram assim, eles ficaram maravilhados. (Profissional da biblioteca – Escola 18)

Mas há clareza na percepção de que, por mais mudanças que estão sendo instauradas, ainda há uma ruptura nas ações dos anos finais do Ensino Fundamental, e as atividades em torno da biblioteca e das obras literárias ficam mais dependentes de ações pontuais de determinados professores que valorizam e incentivam o uso das bibliotecas e a leitura de literatura.

> Eu acho assim, que a gente está num caminho muito bom, está caminhando bem. Eu acho que falta mais agora, sinceramente, o professor ler mais, para estimular os alunos. Porque... às vezes... igual... eu comecei a colocar os livros do professor, aquela prateleira, era misturada, aluno/professor, então estou selecionando livros de professor, são títulos mais interessantes e ainda assim, poucos vieram de sexto ao nono ano. De primeiro ao quinto não, muitos professores procuram, vêm, olham, escolhem material, gostam, comentam depois o quê que fizeram, como que leram. Os de sexto ao nono

> não, ainda acho que está pouco, então a gente começa um trabalho com essas crianças de leitura e vai. Daí, quando chega no sexto ao nono, começa a se perder. Então eu acho assim, que falta mais essa política com o professor do sexto ao nono para melhorar esses índices de leitura. (...) Nós temos muitos alunos, que mesmo do sexto ao nono continuam, que pegam livros toda semana. Eles sabem que a biblioteca esta aqui é para eles, eles sabem os títulos que têm, mas falta mais incentivo, porque poderiam ser todos os alunos. (...) Porque quando a professora vem com a turma toda... até o quinto ano, vem a professora com a turma toda, então todo mundo pega livro. E do sexto ao nono já não tem... (...) Tinha uma professora aqui que sempre fazia esse momento, ela vinha com todos os alunos, e todo mundo pegava livro. Às vezes a leitura era aqui e às vezes ela ia para a sala com eles, então... assim... mas não são todos os professores que têm esse cuidado, de estar levando... (Profissional da biblioteca – Escola 1)

Portanto, tendo em vista esta ressalva, e as peculiaridades deste segmento de ensino, partimos para a análise das estratégias de circulação e uso das obras literárias nas escolas de Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental.

4.1 O recebimento das obras do PNBE: festa na escola

> Se não houvesse o investimento de obras do governo, a biblioteca não iria nem existir. (Diretora – Escola 9**)**

Um primeiro diferencial observado nas escolas da Rede é o fato de haver uma mobilização em todas as escolas para o recebimento das obras do PNBE. Se em capítulo anterior e nas demais pesquisas apontadas no início deste trabalho destacamos que o desconhecimento da política do PNBE e do recebimento das obras é um fator que tem se perpetuado há longa data na realidade de muitos municípios brasileiros, é interessante analisarmos, para além dos relatos das experiências, os objetivos e princípios que operam nas estratégias desta Rede de ensino.

Começamos por destacar a experiência da Rede, em 2010, para divulgar e motivar os alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental ao receber as obras do PNBE/2010. Aproveitando o contexto da Copa do Mundo ocorrida na África do Sul, foi criada a história de Livrolina, uma personagem emblemática[35], no que tange às

[35] Segundo a professora que interpreta a personagem, a ideia de criação de Livrolina surgiu de uma coordenadora que viu uma experiência parecida em uma escola do município de Belo Horizonte. A professora identifica a personagem como "Uma contadora de história que veio da Livrolândia, onde todos amam os livros e são pessoas muito cultas e inteligentes porque leem muito. Na Livrolândia todo mundo viaja sem sair do lugar porque o livro proporciona isso. Ela anda com uma mala e essa mala está sempre recheada de livros." (Dizeres da entrevistada)

mobilizações em torno da leitura em uma das escolas do município. Aquela personagem havia viajado para a África e lá recebeu um prêmio para entregar a todas as crianças das escolas do município. Todos os alunos foram levados ao aeroporto de Confins para receber a Livrolina e descobrir qual era esse importante prêmio. A personagem saiu da sala de embarque (o que foi previamente acordado com uma companhia aérea que possibilitou essa inserção) com a sua mala, que também já se configura como um recurso utilizado em muitas de suas ações, e o prêmio tão esperado por todos eram as obras do PNBE. Os alunos, ali mesmo no aeroporto, tiveram a oportunidade de manusear e ver as obras literárias, e foram instigados ao uso das obras ao saber que elas estariam disponíveis para todos nas bibliotecas das suas escolas. Segundo relatos, um ano depois desta experiência, ainda havia alunos que visitavam a biblioteca para tomarem emprestadas as obras "trazidas" da África do Sul.







FIGURA 13 - Chegada de "Livrolina" no aeroporto de Confins com a mala de obras do acervo do PNBE/2010.Fonte: Arquivo da escola.

Com experiências como esta, refletimos: o que faz uma Rede de ensino, seus gestores e professores, mobilizarem uma ação que envolve tantos procedimentos logísticos (autorização dos pais, transporte, autorização dos órgãos responsáveis pelo aeroporto) a fim de levar os alunos a receberem obras literárias? Há algo de realmente especial e importante em relação à leitura que, através de mobilizações como esta, tende a marcar a vida desses pequenos leitores.

O importante de se destacar é que ao longo de pesquisas realizadas (MORAIS, 2009; MONTUANI, 2009) e de constatações deste trabalho através do contato nos seminários do MEC com experiências de diversos municípios brasileiros, encontramos relatos de experiências interessantes quanto a mobilizações de leitura nas escolas. Entretanto, estes relatos configuram-se como ações pontuais que, em muitos casos, não têm repercussão e/ou continuidade no coletivo das escolas das Redes de Ensino ou até mesmo não têm repercussão no coletivo da própria escola em que ocorrem.

Para além desta experiência em 2010, a personagem Livrolina, representada por uma das profissionais que atuam na biblioteca da escola e é integrante do Núcleo de Alfabetização e Letramento, participa e se engaja em vários eventos especiais da escola. Segundo "Livrolina", sua aparição em momentos específicos se dá para que não se perca o lado mágico de sua atuação, mas suas práticas como profissional da biblioteca em relação à leitura literária ocorrem cotidianamente no espaço da biblioteca escolar.



FIGURA 14 – "Livrolina" em outras ações de fomento a leitura no espaço escolar.
Fonte: Arquivo da escola.

Como referência desta experiência encontramos em outras escolas da Rede a existência de personagens que foram criados para estimular o envolvimento com as obras literárias e a biblioteca (Bruxonilda, Maria do Livro). O engajamento e envolvimento dos professores da Rede repercutem na troca de experiências e reelaboração de estratégias que têm se mostrado positivas nas demais escolas.

Ainda sobre a continuidade do trabalho, verificamos que em todas as escolas de Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental ocorre a cada ano (ou seja, cada vez que chegam novas obras) uma estratégia diferenciada para o recebimento das obras do PNBE. Esta é uma orientação advinda da equipe do Núcleo de Alfabetização e Letramento, ou seja, de que todas as escolas criem um momento especial para o recebimento dos livros, e percebe-se que as escolas elaboram estas atividades de acordo com as suas demandas e possibilidades e ainda ressignificam esta experiência a cada novo recebimento de acervo.

A metáfora da “festa” para o recebimento das obras foi utilizada por muitos dos entrevistados e se traduz no relato das experiências deste momento. São utilizados como recursos caixas de presentes, embrulhos, caixas-surpresa, locais decorados, a fim de receber as obras, que, portanto, são "entregues realmente" como “presentes” para os alunos, professores e para a escola. Além de um presente, as obras são relacionadas também a outros objetos de muito valor, como um tesouro. Também destacam-se a presença de personagens da literatura infantil que participam deste momento, a contação de história de alguma das obras e a realização de teatros.

> A gente fez todo um processo para receber os livros. Eu lembro que a gente fez como se fosse um baú, porque na verdade é um tesouro que está chegando na escola. Então eles foram colocados em um baú e as crianças iam depois para descobrir o que tinha no baú. E depois foi a apresentação dos livros. (...) A gente escolheu essa forma de estar apresentando através de história. Acho, se não me engano, foi até a história do Peter Pan, porque tinha o Capitão Gancho, os meninos ficaram maravilhados. (Professora da Educação Infantil – Escola 19)

> Quando chegaram uns livros lindos... os meninos ficaram doidos... organizei a biblioteca toda, coloquei fantoche, coloquei os livros em cima das mesas, nós fizemos uma apresentação... era um mágico que contava... (...) era uma pessoa vestida mesmo... ela falou que tinha uma surpresa...que dava para fazer viagem para outro mundo... fez aquele maior suspense... foi perguntando para eles, instigando-os, o que seria... e depois eles foram levados para a biblioteca... a felicidade deles de ver os livros... eles ficavam sem saber... tanta coisa interessante... em qual livro eles iam primeiro. (Profissional da biblioteca – Escola 4)



FIGURA 15 – Recebimento das obras do PNBE numa escola da RMELS.
Fonte: Arquivo da escola.

A festa para o recebimento das obras do PNBE tem cumprido o objetivo de dar visibilidade aos materiais que chegam à escola e favorecer a sua circulação em meio aos alunos e professores, uma vez que é percebido pelos profissionais que os alunos e professores têm se interessado mais pelos livros que estão na biblioteca. Além disso, esta experiência também revela a importância atribuída pelas escolas para essa

política de distribuição de livros, importância esta que pode ser sintetizada nas seguintes significações dadas ao PNBE na Rede:

- o recebimento das obras garante o acesso dos alunos a um material de leitura de qualidade, na medida em que não há essa oportunidade no seio familiar;
- apesar da busca de outras estratégias para abastecimento das bibliotecas, como doações e aquisições do município, as obras enviadas pelo governo representam uma das principais formas de revitalização do acervo das bibliotecas escolares deste município, já que não há na Rede verba permanente específica para compra de livros para a biblioteca;
- a utilização das obras distribuídas pelo PNBE já se configura como parte integrante da prática pedagógica de professores e profissionais da biblioteca. Portanto, a chegada desses materiais é aguardada com grande expectativa pelo coletivo escolar.

Em meio à excelência dessa experiência de recebimento e visibilidade das obras, que se encontra de certa forma consolidada, no sentido de integrar permanentemente as ações das escolas da Rede, nos deparamos com alguns relatos de profissionais que ainda tomam o livro como algo a ser preservado e tentam manter a integridade dos acervos da escola, limitando, de certa forma, o contato das crianças com as novas obras que chegam. Isso se torna mais evidente no segmento da Educação Infantil, na medida em que as professoras queixam que as obras enviadas precisariam ser de material mais resistente a fim de favorecer o manusear dos pequeninos. Contudo, isso foi percebido em docentes do Ensino Fundamental, principalmente em se tratando das novas obras recebidas. Portanto, mesmo sendo uma minoria, algumas professoras revelam que:

- Obras do PNBE não vão para empréstimo em casa;
- Obras do PNBE não vão para cantinhos de leitura da sala, apenas aqueles livros de “coleções baratinhas”, ou que já estão danificados e ainda do próprio acervo pessoal do professor.
- Obras literárias não são emprestadas para alunos do maternal devido à falta de compromisso dos pais em cuidar do material enviado.

> Agora, com o Maternal, vai ser um pouco difícil porque esses livros nossos da sala, eles rasgaram muitos. Mas são livros assim baratinhos, são livros mais simples, então. (...) Esses das salas são... eu acho até que foram

> doação. Então não são livros assim tão caros, são livrinhos baratos, um real. Mas esses que vieram do PNBE nós temos que ter mais cuidado ainda. (Professora de Educação Infantil – Escola 5)
>
> O que acontece, é que... assim... nem sempre... quando o livro é muito novo, a gente costuma deixá-los levar para casa, pela questão mesmo do estrago. A gente tem muito caso de o menino que some com o livro e não aparece mais, são livros caros. Então, quando são livros mais recentes e que chamam muita atenção, a gente deixa para usá-los na biblioteca, ou o professor pode levar para a sala, para usar com os meninos em sala. Agora, quando é um livro, ele já passou, já tem um tempo que ele está na escola, aí ele é levado para casa, os meninos podem ler e tudo. (Profissional da biblioteca – Escola 6)
>
> **E**: Os que foram separados para a Educação Infantil são bem... pobrezinhos. Bem pobrezinhos, os que foram separados para eles terem acesso, bem devagar. Os que eu tenho em casa e coloco aqui no cantinho de leitura, interessa mais a eles do que os da biblioteca. (...) É aquela turminha da fé, aqueles clássicos, mas já estão bem velhos. Já tem um bom tempo que eles estão na escola, sabe?! Então os livros para eles... mas o ambiente da biblioteca é o que eles mais gostam.
> **P**: Eles não podem pegar aqueles outros livros que estão lá?
> **E**: Não, os das outras prateleiras?! Não! (Professora de Educação Infantil – Escola 15)

As ações dos profissionais são justificadas por eles em prol de um objetivo nobre, que é a manutenção do acervo da escola, algo tão difícil de ser conquistado, e vincula-se à experiência recente da falta de livro nas bibliotecas ou ao pequeno acervo ainda existente em muitas delas, o que é compreensível, mediante o contexto vivenciado. Entretanto, nesses casos, a tentativa de preservação do acervo acaba por limitar a circulação das obras e merece, nesse sentido, algumas reconsiderações e reflexões. Portanto, não há uma situação idealizada para que os livros do PNBE circulem nas escolas desta Rede. Percebe-se o tempo todo essa construção e reconstrução de estratégias tendo em vista as diferenças entre escolas e entre as percepções dos profissionais que ali atuam. Entretanto, mesmo em meio a dificuldades apresentadas, o que se torna mais significativo e perceptível nas entrevistas é que as obras do PNBE são aguardadas nas escolas com grande expectativa e, sendo através de um contato mais direto dos alunos (com empréstimo domiciliar e a sua presença nos cantinhos de leitura da sala) ou apenas de um contato mais mediado (através do uso pelo professor em sala e na biblioteca), estas obras estão alcançando os pequenos leitores.

4.2 A biblioteca escolar: o espaço, o profissional e a formação

> Bibliotecas escolares, com qualquer nome que tenham, são uma realidade nas escolas brasileiras, ainda que estejam longe de cumprir o papel que lhes caberia para emancipar, autonomizar e encantar os leitores em formação que a escola acolhe a cada dia mais. Conhecê-las é condição para propor políticas de acesso a suportes e materiais que guardam a memória e a vida de todos os homens e mulheres, um tempo, sua história, a ciência e o mundo. (Brasil/MEC/OEI 2011 p. 15)

As bibliotecas escolares da Rede Municipal de Lagoa Santa têm se configurado como um espaço promotor da leitura. A Secretaria de Educação, o Núcleo de Alfabetização e Letramento, a direção das escolas e os professores têm direcionado o seu olhar para ações que dizem respeito, principalmente, à leitura literária. A distribuição de obras literárias por meio do Programa Nacional Biblioteca da Escola revela-se como um grande suporte para a composição do acervo das bibliotecas escolares da Rede. Além disso, a doação de parte das obras avaliadas para o Programa pelo CEALE, a pedido do Núcleo de Alfabetização, possibilitou a criação e manutenção de grande parte dos acervos das bibliotecas, uma vez que só o acervo enviado pelo MEC anualmente, não atenderia a demanda das escolas.

No que tange às estratégias de circulação das obras repassadas através das políticas públicas de distribuição de livro do MEC, percebeu-se que uma das primeiras iniciativas da Secretaria Municipal, via ações do Núcleo de Alfabetização, foi organizar e garantir minimamente que as escolas do município tivessem o espaço da biblioteca escolar, chamada de biblioteca literária, com o intuito de legitimar o lugar da literatura nas escolas. Esse espaço ainda teria a função de garantir que profissionais que estivessem ligados diretamente ao Núcleo de Alfabetização, instância privilegiada no município para a difusão dos saberes em relação à literatura, leitura e formação de leitores, fossem aqueles que atuariam nessas bibliotecas a fim de que estivessem mais capacitadas para dinamizar os acervos e promulgar as informações recebidas. Segundo Serra (2003), uma política para bibliotecas deve ser parte inegociável de uma política

de leitura; a ausência dessa política é um sintoma grave de exclusão social[36]. Ainda é necessário incluir a biblioteca da escola como parte integrante da noção de educar.

> Toda criança, quando começa sua vida escolar, deve conviver com a biblioteca da escola, lugar de livre acesso para encontros inesquecíveis com os livros e suas fascinantes histórias. É essa oportunidade, presente todos os dias em sua vida, que irá levá-la, quando sair da escola e ingressar no mercado de trabalho, a buscar o local para continuar suas leituras. (SERRA, 2003, p. 79)

4.2.1 Espaço e organização

De acordo com a Secretária de Educação, a revitalização das bibliotecas escolares e consequentemente a valorização e o uso do livro na Rede, foram elementos conquistados juntamente com a criação do Núcleo de Alfabetização e Letramento. No período inicial de sua gestão, ela se deparou com uma completa desvalorização do espaço da biblioteca nas escolas, e até mesmo a ausência desse local em muitas escolas. Também a coordenadora do Núcleo apontou a necessidade da instalação destas bibliotecas literárias já que seriam uma instância importante para que se concretizassem proposições do projeto de alfabetização e letramento para as escolas do município no que tange à formação de leitores literários. Em algumas escolas (apenas quatro) que atendem os alunos dos anos finais do Ensino Fundamental, há um espaço reservado para a biblioteca de pesquisa, onde se encontram as obras de referência para estudo, conforme pode ser observado no trecho da entrevista a seguir:

> Na verdade o conceito de escola no município de Lagoa Santa era um conceito completamente diferente da minha maneira de pensar em educação. Na escola que eu era diretora, a biblioteca era um lugar privilegiado. Eu tinha até uma biblioteca na sala dos professores, porque às vezes compravam, adquiriam, ganhavam livros para a leitura dos professores. E quando eu cheguei na rede municipal eu percebi que não existia nenhuma valorização, nem do espaço biblioteca e muito menos do livro. O que existia nas bibliotecas do município eram livros didáticos muito bem colocados nas prateleiras, que só serviam para embelezar a prateleira, para completar aqueles espaços. Então uma das primeiras ações que eu tive como secretária foi mandar tirar aqueles livros das prateleiras, e as diretoras tiveram muita dificuldade porque tinham compromisso, porque os livros

[36] Ainda que tardio e com questões problemáticas em relação a sua concretização, podemos considerar um avanço nas políticas do livro, de leitura e formação de leitores brasileiros, a aprovação da Lei n. 12.244/2010 que prevê a instalação de bibliotecas em todas as escolas brasileiras com profissional habilitado até 2020.

> tinham vindo do MEC sobrando, livros que não eram necessários para a escola, muitas vezes livros em número muito maior, que elas não conseguiram nem devolver na época em que receberam e nem se desfazer deles. Então eu orientei que elas entregassem os livros para os alunos, mandassem levar para casa. Mandassem para algum lugar com crianças igual ao espaço jovem, espaço criança, porque lá não tinha biblioteca nenhuma. E aí, juntamente com o crescimento do Núcleo, a implantação do Núcleo de Alfabetização e Letramento, Magda sentiu necessidade de que as escolas tivessem um espaço que valorizasse e que disponibilizasse o livro para criança pequena, porque a gente estava em busca de criar o gosto pela leitura nesse aluno menor. Porque o nosso aluno maior, ele já estava saindo do nono ano para o Ensino Médio, que não é responsabilidade do município no caso, vai para a escola estadual no Ensino Médio. Então foi ideia mesmo de Magda Soares a instalação das bibliotecas literárias. Aí foi ótimo porque o PNBE, com a transferência dos livros, ele teve esse lugar privilegiado que era um espaço que a Magda tinha nos solicitado e aí nós começamos a pensar juntas como é que nós iríamos fazer. A diretora da escola resolveu, lá não tinha nenhum cantinho que pudesse ser esse lugar agradável, organizado para a criança se divertir lendo e ter aquele lazer. Então, uma delas liberou até a garagem. Cada uma improvisou o espaço que poderia formar esta biblioteca literária.. (Gestora da SEMED)

A nomenclatura “Biblioteca Literária” é utilizada veementemente por todos os entrevistados. Foi perceptível a necessidade de demarcar esta distinção na concepção do espaço, a fim de que ficasse claro que os livros didáticos, que ocupavam lugar central ali, pudessem dar lugar a um trabalho que seria voltado para a leitura literária.

> Nós agora criamos até uma bibliotecária, da biblioteca literária. Então as escolas, quando elas têm Educação Infantil e Ensino Fundamental, aí ela tem dois tipos de bibliotecária. A da biblioteca literária, que eu acho que essa é uma ação inédita, e a biblioteca de pesquisa. Porque uma não parou a “coisa” da outra! Às vezes está compartilhando o mesmo espaço, por falta de espaço físico. Mas a gente fez o seguinte, com as escolas que a gente já tinha... são nove... projeto de ampliação e reforma, a gente já entrou com esse espaço de biblioteca literária e biblioteca, assim como laboratório de informática, que não tinham nenhum, e assim como laboratório de ciências, porque nenhuma escola tinha. Aí eu já estou começando nas escolas novas que nós construímos, (...). Nós já criamos espaços de laboratórios de ciências, laboratório de informática e a biblioteca literária! (Gestora da SEMED)

Mesmo em meio aos discursos da presença de dois tipos de bibliotecas instaladas na mesma escola, essa presença explícita de uma biblioteca literária e uma biblioteca de pesquisa não foi percebida, na medida em que na conversa com as profissionais das escolas e visita às bibliotecas, observou-se que em apenas duas escolas que atendem até os anos finais do Ensino Fundamental, estes espaços estão diferenciados e consolidados como tal. Percebe-se, assim, que a presença da biblioteca

literária são mais evidentes e com objetivos e ações mais bem delineados no interior da escola.

Através da visita a todas as bibliotecas, pudemos verificar a adaptação desses espaços em muitas escolas, a revitalização e/ou reorganização em outras, e escolas construídas recentemente em que o espaço da biblioteca já está incluído no projeto original da escola. Mesmo em meio a essas diferenças na constituição do espaço, e alguns entraves e problemas que foram levantados pelos entrevistados e/ou percebidos no decorrer da pesquisa, percebe-se que há uma efetiva mobilização e uso desse espaço pelos alunos. Os registros fotográficos dispostos a seguir revelam as tentativas de mobilização para que esses espaços se tornem agradáveis para as crianças e possibilitem o acesso das mesmas às obras literárias.



FIGURA 16 – Biblioteca da E.M. Antônio de Castro.
Fonte: Foto da autora



FIGURA 17 – Biblioteca da E.M. Coronel Pedro de Freitas.
Fonte: Foto da autora





FIGURA 18 – Biblioteca da E.M. de Lapinha.
Fonte: Foto da autora



FIGURA 19 – Biblioteca da E.M. Dona Aramita.
Fonte: Foto da autora



FIGURA 20 – Biblioteca da E.M. Dona Marucas.
Fonte: Foto da autora





FIGURA 21 - “Biblioteca Magda Soares” da E.M. Dona Naná.
Fonte: Foto da autora





FIGURA 22 – Biblioteca da E.M. Dona Santinha.
Fonte: Foto da autora





FIGURA 23 – Biblioteca da E.M. Dr. Lund.
Fonte: Foto da autora



FIGURA 24 – Biblioteca da E. M. Herculano Liberato de Almeida.
Fonte: Foto da autora





FIGURA 25 – Biblioteca da E.M. Maria Augusta.
Fonte: Foto da autora



FIGURA 26 – Biblioteca da E.M. Mércia Margarida Lacerda.
Fonte: Foto da autora



FIGURA 27 – Biblioteca da E.M. Messias Pinto Alves.
Fonte: Foto da autora



FIGURA 28 – Biblioteca da E.M. Nilza Vieira.
Fonte: Foto da autora



FIGURA 29 – Biblioteca da Creche Nossa Senhora de Belém.
Fonte: Foto da autora





FIGURA 30 – Biblioteca da E.M. Odete Valadares.
Fonte: Foto da autora





FIGURA 31 – Biblioteca da E.M. Prof[a] Claudomira.
Fonte: Foto da autora





FIGURA 32 – Biblioteca da E.M. Prof. Melo Teixeira.
Fonte: Foto da autora





FIGURA 33 – Biblioteca da E.M. Santos Dumont.
Fonte: Foto da autora



FIGURA 34 – Biblioteca da Creche Menino Jesus.
Fonte: Foto da autora

Através da observação desses espaços e das entrevistas realizadas com as profissionais da biblioteca, registraram-se alguns elementos que estão presentes na maior parte dessas instâncias. Percebe-se a tentativa de construção de uma identidade

das bibliotecas escolares da Rede a partir de ações e elementos constitutivos que foram identificados nesses espaços, tais como:

- tentativa de disponibilização dos acervos literários de forma acessível às crianças (bolsões, varais, caixas de livros, estantes diferenciadas ao alcance dos pequenos);
- boa visibilidade das obras literárias para as crianças;
- garantia de um espaço descontraído para os momentos de leitura (tapetes, almofadas, colchonetes);
- local com decoração alegre e chamativa;
- presença de fantoches, bonecos, fantasias para momentos de contação de histórias;
- visita semanal das crianças ao espaço da biblioteca, com empréstimo de livros;
- empréstimo de obras literárias com recursos como sacolas e “malas mágicas”;
- presença de uma professora responsável pelo espaço e o acervo e pela realização e coordenação de atividades que envolvam a leitura literária, em sua maior parte, professoras do Núcleo;
- distribuição e organização das obras de modo a favorecer a compreensão e acesso das crianças e ainda proporcionar um maior contato com os gêneros textuais. Os livros são classificados por gêneros e respectivas cores demarcadas nas estantes e na lombada das obras. (Por gêneros e/ou por adequação à idade, neste último caso, classificados pelas professoras da biblioteca.)

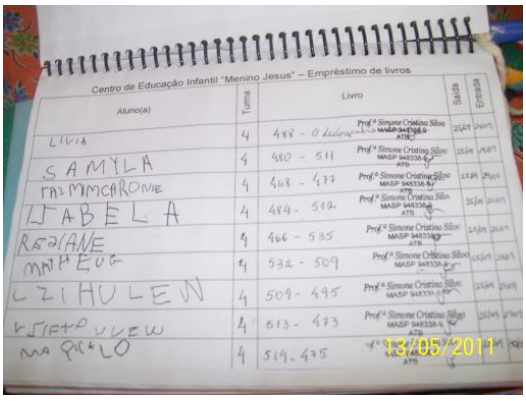


FIGURA 35 – Livro de registro de empréstimo na biblioteca de alunos da Educação Infantil. Muitos ainda não sabem escrever o nome, mas assinam o recebimento das obras. Fonte: Foto da autora



FIGURA 36 – Sacola de empréstimo de livros produzida pelas profissionais da biblioteca.
Fonte: Foto da autora

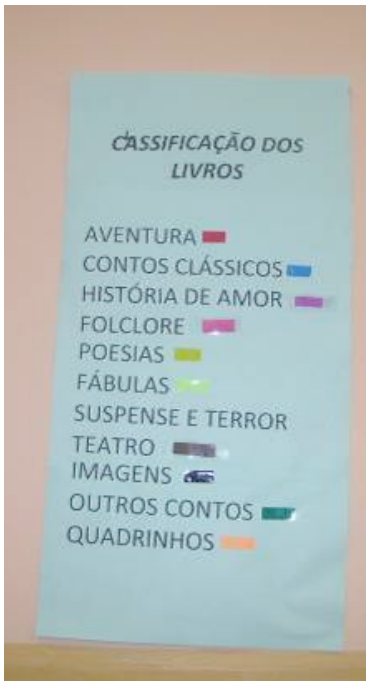


FIGURA 37 - Classificação dos livros por gênero associada a cores adotadas em muitas das escolas.
Fonte: Foto da autora

No discurso da maior parte dos entrevistados é perceptível a mudança que houve na estruturação e organização deste espaço, e como ele passa a interagir com grande parte das ações da escola: professores e profissionais da biblioteca têm se encontrado em constante comunicação; seus trabalhos possuem grande interface; biblioteca e sala de aula estão integradas e transmitem a ideia de complementaridade.

Apesar de em algumas escolas o acesso à biblioteca ainda não estar plenamente garantido, porque ainda fecham no horário do recreio, ou nos intervalos dos turnos, na maior parte das escolas esse acesso já ocorre de maneira mais livre e a biblioteca passa a fazer parte do espaço escolar de forma íntima e aconchegante, como pode ser observado no relato a seguir:

> A biblioteca daqui tem a porta aberta, eles sabem que podem chegar na biblioteca e "posso ficar aqui na hora do meu recreio?". Eles sabem que podem fazer isso, "sou do integral, estou cansado, posso deitar um pouco no tapete?" e pegam um livro, deitam e leem. Eles têm essa liberdade... a biblioteca, aqui, não é que você vai entrar mudo, sair calado, não. Exige um certo silêncio, porque tem gente lendo uma história e outras lendo outras, e se lê em voz alta vira confusão, e até mesmo os pequenos, eles sabem se podem entrar. Então, o acesso que eles têm, a maneira como o trabalho é conduzido, como as professoras têm conduzido o trabalho (...) tem todo um envolvimento para que eles passem a amar isso! (Profissional da biblioteca – Escola 13)

Mediante a constituição e valorização deste espaço, pouco a pouco, as profissionais da biblioteca, com apoio do Núcleo e da equipe de gestão da escola, têm conseguido alterar as concepções de uso que a biblioteca vinha "carregando" no meio escolar há algum tempo, tais como *lugar de castigo*, *lugar de vídeo*, *lugar de reuniões pedagógicas*.

> Se você for a qualquer sala de primeira a quarta e perguntar perguntar para os meninos se eles gostam de ir na biblioteca, porque eles vão à biblioteca, o que eles fazem na biblioteca, é o que eles vão te falar... Você quer matar os meninos de castigo é não deixá-los vir na biblioteca; aí eles ficam para morrer, "eu não vou para a biblioteca?", "não, você não vai", eles ficam para morrer...
>
> (...) É, é o contrário, o castigo era vir, tanto que teve muita resistência de professor, que tem aqueles professores mais antigos, que traziam meninos levados "Posso deixar fulano copiando aqui?" e eu "Não! Aqui não é lugar de castigo!". Eu sou muito seca nesse ponto, a orientação foi essa. Então, no início elas assustaram, queriam vídeo, não tem, Ah... não tem... que vídeo, não existe vídeo na biblioteca. Quero fazer reunião, na biblioteca não, biblioteca não é lugar de reunião. A única reunião que eu faço aqui é a do Núcleo e quando não tem aula. Se eu for fazer reunião eu vou atrapalhar o horário de biblioteca dos meninos e eu não vou atrapalhar o horário de biblioteca dos meninos por conta de uma reunião. Então, assim, é muita parceria com a direção, porque se não houver a colaboração dela e ela não ver assim que eu não vou para a sala de aula, eu não fico com turma quando falta professor, de forma alguma, só se for muito grave, faltou seis professores, e não tem mais ninguém, aí eu saio. Mas fora isso eu não vou, não vou porque o serviço da biblioteca é muito. (Profissional da biblioteca – Escola 18)

Ainda professores que atuam em outras redes de ensino têm percebido a diferença no que concerne ao uso da biblioteca e das obras literárias na RMELS. Eles têm buscado alterar suas práticas e mobilizar mudanças nas escolas em que atuam.

> E esse momento de ir para a biblioteca lá não tem, só que lá eu já conversei com a supervisora e ela é supertranquila e ela falou que era ótimo que eu tenha tido essa ideia, porque eu estava tendo essa experiência aqui, e ela estava querendo implantar isso lá, mesmo que comece por mim. A biblioteca lá não é tão bonitinha como a daqui não, porque imagina, aquele monte de livro didático amontoado, imagina... (risos)... Então ela falou para eu arrumar meu espaço para ter o meu momento de biblioteca, para os meninos poderem escolher os livros. Aí é bom que estará ressuscitando isso, vendo quais os livros que tem. (Profissional da biblioteca – Escola 18)

Portanto, essa experiência de organização e valorização do espaço já tem se expandido para outras escolas e municípios a partir das novas vivências dos profissionais que atuam na RMELS.

4.2.2 O profissional da biblioteca: seleção e formação

Desde 2009 a proposta da RMELS é que as professoras do Núcleo de Alfabetização e Letramento assumam o trabalho da biblioteca, uma vez que no município não há concurso para o cargo de bibliotecária ou auxiliar de biblioteca. Em grande parte das entrevistas as professoras da biblioteca afirmaram que essa escolha se deu por dois fatores: o primeiro porque elas estariam diretamente ligadas às orientações e formações do Núcleo, estando capacitadas semanalmente para desenvolver um trabalho de qualidade em relação à leitura com os alunos; em segundo lugar, foi apontada também a facilidade de mobilidade dessas professoras na escola, uma vez que não estariam assumindo uma turma fixa e poderiam dar melhor assistência às demais professoras no repasse das orientações quanto ao desenvolvimento do trabalho com a alfabetização e o letramento.

> Então, assim, as bibliotecas, a professora da biblioteca literária, elas são capacitadas aqui na Secretaria de Educação, então nós da Pedagogia, junto com a diretoria da Secretaria, a gente montou um programa de capacitação dessas bibliotecárias, então elas chegam nas escolas delas para dar conta daquilo que foi passado aqui pra elas na capacitação. (...)
> São professoras, não tem estagiários, não tem voluntários. São professoras da rede mesmo, elas podem sair da própria escola, mas quem faz a indicação dessa bibliotecária da literária são as professoras do Núcleo que estão lá nas escolas. (Gestora SEMED)

A atuação do profissional da biblioteca literária também tem se configurado de maneira diferenciada daquela anterior à presença do Núcleo no município. Este profissional passa a ser o responsável por gerir o espaço, organizar, preparar o material, realizar empréstimos, desenvolver projetos de mobilização à leitura que envolvam toda a escola e ser um suporte ao trabalho do professor. No entanto, quem se responsabiliza por planejar e dirigir as aulas semanais na biblioteca é o próprio professor regente da turma, mediante a concepção de que este professor, que lida diariamente com os alunos, deve ser o referencial de leitura e de um trabalho com a literatura, não ficando esta formação apenas a cargo do profissional da biblioteca, como ocorria anteriormente.

> Grande parte hoje está sendo as minhas professoras do Núcleo que estão ficando nas bibliotecas para desenvolver o trabalho de biblioteca literária. (...) Então, literatura o professor monta a aula dele de literatura, ele vai para dentro da biblioteca, e essa professora que está dentro da biblioteca, ela prepara o ambiente todinho para que ela aconteça lá dentro. Isso uma vez por semana! A outra vez que os meninos vão para a biblioteca é para empréstimo de livros ou então para a leitura. A professora da sala deixa os meninos com a professora de biblioteca, e eles vão ler, vão pegar emprestado, vão ter aquela hora/aula lá dentro da biblioteca. E é nesse momento que a professora da turma faz o módulo com a pedagoga. (Gestora da SEMED)

Verificou-se que em todas as escolas da Rede há a presença do profissional responsável pela biblioteca, e sua função, mediante todos os fatores elencados, é reconhecida pelo coletivo da escola e de extrema importância para o desenvolvimento das atividades na escola. Esse é um dado relevante quando contrastamos com a realidade de muitas escolas e municípios brasileiros que afirmam a ausência permanente de um profissional que atue na biblioteca escolar.

O recebimento das obras do PNBE, a revitalização e organização das bibliotecas, e a seleção dos profissionais das bibliotecas escolares da Rede não são ações isoladas, mas estão intimamente relacionadas a uma perspectiva basilar da Rede que é a formação de seus profissionais. Como apontado, as profissionais que participam diretamente do Núcleo de Alfabetização e Letramento, e, portanto, semanalmente participam de seminários para discutirem as questões referentes a alfabetização e letramento, foram também selecionadas para estarem em constante atuação na biblioteca, entendendo assim que a biblioteca é a instância que permite

aos alunos participarem e integrarem práticas de letramento e letramento literário. Esses seminários semanais têm sido compreendidos também como espaço de formação não apenas para as questões relacionadas às capacidades de alfabetização, mas como espaço de formação para a mediação de leitura.

Algumas profissionais da biblioteca citam de forma enaltecedora os momentos de reflexão sobre as obras literárias durante os quais a coordenadora do grupo indica, apresenta e explora determinado livro nas reuniões e, assim, as mobiliza na compreensão dos aspectos que envolvem o letramento literário. Além disso, a própria valorização da coordenação do grupo com a literatura instiga e motiva as professoras:

> Eu acho que a Magda, quando ela veio, ela trouxe, essa vontade... essa coisa... esse amor pela leitura e pelo ato do ouvir, do contar. Então, isso, se você for analisar a alfabetização, começa assim... (Profissional da biblioteca – Escola 12)

É interessante destacar que, além desse espaço de reflexão sobre a importância da leitura, literatura e biblioteca ocorrido nas reuniões semanais do Núcleo de Alfabetização e Letramento, e nas reuniões mensais de repasse a todos os professores das escolas - espaços já legitimados para a difusão de informações e construção e reconstrução de saberes no município -, foram citados, como apontado mais enfaticamente no capítulo anterior, outros encontros que envolvem os diretores e outros professores não integrantes do Núcleo a fim de que se integrem às demandas do projeto do Município e às ações esperadas em cada uma das escolas.

Foi citado um encontro direcionado exclusivamente à direção das escolas a fim de que estas fossem informadas sobre a organização dos materiais nas bibliotecas escolares. A princípio poderíamos pensar que, estando os integrantes do Núcleo como gestores deste espaço, seria desnecessário este encontro com os diretores das escolas, mas a iniciativa demonstrou uma valorização do trabalho de equipe.

Nesse sentido, a integração entre direção e profissionais da biblioteca foi um ponto ressaltado na realização da maior parte das entrevistas com ambos os profissionais, o que, a nosso ver, mobiliza o trabalho em prol da biblioteca e possibilita assim mais garantias de valorização deste espaço a partir do momento em que todos

se sentem responsáveis pelo mesmo e compreendem a sua importância no contexto escolar.

> **P**: Mas na reunião de diretores, por exemplo, você tem informação sobre essa questão do livro?
> **E**: Foi, foi repassado. Teve até uma reunião que foi exclusiva sobre biblioteca...
> **P**: Para os diretores?
> **E**: É, para os diretores, que a Secretaria de Educação promoveu. Então lá veio uma representante da biblioteca pública, que ensinou como que a gente faz para registrar um livro... então teve toda uma instrução de como que a biblioteca tem que funcionar. (Direção - Escola 9)

A estratégia de formação **de** Rede está sendo preferencialmente denominada pela coordenadora do Núcleo como uma ação de desenvolvimento profissional[37]. A expressão 'desenvolvimento profissional' é utilizada para se referir ao desenvolvimento e ampliação dos conhecimentos teórico-metodológicos dos profissionais, sendo a graduação (geralmente em Pedagogia e Normal Superior) considerada a formação inicial desses professores.

Duarte (2013), além de explicitar detalhadamente as características deste tipo de formação ocorrida no município, revela em sua pesquisa os efeitos sobre a prática profissional dos professores que atuam na Educação Infantil (Infantil I e II) e nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

> Os resultados revelam que a formação continuada **de** rede, tal como desenvolvida na rede de ensino estudada, teve reflexos positivos na prática docente e na construção de saberes sobre os processos de aprendizagem referentes à aquisição da língua escrita; a formação promoveu mudanças na cultura da escola, mobilizou todos os professores da rede de ensino e foi por eles apropriada como sendo inerente à sua função e ao seu desenvolvimento profissional. (DUARTE, 2013, p. 8)

Segundo Duarte (2013), o grande diferencial deste tipo de formação consiste no fato de ser uma formação **de** Rede, cuja organização se dá pela Rede de ensino: a formação atinge a todos os professores, as discussões partem das demandas do grupo em relação aos processos de ensino e aprendizagem, e ainda não tem um prazo estabelecido para o seu término. O processo **de** rede é diferente do tipo de formação encontrada atualmente em nosso país, denominada formação continuada **em** Rede,

[37] A expressão 'desenvolvimento profissional' foi explicitada pela professora Magda Soares como recente opção em detrimento do uso da palavra formação, em palestra proferida no CENPEC em 18 de setembro de 2013. A palestra na íntegra pode ser vista em: <http://new.livestream.com/ag7/cenpec/videos/30346063>. Acesso em: out. 2013.

cuja articulação se dá entre MEC, governos estaduais, municipais e professores, geralmente por adesão, e ocorrem em períodos curtos, com um conteúdo pré-estabelecido e com a presença de apenas alguns professores da Rede de ensino, o que em geral não garante alterações significativas na realidade educacional do município, e em alguns casos promova mudanças apenas na sala de aula do professor participante.

Não nos ateremos neste trabalho sobre os diferentes aspectos que caracterizam esta ação de desenvolvimento profissional do município; como apontado, estes são descritos e analisados cuidadosamente por Duarte (2013). Entretanto, refletiremos sobre alguns aspectos que foram indicados nos discursos dos profissionais e que se relacionam diretamente ao nosso objeto de pesquisa.

Neste modelo de formação de Rede ou de desenvolvimento profissional, além de gerirem o espaço da biblioteca, as representantes do Núcleo são as responsáveis por multiplicarem os conhecimentos, metas, diretrizes, ações, discutidas no primeiro espaço de formação que são as reuniões do Núcleo, através dos encontros mensais de "repasse" a todos os profissionais da escola e o contato diário com as professoras, tornando-se assim um apoio às demais professoras em tudo o que diz respeito à leitura, literatura, escrita, o que faz as professoras e profissionais da biblioteca, e, por extensão, sala de aula e biblioteca, estarem em constante integração. O fato de essas professoras terem sido eleitas como representantes pelo corpo docente da escola favorece esta integração, pois esta já era reconhecida como alguém que se destacava no espaço escolar com uma atuação diferenciada[38].

> **E**: De forma geral, a X que fica na biblioteca, que fica por dentro do Núcleo. Então chegou, ela fala que chegou livro na biblioteca, é bom para isso e para tal turma, dá para trabalhar isso. Então a gente é informado quando chega.
> **P**: Em relação à escolha do livro de literatura, ela também ajuda?
> **E**: Ajuda sim. A gente sempre recorre junto a ela. "Estou precisando trabalhar isso, o que você acha que é melhor, para estar trabalhando?", "Tal livro, dá para você trabalhar!". Então é um suporte muito grande que tem, em todas as escolas, basta saber aproveitar. (Professora do Ensino Fundamental – Escola 1)

[38] Um dos primeiros critérios estabelecidos para a escolha destas representantes, é que fossem professoras atuantes em sala de aula e pudessem vivenciar em suas salas de aula aquilo que estivesse sendo discutido nos encontros de formação, por isso não foram selecionadas as coordenadoras das escolas. Apenas após, cerca de 5 anos de existência do Núcleo, que estas professoras passam a atuar mais diretamente na biblioteca e como apoio das demais docentes da escola.

Assim, na instância escolar as representantes do Núcleo lidam com os professores e suas demandas em relação ao trabalho a ser desenvolvido, mas estas demandas e dúvidas não são necessariamente respondidas diretamente pelas professoras representantes. Os encontros semanais do Núcleo são um espaço para que as representantes encaminhem as principais questões e dúvidas teórico-metodológicas advindas das professoras de suas escolas. Portanto, as temáticas discutidas pelo grupo não estão *a priori* estabelecidas. Há a construção de um saber coletivo que parte da prática docente e é sistematizado mediante reflexões teórico-metodológicas, levando o professor a ressignificar o seu saber pedagógico.

São inúmeros os desafios encontrados, pois, apesar de a maior parte dos entrevistados vislumbrar positivamente as modificações da Rede em torno da leitura e literatura, verifica-se que essas apropriações podem ser "recebidas" de forma diferenciada pelos profissionais atuantes numa mesma Rede de ensino, uma vez que alguns questionamentos foram colocados por determinados professores que acham "insuficientes" e "superficiais" as instruções fornecidas para a adequada utilização das obras literárias recebidas.

Nesse ponto há uma diversidade de percepções e apreensões que demonstram o quão difícil é trabalhar nesta perspectiva de desenvolvimento profissional da totalidade de uma Rede de ensino tendo em vista a dimensão e quantidade de profissionais existentes, e demais questões como: envolvimento dos gestores; profissionais da biblioteca e docentes; conhecimentos prévios e formação inicial do docente; apreciação da leitura literária por esses profissionais. Esses fatores interferem diretamente nas apropriações que se fazem das instruções disponibilizadas via SEMED, Núcleo de Alfabetização e Letramento e reuniões de repasse da escola.

Ao mesmo tempo em que uma parte dos profissionais citam elementos que indicam instruções dadas, encontros de estudo que enfatizam a utilização dos livros literários, alguns desvelam a necessidade de uma explicitação mais detalhada do que seria realmente um trabalho de qualidade a ser desenvolvido com os acervos literários disponibilizados na escola.

> **P**: Você tem instrução sobre como trabalhar a literatura? Como trabalhar nas aulas de biblioteca?

> **E**: Dão umas dicas... igual do Núcleo, não é dica de aula, (...).. mas a gente fica meio perdido, vamos falar só da leitura, programar um teatro? Então atividade específica eu ainda fico um pouco perdida...
> (...)
> **P**: Você disse que sente falta de uma formação mais aprofundada...
> **E**: Na questão de livro de literatura, de como trabalhar com as crianças, é tão exigido, mas o quê? É só contar história? Tem algo mais que a gente poderia estar fazendo para melhorar mais? Incentivar mais? (Professora do Ensino Fundamental – Escola 4)

> **P**: Você recebeu instrução sobre como trabalhar a literatura aqui na escola? Tem alguma orientação?
> **E**: Olha, a orientação seria muito pouca, quase que nenhuma, porque até mesmo a ida à biblioteca com os meninos, só passou a escala para a gente, "seu dia é quinta-feira, em tal horário, e você pode ler, ou deixá-los ler", e só. Então eu acho que poderia explorar muito mais, porque não se resume a isso, então as informações que eu tive foram essas. (Professora do Ensino Fundamental – Escola 18

> **P**: E você tem instrução sobre como usar os livros de literatura, alguma orientação?
> **E**: Vem assim, pelo Núcleo, tem que ter a literatura todos os dias, e sempre que precisar vir à biblioteca, mas tem o dia específico para vir, mas a gente usa no que a gente pensa ser. Eu fiz o curso de biblioteca lá na biblioteca municipal de Belo Horizonte, eu e outra colega, mas ficou só nisso, na época eu mexia com biblioteca, e foi passado muitas coisas boas para a gente como utilizar o livro, como contar história, como a gente chamar a atenção do menino para a história, mas ficou nisso. No ano seguinte fui para a sala e isso aí ficou perdido. Então não foi tão perdido porque ficou para eu usar com os meus. Tinha que ter uma formação melhor. Porque muita gente imagina que história não faz muita falta.... (Professora da Educação Infantil - Escola 16)

> **P**: Você tem instrução sobre como deve ser o trabalho com a literatura na sala de aula?
> **E**: Não, não! Instruções específicas?
> **P**: É, você tem instruções para trabalhar com a literatura, como é isso na escola? Você recebe esse tipo de instrução?
> **E**: Não, o que tem passado para a gente é o repasse do Núcleo da Alfabetização. Que as histórias têm que ser trabalhadas todos os dias, com questão de inferência, interpretação, compreensão. (Professora da Educação Infantil - Escola 15)

O apontamento de uma das entrevistadas fornece elementos para refletirmos sobre o tipo de formação almejado por alguns profissionais que questionam a falta de formação mais aprofundada. A professora cita que, apesar de haver uma orientação advinda do Núcleo, esta não é "mastigada", ou seja, com detalhamentos ou um "passo a passo" das práticas pedagógicas a serem desenvolvidas.

> **P**: Vocês têm orientação sobre como trabalhar literatura na escola?
> **E**: Olha, o Núcleo de Alfabetização é um projeto do município para unificar a alfabetização e letramento na rede. Então a Magda Soares tem

> desenvolvido isso já há uns três ou quatro anos na rede. Então, assim, há algum direcionamento de a gente estar trabalhando literatura com as crianças, inovando a biblioteca, as aulas. Para estar realmente despertando o gosto pela leitura. Mas, assim, depende muito do educador, ele tem que querer buscar e gostar. Porque não é coisa assim mastigada não fala lá "Faz assim"... Aí é você quem corre atrás. Então, assim, eu acho que fica uma coisa meio solta, meio vaga. Depende do professor buscar, inovar, e querer, né?!"(Professora do Ensino Fundamental – Escola 14)

Em outros casos, mesmo tendo a sensação de que a ênfase do questionamento da entrevistada parece se vincular a certa insatisfação devido ao desejo de ser integrante do Núcleo de Alfabetização e Letramento, foi citada a dificuldade de apreender informações através do "repasse", ou seja, das reuniões mensais que ocorrem com todos os profissionais da escola, na qual a professora integrante do Núcleo socializa as discussões e ações propostas no Núcleo, questionando que esse contato direto com o Núcleo deveria ser de acesso de todos os profissionais da Rede.

> A diretora sempre colocou para a gente a questão da importância, tudo. E eu já sei da importância, porque como eu já disse eu já trabalho com essa bagagem, desde pequena comigo, minha mãe era professora, sempre nos comunicou disso, e tal, mas, assim, agora com esse projeto da Magda, que a Magda nos auxilia, está vindo, assim, alguma coisa. Só que igual eu falo com a diretora, eu teria vontade de, assim, adoro, acho o projeto dela muito interessante, mas eu acho que teria que ser para todos os professores. Eu acho o repasse, toda primeira quarta-feira do mês, é-nos repassado o que foi repassado no curso com ela, das professoras que vão, uma de cada escola, que fica com ela lá, só que eu acho que fica um pouco vago. Porque, assim, a pessoa que está nos passando, tem hora que ela sabe e passa direitinho e tudo, mas ficam algumas questões que no caso você teria que perguntar para ela: "Magda, no caso disso", é uma coisa rápida assim, entendeu? "No caso disso, o que você acha que eu faria?", "o que eu poderia melhorar e tal?", mas aí eu pergunto para ela e ela vai passar as perguntas para a Magda, aí, sabe Deus quando ela vai poder responder, então assim, não tem aquela coisa rápida do que você "precisa fazer" naquela hora, naquele momento, com aquele aluno, com aquela atividade. Você está entendendo? Então eu acho que é aí que fica um pouco vago. E eu sempre cobrei da diretora: "Diretora, eu sempre acho que esse curso é uma coisa muito boa, para o crescimento da gente, como profissional e tudo, para os alunos também, lógico que a gente crescendo passa para eles, mas tinha que ser para a gente" (...)
> **P**: Entendi...
> **E**: Então, assim, é passado para a gente, mas, assim, eu acho que fica um pouco vago. (Profissional da biblioteca - 3)

Entende-se que essas considerações "na contramão" das percepções positivas de uma Rede que tem se modificado e mobilizado em torno dos livros recebidos pelo Governo Federal, dentre outras ações que estimulam a formação de leitores e leitores

literários, de certa forma, indicam o quanto os profissionais da educação, neste caso específico, que lidam com as obras literárias carecem e estão ávidos por formação e informação para a realização de práticas pedagógicas coerentes e consistentes com as políticas propostas. Além disso, as impressões desta profissional desvelam os desafios impostos para que se estabeleçam redes de desenvolvimento profissional que atendam as demandas pedagógicas das escolas e redes públicas de ensino (federais, estaduais e municipais) no que diz respeito à formação de leitores.

Esta situação é agravada quando consideramos ainda, conforme apontado em algumas pesquisas que há limitações na formação e leitura dos próprios professores (KRAMER, 2002; LEAL, 2001; SOUZA E SILVA, 2004; ANDRADE, 2004; BATISTA, 1998). Percebe-se que na formação inicial destes professores não há um aprofundamento em questões metodológicas relacionadas à leitura e principalmente à leitura literária, o que leva esses profissionais a chegarem em sala de aula e se sentirem limitados em suas atuações frente a essas demandas.

Através dos seminários semanais do Núcleo de Alfabetização e Letramento, da permanência diariamente de uma professora integrante do Núcleo em cada biblioteca e escola do município, das reuniões mensais com todos os profissionais da escola e ainda através de outras iniciativas de formação (encontros e oficinas para os professores nos eventos Alfaletrar e Alfalendo), essas demandas teórico-metodológicas dos professores buscam ser atendidas. Entretanto, há que se considerar que este desenvolvimento profissional não é algo que ocorre de forma imediata, ainda mais em se tratando de um profissional que advém de sua formação inicial com imensa carência nesses aspectos. Para continuar obtendo êxito, esta ação de desenvolvimento profissional da Rede necessita preservar os princípios de continuidade e o estabelecimento de uma estrita relação entre a teoria e a prática docente, aspectos estes já considerados desde o início nas propostas e ações do projeto.

4.3 Literatura e alfabetização: os acervos do PNBE em uso

O uso das obras literárias na RMELS está ligado tanto ao espaço da biblioteca quanto ao espaço da sala de aula, e não se configura apenas como mais um recurso para "animar" a leitura, como se fosse um serviço extra que a escola presta, mas é incluído como um forte recurso no objetivo da escola de formar leitores.

> O essencial para a aprendizagem das crianças, a base, são os livros. Então a gente tem que trabalhar muito com os livros. (Professora de Educação Infantil – Escola 13)

> Você vê que diferença... eu estreio um livro e os meninos ficam assim... parece que você está levando um brinquedo mesmo! Uma coisa assim, antes não tinha interesse para eles e hoje é assim, é significante. Na hora que você chega... eles não conversam, eles ficam assim alucinados. Só assim, o quê que você faz?! Eles estão com um interesse muito grande. Eu não sei se nas outras escolas também está acontecendo, o que está acontecendo lá na escola. Porque como sempre há doações de livro, você dá aula aos meninos agora e eles perguntam.... Chegou livro novo.
> Eles acham que vai chegar livro novo toda hora agora. Aí eles olham lá assim e falam: "Professora, não vai chegar livro novo, não? Não tem livro." Às vezes tem livros que eles nem leram, mas eles querem que cheguem livros novos. Todo dia que eu chego e eu coloco a propaganda, quando não tem propaganda nenhuma lá eles falam assim: "Não vai chegar nenhum livro, não? Porque eu já li todos." (risos) (Profissional da biblioteca – Escola 11)

Atualmente a chegada das obras literárias do PNBE é aguardada com expectativa pelas escolas, uma vez que há o desenvolvimento de um trabalho que instiga a utilização deste material. Pelo relato da direção há um *continuum* de orientações via Núcleo de Alfabetização e Letramento em relação ao trabalho a ser desenvolvido com e a partir da literatura na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

> **P**: E tem alguma orientação do Município, da Secretaria, do Núcleo, para o trabalho com a literatura na escola?
> **E**: Toda a orientação. É, porque a biblioteca literária, justamente, porque parte o letramento, das obras literárias, que a gente procura trabalhar com os livros, partindo sempre do texto, contextualizado.
> **P**: Então essa é uma orientação...
> **E**: Orientação do Núcleo, e a Rede toda assumiu o mesmo processo. Tanto que todas as escolas têm biblioteca e antes não tinham. Todo mundo teve que se virar para arrumar um cantinho. (Direção 3)

> **P**: Vocês têm instruções específicas sobre qual é a finalidade dos livros que chegam, como vocês devem utilizar esse material?
> **E.1**: Na verdade hoje a gente... o trabalho da literatura está bem forte no Núcleo, então a gente costuma até falar que a criança escuta 200 histórias,

> que é o total de dias letivos, por quê?! O projeto todo é a partir das histórias, então sempre o professor está procurando e querendo trabalhar com a letra B, aí "Me indica uma história bacana que tenha o B, alguma coisa assim", então é muito focado na literatura hoje esse trabalho da língua, é português e letramento. É muito focado nisso.
> **E.2**: A (nome da profissional da biblioteca) está falando isso porque em sala de aula o professor todos os dias dão histórias lidas ou contadas. Por isso que ela está falando todos os dias letivos. Então todos os dias têm história. (Direção – Escola 5)
>
> **P**: Em relação ao trabalho com a literatura, como é? Tem orientação específica também?
> **E**: Tem! A nossa professora que frequenta o Núcleo é a nossa bibliotecária, e a nossa bibliotecária é bibliotecária mesmo, porque ela fez Biblioteconomia.
> **E**: Então a gente deu muita sorte em relação a isso, e quando me pediram uma professara para o Núcleo e a gente foi montar uma biblioteca, eu já tinha pensado nela.
> **E**: Foi aonde eu fui no currículo e a escolhi, justamente por ela ter o curso. Uma pessoa para estar trabalhando ali. Ela recebe orientação da Magda Soares, de como trabalhar. E as dúvidas também são levadas. Aqui na escola, os alunos, eles têm um horário para ir à biblioteca, duas vezes por semana. Esse horário a professora regente ela vai estar trabalhando com os alunos, a critério dela, de acordo com o planejamento dela, e outro horário a professora da biblioteca vai estar ensinando a fazer uma pesquisa, ela pode contar uma história, mostrar outros livros, dar uma outra roupagem que o outro professor, a regente não teria a oportunidade de estar trabalhando. (Direção - Escola 10)
>
> **P**: E vocês têm alguma instrução da Secretaria Municipal de como tem que ser o trabalho com a leitura, com a literatura?
> **E**: Tem! A gente tem o Alfaletrando, que é esse projeto que a Secretaria Municipal da Educação trabalha. Então, a gente é totalmente voltada para o Alfaletrando. Então, tudo o que a gente faz tem que ser de acordo com o que tem no Núcleo lá. E agente tem que ser totalmente voltado para as metas que eles estipulam. A gente tem um encontro mensal, que todo mês é passado para as professoras, para mim, para a diretora, para a supervisora, e a gente trabalha, todo mundo em conjunto, de acordo com o que eles estipulam. (Direção - Escola 13)

No discurso das profissionais é possível identificar quais apropriações são feitas das instruções recebidas sobre o uso da biblioteca e das obras literárias. Foi possível selecionar algumas características e ações que demarcam essas apropriações:

- ✓ necessidade de exploração, com os alunos, dos elementos paratextuais da obra literária;
- ✓ orientação para que os docentes leiam uma história por dia para seus alunos; leiam muito para os alunos para que seja incentivado o hábito pela leitura;

- ✓ parceria que deve ocorrer entre biblioteca e sala de aula, uma vez que alunos e professores devem usar e saber usar a biblioteca para melhorar a alfabetização e o letramento;
- ✓ empréstimo regular de obras literárias para todos os alunos da escola;
- ✓ contação de história, empréstimo, roda de leitura, divulgação e organização dos livros de forma atraente como ação da biblioteca;
- ✓ trabalho específico com a literatura como responsabilidade do docente de sala de aula;
- ✓ biblioteca como espaço de promoção do prazer à leitura.

> **P**: Você falou que recebe muitas informações do Núcleo. Você tem orientações sobre como trabalhar com a literatura? Você falou muito do letramento, não é?!
> **E**: É porque a literatura agora é letramento, eles chamam de letramento sabe?! (risos) Então, a literatura seria isso, seria esse trabalho que de início você conta a história. Nós fizemos assim, nós temos cinco dias da semana, sendo que um dia tem que ser história lida, história ouvida, história contada, todo dia é um tipo de história que os meninos vão escutar. Entendeu?! Então seria com esses livros literários e não os paradidáticos. (Professora do Ensino Fundamental – Escola 9)

> **P**: Vocês têm alguma instrução sobre como deve ser o trabalho de literatura na escola?
> **E**: Temos...Temos sim!
> **P**: Quem dá essa instrução?
> **E**: Do Núcleo... Nós temos essa instrução do Núcleo.
> **P**: Que tipo de instrução vocês recebem?
> **E**: Foi dado para nós a parte da literatura infantil, de como vai ser trabalhado, as estratégias de leitura, como nós devemos fazer, a apresentação da chegada do livro na escola, como que é feita... (Professora do Ensino Fundamental – Escola 10)

> **P**: Você tem algum tipo sobre instrução de trabalhar a literatura em sala de aula?
> **E**: Tem às vezes orientação e pelo Núcleo também. Então a gente tem material que traz instrução a respeito de como trabalhar histórias na sala de aula. (...) algum material a esse respeito, e inclusive a direção xerocou esse material sobre contação de história, estratégias para contação de história, a maneira como você tem que fazer a entonação de voz, o tipo de material que você usa (para captar a atenção da criança), é um material que todos os professores têm para estar utilizando nesse momento da literatura na contação de história. (Professora do Ensino Fundamental – Escola 11)

> **P**: Como que é o trabalho com a leitura e literatura aqui na rede de Lagoa Santa? Vocês têm instruções sobre como trabalhar com o livro de literatura.
> **E**: A gente recebeu um material de como dar aula de literatura, tem a bibliotecária, aqui na Rede tem o programa de alfabetização, que é o

> Núcleo, e sempre eles estão trazendo novidades para a gente em relação a isso, como trabalhar o livro, como trabalhar a história do livro, dentro de sala de aula. (Professora do Ensino Fundamental – Escola 13)
>
> **P**: Vocês têm instruções específicas para trabalhar com a literatura?
> **E**: Olha... a Magda Soares... a gente repassa uma vez por mês e enfatizando isso, é um curso!
> **P**: Que tipo de orientação que vocês recebem?
> **E**: Olha, de início... por exemplo, contar uma história, ela ensina apresentar um livro, mostrar a capa, a contracapa, lombada. As características do livro para eles conhecerem o livro, para eles interessarem, e para a gente ler o livro. Ela dá dicas de como ler, na entonação da voz, mudando de personagens. (Professora do Ensino Fundamental – Escola 15)

No entanto, percebe-se que as apropriações diferem quanto aos aspectos literários e de alfabetização que são explorados a partir das obras literárias, gerando em certos momentos da entrevista uma não diferenciação de um trabalho que focalize as capacidades de alfabetização e capacidades que envolveriam mais especificamente o letramento literário. Além disso, a própria literatura é entendida por determinada professora como o letramento em si, e não apenas como uma das especificidades do letramento, a saber, o literário.

> **E**: Aqui na escola esse espaço, ele é bem aproveitado, tem um local específico para a biblioteca e tem os livros que eles levam para casa, tem a biblioteca de sala, todos os dias eles têm acesso a um período de leitura na sala, leitura livre, sem ser... além daquela que a gente escolhe para estar contando, tem história contada todos os dias, então ele tem esse período para ele fazer, para desenvolver o gosto mesmo pela leitura.
> **P**: Você disse que tem história contada todos os dias. Isso é uma orientação?
> **E**: É! É! Para a criança aprender mesmo a ler e escrever, então, para favorecer a esse processo da compreensão da escrita, a tecnologia da escrita, dentro da própria proposta do planejamento semanal, de acordo com a orientação da Magda, pelo Núcleo, a gente tem que trabalhar histórias, então histórias contadas, histórias lidas. (Professora do Ensino Fundamental – Escola 11)
>
> O que se passa pra gente é o repasse do Núcleo de Alfabetização. Que as histórias têm que ser trabalhadas todos os dias, com questões de inferência, interpretação, compreensão. (...) O meu trabalho com a literatura é feito de acordo com o Núcleo de Alfabetização. Trabalho poesia, uma poesia por semana. Trabalho uma história também por semana. E desenvolvo vários trabalhos com a poesia e a história. Trabalhos com a escrita, interpretação, recorte, colagem. Alfabetização mesmo! (Professora de Educação Infantil – Escola 15)
>
> **P**: Como é o trabalho com a literatura?
> **E**: Foi passado não assim como trabalho de literatura. É trabalhar o texto e do texto tirar uma frase, da frase tirar as palavras e das palavras tirar as sílabas e das sílabas trabalhar os fonemas. Então, foi passado no ano passado, a (nome da professora) que era do Núcleo até fez uma demonstração de aula para as professoras. Mas estar orientando uma vez

> por semana... não! Toda semana a gente pega uma história, conta a história e faz aquele momento todo. Dessa história retira-se uma frase, dessa frase vai trabalhar as palavras da frase e das palavras da frase vai ser retirada as sílabas, para formar novas palavras. E essas novas palavras vão formar novas frases, que vão formar um novo texto. Então, assim, às vezes nem dá para trabalhar isso em uma semana. Trabalha o que?! Uns sete dias. (Profissional da biblioteca - Escola 9)

Partindo das percepções sobre o uso das obras literárias destes e demais discursos, elencamos alguns dos trabalhos expostos no evento *Alfalendo: A literatura nas Escolas Municipais da Rede Municipal de Lagoa Santa* a fim de vislumbramos concretamente os projetos realizados pelos docentes e compreendermos, ainda que de forma restrita, uma vez que temos em vista o produto e não o processo de produção das atividades, como os conceitos de alfabetização e letramento literário são apropriados na proposição das atividades com os livros de literatura. Mesmo em meio à limitação apontada, acreditamos que aliando o discurso das professoras e as proposições de atividades foi possível traçar reflexões importantes no que concerne a essas práticas.

Como apontado no primeiro capítulo, há na RMELS duas exposições anuais que integram o trabalho desenvolvido pelos docentes e suas escolas. O evento, Para*lfaletrar*, que ocorre no primeiro semestre, mostra prioritariamente recursos metodológicos criados pelas professoras com intuito de trabalhar os componentes da alfabetização. Já o evento, *Alfalendo*, ocorrido no segundo semestre, apresenta os trabalhos desenvolvidos pelas professoras em suas turmas com o foco principal na literatura, sendo este o evento destacado neste momento da pesquisa.

Primeiramente, é importante ressaltar o valor de eventos como o *Alfalendo*, que permitem a demonstração e valorização de um trabalho do coletivo das escolas e, sendo um evento aberto e gratuito, serve como espaço de interação e multiplicação dos conhecimentos e estratégias alcançados pela Rede, propiciando o compartilhar das ideias tanto com os professores de outras escolas do município quanto com docentes e profissionais de Redes de ensino vizinhas que são convidados.

Na organização da exposição não há uma separação dos trabalhos por escola. Apesar de haver a indicação de autoria dos alunos, professoras e escolas, em cada um dos trabalhos, na organização geral os trabalhos são separados anualmente através de

classificações diferenciadas, seja por segmentos de ensino (como no evento de 2013) ou por gêneros literários (como no evento em 2010). Dessa forma, garante-se a visualização de um trabalho do coletivo da Rede, minimizando neste caso qualquer possível comparação do trabalho de uma escola em relação a outra, e reforçando mais uma vez a ideia de coletivo da Rede, percebida em grande parte das ações desenvolvidas.

O trabalho do coletivo, com vistas ao desenvolvimento e crescimento de toda a escola e de toda a Rede, é uma perspectiva que tem alcançado os professores, como pode ser observado no relato a seguir:

> A história da escola mudou, porque antes havia uma vaidade. Se você fosse vaidosa o suficiente, você iria querer que os seus meninos fossem os melhores. Aí, se eu fosse um pouco mais relaxada e achasse que aquilo era o suficiente, também faria só aquilo para que pudesse vencer o meu ano. E hoje não, hoje há um todo! (Professora do Ensino Fundamental – Escola 5)

Outro aspecto importante se refere à incorporação dessas exposições no projeto do município, garantindo a permanência das exposições anualmente, pois estas mobilizam a continuidade das ações em torno da literatura. Desta forma, pode atingir cada novo aluno que se insere nas escolas da RMELS, não os deixando à mercê de projetos ou ações pontuais em torno da leitura literária, os quais poderiam ou não ocorrer a cada ano se dependessem apenas da gestão da escola, do profissional que está na biblioteca ou do docente regente da turma.

Em relação às obras produzidas é importante destacar que este projeto permite aos alunos produzirem livros e materiais com uma destinação real, aproximando as práticas de produção textual a situações autênticas de letramento, uma vez que os livros e demais produtos serão lidos e apreciados por vários visitantes da exposição e em muitos casos, posteriormente ao evento, passam a integrar os acervos das bibliotecas ou das salas de aula, como pôde ser observado em muitas das escolas visitadas.

Dentre os trabalhos expostos, selecionamos alguns, que puderam ser divididos em dois grupos: no primeiro grupo apresentamos os *trabalhos que se voltam prioritariamente para uma dimensão do letramento literário*, ou seja, buscam refletir as apropriações dos alunos em relação às obras trabalhadas, sem a intenção, *a priori*,

de que estas obras sirvam de base para a realização das atividades de alfabetização, mas que sejam exploradas em suas dimensões estéticas, privilegiando a apreciação, a construção de sentidos e compreensão dos alunos sobre as mesmas, inserindo as crianças no mundo das narrativas e outros gêneros literários.

Neste primeiro grupo identificamos trabalhos como: indicações literárias dos alunos (“Bolo literário”, “Maluquinhos por leitura”, “Dicas literárias”); registro de recontos (“Narrativas literárias: Contos de fadas”, “A verdadeira história da Chapeuzinho Vermelho”); criação de livros com histórias lidas e ouvidas (“O almoço”, “Lendas da Lapinha”); transposição de contos para outros gêneros literários (“Clássicos viram poesia”); registro das apreciações dos livros lidos (“Poemas e poesias”, “Histórias que li e ouvi”); malas literárias que propiciam aos alunos levarem os livros para casa; outras criações literárias a partir das obras lidas (“O casamento de Felpo e Charlô”).

Com vistas à exemplificação das discussões apontadas, selecionamos alguns dos trabalhos registrando as imagens e descrevendo as suas principais características[39]. Ressalta-se que algumas descrições de trabalhos são o registro da professora disponibilizado na exposição sobre o projeto realizado (*Descrição realizada pela professora*[40]) e outras descrições partem das nossas apreensões a partir do resultado do trabalho exposto (*Descrição realizada pela pesquisadora*). Na maior parte dos trabalhos verificou-se que há uma preocupação com o protagonismo dos alunos, a fim de que os materiais apresentados reflitam a produção deles.

[39] Algumas produções dos alunos foram fotografadas e transcritas para melhor visualização do trabalho.
[40] Os registros mantiveram na íntegra o texto produzido pelas docentes.

Trabalhos que se voltam prioritariamente para uma dimensão do letramento literário



FIGURA 38 - Exposição Alfalendo 2011 - Bolo Literário.
Fonte: Foto da autora

Descrição realizada pela professora - 2º ano EF: Comemorando os 80 anos de Ruth Rocha, decidimos homenageá-la, lendo várias obras de sua autoria. Em um trabalho interdisciplinar, optamos por confeccionar o Bolo Literário. Nele, destacamos as obras com as quais os alunos mais se identificaram. Em cada fatia há releitura da capa de uma obra além de um pequeno relato dos alunos sobre a obra.



FIGURA 39 - Exposição Alfalendo 2013 - Clássicos viram poesia
Fonte: Foto da autora

Descrição realizada pela pesquisadora – EF: Os alunos produziram um livro com poemas criados a partir de contos clássicos da literatura infantil. Também criaram caixas-surpresa com os cenários dos clássicos. Para visualização do cenário é necessário olhar por um orifício da caixa.
Registro da poesia “Pinóquio”: "Gepeto não teve filhos / e era um grande marceneiro / fez um boneco de madeira / para ser seu companheiro. // A noite apareceu boa fada / a sua fada madrinha / dando vida ao boneco / com um toque da varinha. // Ao contar uma mentira / um encanto se fazia / a cada mentira que contava / o nariz do Pinóquio crescia. // Pondo em risco sua vida / e a do seu pai de coração / o bonequinho mentiroso / aprendeu uma lição. // Nunca mais ele mentiu / só a verdade contou / e a fada como prêmio / em humano o transformou." (Autoria do aluno Samuel)

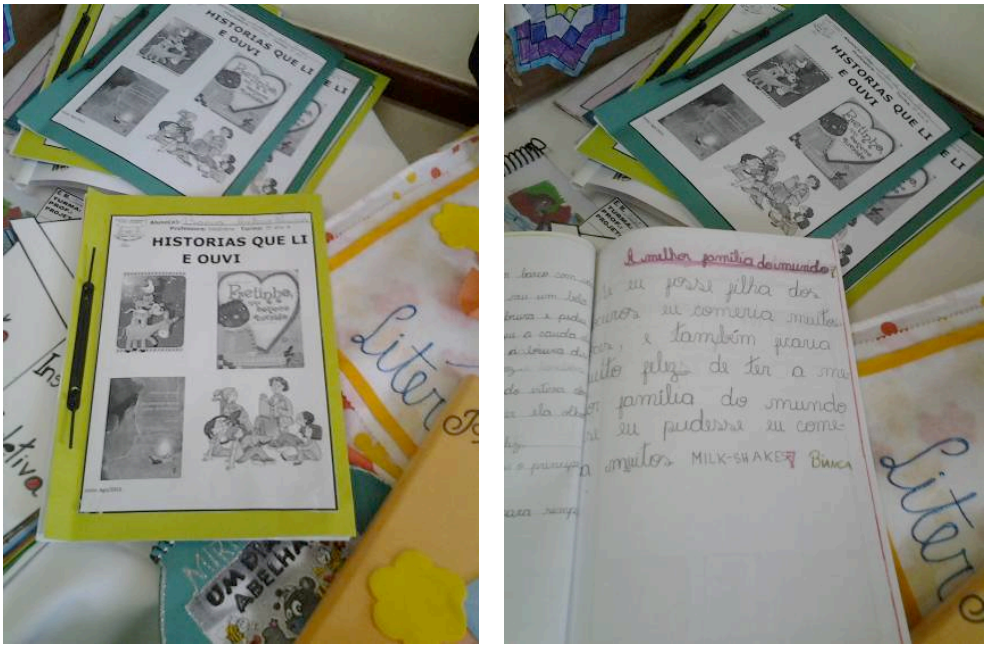


FIGURA 40 - Exposição Alfalendo 2013- Histórias que li e ouvi
Fonte: Foto da autora

Descrição realizada pela pesquisadora – EF: Registro individual das apreciações de leituras dos alunos. Cada aluno tem o seu "caderno" de histórias lidas e ouvidas.
Registro da aluna Bianca sobre o livro *A melhor família do mundo*, de Susana Lópes e Ulises Wensell, Edições SM (Distribuído pelo PNBE/2012): "Se eu fosse filha dos doceiros eu comeria muitos doces e também ficaria muito feliz de ter a melhor família do mundo. Se eu pudesse eu comeria muitos milk-shakes!"

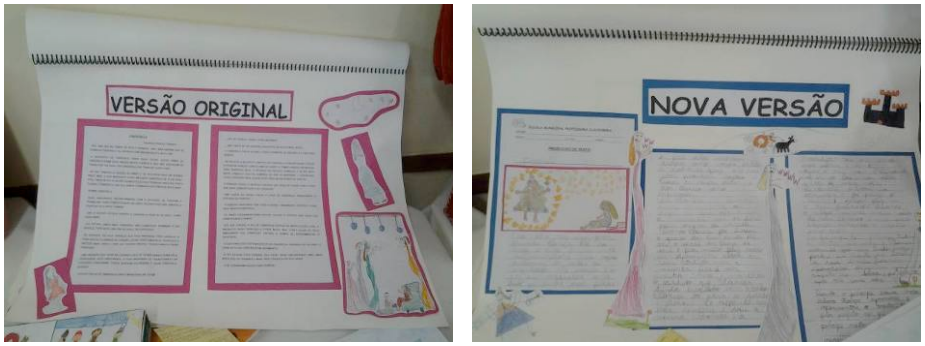


FIGURA 41 - Exposição Alfalendo 2013 - Narrativas Literárias: Contos de fadas
Fonte: Foto da autora

Descrição realizada pela professora - EF: Objetivos do projeto: Incentivar e desenvolver práticas de leitura, escrita e oralidade. Trabalhar a imaginação e a fantasia das crianças. Desenvolvimento: Após a leitura dos contos literários as professoras trabalharam a interpretação do mesmo. Foi criada com os alunos uma nova versão do conto estudado, ilustrações, dobraduras dos personagens da história estudada. Produção final: Portfólio gigante com as etapas e exposições dos livros produzidos pelos alunos com a versão original de cada conto (digitada) e versões criadas pelo grupo (digitadas por eles).



FIGURA 42 - Exposição Alfalendo 2013 - Maluquinhos por leitura
Fonte: Foto da autora

Descrição realizada pela professora - EF: Nossa turma foi envolvida no mundo encantado das obras literárias de Ziraldo. Escolhemos Ziraldo para a realização deste projeto devido a diversidade de sua arte e porque o consideramos um autor muito "maluquinho", pois demonstra conhecer a alma da criança em suas histórias e personagens. Os alunos se divertiram muito com as histórias do autor e fizeram um resumo dos livros lidos para que você também entre nesse mundo encantado da criança que Ziraldo retrata tão bem.



FIGURA 43 - Exposição Alfalendo 2013 - O casamento de Felpo Filva
(Baseado no livro *Felpo Filva* – Obra distribuída pelo PNBE/2008)
Fonte: Foto da autora

Descrição realizada pela professora - EF: Nada melhor que um projeto lúdico para permitir que as crianças possam mergulhar no mundo encantado da leitura. O livro Felpo Filva da premiadíssima autora Eva Furnari consegue de forma lúdica e muito criativa, apresentar para seus leitores uma enorme variedade de textos com que convivemos nos mais diferentes contextos, demonstrando assim uma variedade de gêneros textuais. Mas, não é só isso, o livro também aborda de forma carinhosa e com muito bom humor "as diferenças". Para a autora é possível discutir com leveza sobre o tema tão delicado, como o respeito às diferenças. O livro nos propiciou realizar diversas atividades e entrar no mundo divertido e encantado dos coelhos Felpo e Charlô, convidamos você para entrar também, venha.



FIGURA 44 - Exposição Alfalendo 2013 - Reconto *A verdadeira história de Chapeuzinho Vermelho*, de Agnesi Baruzzi e Sandro Natalini - (Obra distribuída pelo PNBE/2012)
Fonte: Foto da autora

Descrição realizada pela pesquisadora - EF: Produção pelos alunos de um livrão com o reconto da obra original, com escrita e ilustrações dos mesmos.

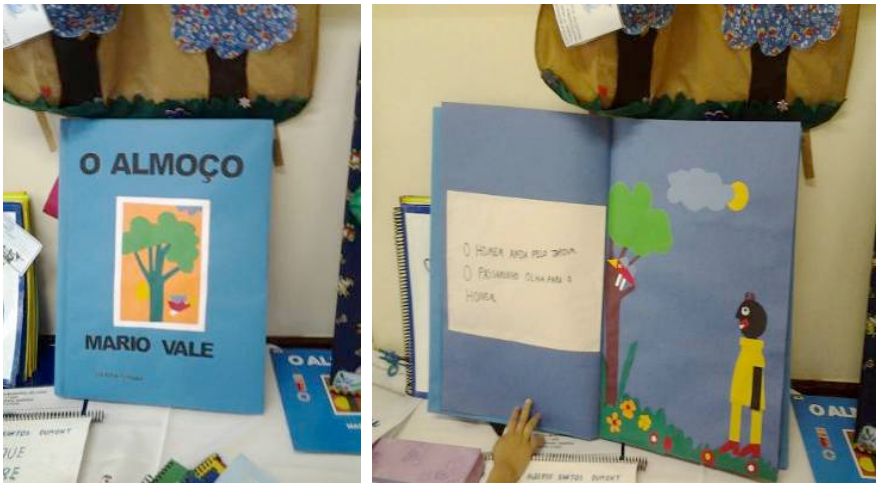


FIGURA 45 - Exposição Alfalendo 2013- Recriação do livro *O almoço*, de Mario Vale (obra distribuída pelo PNBE/2005).
Fonte: Foto da autora

Descrição realizada pela pesquisadora - EF: Produção pelos alunos de um livrão no qual elaboram uma narrativa verbal para a obra, que se configura originalmente como um livro de imagens.



FIGURA 46 - Exposição Alfalendo 2013- Dicas Literárias
Fonte: Foto da autora

Descrição realizada pela professora - EF: Objetivos do projeto: Trabalhar a leitura, oralidade e escrita dos alunos, incentivar os educando ao hábito de leitura. Desenvolvimento: No decorrer do ano os alunos leram diversos livros literários, cada aluno com sua ficha fará um resumo do livro que leu e, em seguida deverá indicar o mesmo a um colega. Produção final: Caixa com as dicas literárias (Dizeres da caixa: Apresentamos a vocês dicas literárias. Lemos bastante e estamos oferecendo o que há de melhor nas escolhas que fizemos. Vale a pena ler cada um dos livros por nós indicados.)
Indicação do livro O menino Maluquinho, de Ziraldo: O livro conta a história de um menino muito bagunceiro e que para chamar atenção colocou uma panela na cabeça e ficou conhecido como o Menino Maluquinho. Esse livro é muito engraçado por isso eu o indico a você. (Aluno Matheus)

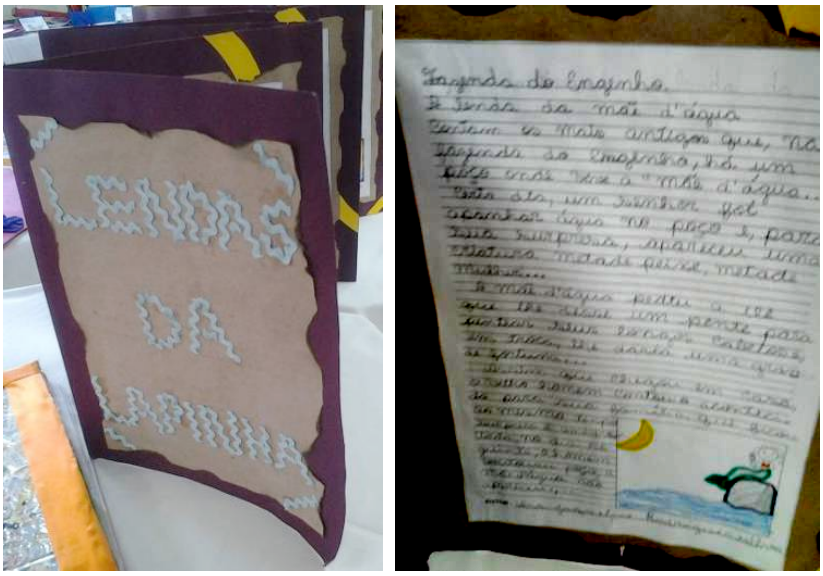


FIGURA 47- Exposição Alfalendo 2013- Criação do livro *Lendas da Lapinha*
Fonte: Foto da autora

Descrição realizada pela professora - EF: Esse livro é resultado de uma pesquisa feita pelos alunos com suas famílias, sobre as lendas, aqui da Lapinha, que são contadas por moradores antigos que afirmam as mesmas serem autênticas.



FIGURA 48 - Exposição Alfalendo 2013 - Poemas
Fonte: Foto da autora

Descrição realizada pela pesquisadora – Educação Infantil: Registros dos alunos sobre a percepção do que é poesia para eles, baseado na leitura do livro *Poesia na varanda*, de Sônia Junqueira (distribuído pelo PNBE/2012).Registro dos alunos: "Um jardim cheio de flor" (Ester); "O anjo do céu" (Josué); "É o perfume da flor" (Letícia); "A chuva que molha a gente" (Paula); "Um lápis que colore" (Júlio); "O pêlo macio do gato" (Cleidson); "O lápis que escreve" (Davi); "Miau do gato" (Lucas).

No segundo grupo encontramos aqueles projetos que, além de uma perspectiva de letramento literário, alçam outras perspectivas de trabalho que se voltam para a leitura e o letramento de uma forma geral, ou seja, incluindo atividades com outros gêneros textuais que não os literários. A partir dessas obras, propicia-se a realização de atividades que focalizam dimensões da aprendizagem inicial da língua escrita (aprendizagem do código linguístico e os usos sociais desta escrita), preparação de listas e demais produções textuais, e ainda propostas interdisciplinares.

Trabalhos que ampliam as suas ações para além do letramento literário, com inserção de outros gêneros textuais e demais atividades interdisciplinares.



FIGURA 49 - Exposição Alfalendo 2011 – Projeto "A princesa e o sapo"
Fonte: Foto da autora

Descrição realizada pela professora – EF : Este projeto surgiu a partir da proposta de Magda Soares para que fizéssemos uma experiência de um sapo que transformaria em príncipe com os alunos. Diante disso, criamos o projeto que recebeu o nome: "A princesa e o sapo". Começamos então a trabalhar com várias atividades relacionadas a histórias de príncipes e sapos para chegar até a prática. Aguçamos a curiosidade dos alunos com atividades diversificadas dentro da proposta de letramento e encerramos com a experiência que foi um sucesso. Atividades desenvolvidas durante o projeto: Histórias e filme, Hipóteses do feitiço, Verdadeiro motivo, anúncio, onde colocar o anúncio, gosto do beijo, convite, lista de convidados, lista de presentes, onde comprar? Receitas, história muda, reescrita, produção de texto, opiniões dos alunos.



FIGURA 50 - Exposição Alfalendo 2011 – Projeto “O carteiro chegou”
Fonte: Foto da autora

Descrição realizada pela pesquisadora – EF: Leitura da obra *O carteiro chegou*, de Allan Ahlberg. Criação de um correio da escola. Visita de um carteiro à escola. Elaboração de cartas-resposta para os personagens da história. Correio da escola – cartas dos alunos.
Descrição realizada pela professora: Ao lermos o livro “O carteiro chegou” a turma demonstrou grande interesse pelas cartas, assim desenvolvemos este projeto. O livro o Carteiro chegou possui vários contos que trazem um carteiro como personagem principal e que realiza a sua tarefa entregando cartas para destinatários que são personagens das histórias dos contos infantis tradicionais. Assim, dentro do suporte envelope, são anexados a ele, no decorrer da história, vários gêneros textuais com diferentes propósitos. Dentre as atividades realizadas os alunos escreveram cartas que estão expostas para que todos vocês possam relembrar ou retomar a escrita de cartas como um meio de comunicação que infelizmente hoje se encontra em desuso.



FIGURA 51 - Exposição Alfalendo 2013 – Criação do livro “Bichinhos Coloridos”
Fonte: Foto da autora

Descrição realizada pela professora – Ed. Infantil: Tema: Animais e cores. Objetivos: Trabalhar a consciência fonológica (sílabas iniciais e finais das palavras), CV; Cores diversas; Linguagem oral e escrita; Coordenação motora fina; Importância da fauna e preservação das espécies. Culminância: Criação do livro “Os bichinhos coloridos”. Referência bibliográfica: “Que bichinhos mais bonitinhos”, de Sônia Junqueira e Mariângela Haddad (Obra distribuída pelo PNBE/2012).



FIGURA 52 - Exposição Alfalendo 2013 – As aventuras da turma 202 com a Emília
Fonte: Foto da autora

Descrição realizada pela professora – EF: O projeto *As aventuras da turma 202 com a Emília* buscou desenvolver o interesse e as capacidades de ler e escrever com ênfase a emoção e sensibilização presente na vista da Emilia a sua casa. Assim a produção de texto além de oportunizar ao aluno a capacidade de desenvolver a leitura, escrita e oralidade exercita o emocional tornando-o um ser humano sensível e hábil nas diversas situações cotidianas. Portanto produzir textos é "brincar com as palavras como se brinca com bola, papagaio, pião". Objetivos: Desenvolver a leitura e a escrita; Desenvolver a capacidade de produzir textos. Metodologia/Plano de ação: Estudo de textos diversificados em sala sobre a Emilia; Confecção da Emilia em sala pela turma; Visita da Emilia a casa dos alunos; Registro escrito e com imagens das "aventuras" dos alunos com a Emilia; Apresentação diária.
Transcrição de algumas atividades com textos realizadas no projeto:
"Nossa Emilia ficou pronta, vamos criar um convite chamando os alunos de outras turmas para vir a nossa sala conhecê-la"
"A Emilia está vendendo ***Pílulas Falante.*** *Vamos ajudá-la a escrever um classificado para que consiga vendê-las mais rápido. Vamos relembrar: O que está a venda/Características do produto/O valor/Contato"*

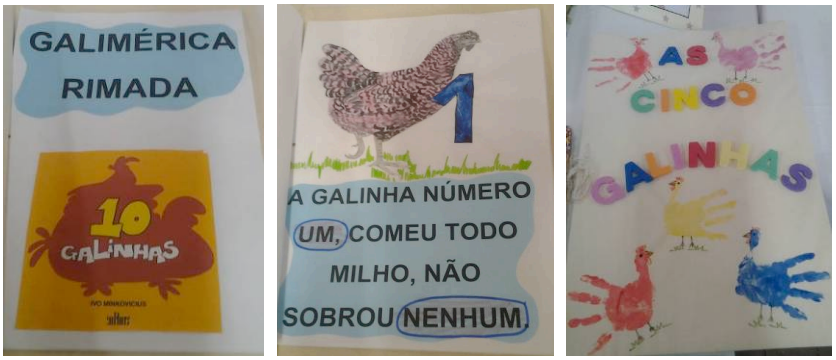


FIGURA 53 - Exposição Alfalendo 2013 – Projeto "Galimérica Rimada"
Fonte: Foto da autora

Descrição realizada pela professora – Ed. Infantil: Justificativa: Trabalhar rimas e contagem, desde a mais tenra idade, facilita a aprendizagem da leitura e desenvolve a sequencia numérica o que justifica esse projeto estar sendo trabalhado no maternal II com crianças de 2/5 e 3 anos e no maternal 3 com crianças de 3/5 e 4 anos. Objetivos: Iniciar a percepção de rimas; Desenvolver a contagem oral até 5. Desenvolvimento: Contar a história "10 galinhas", exaltar as rimas da história, contar até 10. Confeccionar uma nova versão até 5. As crianças irão circular as rimas, colorir algumas galinhas e ajudar a montar o livro. Culminância: Exposição no Alfalendo.
Livro: 10 galinhas, de Ivo Minkovicius (Obra distribuída pelo PNBE/2012)



FIGURA 54 -Exposição Alfalendo 2013 – "O lobo e os sete cabritinhos"
Fonte: Foto da autora

Descrição realizada pela professora – Ed. Infantil: Atividades desenvolvidas a partir da história "o lobo e os sete cabritinhos". **Linguagem oral:** Os fantoches representam um momento importante no desenvolvimento da linguagem oral. Dessa forma, as crianças expressam-se espontaneamente, representando diferentes papéis. **Representação através de desenhos**. **Sondar os conhecimentos prévios das crianças** (Quem sabe o que é isso? É um livro de história? E qual é o nome da história? Alguém saberia contar? Por que a mamãe cabra disse para não abrir a porta pra ninguém? Por que o lobo queria comer os cabritinhos? O que você achou da atitude da mamãe cabra? O lobo mentiu na história, por que ele fez isso? É certo mentir?). **Matemática (pensamento matemático):** Quantos cabritinhos são ao todo na história? Quantos ficaram presos no relógio? Há diferença no tamanho deles?. **Problemas matemáticos envolvendo os objetos do texto:** Percepção sensorial (Durante a aula de culinária as crianças experimentaram a sensação de cobrir as mãos com a farinha, assim como fez o lobo da história; Pesos e medidas (Para que tudo dê certo é necessário seguir direitinho a receita. **Natureza e sociedade:** Conversar com os alunos sobre os diferentes tipos de paisagens. Onde se passa a história dos cabritinhos é parecido com o da Branca de Neve? Qual as características da floresta? Qual a alimentação dos cabritinhos? Herbívoros ou carnívoros? Na história da Branca de Neve aparecem vários animais, comversar com as crianças sobre o habitat desses animais, se são da floresta ou do bosque, se são grandes ou pequenos? Que tipos de alimentos a mamãe cabra foi comprar? Milhos são alimentos saudáveis? Atividade: elaborar uma lista de alimentos com frutas e verduras para fazer a análise das palavras. **Temas transversais – As diferenças:** Mesmo sendo o menor, o cabritinho caçula foi quem ajudou os demais, tamanho é documento? As crianças pequenas também podem ajudar independente do tamanho? **Artes:** Construir uma maquete da fábula e história na sala de aula com a professora. **Sugestões de atividades para serem desenvolvidas a partir da** história: Fantoches e dedoches; dramatizações; banco de palavras; jogos de rima; jogos de encaixe; quebra cabeças; ordenação de objetos em totais de sete por tamanho; medir os alunos; textos coletivos; recontos orais e/ou através de figuras ou títulos; reescrita da história.

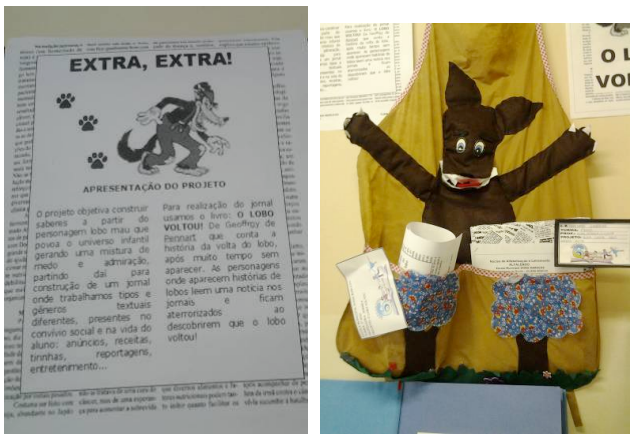


FIGURA 55 -Exposição Alfalendo 2013 – Projeto Elaboração de um jornal a partir da obra *O lobo voltou*, de Geoffroy de Pennart.
Fonte: Foto da autora

Descrição realizada pela professora – EF : O projeto objetiva construir saberes a partir do personagem lobo mau que povoa o universo infantil gerando uma mistura de medo e admiração, partindo daí para a construção de um jornal onde trabalhamos tipos e gêneros textuais diferentes, presentes no convívio social e na vida do aluno: anúncios, receitas, tirinhas, reportagens, entretenimento... Para a realizaçõa do jornal usamos o livro O Lobo Voltou, de Geoffroy de Pennart, que conta a história da volta do lobo, após muito tempo sem aparecer. As personagens onde aparecem histórias de lobos lêem uma notícia nos jornais e ficam aterrorizados ao descobrirem que o lobo voltou.



FIGURA 56 - Exposição Alfalendo 2013 – Projeto As borboletas
Fonte: Foto da autora

Descrição realizada pela professora – Educação Infantil : Este projeto foi desenvolvido de acordo com o interesse que a maioria das crianças tinham com relação à borboleta. Permitiu as crianças conheceram as fases de transformação das borboletas (metamorfose) através de experiência prática com um mini borboletário. Proporcionou momentos de descobertas significativas e prazerosas. Objetivos: Desenvolver a linguagem oral e musical, familiarizar-se com a escrita através da poesia (As borboletas, de Vinicius de Morais) e da música, conhecer as etapas de transformação de uma borboleta, socializar, desenvolver a criatividade, identificar cores, desenvolver a coordenação motora fina, interessar e mostrar curiosidade pelo mundo natural e social e a percepção dos cuidados necessários à preservação da vida e do ambiente.









FIGURA 57 - Exposição Alfalendo 2013 – Alguns trabalhos expostos que focalizam a dimensão da aquisição da língua escrita.
Fonte: Foto da autora

Com esta divisão não temos a intenção de classificar os trabalhos como mais ou menos adequados para o desenvolvimento do letramento literário. O que demonstramos é que, ao se tratar da literatura na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, etapas escolares em que a alfabetização e as atividades a elas concernentes são uma das grandes preocupações pedagógicas, é difícil para os professores produzirem um projeto em que essas dimensões (alfabetização, letramento, leitura e leitura literária) sejam tratadas separadamente. Na verdade, não é desejável que isso seja tratado isoladamente, porque, se estamos falando de alfabetizar letrando e de letrar alfabetizando, essas dimensões devem caminhar em conjunto. Além do mais, todo o trabalho do Núcleo de Alfabetização e Letramento se volta para uma perspectiva de integração entre o texto (prioritariamente o literário, mas incluindo outros gêneros não literários) e as atividades com as dimensões da alfabetização e demais áreas de conhecimento, o que mostra que essas atividades devem estar interligadas.

Ao tratar da leitura no espaço escolar, Soares (2009b) indica a necessidade de lidar com alguns tipos de leitura que são importantes na constituição do leitor, que não são excludentes e cuja diferença não está fundamentalmente no texto e sim nos modos de ler. De forma sintética, a autora identifica essas leituras como a *leitura funcional*, através da qual obtemos as informações e conhecimentos para participar dos eventos de letramento em nossa vida cotidiana; a *leitura de entretenimento,* aquela que se traduz em uma forma de lazer e traz identificações e satisfações emocionais; e a *leitura literária*, que é

> aquela que questiona a significação, que busca o sentido, que persegue o valor mutante e mutável da palavra, que é dirigida pelo estético, que despreza o literal e valoriza o subjacente, o implícito, que se surpreende com a originalidade e a força criativa, que identifica no texto a condição humana. (SOARES, 2009b, p. 22)

No entanto mesmo reconhecendo esta importância na diversidade de leituras, é notório que no trabalho desenvolvido na Rede há uma grande valorização do

trabalho com a literatura, baseados numa concepção de que este tipo de leitura tem sido muitas vezes privilégio de uma elite que se insere no campo literário e deve, então, ser incluída na vida das crianças das classes menos favorecidas. Para Soares (2009b), além de leituras funcionais e de entretenimento que podem fazer parte do universo de leituras das crianças, e até mesmo cativá-las inicialmente, para um possível aprofundamento em leituras de qualidade literária, não devemos negar aos alunos o acesso à literatura. Há leituras que, segundo a autora, devem ser consideradas necessárias, como o caso dos clássicos. Não apenas por suas qualidades literárias, mas por razões existenciais e culturais, pois, segundo Soares (2009b),

> A criança ou o jovem não pode deixar de saber a que nos referimos quando dizemos que alguém é um *Dom Quixote*, ou que uma atitude é *quixotesca,* quando ameaçamos um nariz de crescer, ao desconfiar de uma mentira, aludindo a Pinóquio, sem o mencionar; quando solicitamos que alguém *feche a torneirinha de asneiras,* que Emília abre com tanta freqüência; quando dizemos que uma viagem foi uma *odisséia;* quando classificamos como nosso *calcanhar de Aquiles;* quando, diante de um atraso, dizemos *agora é tarde, Inês é morta;* ou quando, diante de uma dúvida, *ser ou não ser, eis a questão;* ou quando chamamos aquele vírus que nos ataca o computador de *cavalo de Troia...* quando caracterizamos uma situação como *kafkiana*... os exemplos são numerosos de metáforas literárias que passam a fazer parte do discurso coletivo, em quase infinito jogo de intertextualidades. (p. 29)

Portanto, tendo em vista o que foi elencado sobre os trabalhos desenvolvidos com as obras literárias na Rede, o que consideramos como um aspecto que merece reflexão é o fato de que os professores, em meio aos projetos e discursos apresentados, desvelam a necessidade de aprofundamento em seus conhecimentos sobre as especificidades no tratamento das atividades de alfabetização e de letramento literário a partir das obras que lhes são disponibilizadas, com o propósito de estabelecer e reconhecer em quais momentos, ou em que tipo de atividades, estão priorizando determinadas facetas da alfabetização e/ou do letramento literário, a fim de conduzirem suas práticas com mais segurança e clareza de forma a priorizar um ou outro aspecto de acordo com as demandas e objetivos estipulados para cada situação de aprendizagem. Também é importante saber identificar e selecionar os tipos de obras mais adequadas para determinados objetivos.

Nesse sentido, as reflexões de Soares (2010b) contribuem para o entendimento dessa diferenciação. Para a autora a literatura infantil se insere tanto na área das artes,

porque pode desenvolver na criança o gosto pela leitura literária “que é diversão, emoção, prazer” (p. 20), como na área da Pedagogia, “porque é meio para formação do leitor, particularmente o leitor literário” (p. 20), predominando nas obras ora uma intenção, ora outra. No mercado de literatura infantil podemos encontrar dois grupos de livros literários: aqueles escritos para crianças em fase de alfabetização e os outros que, sem deixar sua natureza literária, servem de suporte à alfabetização.

Os livros literários escritos para crianças em fase de alfabetização, podendo ser de leitura autônoma ou mediada pelo professor, são escritos para crianças entre aproximadamente 4 e 8 anos de idade, e, pretendem primordialmente inserir as crianças no mundo do letramento literário, propiciando, além do lazer e prazer, o desenvolvimento de valores formativos porque tornam o mundo e a vida compreensíveis, revelam outros mundos e outras vidas, e, através da fantasia e da imaginação, contribuem para o desenvolvimento do processo emocional da criança. Além disso, estas obras possibilitam o acesso da criança a uma diversidade de acervos (contos de fadas, poemas, fábulas) que pertencem à cultura ocidental, e ainda contribuem para o desenvolvimento das capacidades de leitura ligadas à compreensão, interpretação e construção de sentidos do texto. (SOARES, 2010b)

Machado (2007) reflete sobre algumas características de textos escritos para crianças em fase de alfabetização, ou seja, “que supõe[m] um leitor que inicia seu contato com as letras” (p. 48), mas que não perdem a sua natureza literária. Exemplificando a partir da obra de autores como Silvia Orthof e José Paulo Paes, a autora indica que os bons textos literários infantis colocam os leitores em situações conflituosas que dizem respeito à condição humana e se utilizam dos jogos da linguagem infantil, que se originam na descoberta de possibilidade de uso das palavras.

Já os livros considerados por Soares (2010b) como *obras literárias de suporte à alfabetização* são aqueles que, sem perder a marca literária, “manipulam ludicamente os sons da língua, que brincam com transformações de palavras, que propõem jogos com as sílabas, que exploram as relações entre fonemas e letras” (p. 29). Nesse grupo de obras destacam-se coleções como Gato e Rato, de Mary e Eliardo França; a série Mico e Maneco, de Ana Maria Machado e Claudius; coleção Estrelinha, de Sônia

Junqueira, que demonstram, além da preocupação literária, uma seleção explícita de frases curtas e simples e a progressão na complexidade das estruturas frasais e silábicas utilizadas ao longo das obras da coleção visando a uma leitura autônoma dos pequenos leitores. E ainda obras que, seja através de poemas, seja através de uma brincadeira com as palavras, levam a criança a tomar consciência das correspondências entre os sons das palavras e sílabas e sua escrita[41].

O que, portanto, percebemos ao longo das análises das entrevistas é que os profissionais da Rede têm utilizado as diversas obras do PNBE com vistas à integração dos aspectos da alfabetização e letramento, demonstrando maior ênfase em seus discursos para os aspectos da alfabetização e maior fragilidade em afirmações que dizem respeito a um trabalho voltado para o letramento literário.

Na verdade, quando se trata de um trabalho com a leitura literária, apesar de haver direcionamentos e propostas para um trabalho de qualidade com estes livros, como algumas perspectivas de exploração para além da leitura da obra expostas por Cosson (2006), dentre outras proposições de uma diversidade de autores que poderíamos citar, tais como Sorrenti (2007), Cademartori (2009), não há fórmulas prontas, e, como afirma Soares (2009b), "o campo do letramento literário é complexo, polêmico e impreciso" (p. 30). O intuito da mediação é levar os alunos a uma construção progressiva de familiaridade com o texto literário, a fim de conduzi-los à conquista de percepção e sensibilidade literárias. Para isso, talvez os mediadores de leitura precisem ser pacientes para aceitar que no início da trajetória de leitura seja mais atraente e sedutor para os leitores os textos em que haja uma concretude do enredo, da ação, em que os fatos estejam explícitos, em que as palavras sejam utilizadas direta e literalmente, e que, talvez, progressivamente possa surgir a percepção do universal sob o particular dos sentimentos e emoções, a apreensão do

[41] Soares (2010) cita vários exemplos de obras que contemplam estas características, tais como: *Você troca?*, de Eva Furnari; *O livro da Com-fusão*, de Ilan Brenman e Fê; *AEIOU*, de Ângela Lago e Zoe Rios; *Coleção Eu sei de cor*, de Bartolomeu Campos de Queirós; *Nomes e Nomes*, de Sonia Junqueira; *Travadinhas*, de Eva Furnari; *Enrosca ou desenrosca*, de Maria José Nóbrega; *Trova-trovas e Quebra línguas*, de Ciça; *Lé com cré e Poemas para brincar*, de José Paulo Paes; *A arca de Noé*, de Vinicius de Moraes; *O menino Poeta*, de Henriqueta Lisboa. Tendo em vista esse grupo de obras considerado como suporte à alfabetização, podemos citar os materiais do PNLD/complementar enviados pelo MEC para as turmas dos anos iniciais do Ensino Fundamental que têm prioritariamente o objetivo de serem um apoio pedagógico para o desenvolvimento das capacidades de alfabetização.

implícito dos fatos e a sensibilidade para as polissemias e os sentidos cambiantes. (SOARES, 2009b, p. 26)

Nesse sentido, Cosson (2006) apresenta algumas contribuições em relação à conceituação de letramento literário, com vistas ao seu desenvolvimento na escola. Para o autor, não é possível aceitar a simples atividade de leitura como sendo a atividade escolar de leitura literária. Para promover o letramento literário, é preciso ir além. É preciso ensinar mecanismos de interpretação e de exploração do texto literário, tendo o cuidado de não "cercear a leitura direta das obras criando uma barreira entre elas e o leitor" (COSSON, 2006, p. 27). É necessário promover uma interpretação solidária da leitura, em que as trocas de sentido não sejam apenas entre o autor e o leitor, mas também com a sociedade em que estão localizados, no caso a escola, um exercício do dizer que torna a leitura significativa. Segundo o autor,

> Ser leitor de literatura na escola é mais do que fruir um livro de ficção ou se deliciar com as palavras exatas da poesia. É também posicionar-se diante da obra literária, identificando e questionando protocolos de leitura, afirmando ou retificando valores culturais, elaborando e expandindo sentido. Esse aprendizado crítico da leitura literária, que não se faz sem o encontro pessoal com o texto enquanto princípio de toda a experiência estética, é o que temos denominado aqui de letramento literário. (COSSON, 2006, p. 120)

Portanto, em meio às experiências constatadas e retomando o clássico texto "A escolarização da literatura infantil e juvenil", de Soares (2003), não devemos negar a inevitável escolarização da literatura, uma vez que a literatura ao ser trabalhada na escola se apropria de alguns procedimentos e estratégias que são inerentes à essência dessa instância (tempos, modos de organização dos saberes, locais de trabalho, modos de organização dos alunos). Mas o que se deve rejeitar é a inadequada escolarização da literatura: aquela que afasta o indivíduo das práticas sociais da leitura, que produz resistência ou aversão à leitura, que impede a aproximação do leitor com o objeto-livro, insistindo apenas na utilização da literatura de forma fragmentada e descontextualizada, através do uso exclusivo do livro didático como material de leitura; aquela que não desenvolve no aluno o conceito de autoria, obra e fragmento da obra, que não propicia o contato do aluno com a diversidade de autores e textos presentes em nossa cultura, que não privilegia a análise do gênero do texto, os recursos de expressão e de recriação da realidade, a interpretação de analogias,

comparações, metáforas que se configuram como os conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para um bom leitor de literatura.

Assim, mesmo em meio a algumas incertezas e constante busca dos professores por maiores aprofundamentos teórico-práticos sobre as práticas de letramento literário, quando partimos para vislumbrar os trabalhos realizados a partir da exposição e os relatos de práticas com as obras recebidas (uso frequente da biblioteca, inserção de leitura de obras cotidianamente em sala de aula, projetos com vistas à utilização das obras literárias, exploração de capacidades de leitura com as obras lidas), percebe-se que os professores da RMELS muito têm conquistado nesta perspectiva do alfabetizar-letrando e letrar-alfabetizando (incluindo nesta dimensão o letramento literário) e que as obras literárias têm sido objeto de uso tanto em sala de aula quanto na biblioteca escolar, com experiências exitosas nesse sentido.

Concordamos com Cademartori (2009) quando afirma que, ao se tratar da leitura na escola, ou da experiência do professor como leitor, é necessário compreender os diversos estágios que um leitor passa porque isso não ocorre de uma só vez, ocorre ao longo do tempo e de maneiras diversas. Além disso, a autora afirma que precisamos considerar que há professores que, apesar de tentarem, não são leitores, não tiveram "as condições necessárias para se desenvolverem devidamente como leitores" (p. 25), o que "não impede alguns deles de se empenharem honestamente na divulgação do livro entre os alunos e a trabalharem de modo a favorecer a outros melhor experiência de leitura que aquela que tiveram." (p. 24)

Atualmente, é praticamente unânime a percepção dos professores da Rede de que os livros são considerados fundamentais para o seu trabalho e que a aprendizagem da leitura e escrita deve ocorrer com o uso de material escrito real, presente nas práticas sociais em que as crianças se inserem. Entre esses materiais, tem sido utilizado constantemente o livro literário; e como forte recurso, os livros literários do PNBE.

4.3 O acompanhamento e a intervenção

Uma das características que perpassa todos os elementos, etapas, estratégias que envolvem a circulação e os usos das obras literárias na Rede é o acompanhamento. O acompanhamento das atividades realizadas é, para além de uma perspectiva de verificação do cumprimento das proposições em relação à circulação das obras literárias que chegam no município, uma ferramenta de intervenção pedagógica com vistas a auxiliar as práticas docentes e possibilitar o desenvolvimento de um trabalho com objetivos propostos pelo projeto da Rede.

É veemente em todos os discursos a menção ao acompanhamento. Expressões como cobrança, monitoramento e incentivo são apontadas em grande parte das entrevistas para se referir a esta estratégia.

> **E**: Todos os professores têm essa orientação, de todos os dias ler uma história
> **P**: E você percebe que elas fazem isso?
> **E**: Fazem isso, inclusive eu vou às salas, sempre nos horários iniciais para ver se está acontecendo, a supervisora também faz a mesma coisa. Porque não dá para a gente ir a todas... Até assim... fica parecendo que está vigiando... Mas... realmente... a gente tem que ser... para ver se está acontecendo... E tem o planejamento, que a supervisora coordena, o planejamento delas, olha se está de acordo. Essa semana que passou, mesmo, eu tive professora que não tinha colocado no planejamento, e falou mas eu leio, só não coloquei e eu disse então coloca, porque se outra pessoa pega seu plano não sabe o que você leu, o que não leu. A gente tem essa orientação, esse cuidado, de todos os dias estar lendo. (Profissional da biblioteca – Escola 1)

> **E**: Aqui a gente trabalha, aqui eu acho que todo mundo trabalha com literatura! Porque é o fundamental mesmo. (...) É até cobrado mesmo da gente, quem está fazendo, quem não está. Por isso que eu estou te falando que, com certeza, de primeiro ao quinto eles estão fazendo esse trabalho. (Professora de Educação Infantil – Escola 6)

> Tem orientação, né, tem orientação! A cobrança assim, em si, assim, não! É sempre repassado que a gente tem que fazer, mas não tem aquela cobrança assim ”você é obrigado a fazer”, não, é mais na base do incentivo. (Profissional da biblioteca – Escola 7)

> Olha monitoramento, por exemplo, em relação à bibliotecária, sim. Ela até brinca com a gente: “Olha, quem não for à biblioteca vai assinar ocorrência”, então, de certa forma, tem por ela sim. (Professora do Ensino Fundamental – Escola 18)

Das ações e agentes responsáveis pelo acompanhamento das atividades realizadas com as obras literárias que foram citadas, podemos sintetizar três ações:

- Acompanhamento da chegada das obras do PNBE e da realização de uma estratégia diferenciada para recebimento das mesmas na escola, com participação dos alunos. (Reunião no Núcleo/professora do Núcleo de Alfabetização);

- Acompanhamento da visita semanal dos alunos à biblioteca (Profissionais da biblioteca integrantes do Núcleo);

- Acompanhamento das atividades realizadas em sala de aula com as obras literárias (Planejamento semanal entregue à coordenação da escola/professora do Núcleo de Alfabetização).

Tendo em vista as três ações de acompanhamento citadas, relativas ao uso e à circulação das obras literárias, encontramos como agentes diretos desse acompanhamento as profissionais da escola, que são as representantes do Núcleo. No entanto, no espaço de formação em que estas profissionais se encontram, ou seja, nas reuniões semanais do Núcleo, as representantes também são acompanhadas em relação ao trabalho que está sendo desenvolvido com as obras do PNBE, desde a sua chegada na escola até o seu uso em sala de aula e na biblioteca.

Em nossa pesquisa tivemos a oportunidade de presenciar uma reunião do grupo na qual uma das pautas era a chegada das obras do PNBE na escola. As perguntas realizadas pela coordenadora do grupo para as professoras revelam a preocupação em compreender e acompanhar como o processo de circulação das obras, ou seja, como a chegada das obras se deu nas escolas do município.

> **Coordenadora**: Então vamos fazer assim. Vamos ouvir de cada uma, para ver como que a coisa está acontecendo aqui em Lagoa Santa. (…) O PNBE acabou de chegar aqui. Então, para a gente saber se chegou na escola... Quem entregou?! Se vocês souberem. Como está, chegou lá dentro da escola?! E depois que chegou lá dentro da escola, aconteceu o quê com a caixa?! Vamos lá!
> **Professora**: Esses mais destinados para o infantil... eu separei os livros, dividi entre o infantil porque as professoras pediram, porque vieram para ficar na biblioteca. Mas tanto na biblioteca, como são livros novos, os meninos levam todos para a casa. Aí antes de colocar na biblioteca os professores pediram que eu dividisse os livros entre elas. E eu mandei caixinhas, eu mandei seis caixas. Nessas seis caixas eu dividi pegando igual você ensinou. Imagens com pouco texto, imagéticos, poesias, contos e dividi para cada professora um monte. Para cada professora.
> **Coordenadora**: Para levar para a sala?
> **Professora**: É! Aí elas vão ficar com as caixinhas... elas pediram para ficar duas semanas. Aí elas vão fazer rodízios entre elas, para conhecer todos os livros e trabalhar com os meninos. Aí depois que elas já tiverem trabalhado

> e conhecido, é que os livros vão voltar para ficar por definitivo na biblioteca. Mas antes a prioridade é delas de estar conhecendo os livros, e estar trabalhando com os meninos, porque elas falam assim: "Para os grandes tem muito livro, mas para os pequenos não têm"
>
> **(...)**
>
> **Coordenadora**: Quantas caixas vocês receberam?
> **Coordenadora**: Agora, as caixas chegaram lá com algum ofício, alguma carta? Ou chegou a caixa com os livros e pronto?
> **Professora**: Não, vem um papel do MEC explicando que aquele acervo é destinado ao Ensino Infantil, destinado para a biblioteca. Por isso os professores ficam danados, e antes (…) se não a gente fica sem. Então que vai ficar na biblioteca, né?! Aí por isso que eu falei com elas: "Vocês vão ficar um tempo mas depois vocês têm que voltar!"
>
> **(...)**
>
> **Coordenadora**: Mas alguma escola que não chegou caixa?
>
> **(...)**
>
> **Coordenadora**: Agora, a caixa chegou lá? Quem recebeu foi a diretora?
> **Professora**: Foi a diretora que recebeu.
> **Coordenadora**: E passou para?
> **Professora**: Para a bibliotecária.
> **Coordenadora**: Para a bibliotecária!
>
> **(...)**
>
> **Coordenadora:** É porque... olha isso! Porque chega uma caixa na escola.... a seleção foi feita, está sendo entregue agora... vamos ver que dia! Era para infantil e para as primeiras séries do Ensino Fundamental, de primeiro ao quinto. Então a escola tem Educação Infantil, tinha que receber a caixa de Educação Infantil. Uma ou três... de acordo com o número de alunos do censo de 2008. De primeira a quinta série também deveria receber uma, duas ou três. De acordo com o número de alunos de 2008.
> **Professora**: Agora chegou, nós estamos catalogando para fazermos a apresentação para os professores. Mas como nós previmos, nós estamos contando as histórias para os meninos, dos livros. A gente foi dar aula de biblioteca, aí a gente contou assim, sabe?! E cada historinha mais linda do que a outra! Cada livro mais maravilhoso do que o outro. Aí lá a gente separa também, devido ao espaço. Separa-se por série, primeiro ano, segundo ano, os livros que encaixam na faixa etária de cada um para cada professor trabalhar, para eles levarem para sala e trocar.
>
> **(...)**
>
> **Coordenadora**: E a biblioteca lá já está pronta?
>
> **(...)**
>
> **Coordenadora**: É, vamos combinar assim. Todo mundo vai ficar de olho, e vai me avisar se chegou e chegou em caixa, se é Educação Infantil ou se é o quê. Mesmo a (nome de uma professora) se ganhar mais... é para me avisar.

Através dos trechos selecionados verificamos que as perguntas da coordenadora do grupo, além de levarem-na à ciência sobre a situação do PNBE no município, acabam por estimular o conhecimento das profissionais sobre as diversas etapas do Programa, no momento em que as conduzem a falar sobre a chegada dos livros na escola, o responsável pelo recebimento, a quantidade de obras recebidas, os destinatários das obras, o que foi feito com as obras e a situação das bibliotecas. Esses

questionamentos possibilitam aos profissionais que não estavam cientes sobre o Programa a estarem mais atentos à situação em suas escolas e ainda permitem o compartilhar das experiências de cada escola, estimulando ações nas demais escolas que ainda não se mobilizaram para o recebimento dos livros.

O trecho final da reunião - *"Todo mundo vai ficar de olho, e vai me avisar se chegou e chegou em caixa, se é Educação Infantil ou se é o quê. Mesmo a (nome da professora) se ganhar mais... é para me avisar"* - reafirma a posição da coordenação do grupo de que a chegada e uso dos livros do PNBE na escola e na Rede é algo que precisa ser de conhecimento das representantes do Núcleo e do coletivo da escola, e que de certa forma elas serão demandadas frente à situação destas obras em suas escolas.

Além deste acompanhamento referente à circulação das obras nas escolas, verifica-se um acompanhamento do fazer pedagógico, na medida em que as professoras necessitam planejar suas aulas mediante as metas estabelecidas, precisam incorporar em suas práticas de ensino semanais o uso da biblioteca e o uso das obras a serem exploradas. A nova forma de ensino adotada pela Rede, com planejamentos semanais regidos por metas e diagnósticos da aprendizagem dos alunos, orientações para trabalhos contextualizados e integrados a partir de textos, demanda para leituras de histórias diariamente e de forma diversificada, planejamentos de aulas de leitura na biblioteca, organização de materiais para os dois eventos que ocorrem na Rede, é considerada bastante trabalhosa e algo que exige muito empenho dos docentes. No entanto, apesar de relatos de resistências iniciais face às exigências do projeto, essa "cobrança" atualmente é exaltada por grande parte dos profissionais e reconhecida como algo necessário para o desenvolvimento do projeto.

> Realmente... eu... pode até achar que é uma maneira de estar "babando o ovo" mas a questão desse processo que as meninas estão no Núcleo e elas são as nossas representantes, o fato de a gente ter que montar também o nosso trabalho, tem exposições duas vezes no ano, a maneira também que a gente foi aprendendo a trabalhar com os livros, isso me fez ser mais criteriosa, um olhar mais dedicado. Então a gente faz esse trabalho e parece que não, mas assim, é uma coisa muito gostosa. Hoje a gente suga de um livro, muito mais, mas muito mais do que antes. (...) Depois que a gente foi aprendendo, como que a gente foi aprendendo, hoje a gente desfruta mais do material com muito mais prazer de ter o olhar assim... Então, assim, foi muito bom. (Professora do Ensino Fundamental – Escola 5)

Há um anseio por compreender os modos de trabalhar. Essas cobranças, aliadas a um acompanhamento e intervenção, têm deixado as profissionais mais seguras em relação àquilo que precisam ensinar. A intervenção se dá mediante as dúvidas e questionamentos das professoras. Muitas professoras citaram que contam com as professoras representantes do Núcleo para sanar determinadas dificuldades em relação às práticas de alfabetização e letramento em suas salas de aula. Algumas representantes chegam a ministrar aulas nas salas de professoras que se encontram em dificuldades, e se as dúvidas levantadas não puderem ser respondidas pelas representantes, são levadas para discussão na reunião semanal do Núcleo.

Através das entrevistas é possível perceber que a maneira como esse acompanhamento tem se concretizado na Rede tem quebrado as barreiras da resistência e tem trazido satisfação, a partir da verificação dos resultados apreendidos.

> **P**: A resistência, você diz, foi mais relacionado a quê?
> **E**: É que todo mundo tinha uma maneira mais tradicional de trabalhar, aliás, não tinha... cada um trabalhava da maneira que queria. Então, de repente, você tinha que seguir aquela linha, que eu acho que dá certo. Daí, nós fomos conhecendo, até eu no início tive um pouco de resistência, porque eu estava em sala de aula, e tudo, mas a partir do momento que nós fomos conhecendo, então foram esclarecendo como que seria, eu achei legal e hoje nós temos as reuniões mensais, porque eu tenho uma representante, inclusive é essa pessoa que está na biblioteca, ela é a nossa representante no Núcleo, então ela vai semanalmente, nas reuniões e ela passa depois, uma vez por mês, toda primeira quarta-feira do mês ela repassa para as outras professoras. (...) Desde quando começou o Núcleo, acho que no segundo ano, ela entrou na biblioteca, então, ela... você vai ver que a nossa biblioteca é bem organizada e ela é muito eficiente, e é uma baita de uma alfabetizadora.
> **E**: Então ela é assim, o quê que acontece, nós temos as supervisoras e tudo, mas é ela que fica de olho em tudo relacionado ao Núcleo. Então como está sendo feito os trabalhos dentro de sala de aula. (...) Tem esse acompanhamento. Então a professora, ou professor, nós temos um professor também, que esteja com dificuldade dentro da sala de aula, ela orienta, tem a supervisora para orientar, mas tem ela também, porque ela está sempre a par de tudo, e ela cobra bastante, de mim, dos professores, a gente conversa bastante a respeito das turmas, então a preocupação é com cada turma, cada aluno das turmas, a gente tenta até fazer um reforço, com esses alunos que não estão conseguindo adaptar, que tem um pouquinho mais de dificuldade. (Diretora - Escola 6)

Os professores são conscientes de que há uma demanda e metas às quais eles precisam responder; mas, em contrapartida, se sentem mais alicerçados e amparados em sua atuação profissional do que simplesmente monitorados.

> Quando você é cobrado, você fica mais atento às coisas que está fazendo, e a gente aprendeu a trabalhar. (...) Até o material mesmo. Não fica só ali, vai além do livro. (Professora do Ensino Fundamental – Escola 1)

> É cobrado da gente o trabalho com a leitura, como tem a questão das metas, do núcleo. Tem orientação e não fiscalização, porque não tem necessidade. (Direção – Escola 13)

> A gente está batalhando, está tendo este resultado sim, não é... aquele resultado que a gente espera de cem por cento, mas pelo menos... está caminhando. Não está parado... A gente tinha, a gente trabalhava, mas não tinha aquela certeza do que aquilo que a gente estava fazendo estava certo. Muitas vezes a gente estava fazendo aquilo e não tinha aquela visão, ou mesmo, assim, o nome para aquilo. Trabalhando os níveis, ou trabalhando o alfabeto dessa forma... trabalhando palavras simples, ou mesmo a historinha... história... mais literatura infantil, nesse sentido... mas a gente agora tendo esse farol, essa luz, então a gente tem as metas, desde o Maternal esse ano, que está desde o Maternal, até o quinto ano... literatura, então está positivo. A gente está correndo atrás. (Profissional da biblioteca – Escola 16)

Verificamos que a falta de acompanhamento do Programa pelo governo e os próprios municípios é um aspecto que há longa data é preocupante para esta política de distribuição de livros com vistas à formação de leitores. Quando retomamos os dados coletados na primeira parte da pesquisa, em que 38% dos participantes do I Seminário Nacional do PNBE afirmam que não há um monitoramento da chegada das obras literárias nas escolas do seu município; e ainda quando verificamos as proposições da "Avaliação do Tribunal de Contas da União Sobre o PNBE" (2002), que indicam a necessidade de melhoria no monitoramento do Programa a fim de obter informações sobre o público-alvo atendido e propor um efetivo atendimento de suas necessidades, podemos reiterar esta preocupação.

Mediante as constatações em relação a essa necessidade, encontramos recentemente algumas ações de monitoramento dos Programas do Livro (PNLD e PNBE) realizadas pelo FNDE[42] em diferentes municípios brasileiros. Esse monitoramento acontece através da visita de técnicos do FNDE às Secretarias de Educação, às escolas estaduais e municipais, e às reservas técnicas, geralmente no período de no máximo uma semana. Os técnicos do FNDE ministram palestras e verificam, através de visitas a algumas escolas, a execução dos programas nos municípios. Nessas visitas e palestras são abordadas as normas gerais dos programas,

[42] Notícias sobre o monitoramento do FNDE aos programas do livro em diferentes estados brasileiros estão disponíveis em: <http://www.fnde.gov.br/component/finder/search?q=monitoramento+dos+programas+do+livro&Itemid=1354>. Acesso em: 05 nov. 2013.

os critérios de atendimento, os procedimentos de distribuição, a importância da conservação, da devolução e do remanejamento dos livros do PNLD, entre outros assuntos relacionados.

O objetivo deste monitoramento, segundo a coordenadora de apoio às redes de ensino do FNDE, Ana Carolina Souza Luttner, "é conhecer a realidade local, esclarecer dúvidas de todos os parceiros, orientá-los sobre as normas dos programas e identificar possíveis falhas ou boas práticas de execução, que devem ser valorizadas"[43]. Há uma agenda de visitas em vários estados brasileiros e, segundo informações que constam no *site* do FNDE[44], para que essas ações de monitoramento ocorram é necessário que haja denúncias de irregularidades e o interesse da própria Secretaria Estadual de Educação, pois o estado deve fornecer à equipe do FNDE apoio de equipamentos e pessoal, e uma agenda de visitas às escolas, reuniões técnicas e audiências com autoridades.

No entanto, apesar de valorizarmos as tentativas do governo em monitorar os municípios e auxiliá-los em questões referentes aos programas do livro, acreditamos que este modelo de monitoramento cumpre objetivos diferenciados, tais como de esclarecimentos quanto a aspectos logísticos e operacionais do Programa. Além disso, ainda existem, ao nosso ver, outras ressalvas: estas visitas ocorrem em situações pontuais, com períodos pré-determinados; dão-se em apenas alguns municípios (no estado de Minas Gerais, a visita dos técnicos do FNDE ocorrida em outubro de 2012, contemplou apenas os municípios de Belo Horizonte, Sabará e Betim); atingem, em geral, os técnicos das secretarias de educação e alcançam um mínimo de docentes nas escolas visitadas.

---

[43] Notícia disponibilizada no portal do FNDE em 30 de outubro de 2012. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/fnde/sala-de-imprensa/noticias/item/3871-belo-horizonte-recebe-monitoramento-dos-programas-do livro?highlight=YTo1OntpOjA7czoxMzoibW9uaXRvcmFtZW50byI7aToxO3M6MjoiZG8iO2k6MjtzOjQ6InBuYmUiO2k6MztzOjE2OiJtb25pdG9yYW1lbnRvIGRvIjtpOjQ7czo3OiJkbyBwbmJlIjt9>.

[44] Informações disponibilizadas através da notícia: "FNDE vai monitorar programas do livro em estados e editoras", de maio de 2008. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/fnde/sala-de-imprensa/noticias/item/709-fnde-vai-monitorar-programas-do-livro-em-estados-e-editoras?highlight=YTo3OntpOjA7czoxMzoibW9uaXRvcmFtZW50byI7aToxO3M6OToicHJvZ3JhbWFzIjtpOjI7czoyOiJkbyI7aTozO3M6NToibGl2cm8iO2k6NDtzOjEyOiJwcm9ncmFtYXMgZG8iO2k6NTtzOjE4OiJwcm9ncmFtYXMgZG8gbGl2cm8iO2k6NjtzOjg6ImRvIGxpdnJvIjt9>. Acesso em: 05 nov. 2013.

Portanto, esse modelo de monitoramento está distante da perspectiva de acompanhamento e intervenção de um programa de distribuição de livros na totalidade de uma rede de ensino, tal como foi discutida neste trabalho e, tende, por suas características já citadas, a não repercutir de maneira eficaz nas ações da escola referentes à formação de leitores, pois se limitam, em sua maior parte, a discussões logísticas e operacionais.

Portanto, consideramos que todos os aspectos referentes à circulação e usos das obras do PNBE na RMELS descritos neste capítulo são favorecidos pelas estratégias de acompanhamento do Programa que foram elencadas. As instâncias (Secretaria de Educação e Núcleo de Alfabetização) e agentes deste acompanhamento (equipe de coordenação do Núcleo e professoras representantes do Núcleo nas escolas) garantem um movimento permanente de informação, verificação, compartilhamento de ações, proposições de novas ideias para os usos das obras literárias. Assim, destacamos um diferencial, na medida em que este acompanhamento não se baseia apenas no monitoramento ou avaliação das ações realizadas, mas está ancorado numa perspectiva de intervenção nas necessidades de cada escola, biblioteca e sala de aula, primando diariamente pela melhoria na qualidade do ensino e propiciando a formação de crianças-leitoras nas escolas públicas deste município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O CIRCUITO DAS OBRAS DO PNBE NA REDE: ALGUNS APONTAMENTOS

> As iniciativas e experiências desenvolvidas em universidades, comunidades, fundações, grupos civis, secretarias de Educação e Cultura, além das propostas por consultores e especialistas, não podem ser ignoradas. Na verdade elas são as estacas onde essa política deve assentar seu apoio para fortalecê-las e ampliar o seu raio de ação, procurando valorizar os esforços originais bem-sucedidos até formar uma rede nacional de informação e divulgação das ações efetivamente realizadas e avaliadas. (YUNES, 1992, p. 13)

Esta pesquisa buscou investigar os caminhos percorridos pelas obras distribuídas pelo PNBE nas escolas da Rede Municipal de Ensino de Lagoa Santa. A intenção de averiguar a concretização desse Programa nas escolas da RMELS se deu na tentativa de identificar e compreender os elementos basilares e estratégias de uma Rede de Ensino que tem como foco de suas ações uma grande valorização de aspectos concernentes à alfabetização, ao letramento, ao livro e à leitura. Assim, buscamos refletir sobre a concretização dessa política no espaço escolar, a fim de encontrar nesta experiência indícios que pudessem servir como “estacas” para futuras ações do governo e de outros municípios brasileiros.

Reiteramos que o desejo inicial desta investigação partiu de inquietações oriundas de uma visível desarticulação não apenas entre os programas de distribuição de livros do MEC (PNLD; PNLD complementar; PNBE, PNBE periódicos e do professor), como também entre esses programas de distribuição de materiais de leitura com as políticas de formação de professores do Governo Federal, acreditando que a falta de integração pode ser considerada um dos fatores que acaba por fragmentar o uso que se faz dessas obras (quando se faz) na escola.

Portanto, nossa intenção era realizar uma investigação que considerasse as categorias de análise selecionadas (conhecimentos, circulação e usos) para os programas citados, em especial o PNLD, PNLD complementar e PNBE, visando refletir sobre as formas de integração ou desintegração, usos e/ou não usos que se fazem das

obras distribuídas face aos elementos analíticos elencados. Nosso roteiro de entrevista contemplou perguntas sobre a implementação desses programas nas escolas. Entretanto, como apontado na introdução deste trabalho, diante da quantidade dos dados coletados; das diferenças entre as lógicas de distribuição e recepção das obras distribuídas por esses programas; e ainda do fato de que o PNBE nos fornecia mais subsídios para a compreensão das questões da democratização da leitura e formação de leitores, em especial os literários (questões que subjazem à minha trajetória de pesquisadora), optamos por direcionar nossa atenção aos elementos referentes a este programa.

Desse modo, a partir do recorte de pesquisa apresentado no capítulo inicial e nas considerações do capítulo 3, pudemos identificar as dissonâncias nos conhecimentos relativos ao PNLD e PNBE, e ainda elencar alguns problemas abordados pelos participantes dos seminários nacionais do PNLD e PNBE. De forma sintética, poderíamos retomar esses problemas apontando que, em relação às obras didáticas, grande parte das dificuldades mencionadas ainda se relacionam a questões pedagógicas e logísticas referentes à escolha dos livros (falta de tempo e organização na escola para a escolha do LD; entrega tardia do guia do LD; envio de livros em quantidade insuficiente para alunos matriculados no ano vigente). Já em relação ao PNBE, os principais problemas ainda se referem ao desconhecimento do Programa, a ausência de bibliotecas e/ou profissionais que nela atuem e a limitação de práticas escolares fomentadoras do uso do material.

Portanto, enfatizamos que não basta continuar ou ampliar os investimentos na distribuição dos materiais se não houver ações que promovam seu uso efetivo. Nesse sentido, acreditamos que a integração entre os diferentes programas das políticas do livro e da leitura do Governo Federal é um ponto que merece reflexão e atenção por parte dos pesquisadores e propositores das políticas. Se os profissionais que atuam nas secretarias de educação e na escola não conhecerem e não compreenderem as finalidades e destinações desses materiais, corre-se o risco, como já identificado na realidade de muitas escolas e municípios, de que essas obras, nas quais se investem milhões de reais anualmente, permaneçam nas caixas e não sejam utilizadas.

Desse modo, uma recente ação do MEC está sendo realizada com o intuito de integrar essas políticas de distribuição de materiais para as escolas a partir da formação de professores alfabetizadores com vistas a garantir que os alunos das escolas públicas brasileiras sejam alfabetizados até os oito anos de idade. Essa ação foi denominada Pacto Nacional Alfabetização na Idade Certa (PNAIC).[45]

Um dos eixos de atuação do PNAIC é o dos materiais didáticos, entendidos como obras literárias, obras de apoio pedagógico, jogos e tecnologias educacionais. Em se tratando das obras literárias, o governo se propôs a enviar mais acervos do PNBE com a finalidade de constituir um acervo de literatura para as salas de aula dos anos iniciais do Ensino Fundamental (mas ainda mantém o envio de acervos coletivos para a biblioteca), além das obras paradidáticas do PNLD/complementar que já eram enviadas especificamente a este espaço.

Nos cadernos de formação do PNAIC[46] há um incentivo para que se utilizem esses materiais enviados pelo governo para a elaboração de atividades em sala de aula, integrando as capacidades (denominadas no material como direitos de aprendizagem) de alfabetização e de outras áreas de conhecimento. Muitas dessas obras são indicadas para serem utilizadas como motivação inicial das aulas ministradas no curso (um momento denominado como "*leitura deleite*"). No entanto, quanto às sugestões para as leituras-deleite, foram privilegiadas obras entregues pelo PNLD/complementar, e não as obras do PNBE, o que causou certo estranhamento.

Valorizamos iniciativas como esta, que já fornecem indícios de uma tentativa de integrar as ações do MEC, mas sabemos que ainda são ações "tímidas" e que acabam mais uma vez por privilegiar o envio de recursos materiais sem o estabelecimento de ações consistentes que acolham esses programas, integrando as ações das redes de ensino como um todo.

De posse dessas considerações, que indicam nossas inquietações quando nos deparamos com a temática das políticas de leitura de nosso país, formulamos uma reflexão que retoma os principais elementos da presente pesquisa, necessários quando nos propomos a tecer as considerações finais deste trabalho.

---

[45] Mais informações sobre o PNAIC podem ser encontradas no portal <http://pacto.mec.gov.br/>. Acesso em: 12 nov. 2013.

[46] Os cadernos de formação estão disponibilizados no portal do PNAIC.

Num primeiro momento da pesquisa, a fim de compreendermos como se dava a concretização do PNBE em âmbito nacional, analisamos os apontamentos de gestores e profissionais da educação sobre o Programa em plenárias ocorridas nos Seminários Nacionais do PNLD em 2010. Refletimos ainda sobre os dados coletados através de 94 questionários respondidos pelos participantes do I Seminário Nacional do PNBE. Essa amostra indica algumas facetas do Programa em 21 estados brasileiros.

Em etapa posterior, inserimo-nos na realidade de todas as escolas públicas municipais de Lagoa Santa/MG (à época, 19 escolas), buscando apreender informações por meio de entrevistas com 72 profissionais representativos de diferentes segmentos da Rede de ensino (gestores da Secretaria Municipal de Educação); visitas a todas as bibliotecas escolares; participação em um encontro do Núcleo de Alfabetização e Letramento e nos eventos Paralfaletrar e Alfalendo.

Elaboramos um esquema de análise que contemplou o circuito das obras do PNBE e optamos por analisar mais concretamente os discursos e atividades referentes às duas instâncias escolares nas quais os livros distribuídos incidem (a biblioteca e a sala de aula), buscando, portanto, compreender o contexto da prática desta política. Retomamos a explanação de Mainardes (2006b) exposta em capítulo inicial, reiterando que priorizamos o local onde a política é efetivada, ou seja, o contexto da prática no qual "a política é sujeita a interpretação e recriação e onde a política produz efeitos e conseqüências." (BOWE *et al*., 1992 *apud* Mainardes, 2006b, p. 53), bem como entendendo que neste espaço é que ocorrem mudanças e transformações que podem interferir e promover mudanças na política original.

Retomando o primeiro organograma proposto na pesquisa (FIGURA 11, p.99), entendemos que o nosso olhar e as nossas principais preocupações referentes ao PNBE situavam-se no espaço da biblioteca, local ao qual este Programa está primeiramente destinado. De certa forma, temos uma política consolidada no que concerne à elaboração do edital e à avaliação, seleção e distribuição das obras. Nesse aspecto, apenas foram elencadas algumas ressalvas em relação à escolha recente de livros para as creches e Educação Infantil, tais como a necessidade de envio de obras diferenciadas para este público com material mais resistente (como plástico, EVA, pano) com vistas ao manuseio mais livre pelos pequenos leitores. Entretanto, não

temos uma política consolidada no que diz respeito ao “aparato” necessário para os usos efetivos do material distribuído.

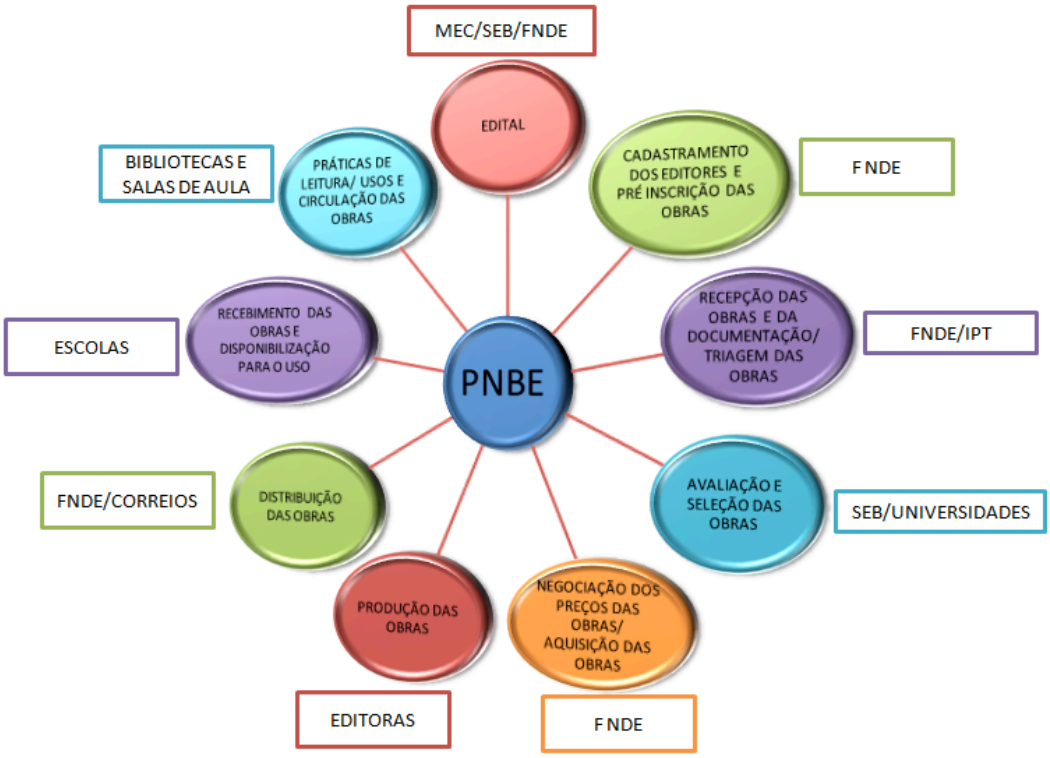


FIGURA 11 (p. 99) – Ciclo ou circuito das obras distribuídas pelo PNBE.
Fonte: Organograma elaborado pela autora para fins da pesquisa.

Assim, o organograma proposto posteriormente (FIGURA 12, p. 100) elenca de forma mais detalhada as instâncias e agentes considerados para a análise do contexto da prática do PNBE. Assim, a partir da síntese das principais reflexões deste trabalho, é possível identificar algumas respostas para certas questões norteadoras da análise do ciclo de políticas proposta por Mainardes (2006b): como a política foi recebida e implementada? Como os professores, diretores e demais envolvidos interpretam a política? Há alterações e adaptações para que a política se concretize? Há variações nas apropriações da política nos diferentes espaços da pesquisa? Há evidências de resistência? Os profissionais têm espaço para discutir, opinar, sanar dúvidas no que tange à implementação desta política? Há algum tipo de pressão? Há suporte? Há espaços de vivência democrática? Quais as principais dificuldades identificadas no contexto da prática?

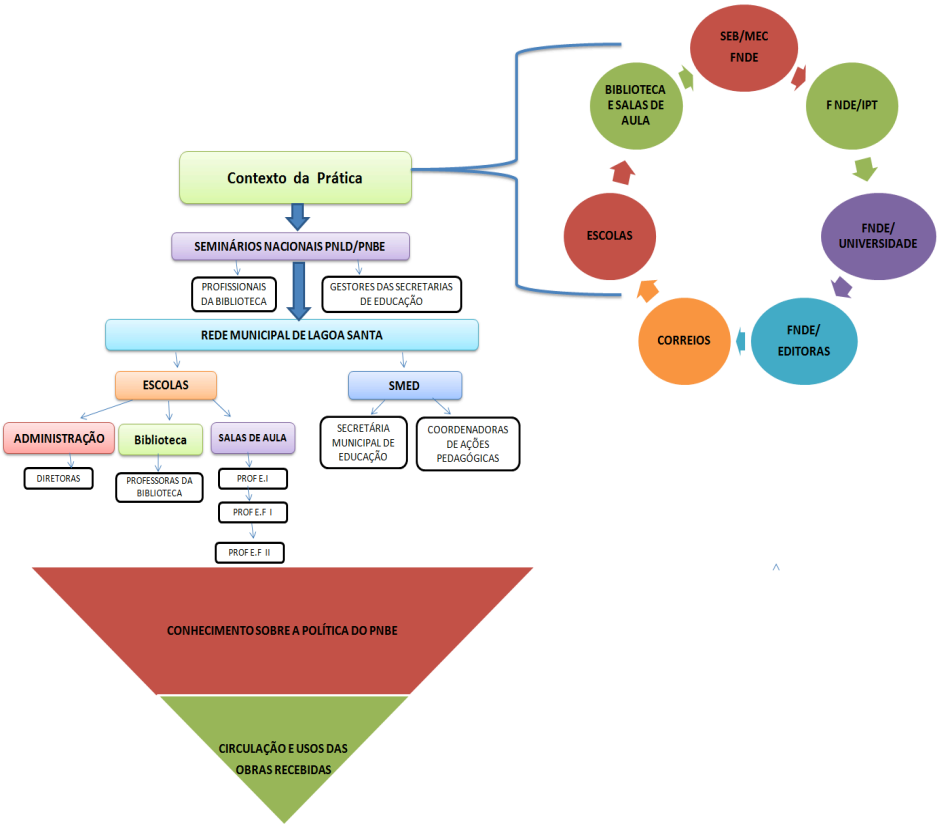


FIGURA 12 (p. 100) - Esquema da proposta de análise da pesquisa
Fonte: Organograma elaborado pela autora para fins da pesquisa.

No primeiro aspecto analisado, concernente ao conhecimento sobre o PNBE, verificamos que, apesar do encaminhamento de ofícios para as escolas em conjunto com os materiais enviados, há uma lacuna na forma de comunicação entre o MEC, os municípios e as escolas na medida em que os profissionais gestores da secretaria de educação e demais profissionais da educação não se sentem devidamente informados pelos propositores sobre os programas do livro, sua periodicidade, a finalidade e os objetivos dos materiais enviados.

O fato de a maior parte dos materiais ser entregue diretamente às escolas leva os gestores da secretaria de educação a se sentirem limitados na promoção de ações para o uso efetivo desses materiais, se contassem apenas com as informações advindas do MEC. A ausência de informações mais claras é menos evidente quando se trata do PNLD, uma vez que há uma série de ações mais definidas em torno da escolha

e envio de obras direcionadas para entrega direta aos alunos. Mas, em se tratando dos outros programas do livro, como PNLD/complementar e PNBE, com todas as suas especificidades, esses ruídos de comunicação se tornam mais evidentes.

Nesse sentido, esta pesquisa revelou que, no município investigado, as informações referentes ao PNBE circulam no espaço escolar, o que é facilitado pela presença do Núcleo de Alfabetização e Letramento. Este se preocupa em fornecer informações sobre os materiais do MEC que chegarão às representantes de cada escola (profissionais da biblioteca) e às próprias gestoras da secretaria de educação. Isto ocorre por iniciativa da coordenação e da equipe do Núcleo, que, atentas a esses Programas, buscam esses conhecimentos e os compartilham com os demais profissionais da Rede.

Outro fator que se destaca é que, devido à forma de atuação do Núcleo, em maior ou menor grau, as diretoras das escolas e as profissionais da biblioteca (integrantes da rede de veiculação de informações na escola) demonstram conhecer os programas de distribuição de livros do MEC. No caso dos docentes, percebemos uma maior superficialidade nas informações proferidas sobre o PNBE, principalmente os de Educação Infantil e anos finais do Ensino Fundamental. Entretanto, apesar de não conhecerem mais detalhes sobre o Programa em si, há um saber concernente à chegada dos materiais e aos usos que se esperam das obras literárias que estão na escola, principalmente dos professores dos anos inicias do Ensino Fundamental.

Portanto, no que tange à primeira categoria de análise, percebemos que, com todas as dificuldades encontradas para que as informações alcancem a totalidade dos profissionais da Rede de Ensino, há um movimento de integração das instâncias e agentes da Rede a fim de sanar a falta de informação e instrução advindas do MEC. As instâncias que constituem essa rede de informações sobre o PNBE poderiam ser sinteticamente definidas como: reuniões semanais do Núcleo; reuniões mensais de repasse às professoras das escolas; demais reuniões promovidas pelo Núcleo/SEMED com profissionais da biblioteca e diretores das escolas. O espaço da biblioteca, mediante a presença de um profissional, que é o representante do Núcleo na escola, também tem sido identificado, por grande parte dos docentes, como local de apoio e disseminação de informações.

Em relação à segunda categoria de análise, podem-se identificar diferentes iniciativas da Rede de Ensino a fim de acolher o PNBE e ampliar suas ações para além do recebimento e armazenamento das obras, colocando os livros em contato permanente com seus potenciais leitores.

Pudemos refletir sobre essas ações e, assim, compreendê-las como requisitos mínimos ou como pilares para que haja uma efetiva circulação e uso das obras literárias distribuídas pelo PNBE. Optamos por apresentar esses pilares no organograma a seguir (FIGURA 57), demonstrando que cada uma das ações não são estanques e não foram identificadas com uma progressão ou ordem de prioridade.

À exceção da estruturação e/ou criação das bibliotecas nas escolas, iniciativa percebida como o pontapé inicial do trabalho, todas as demais ações foram se constituindo no decorrer da caminhada da equipe (Secretaria de Educação, Núcleo de Alfabetização, direção das escolas e corpo docente) e precisaram estar interligadas para que alcançassem seus objetivos de promoção da leitura nas escolas.



FIGURA 57 – Elementos para a concretização do PNBE no município de Lagoa Santa.
Fonte: Organograma elaborado pela autora com resultados da pesquisa.

No que se refere ao PNBE, a maneira como as obras foram recebidas nas escolas é algo que mereceu nossa atenção. As **experiências de recebimento das obras**, realizadas em todas as escolas e ressignificadas a cada ano por cada uma delas, têm conseguido motivar e mobilizar os alunos e professores para o uso delas. Os livros distribuídos pelo Programa são extremamente valorizados pela equipe escolar, pois são fonte de abastecimento e revitalização das bibliotecas do município na medida em que, mesmo que existam ações da Secretaria de Educação para a compra de livros teórico-metodológicos para professores e obras literárias, como livros-brinquedo para as bibliotecas escolares, isto ocorre de maneira pontual. Além disso, ainda não há, de forma sistemática, a garantia de uma verba municipal para a aquisição de obras para as bibliotecas escolares.

Nesse sentido, verificou-se que a valorização e tentativa de preservação das obras que chegam às escolas repercutem em algumas ações como não empréstimo das obras do PNBE para casa, para cantinhos de leitura e/ou para alunos da Educação Infantil, em especial os do Maternal. Entretanto, essas ações não se caracterizaram como uma proposta de atuação de todas as escolas da Rede, mas como apropriações individuais que foram percebidas na minoria das escolas investigadas.

A **biblioteca escolar** foi considerada, por grande parte dos entrevistados, como o coração da escola, pois de lá emanam muitas das ações em torno da leitura e da leitura literária. As bibliotecas da Rede foram criadas e ou reestruturadas com vistas à demarcação de um espaço de promoção à leitura, principalmente de literatura. Por isso, foram denominadas *Bibliotecas Literárias*.

Há orientações provenientes do Núcleo, e uma constante interação e troca de experiências entre os profissionais das bibliotecas de diferentes escolas, a fim de garantir minimamente que as bibliotecas de toda a Rede compartilhem alguns elementos considerados como essenciais para o seu bom funcionamento: acervos disponibilizados de forma acessível; boa visibilidade das obras para as crianças; decoração alegre e atrativa; presença de um espaço aconchegante para a leitura dos alunos; classificação e organização das obras de modo a facilitar o empréstimo dos alunos e o contato com os diversos gêneros literários; visita semana à biblioteca para empréstimo de livros.

A **seleção do profissional que atua na biblioteca** também constituiu-se como um diferencial na concepção deste espaço. Este profissional se torna alguém de referência na escola por ser seu representante no Núcleo de Alfabetização e Letramento, bem como se torna um apoio para os demais professores da escola no que concerne às áreas de alfabetização e letramento. A sua atuação é integrada à do professor regente de sala, que é o referencial de leitura para seus alunos e prepara as aulas que serão ministradas na biblioteca. Já o profissional da biblioteca fornece o suporte necessário às ações desse professor e ainda promove ações diferenciadas concernentes à leitura.

A **formação do profissional da biblioteca** diretamente no Núcleo e a dos docentes, através das reuniões mensais de repasse na escola e do contato diário estabelecido com o seu representante, têm favorecido as ações de mobilização da leitura de forma integrada na escola. O espaço de formação/desenvolvimento profissional propicia a troca de experiências e o sanar das dúvidas, tornando-se um ambiente democrático de construção e reelaboração de saberes. Apesar de algumas dificuldades citadas, no alcance e nas apropriações das informações para todos os profissionais da Rede, percebe-se que esse modelo de formação tem conquistado, em sua maioria, grande êxito porque, ao buscar integrar os diferentes profissionais da Rede, estabelecendo metas a serem perseguidas com a ajuda de todos, permite as escolas caminharem dentro de uma mesma perspectiva, na busca por promover a leitura e um ensino de qualidade para todos.

Em relação aos usos que se fazem das obras do PNBE, o aspecto que mais nos chamou a atenção foi o fato de **a literatura e/ou as obras literárias serem parte integrante do projeto de ensino da RMELS**. Todas as ações referentes à alfabetização, letramento e letramento literário partem do uso do texto como ferramenta essencial para todos os componentes do ensino; nesse aspecto, as obras literárias têm alcançado um lugar especial. Portanto, tendo em vista todas as orientações do projeto de ensino da Rede, as obras do PNBE são aguardadas com expectativa pelos docentes e, por conseguinte, pelos alunos, pois são elas que possibilitam um renovar diário do trabalho a ser desenvolvido.

Algumas apropriações dos docentes quanto ao uso da biblioteca e das obras literárias foram elencadas neste trabalho, tais como a orientação de leitura diária de uma história para os alunos, a exploração dos elementos paratextuais das obras como forma de contextualizá-la para o leitor e levá-lo a usufruir de todos os elementos que constituem o livro, dentre outros aspectos.

Ademais, foi percebido como grande motivador para o desenvolvimento de um trabalho com a literatura o evento anual Alfalendo, que se caracteriza como um espaço de valorização do trabalho do docente e permite aos alunos experienciarem usos efetivos para as obras e materiais que produzem, já que essas produções são lidas pelos visitantes da exposição e passam a integrar os acervos das bibliotecas escolares. Além disso, o evento constitui-se como um local de troca de experiências entre os professores da própria rede e amplia-se na medida em que também propicia o compartilhamento de boas práticas com os visitantes de municípios vizinhos.

Reflexões acerca do uso da literatura para a alfabetização e com vistas ao letramento literário também puderam ser realizadas a partir de alguns questionamentos de entrevistados sobre a necessidade de maiores aprofundamentos em relação ao trabalho com o letramento literário. O que pôde se verificar através dos relatos dos entrevistados e de alguns trabalhos expostos nos eventos é que há a realização de um trabalho a partir da literatura que integra os aspectos mais específicos da alfabetização e também elementos que envolvem o letramento e o letramento literário. Ainda que haja uma maior clareza nos aspectos concernentes às capacidades de alfabetização a serem desenvolvidas e à maior fragilidade dos professores em elencar aspectos do trabalho que se voltem para a dimensão do letramento literário, muitos desses profissionais têm desenvolvido seus trabalhos numa perspectiva que envolve a literatura como arte, como fruição e como prazer. As obras literárias têm sido objeto de uso e reflexões constantes tanto em sala de aula quanto na biblioteca escolar. O livro é objeto extremamente valorizado e requerido nas escolas deste município.

Por fim, a concretização de todos os elementos ou pilares citados é favorecida pelo aspecto do **acompanhamento e intervenção** das ações das escolas e de seus profissionais. Há várias frentes de acompanhamento, como o das ações da escola

frente ao recebimento das obras do PNBE, das visitas semanais à biblioteca e das atividades realizadas pelos professores previstas nos planejamentos realizados.

Os profissionais entrevistados mencionam o fato de que este tipo de trabalho integrado, com metas estabelecidas e numa perspectiva de crescimento da Rede de Ensino, é algo que exige esforço e, por vezes, gerou resistências iniciais. No entanto, o fato de haver neste projeto o estabelecimento de diretrizes que norteiam a prática em sala de aula e um acompanhamento regido por apoio e constante troca de experiências com as profissionais representantes do Núcleo faz com que os professores sintam que há um favorecimento e melhoria em sua atuação docente. Além disso, os resultados alcançados pelos alunos, no que tange à melhoria da aprendizagem e sua motivação, fizeram com que a maioria dos profissionais enaltecesse o tipo de trabalho que vem sendo desenvolvido.

Entendemos que, em um país de dimensões continentais como o Brasil, há uma grande complexidade no estabelecimento de políticas que integrem de forma sistemática, abrangente e com continuidade uma rede de ensino. Mas, face às dificuldades que possam aparecer, não há mais tempo para cruzar os braços e aceitar apenas uma das faces de uma política de leitura, que é a de distribuição de livros.

Podemos desconstruir o pensamento de que estas ações articuladas são facilitadas no município investigado por se tratar de uma Rede de Ensino pequena, uma vez que os dados do censo do IBGE[47] indicam que a maior parte das cidades brasileiras possui uma população com quantidade similar ou inferior à de Lagoa Santa/MG. Ademais, municípios com elevado número de escolas podem se articular em suas regionais para atuações nesse sentido. Portanto, não pretendemos com este estudo evidenciar apenas mais uma ação pontual de fomento à leitura, mas intentamos que esta ação possa incitar e mobilizar possibilidades estratégicas em diferentes localidades brasileiras, pois concordamos com Yunes (1992) ao afirmar que

[47] Segundo dados do Censo 2010 do IBGE, dos 5.561 municípios brasileiros, 5.037 possuem até 50.000 habitantes e 524 possuem mais de 50 mil habitantes. Destes, 299 municípios possuem até 100 mil habitantes; 194 municípios possuem de 100 a 500 mil habitantes; 31 municípios possuem mais de 500 mil habitantes. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/indicadores_sociais_municipais/tabela1a.shtm>. Acesso em: 11 nov. 2013.

> Enquanto as verdades pessoais e o interesse particular não cederem espaço ao diálogo, pouco faremos além de contemplar a exemplaridade de ações dispersas que nunca chegam a constituir um programa capaz de dar conta deste (quase) continente. (p. 14)

A partir da fala de uma das entrevistadas, concluímos esta pesquisa com satisfação e esperança, entendendo que há possibilidades e indícios para a concreta efetivação de uma política de formação de leitores literários através de programas como o PNBE. "O trabalho tem que realmente continuar porque tem tudo para dar certo e já está dando certo. O envolvimento hoje é muito grande das crianças e dos professores na parte literária." (Direção - Escola 9)

Portanto, como reiterado no início destas considerações, acreditamos que a partir deste trabalho se abrem mais alternativas de investigação que possibilitem a integração entre os diferentes programas do livro e outras políticas de formação de leitores. Postulamos que a integração entre os diversos programas de distribuição de livros do MEC; a inserção da literatura e leitura como partes integrantes de uma proposta pedagógica de formação de leitores das redes de ensino; a constituição dos espaços de leitura (a saber, a biblioteca) e a formação dos profissionais da educação (profissionais da biblioteca e docentes) precisam constituir uma rede de ações permanentes no interior de cada um dos municípios se desejamos que programas como o PNBE realmente promovam algum impacto na vida dos alunos das escolas públicas brasileiras.

Referências bibliográficas:

ADAMS, Thomas R.; BARKER, Nicolas. A New Model for the Study of the Book. *In*: BARKER, Nicolas (Ed.). *A Potencie of Life*: Books in Society. London: British Library, 1993. p. 5-43.

ANDRADE, Ludmila Thomé de. *Professores leitores e sua formação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

APPLE, Michel. *O conhecimento oficial*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

BAKHTIN, M. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, M. Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução de Michel Lahud e Yara F. Vieira. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

BAKHTIN, M. *Questões de literatura e estética*. São Paulo: Hucitec, 1988.

BALL, S. J. *Educational reform*: a critical and post-structural approach. Buckingham: Open University Press, 1994.

BALL, S.J. *Big policies/small world: an introduction to internacional perspectives in education policy*. Comparactive Education, Penn State, v.34, n.2, p.119-130. 1998.

BALL, S.J. Politics and policy making in education: explorations in policy sociology. Nova York: Routledge, 1990.

BALL, S.J. What is policy? Texts, trajectories and toolboxes. Discourse, London, v. 13, n. 2, p. 10-17, 1993.

BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson; CRIBB, Alan. *Políticas educacionais*: questões e dilemas. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

BARROSO, João. O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 26, n. 92, p. 725-751, Especial – Out. 2005. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/es/v26n92/v26n92a02.pdf>. Acesso em: 9 set. 2010.

BARROSO, João. Regulação nacional autônoma e transnacional. *In*: BARROSO, João (Org.). *A regulação das Políticas Públicas de Educação*: espaços, dinâmicas e actores. Lisboa: Educa/Unidade de I&D de Ciências da Educação, 2006. p. 43-69.

BATISTA, A. A. G.; ROJO, R. H. R. Livros escolares no Brasil: a produção científica. *In*: COSTA VAL, M. da G.; MARCUSCHI, B. (Orgs.). *Livros didáticos de Língua Portuguesa*: letramento e cidadania. Belo Horizonte: Autêntica/CEALE, 2005. p. 13-46.

BATISTA, A. A. Os professores são não leitores? *In*: SILVA, C. S. R.; MARINHO, M. (Orgs.). *Leituras do professor*. Campinas: Mercado de Letras, 1998. p. 23-60.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes. A avaliação dos livros didáticos: para entender o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). *In*: ROJO, Roxane; BATISTA, Antônio Augusto Gomes (Orgs.). *Livro Didático de Língua Portuguesa, letramento e cultura escrita*. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2003. p. 25-68.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes. *Recomendações para uma política pública de livros didáticos*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2001.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes; COSTA VAL, Maria da Graça. *Livros de Alfabetização e de Português*: os professores e suas escolhas. Belo Horizonte: Ceale/Autêntica, 2004. (Coleção Linguagem e Educação)

BEREMBLUM, Andréa; PAIVA, Jane. *Por uma política de formação de leitores*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas*: sobre a teoria da ação. Trad. Marisa Corrêa. Campinas: Papirus, 1996.

BOWE *et al*. Reforming education & changing schools: case studies in policy sociology. London: Routledge, 1992.

BRASIL. *Acervos complementares*: as áreas do conhecimento nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Organização dos Estados Ibero – Americanos -OEI *Avaliação das bibliotecas escolares no Brasil*, São Paulo: Edições SM. 1ª Ed. 2011. Disponível em: http://www.oei.es/bibliobrasil.pdf

BRASIL. Ministério da Educação. *Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE)*: leitura e bibliotecas nas escolas públicas brasileiras. Secretaria de Educação Básica, Coordenação-Geral de Materiais Didáticos; elaboração Andréa Beremblum e Jane Paiva. Brasília: Ministério da Educação, 2008.

BUENDIA, Ruben Pérez; RIUS, Elisa Bonilla. El dia que los libros llegaron a la escuela... o el desafio de instalar bibliotecas escolares y de aula em las escuelas públicas de México. *In*: BONILLA, Elisa; GOLDIN, Daniel; SALABERRIA, Ramón (Orgs.). *Bibliotecas y escuelas*: retos y desafios en la sociedad del conocimiento. México: Oceano Travesia, 2008. p. 406-444.

CADEMARTORI, Ligia. O professor e a literatura: para pequenos, médios e grandes. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. (Série Conversas com o Professor)

CHARTIER, Anne-Marie. Leitura escolar: entre pedagogia e sociologia. *Revista Brasileira de Educação*, cidade, número, p. 17-52, set. 1995.

CHARTIER, Anne-Marie. Que leitores queremos formar com a literatura infanto-juvenil? *In*: PAIVA, Aparecida; MARTINS, Aracy; PAULINO, Graça; VERSIANI, Zélia (Orgs.). *Leituras literárias*: discursos transitivos. v. 1. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 127-144.

CHARTIER, Roger (Org.). *Práticas de leitura*. Trad. Cristiane Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, set./dez. 2004.

CORREA, C. H. A. *Circuito do livro escolar*: elementos para a compreensão de seu funcionamento no contexto educacional amazonense (1852-1910). 2006. 252f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 2006.

COSSON, Rildo. *Letramento literário*: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2006.

COSTA VAL, Maria da Graça; MARCUSCHI, Beth (Orgs.). *Livros didáticos de língua portuguesa*: letramento e cidadania. Belo Horizonte: CEALE/Autêntica, 2005. (Coleção Linguagem e Educação)

COSTA, Cristiane Dias M. da. *Literatura premiada entra na escola?* A presença dos livros premiados pela FNLIJ, na categoria criança, em bilbiotecas escolares da Rede Municipal de Belo Horizonte. 2009. 214f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

CUSTÓDIO, Cinara Dias. *Leitura, formação de leitores e Estado*: concepções e ações ao longo da trajetória do Ministério da Educação 1930-1994. 2000. 212f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

DARNTON, Robert. “O que é a história do livro?” revisitado. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 10, n. 16, p. 155-169, jan.-jun. 2008.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette*: mídia, cultura e revolução. Trad. Denise Botmann. São Paulo: Companhia da Letras, 1990.

DUARTE, Joaquina Roger Gonçalves. *Formação continuada de rede: um estudo de caso da formação de professores no município de Lagoa Santa*. - 147f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

FIORIN, J. L.. Introdução ao pensamento de Bakhtin. São Paulo: Ática, 2006.

FONTOURA, Maria Madalena. Política e acção pública: Entre uma regulação centralizada e uma regulação multipolar. *Revista Portuguesa de Educação*, cidade, v. 21, n. 2, p. 5-31, 2008.

FREITAS, Bárbara; MOTTA, Valéria R.; COSTA, Wanderly F. *O livro didático no Brasil em questão*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

HÖFLING, Eloíza de Mattos. Notas para a discussão quanto à implementação de programas de governo: Em foco o Programa Nacional do Livro Didático. *Educação & Sociedade*, Campinas, Cedes, v. 21, n. 70, p. 159-170, abr. 2000.

ISER, Wolfgang. *O ato da leitura*: uma teoria do efeito estético. Trad. Johannes Kretschmer. São Paulo: Ed. 34, 1996. 2v.

KRAMER, Sonia (Org.). *Didática da linguagem*: ensinar a ensinar ou ler e escrever? Campinas: Papirus, 2002.

LEAL, Leiva de Figueiredo Viana. Leitura e formação de professores. *In*: EVANGELISTA, Aracy A. Martins *et al.* (Orgs.). *Escolarização da leitura literária*: O Jogo do Livro Infantil e Juvenil. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 263-268.

LEMOS, Helen Denise Daneres; SANTOS, Maria Aparecida Paiva Soares dos. *As interações visuais e verbais no livro produzido para crianças*: um olhar sobre o PNBE 2005. 2010. 313f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2010.

LERNER, Delia. O livro didático e a transformação do ensino da língua. *In*: BATISTA, Antônio Augusto Gomes; COSTA VAL, Maria da Graça (Orgs.). *Livros de alfabetização e de Português*: os professores e suas escolhas. Belo Horizonte: CEALE/Autêntica, 2004. p. 75-114.

MACEDO, Fernanda F. ; DINIZ, Alexandre M.A. A mercantilização da natureza: um estudo de caso – Município de Lagoa Santa/MG. Revista Ra'e Ga n. 14. Curitiba, UFPR, 2007, p. 183-191.

MACHADO, Maria Zélia Versiani *et al*. (Orgs.). *Escolhas (literárias) em jogo*. Belo Horizonte: CEALE/Autêntica, 2009.

MACHADO, Maria Zélia Versiani. *Literatura e alfabetização: quando a criança organiza o caos.* In: P-AIVA, Aparecida (org.) Literatura – saberes em movimento. Belo Horizonte: Ceale; Autêntica 2007. p. 47- 56

MAINARDES, J. A abordagem do ciclo de políticas e suas contribuições para a análise da trajetória de políticas educacionais. *Atos de Pesquisa em Educação*, v. 1, n. 2, p. 94-105, 2006a. Disponível em: <www.furb.br>.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, 2006b.

MAINARDES, J. Análise de políticas educacionais: breves considerações teórico-metodológicas. *Contrapontos*, cidade, v. 9, n. 1, p. 4-16, 2009.

MARQUES NETO, José Castilho. Políticas públicas de leitura e a formação de mediadores. *In*: SANTOS, Fabiano dos; MARQUES NETO, José Castilho; RÖSING, Tânia M. K.. *Mediação de leitura*: discussões e alternativas para a formação de leitores. São Paulo: Global, 2009. p. 61-70.

MARTINS, Aracy Alves *et al*. (Orgs.). *Escolarização da leitura literária*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

MOLLO, Gláucia; NÓBREGA, Maria José. *Introdução* IN: *Biblioteca escolar: que espaço é este?* TV Escola/ Salto para o futuro. Ano XXI Boletim 14. Outubro 2011. p. 4-11 Disponível em: http://www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/14051114-BibliotecaEscolar.pdf

MONTUANI, Daniela F. B. *O PNBE/2005 na Rede Municipal de ensino de Belo Horizonte*: uma discussão sobre os possíveis impactos na política de distribuição de livros de literatura na formação de leitores. 2009. 162f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

MORAIS, Elaine Maria da C. *Impasses e possibilidades da atuação dos profissionais das bibliotecas da rede municipal de Belo Horizonte*. 2009. 181f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

NUNES, Marília Forgearini. Acervo PNBE 2010: o lúdico e o estético na formação de leitores sensíveis. *In*: Congresso Internacional Linguagem e Interação II, 2010, São Leopoldo. *Anais do Congresso Internacional Linguagem e Interação II*, 2010. v. 1.

NUNES, Marília Forgearini. Acervo PNBE para educação infantil: uma oportunidade de letramento literário, verbal e visual. In: VIII Jogo do Livro, 2009, Belo Horizonte. *Anais Jogo do Livro VIII* - A tela e o livro, 2009.

OLIVEIRA Virgínia de Souza Ávila. *Entre as proposições teóricas e a prática: o uso da literatura infantil nas escolas municipais de Lagoa Santa*. 2011. 169f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

OLIVEIRA, João Batista A.; GUIMARÃES, Pinto; DANTAS, Sonia. *A política do livro didático*. São Paulo: Summus, 1984.

PAIVA, A.; SOARES, M. (Orgs.). *Literatura infantil*: políticas e concepções. Belo Horizonte: Autêntica,2008.

PAIVA, Aparecida (Org.). *Literatura fora da caixa*: o PNBE na escola: distribuição, circulação e leitura. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

PAIVA, Aparecida . A trama do acervo: a literatura nas bibliotecas escolares pela via do Programa Nacional de biblioteca da escola. *In*: SOUZA, Renata Junqueira de (Org.). *Biblioteca Escolar e práticas educativas*. v. 1. São Paulo: Mercado de Letras, 2009. p. 137-155.

PAIVA, Aparecida *et al*. (Orgs.). *Democratizando a leitura*: pesquisas e práticas. Belo Horizonte: CEALE/Autêntica, 2004.

PAIVA, Aparecida *et al*. (Orgs.). *Literatura*: saberes em movimento. Belo Horizonte: CEALE/Autêntica, 2007.

PAIVA, Aparecida. Reflexões sobre políticas públicas brasileiras de leitura. *In*: *Coleção Didática e Prática de ensino*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010 p. 509-522.

PAULINO, Graça. Formação de leitores: a questão dos cânones. *Revista Portuguesa de Educação*, Universidade do Minho, v. 17, n. 1, p. 47-62, 2004b.

PAULINO, Graça. Livros, críticos, leitores: trânsitos de uma ética. *In*: PAIVA, Aparecida; MARTINS, Aracy; PAULINO, Graça; VERSIANI, Zélia (Orgs.). *Leituras literárias*: discursos transitivos. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 13-20.

PEREIRA, Andréa Kluge. *Biblioteca na escola*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

PEREIRA, Fernanda Rohlfs. Literatura distribuída, literatura incluída? Monografia – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

PEREIRA, Juliana Storino. *Alfabetização de crianças da rede municipal de ensino do município de Lagoa Santa – MG: um estudo longitudinal*. 122 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

RAMOS, Flávia Broccheto. PNBE 2008 em escolas municipais de Caxias do Sul. *In*: Congresso Internacional Linguagem e Interação II, 2010, São Leopoldo. *Anais do Congresso Internacional Linguagem e Interação II*. São Leopoldo: Casa Leiria, 2010. p. 1-9.

RAMOS, Flávia. B. PNBE/2008: a obra e sua vivência na escola. *In*: XV ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino, 2010, Belo Horizonte. *Anais do XV ENDIPE*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010. p. 1-11.

RANGEL, Egon de Oliveira. *A escolha do livro didático de Português*. Belo Horizonte: Ceale, 2006. (Coleção Alfabetização e Letramento)

RANGEL, Egon de Oliveira. Livro didático de língua portuguesa: o retorno do recalcado. *In*: DIONÍSIO, Ângela Paiva; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Orgs.). *O livro didático de português*: múltiplos olhares. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. p. 7-14.

RANGEL, Egon de Oliveira. *O livro*: condições de produção e efeitos de sentido. São Paulo: Litteris, 1994.

ROJO, R. H. R. Livro didático de Língua Portuguesa - Modos de usar, modos de escolher (PNLD/2007). Texto de divulgação científica elaborado para o Programa Salto para o Futuro, TVE, BRASIL, RJ. 2006. Circulação em mídia digital. Disponível em: <http://www.tvebrasil.com.br/SALTO/>.

ROJO, Roxane; BATISTA, Antônio Augusto Gomes. *Livro Didático de Língua Portuguesa, Letramento e Cultura Escrita*. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

ROSA, M. V. F. P. C.; ARNOLDI, M. A. G. C. *A entrevista na pesquisa qualitativa*: mecanismos para validação dos resultados. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SERRA, Elizabeth D'Angelo. Políticas de promoção da leitura. *In*: MASAGÃO, Vera (Org.). *Letramento no Brasil*. São Paulo: Global, 2003. p. 65-85.

SILVA, Bruna Lidiane Marques da. *Programa Nacional Biblioteca da Escola - Edição 2006*: a chegada dos acervos na Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte e a leitura de obras por jovens leitores. 2009. 144f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2009a.

SILVA, Ceres Salete Ribas da Silva. Impactos do Programa Nacional de Livros Didáticos (PNLD): a qualidade dos livros de alfabetização. In: *Coleção Didática e Prática de ensino*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 61-77.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. *Elementos de pedagogia da leitura*. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. (Texto e Linguagem)

SILVA, Rovilson José da. *Biblioteca escolar: organização e funcionamento.* In: SOUZA, Renata Junqueira de (org.) Biblioteca escolar e práticas educativas: o mediador em formação. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2009b. p.115-136

SOARES, Isabel Cristina Gomes. *Programas Nacionais de Leitura no Brasil*: o Proler e o Pró-Leitura (1995-2000). 2002. 242f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2002.

SOARES, Magda B. As condições sociais da leitura: uma reflexão em contraponto. *In*: ZILBERMAN, Regina; SILVA, Ezequiel Theodoro da (Orgs.). *Leitura*: perspectivas interdisciplinares. São Paulo: Editora Ática, 1988. p. 18-29.

SOARES, Magda B. Escolarização da leitura literária. *In*: MARTINS, Aracy Alves; BRANDÃO, Heliana Maria Brina; MACHADO, Maria Zélia Versiani (Orgs.). *A escolarização da leitura literária*. Belo Horizonte: CEALE/Autêntica, 2003. p. 17-48.

SOARES, Magda B. Leitura e democracia cultural. *In*: PAIVA, Aparecida (Org.). Democratizando a leitura: pesquisas e práticas. Belo Horizonte: CEALE/Autêntica, 2004. p. 17-32.

SOARES, Magda B. Ler, verbo intransitivo. Disponível em: <http://www.leiabrasil.org.br/leiaecomente/valeoescrito/magda.htm>. Acesso em: 20 mar. 2009a.

SOARES, Magda B. *Letramento*: um tema em três gêneros. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SOARES, Magda B. Não existe um currículo no Brasil. Presença Pedagógica. Belo Horizonte: Dimensão. Set/out 2012. p. 5 a 13

SOARES, Magda B. *O jogo das escolhas*. In: Machado et AL. (org) Escolhas (literárias) em jogo. Belo Horizonte: Ceale; Autêntica Editora, 2009b. p.19-34 (Coleção Literatura e Educação)

SOARES, Magda B.. Alfabetização e Literatura. Revista Educação. Guia da Alfabetização. São Paulo: Ed. Segmento. Publicação Especial, n. 2. 2010b. p. 12-29

SOARES, Magda B.. Simplificar sem falsificar. Revista Educação. Guia da Alfabetização. São Paulo: Ed. Segmento. Publicação Especial, n. 1, 2010a. p. 6-11

SORRENTI, Neusa. A poesia vai à escola: reflexões, comentários e dicas de atividades. – Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SOUZA, Glória Maria Anselmo de; SILVA, Leda Maria Santos da. Leitura compartilhada: um momento de prazer na formação de professores-leitores. *In*: PAIVA, Aparecida (Org.). *Democratizando a leitura*: pesquisas e práticas. Belo Horizonte: CEALE/Autêntica, 2004. p. 167-176.

SOUZA, Renata Junqueira; RIBEIRO, E. A. G.. A leitura do gênero crônica nos livros do PNBE: diálogos possíveis. *In*: Congresso Internacional Linguagem e Interação II, 2010, São Leopoldo. *Anais do Congresso Internacional Linguagem e Interação II*. São Leopoldo: Casa Leiria, 2010. p. 1-12.

TAVARES, Jeanne Amália de Andrade. *Vamos fazer do Brasil um país de leitores?* Análise da implementação e funcionamento do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) no município de Recife de 1998 a 2003. 2004. 166f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, Faculdade de Educação, Recife, 2004.

YUNES, E. De leitor para leitores: Políticas Públicas e Programas de Incentivo à Leitura. In: ____. *Leituras no Brasil*: antologia comemorativa pelo 10º Cole. Campinas: Mercado de Letras, 1995. p. 129-138.

YUNES, Eliana. *Por uma política nacional de leitura*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1992.

ZILBERMAN, Regina. Letramento literário: não ao texto, sim ao livro. In: PAIVA, Aparecida *et al*. (Orgs.). *A Literatura Infantil Brasileira no tempo do modernismo (1920 -1945)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 245-266.

ZILBERMAN, Regina. Letramento literário: não ao texto, sim ao livro. *In*: PAIVA, Aparecida *et al*. (Orgs.). *Literatura e letramento*: espaços, suportes e interfaces – O jogo do livro. Belo Horizonte: Autêntica/CEALE/FaE/UFMG, 2003. p. 245-267.

ANEXOS

SEMINÁRIOS
PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO - PNLD 2011

Seminário PNLD 2011 / Região Sudeste:
Data: 28/04 a 30/04/2010 Local: Rio de Janeiro/RJ

Seminário PNLD 2011 / Regiões Norte e Centro-Oeste:
Data 10/05 a 12/05/2010 Local: Brasília /DF

Seminário PNLD 2011 / Região Nordeste:
Data: 17/05 a 19/05/2010 Local: Salvador/BA

Seminário PNLD/2011 - Região Sul:
Data: 24/05 a 26/05/2010 Local: Curitiba/PR

Objetivos dos Seminários

Apresentação e discussão relativas aos princípios didático-pedagógicos que norteiam os Programas do Livro do Ministério da Educação; sistematização da escolha dos livros pelos professores das escolas que compõem a rede pública de ensino do país

Público-alvo

Coordenadores ou responsáveis pelos Programas do Livro nos estados e nos municípios que ofertam os anos finais do ensino fundamental.

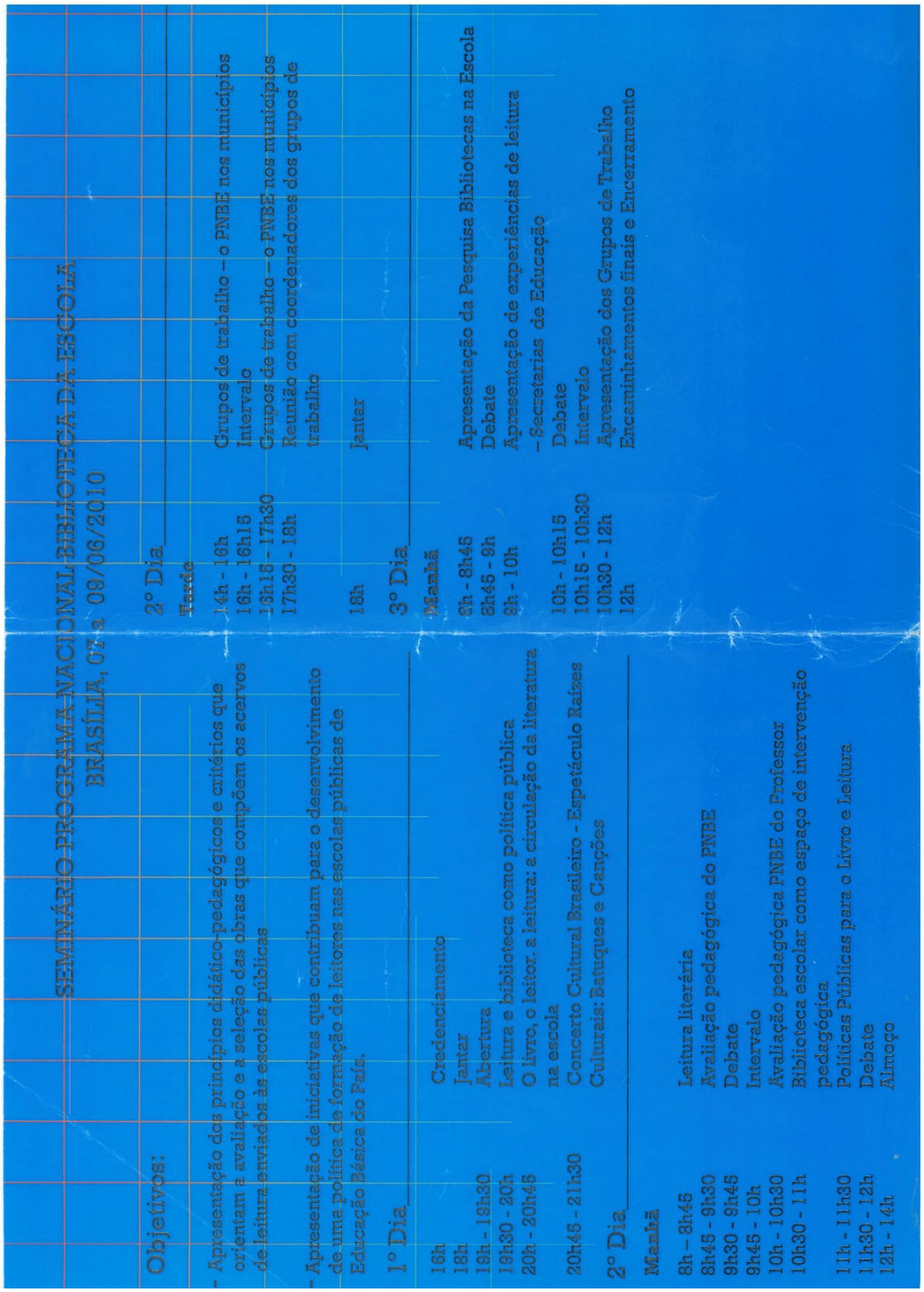
1º Dia

16h	Credenciamento
18h	Jantar
19h - 19h15	Abertura
19h15 - 19h15	PNLD 2011 - Princípios didático-pedagógicos

2º Dia

08h30 - 09h45	Apresentação do Guia do Livro Didático
Intervalo 15 min.	
10h -11h15	Processo de Escolha do Livro Didático
11h15 -12h	Debates
12h - 14h15	Almoço
14h - 14h15	Formação dos Grupos de Trabalho
14h15 - 16h30	Oficinas (Grupos de Trabalho) sobre o processo de escolha do Livro Didático
Intervalo 15 min.	
16h45 - 17h30	Oficinas (Grupos de Trabalho) - Sugestões para dinamização da escolha do Livro Didático nas escolas
17h30 - 18h	Reunião com representantes dos grupos para organizar a apresentação dos resultados em plenária

ANEXO 2 – PROGRAMAÇÃO DO I SEMINÁRIO NACIONAL DO PNBE



SEMINÁRIO PROGRAMA NACIONAL BIBLIOTECA DA ESCOLA
BRASÍLIA, 07 a 09/06/2010

Objetivos:

- Apresentação dos princípios didático-pedagógicos e critérios que orientam a avaliação e a seleção das obras que compõem os acervos de leitura enviados às escolas públicas
- Apresentação de iniciativas que contribuam para o desenvolvimento de uma política de formação de leitores nas escolas públicas de Educação Básica do País.

1° Dia

16h Credenciamento
18h Jantar
19h - 19h30 Abertura
19h30 - 20h Leitura e biblioteca como política pública
20h - 20h45 O livro, o leitor, a leitura: a circulação da literatura na escola
20h45 - 21h30 Concerto Cultural Brasileiro - Espetáculo Raízes Culturais: Batuques e Canções

2° Dia

Manhã

8h – 8h45 Leitura literária
8h45 - 9h30 Avaliação pedagógica do PNBE
9h30 - 9h45 Debate
9h45 - 10h Intervalo
10h - 10h30 Avaliação pedagógica PNBE do Professor
10h30 - 11h Biblioteca escolar como espaço de intervenção pedagógica
11h - 11h30 Políticas Públicas para o Livro e Leitura
11h30 - 12h Debate
12h - 14h Almoço

Tarde

14h - 16h Grupos de trabalho – o PNBE nos municípios
16h - 16h15 Intervalo
16h15 - 17h30 Grupos de trabalho – o PNBE nos municípios
17h30 - 18h Reunião com coordenadores dos grupos de trabalho
18h Jantar

3° Dia

Manhã

8h - 8h45 Apresentação da Pesquisa Bibliotecas na Escola
8h45 - 9h Debate
9h - 10h Apresentação de experiências de leitura – Secretarias de Educação
10h - 10h15 Debate
10h15 - 10h30 Intervalo
10h30 - 12h Apresentação dos Grupos de Trabalho
12h Encaminhamentos finais e Encerramento

ANEXO 3 - ROTEIRO PARA OS GTS – I SEMINÁRIO NACIONAL DO PNBE

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Básica
Diretoria de Políticas de Formação, Materiais Didáticos e Tecnologias Educacionais para Educação Básica
Coordenação Geral de Materiais Didáticos

Grupo de trabalho / Oficinas Seminário - PNBE

Orientações para o GT

1. Escolha de um coordenador e de um relator para o grupo, entre os representantes das Secretarias de Educação.
2. Discussão do roteiro pelo grupo de trabalho.
3. Discussão e proposição de alternativas/sugestões para divulgação e dinamização dos acervos do PNBE nas escolas.
4. Apresentação, pelo relator, dos trabalhos em plenária.

Roteiro de trabalho

1. Os participantes deverão relatar sobre o Programa Nacional da Biblioteca da Escola – PNBE nas escolas do município e/ ou do estado. Para discussão:

    1.1 Como a escola, município e/ou estado têm se apropriado dos acervos encaminhados às bibliotecas escolares, por meio do PNBE?

    a) As escolas e as secretarias de educação desenvolvem algum projeto de leitura?
    b) Quais as práticas utilizadas pela escola e pelos docentes na definição de sua proposta de trabalho com os acervos?
    c) O Projeto Político Pedagógico da escola prevê atividades de leitura literária a partir do acervo do PNBE ou outros acervos que a escola possui?

    1. 2 Seu estado ou município tem alguma política ou programa de distribuição de livros de literatura, dicionários, material de apoio ao professor?

    1.3 As escolas, município e/ou estado promovem alguma atividade de formação de mediadores de leitura?

1.4 Seu estado ou município tem ações para implantação/revitalização e uso das bibliotecas escolares?

2. Apontem as dificuldades encontradas pelas escolas, municípios e/ou estado em relação ao PNBE.

3. Sugestões e/ou propostas para realização e/ou aprimoramento de atividades relacionadas ao PNBE.

4. Apresentação em Plenária

O relator fará uma síntese, em word e em power point, das dificuldades apresentadas pelos componentes do grupo, relativas ao processo de escolha do livro didático nas escolas, municípios e/ou estado, bem como das sugestões apresentadas com vista à dinamização desse processo, para relato em plenária.

É necessário que os nomes dos municípios representados no grupo de trabalho constem da apresentação, e que essa apresentação seja entregue à coordenação do evento.

ANEXO 4 - FORMULÁRIO DE PESQUISA – I SEMINÁRIO NACIONAL DO PNBE

Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Básica
Diretoria de Políticas de Formação, Materiais Didáticos e Tecnologias Educacionais para Educação Básica
I Seminário Nacional do PNBE - 7 a 9 de junho de 2010

Prezado (a) colega,
Nesse importante momento para o PNBE – Programa Nacional Biblioteca da Escola – queremos contar com a sua valiosa colaboração no preenchimento desse formulário que subsidiará a proposição de novas ações a serem desenvolvidas no contexto dessa política pública, bem como possibilitará um breve mapeamento de sua situação atual.
Nossos agradecimentos sinceros pela sua participação

DADOS DO INFORMANTE
Nome: _____Cargo:_____
Formação: _____Tempo de trabalho em escolas: _____
Endereço/email/telefone:_____

Informações sobre a Rede de Ensino

Município:_____ Rede: ( ) Estadual ( ) Municipal
Número de escolas:_____ Número de alunos:_____

1.1 As escolas atendem:
( ) Educação Infantil Ensino Fundamental ( ) anos iniciais ( ) anos finais
( ) Ensino Médio ( ) EJA

1.2 A quais turnos atende: ( ) Manhã ( ) Tarde ( ) Noite

1.3 As escolas possuem bibliotecas:
( ) Sim ( ) Não ( ) Em algumas ( ) Na maioria

1.4 O espaço da biblioteca é:
( ) Adaptado ( ) Previsto no projeto arquitetônico

1.5. Qual o horário de funcionamento?_____

1.6. Quais são os profissionais que atuam nas bibliotecas? ( ) Bibliotecários ( ) Professores
( ) auxiliares de bibliotecas ( ) Outros, quais: _____

Sobre o PNBE (Programa Nacional de Biblioteca da Escola do MEC)

2. Você conhece o Programa e tem informações gerais sobre sua presença na rede em que atua?
( ) Sim ( ) Não
Em caso afirmativo, como tomou conhecimento?_____
_____

Você tem conhecimento se os acervos do PNBE dos últimos anos chegaram às escolas?
( ) Sim ( ) Não

2.2 Há no município ou estado algum profissional da secretaria de educação responsável por coordenar e/ou monitorar a chegada dos acervos do PNBE nas escolas?

_____

2.3 Você tem conhecimento de algum trabalho realizado pelos professores e/ou profissionais que atuam nas bibliotecas com os livros recebidos pelo PNBE?
( ) Sim ( ) Não
Em caso afirmativo, cite algum desses trabalhos:_____
_____
_____

2.4 Você tem conhecimento de alguma reação negativa em relação aos livros selecionados para comporem os acervos do PNBE?
Por parte das famílias dos alunos? ( ) Sim ( ) Não
Por parte dos professores? ( ) Sim ( ) Não
Por parte dos alunos? ( ) Sim ( ) Não
No caso de alguma resposta positiva, poderia mencionar alguma situação?

_____
_____
_____

Sobre a composição e o uso dos acervos das bibliotecas escolares

3.Você tem conhecimento de Programas municipais ou estaduais, em sua região, de distribuição de livros de literatura para as escolas ou para os alunos?
( ) Sim. Qual?_____
( ) Não

3.1 Além dos livros distribuídos pelo PNBE, as escolas possuem outros recursos para compra de material para bibliotecas?
( ) Sim. Qual?_____
( ) Não

3.2 Quem é o responsável pela tarefa de escolher/comprar os livros que compõem os acervos das bibliotecas escolares?
( ) Diretores
( ) Coordenadores
( ) Professores
( ) Bibliotecários
( ) Auxiliares de biblioteca
( ) Outros, quais: _____

3.3 Há critérios pré-definidos para as escolhas de livros para os acervos das bibliotecas escolares?
( ) Sim ( ) Não

Em caso afirmativo, poderia citar alguns: _____
_____

3.4 Você indica livros para compor o acervo das bibliotecas escolares?
( ) Sim ( ) Não

Sobre catálogos de editoras

4. Você tem acesso a catálogos de editoras? ( ) Sim ( ) não

4.1 Marque uma ou mais alternativas de acesso aos catálogos:
( ) Distribuidores (representantes)
( ) Visita a editoras e/ou livrarias
( ) Via correio pelas Editoras e/ou distribuidoras
( ) Consulta na internet
( ) Indicação de coordenadores e/ou supervisores pedagógicos
( ) Indicação de profissionais da biblioteca
( ) Indicação de colegas
( ) Outros? Quais? _____

4.2 Você poderia enumerar, em ordem de prioridade, os aspectos que considera mais importantes em um catálogo?
( ) O projeto gráfico do catálogo
( ) A indicação da idade para a qual se destina as obras
( ) A indicação de série ou séries onde as obras devem ser trabalhadas
( ) As explicações sobre a ou as finalidades da leitura
( ) A explicitação do gênero de cada obra
( ) A explicitação dos temas de cada obra
( ) Os dados biográficos sobre o autor e o ilustrador
( ) A explicitação sobre as habilidades necessárias para a leitura de cada obra
( ) A apresentação de sugestões para atividades em sala de aula
( ) Gostaria de citar mais algum que não tenha sido mencionado?

4.3 Você considera esse tipo de publicação importante para o trabalho do professor?
( ) Sim ( ) Não ( ) Depende da situação. Poderia citar alguma?_____

4.4 Para a composição do acervo das bibliotecas escolares, as informações sobre os livros contidas nos catálogos definem a sua escolha?
( ) Sim ( ) Não

4.5 Você considera que as informações contidas nos catálogos influenciam de alguma forma o trabalho com a literatura?
( ) Sim. Como? _____
( ) Não

Sobre mediações de leitura no espaço escolar

5. Que atividade desenvolvida com os alunos na biblioteca escolar você considera mais significativa?

_____
_____
_____

5.1 Quem desenvolve estas atividades?
( ) Bibliotecário
( ) Auxiliar de biblioteca
( ) Professor
( ) Outros, quais: _____

5.2 Os professores e profissionais da biblioteca receberam ou recebem algum tipo de formação para trabalhar com os acervos de literatura? ( ) Sim ( ) Não
Em caso afirmativo, poderia citar alguma?_____

5.3 Você considera que em sua rede a formação dos mediadores de leitura tem sido eficaz?
( ) Sim ( ) Não
Em caso negativo, indique alternativas e/ou ações que poderiam melhorar a qualificação dos profissionais para a mediação das leituras.

_____

Aproveite este formulário para apresentar suas sugestões e críticas que poderão contribuir para essa importante política pública - Programa Nacional da Biblioteca da Escola

ANEXO 5 - ROTEIROS DE ENTREVISTAS DOS PROFISSIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE LAGOA SANTA



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO:
Conhecimento e Inclusão Social
Faculdade de Educação da UFMG
Linha de Pesquisa: Educação e Linguagem

ROTEIRO DE ENTREVISTA
GESTORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LAGOA SANTA

DADOS DO ENTREVISTADO
NOME: _____
FORMAÇÃO:_____
TEMPO DA RMLS: _____
CARGO:_____
FORMA DE INGRESSO NO CARGO: _____

Conhecimento sobre as políticas

1. Qual o seu conhecimento sobre as políticas públicas de distribuição do livro do Ministério da Educação?
2. Quais os seus conhecimentos sobre o PNBE, PNLD e o PNLD/complementar?
3. A Secretaria Municipal de Educação é informada sobre a realização desses programas? De que maneira?
4. Houve instruções específicas (MEC ou SME) sobre a finalidade e os possíveis usos desse material na escola (PNBE/PNLD/PNLD complementar)?

Circulação dos livros nas escolas da Rede

5. Como é/foi conduzida a chegada desses materiais na Rede? Quem se responsabiliza pela organização, distribuição e/ou divulgação dos livros recebidos na Rede e/ou na escola?
6. Os professores e alunos são informados sobre a chegada e presença do material na escola? De que maneira?
7. Onde são/foram dispostos os materiais recebidos do PNBE? PNLD e o PNLD complementar?
8. Qual é/foi a receptividade dos professores e alunos em relação a esses materiais?

Usos do materiais

9. Há alguma ação da secretaria tendo em vista a utilização desses materiais pela escola?
10. Há dificuldades para que esses materiais cheguem às escolas e ás mãos de alunos e professores?
11. Existe alguma prática de utilização das obras do PNBE/PNLD e PNLD/complementar que merece ser relatada e/ou observada nas escolas da Rede?
12. É possível perceber alterações nas práticas dos professores a partir da presença desses materiais na escola?

Significados da política para os profissionais

13. Quais os aspectos positivos que você percebe nessas políticas públicas?
14. Existem aspectos que você considera que precisam ser aprimorados nessas políticas? Justifique
15. Você considera que essas políticas de distribuição do livro têm contribuído para a formação de leitores nas escolas desse município?
16. Há alguma política de distribuição de livros e/ou formação de leitores da Rede Municipal de Ensino de Lagoa santa? Quais suas ações?
17. Há alguma informação sobre essa temática que você gostaria de acrescentar?



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO:
Conhecimento e Inclusão Social
Faculdade de Educação da UFMG
Linha de Pesquisa: Educação e Linguagem

Roteiro de entrevista semi-estruturada
Profissionais das bibliotecas da RMLS

DADOS DO ENTREVISTADO
NOME: _____
FORMAÇÃO:_____
TEMPO DA RMLS: _____
CARGO:_____
FORMA DE INGRESSO NO CARGO: _____

Conhecimento sobre as políticas

1. Qual o seu conhecimento sobre as políticas públicas de distribuição do livro do Ministério da Educação?
2. Você conhece o PNBE, o PNLD o PNLD/complementar? Como tomou conhecimento?

Circulação dos livros na escola

3. Você é informado sobre a chegada de novos materiais na escola? De que maneira?
4. Quem é o responsável pela organização, distribuição e divulgação desses livros na escola? Como isso ocorre?
5. Você tem conhecimento sobre a localização na escola dos materiais recebidos pelo PNBE, PNLD e PNLD complementar?
6. Os alunos e professores tiveram acesso a esses materiais? De que maneira?

Usos dos materiais

7. Houve instruções específicas sobre a finalidade e os possíveis usos desse material na escola (PNBE/PNLD/PNLD complementar)?
8. Houve alguma ação da escola/biblioteca tendo em vista a utilização desses materiais?
9. Você utiliza ou já utilizou com os alunos algum desses materiais? É possível relatar alguma experiência?
10. A presença desses materiais tem contribuído de alguma maneira específica para o trabalho desenvolvido na biblioteca?

Significados das políticas para os profissionais

11. Você tem algo a considerar sobre a qualidade dos livros recebidos?
12. Quais os aspectos positivos que você considera nessas políticas públicas?
13. Existem aspectos que você considera que precisam ser aprimorados nessas políticas? Justifique
14. Há alguma informação sobre essa temática que você gostaria de acrescentar?



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO:
Conhecimento e Inclusão Social
Faculdade de Educação da UFMG
Linha de Pesquisa: Educação e Linguagem

Roteiro de entrevista semi-estruturada
Diretores das escolas da RMLS

DADOS DO ENTREVISTADO

NOME: _____

FORMAÇÃO:_____

TEMPO DA RMLS: _____

CARGO:_____

FORMA DE INGRESSO NO CARGO: _____

Conhecimento sobre as políticas

1. Qual o seu conhecimento sobre as políticas públicas de distribuição do livro do Ministério da Educação?
2. Quais os seus conhecimentos sobre o PNBE, PNLD e o PNLD/complementar?
3. A direção/coordenação da escola é informada sobre a realização desses programas? De que maneira?
4. Houve instruções específicas (MEC ou SME) sobre a finalidade e os possíveis usos desse material na escola (PNBE/PNLD/PNLD complementar)?

Circulação dos livros na escola

5. Como foi conduzida a chegada desses materiais na escola? Quem se responsabiliza pela organização, distribuição e/ou divulgação dos livros recebidos na escola?
6. Os professores e alunos foram informados sobre a chegada e presença do material na escola? De que maneira?
7. Onde foram dispostos os materiais recebidos do PNBE? PNLD e o PNLD complementar?
8. Qual foi a receptividade dos professores e alunos em relação a esses materiais?

Usos do materiais

9. Houve alguma ação da escola tendo em vista a utilização desses materiais?
10. Existe alguma prática de utilização das obras do PNBE/PNLD e PNLD/complementar que pode ser relatada e/ou observada nesta escola?
11. É possível perceber alterações nas práticas dos professores a partir da presença desses materiais na escola?

Significados da política para os profissionais

12. Quais os aspectos positivos que você considera nessas políticas públicas?
13. Existem aspectos que você considera que precisam ser aprimorados nessas políticas? Justifique
14. Você considera que essas políticas de distribuição do livro têm contribuído para a formação de leitores nas escolas desse município? Justifique



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO:
Conhecimento e Inclusão Social
Faculdade de Educação da UFMG
Linha de Pesquisa: Educação e Linguagem

Roteiro de entrevista semi-estruturada
Professores da RMLS

DADOS DO ENTREVISTADO

NOME: _____

FORMAÇÃO:_____

TEMPO DA RMLS: _____

CARGO:_____

FORMA DE INGRESSO NO CARGO: _____

Conhecimento sobre as políticas

1. Qual o seu conhecimento sobre as políticas públicas de distribuição do livro do Ministério da Educação?
2. Você conhece o PNBE, PNLD e o PNLD/complementar? Como tomou conhecimento?

Circulação dos livros na escola

3. Você é informado sobre a chegada de novos materiais na escola? De que maneira?
4. Você tem conhecimento sobre a localização na escola dos materiais recebidos pelo PNBE, PNLD e o PNLD complementar?
5. Você teve acesso aos livros distribuídos pelo PNBE, PNLD e PNLD/complementar? E seus alunos?

Usos dos materiais

6. Houve instruções específicas sobre a finalidade e os possíveis usos desse material na escola (PNBE/PNLD/PNLD complementar)?
7. Houve alguma ação da escola tendo em vista a utilização desses materiais?
8. Você utiliza ou já utilizou com seus alunos algum desses materiais? É possível relatar alguma experiência?
9. A presença desses materiais na escola contribui para sua prática em sala de aula? Como?

Significados das políticas para os profissionais

10. Quais os aspectos positivos que você considera nessas políticas públicas?
11. Existem aspectos que você considera que precisam ser aprimorados nessas políticas? Justifique
12. Você tem algo a considerar sobre a qualidade dos livros recebidos?
13. Há alguma informação sobre essa temática que você gostaria de acrescentar?